UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Leonardo de Oliveira Fontes

Raízes do neoliberalismo brasileiro: uma análise sociológica do processo de abertura comercial

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Raízes do neoliberalismo brasileiro: uma análise sociológica do processo de abertura comercial

Leonardo de Oliveira Fontes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dra. Brasilio João Sallum Júnior

São Paulo
2011

À Florestan Fernandes,

por ter lutado por uma sociologia que trasncendesse os muros da universidade.

Resumo

O objetivo deste estudo é realizar uma análise em torno do processo de abertura comercial brasileira, transcorrido no início dos anos 1990 e inserido no contexto da crise política vivida com a conclusão da transição para a democracia e a crise econômica advinda dos anos 1980. Dessa forma, buscou-se examinar, de uma perspectiva sociológica, este processo que é comumente analisado apenas a partir do campo econômico. O intuito, então, é compreender o arranjo sociopolítico engendrado pela abertura comercial e que, de acordo com a hipótese aqui defendida, será fundamental para a articulação de um novo arranjo hegemônico no Brasil. Nosso enfoque estará, portanto, na correlação de forças sociais presentes naquele momento, tanto em termos materiais quanto ideológicos, procurando compreender o sentido empreendido pelos atores envolvidos neste processo.

Abstract

The aim of this study is to provide an analysis about the process of trade liberalization in Brazil. This process, ocurred in early 1990, took placed in the context of the political crisis with the the transition to democracy and economic crisis arising from the 1980's. Thus, we attempted to examine, from a sociological perspective, this process that is commonly analyzed only from an economic approach. The goal, then, is to understand the socio-political arrangement engendered by trade liberalization that, according to the hypothesis advocated here, is fundamental to build an articulation of a new hegemonic arrangement in Brazil. Our focus is, therefore, on the correlation of social forces at that period, both material and ideological terms, seeking to understand the meaning undertaken by actors involved in this process.

Sumário

Resumo 4

Abstract 5

Sumário 6

Agradecimentos 8

Introdução 11

Capítulo 1: A abertura comercial no contexto da crise de hegemonia brasileira .. 29

Crise e ruptura: a destruição do arranjo desenvolvimento 30

Abertura comercial e política industrial durante o governo Collor 39

Primeira Conjuntura 44

Segunda Conjuntura 47

Terceira Conjuntura 52

Capítulo 2: O ambiente ideológico: a construção do Estado como problem 57

A dúbia relação da PUC-Rio com o neoliberalismo 60

A solução ponderada da tecnoburocracia estatal: a "integração competitiva" 69

A tentativa de resgate do desenvolvimentismo com face distributivista 75

O discurso patrimonialista e a construção de uma filosofia espontânea..... 82

Capítulo 3: A tentativa hegemônica do empresariado industrial 100

A tese da fraqueza política do empresariado brasileiro 102

O governo Collor, a abertura comercial e os caminhos abertos ao empresariado industrial 108

Novas e velhas entidades e as possibilidades de consciência do empresariado industrial 112

FIESP: o pragmatismo e a necessidade de reformulação da imagem do empresariado 113

O PNBE e a possibilidade de incorporação dos trabalhadores no novo pacto hegemônico 122

IEDI e o projeto de modernização competitiva da grande burguesia 126

1992: eleições na FIESP, câmaras setoriais e a rearticulação dos empresários 133

Capítulo 4: A incorporação dos trabalhadores no novo pacto hegemônico 144

Os trabalhadores e a ruptura com o pacto desenvolvimentista 145

A CUT e o "novo sindicalismo" 150

A oposição à CUT e o pragmatismo do sindicalismo se resultados 153

O governo Collor e o sindicalismo 158

O sindicalismo e o governo Collor 161

Mudança e permanência na ação sindical 173

Consciência e ação sindical: possibilidades e desafios na negociação da política industrial 182

Considerações Finais 191

Bibliografia 194

Agradecimentos

O processo de elaboração de uma pesquisa acadêmica, sobretudo nas ciências humanas, é muitas vezes solitário. Contudo, para se concluir um trabalho de pesquisa nessa área é preciso muito mais do que apenas horas e horas em uma biblioteca ou na frente de um computador. Todo o processo de formação, não apenas do ponto de vista estritamente acadêmico, mas principalmente em termos pessoais está indubitavelmente presente no resultado final aqui apresentado.

Assim, a lista de agradecimentos seria extensa demais se fosse citar aqui todos aqueles que mesmo não intencionalmente contribuíram de alguma maneira para minha formação. Limitar-me-ei, portanto, àqueles que considero especialmente importantes para a consecução especificamente deste pequeno passo que estou concluindo.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao professor Brasilio que me acolheu como seu orientando e me auxiliou em toda essa jornada, desde a formulação do projeto de pesquisa, quando tinha apenas algumas ideias vagas na cabeça.

Agradeço à CAPES e à FAPESP, que financiaram esta pesquisa e ao Departamento de Sociologia da USP que forneceu parte da estrutura necessária para realizá-la. Agradeço, especialmente, aos funcionários Vicente e Ângela, que sempre atenderam minhas demandas e procuraram resolve-las com a maior celeridade possível.

Agradeço aos Professores Ruy Braga e Bernardo Ricupero, que estiveram em minha banca de qualificação e teceram comentários valorosos ao desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Professora Sylvia Garcia, que conduziu com maestria a disciplina de “Seminários de Projeto” e a todos os meus colegas de turma que me ajudaram a lapidar meu projeto e me proporcionaram excelentes debates.

Agradeço aos colegas da Revista Plural, pela oportunidade de trabalharmos juntos de forma tão prazerosa e criativa.

Agradeço à Professora Miriam, minha orientadora na iniciação científica e que me ensinou a dar os primeiros passos no mundo acadêmico.

Gostaria de poder agradecer a todos aqueles que participaram comigo de algum dos inúmeros grupos de estudos e projetos de pesquisa ou extensão que fiz parte desde a graduação. Contudo, para não cometer o erro de me esquecer de algum agradeço, em especial, aos membros do grupo de estudos sobre imperialismo e teorias da dependência, que teve papel fundamental na construção do objeto deste trabalho e influenciou fortemente sua perspectiva analítica.

Não posso deixar de agradecer aos inúmeros amigos que fiz ao longo da minha graduação no curso de Relações Internacionais. Agradeço aos meus colegas de turma, pelos debates em sala e pelos ótimos e importantes momentos de descontração. Em especial, gostaria de agradecer ao Luís, ao Vitão, ao Rowing, ao Pedro e ao Maurício, que me provaram o valor e a força da amizade.

Agradeço ao pessoal da "Veredas", figuras tão importantes na minha formação política e acadêmica, em especial a Tássia, Talita e aos grandes amigos Ernesto, Fatah e Zé, com quem compartilhei momentos fantásticos de alegria e construção coletiva.

Agradeço aos meus eternos companheiros da "Terceira Margem" – Jonas, Caio, Danilo, Sérgio, Badaró, D, Cris, Lu, Mari e Gabriel – pessoas com quem tive o privilégio de conviver intensamente em um dos melhores anos da minha vida e que se tornaram amigas que pretendo levar para o resto da minha vida. Com elas, aprendi a olhar o mundo de outra maneira e a enxergar além das fronteiras que nos são postas todos os dias.

Agradeço aos outros amigos que fiz na faculdade, em especial à Melina e ao Fred, pessoas tão doces e sinceras, com quem sei que posso contar a qualquer momento.

Agradeço à Ana e ao Fernando, que me hospedaram nos últimos meses e fizeram o possível e o impossível para garantir o conforto e a tranquilidade necessários para concluir essa dissertação.

Agradeço ao Matheusinho, única pessoa no mundo capaz de me fazer sorrir mesmo nos momentos mais estressantes.

Gostaria de poder agradecer a todos os professores com que tive aula em algum momento e que se esforçaram para transmitir e construir o conhecimento junto com seus alunos.

Agradeço aos meus amigos de colégio, em especial ao Julio e ao Thiago de quem sempre guardarei boas lembranças.

Agradeço à Cidoca, sempre tão zelosa e carinhosa.

Ao Bini, grande companheiro, quase irmão, ao meu lado desde os tempos de cursinho.

Ao Lucas, por sempre me ajudar a me distrair e a lembrar das coisas boas da vida.

À Nádia, por caminhar ao meu lado nos últimos anos – ás vezes me conduzindo – e por me provar, a cada dia, que a vida pode ter um gosto especial.

Por fim, agradeço de coração à Tania e ao Aroldo, pessoas mais que especiais a quem devo tudo nessa vida, obrigado pelo privilégio de chamá-los de pais.

Introdução

Este estudo tem como objeto central de análise o processo de abertura comercial da economia brasileira, desenvolvido ao longo do governo Collor. O enfoque que será dado a este tema, no entanto, acaba por transcender as limitações do próprio objeto que, por vezes, pode aparentar estar em segundo plano. No entanto, a realização de uma análise com estas características foi algo que adveio das exigências do próprio objeto e do olhar que empregamos a ele.

A hipótese fundamental que guia o desenvolvimento deste trabalho enxerga o processo de abertura comercial como a primeira grande transformação estrutural capaz de produzir efeitos significativos para a rearticulação das classes sociais no Brasil, no processo de transição do Brasil para uma democracia com menos intervenção estatal na economia. Dessa forma, a abertura deve ser vista dentro do contexto histórico, no qual, outras reformas liberalizantes foram promovidas, tais como, a redução da regulamentação estatal sobre a economia, o início do processo de privatização de empresas públicas, uma maior abertura do país ao capital internacional, entre outras medidas que não foram tão bem sucedidas, como uma maior desregulamentação das relações trabalhistas. Além disso, deve-se levar em conta que este processo foi conduzido pelo primeiro governo democraticamente eleito desde a década de 1960, o que aumentava a pressão social por mais canais de participação democrática.

Assim, os anos 1990 são marcados, no Brasil, como período em que se estabelecem os derradeiros e definitivos traços da dupla transição iniciada na década anterior, a saber: a transição política, operada pela crise terminal da ditadura militar e pelo processo de democratização; e a transição econômica que marcou a reorganização do capitalismo nacional com a reformulação do papel do Estado no desenvolvimento econômico e a mudança na forma da integração internacional do país. A eleição de 1989, e a vitória de um candidato com um discurso assumidamente liberal, ao mesmo tempo em que apontam para a conclusão do ciclo da transição política – ainda que não a encerre por completo – indicam também um novo começo para o processo de transição econômica. Contudo, é preciso ressaltar que, a esses dois processos de transição, transpassou um processo de transição social, no qual foi desconstruída e reconstruída

uma determinada correlação de forças sociais advinda das disputas entre os grupos e classes sociais.

Sendo assim, olharemos para o nosso objeto com o intuito de encontrar nele o início de um processo de mudança política, econômica e social, já que se trata de um período em que o Brasil vivia uma crise de hegemonia, na qual as classes sociais estavam se rearticulando de modo a organizarem um novo modelo de desenvolvimento econômico e um novo posicionamento delas na estrutura hierárquica da sociedade.

Portanto, ao contrário do que muitos analistas fazem, principalmente aqueles que limitam seus estudos ao campo econômico, não estudaremos a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior simplesmente como um *projeto* aplicado de cima para baixo a uma determinada estrutura estabelecida, uma vez que nosso objetivo não estará limitado ao entendimento de seus efeitos econômicos. A liberalização comercial será vista como um *processo* dinâmico, sujeito a alterações diante da luta conjuntural e estrutural das classes sociais capazes de organizarem e expressarem suas demandas na esfera pública.

Nesse sentido, também buscaremos refutar aquelas explicações que veem a introdução do neoliberalismo no Brasil como resultado da imposição de forças externas advindas ou do poder de pressão de grandes centros do capitalismo mundial ou da inevitabilidade do tempo histórico vivido. A força das ideias ou do capital internacional e sua face política em governos ou instituições internacionais não podem e não serão desprezados, mas eles só podem ser compreendidos quando vistos com base na dinâmica interna das classes. Dessa maneira,

> o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. (Cardoso & Falleto, 1979, p. 30).

Dessa forma, o ângulo da análise não pode ser unicamente político-institucional, o que reduz as lutas sociais a um simples jogo interno às instituições formais estabelecidas pela estrutura do Estado. Tampouco, ela pode ser apenas econômica, em que se restringe o debate ao mero confronto de idéias e técnicas abstratamente apresentadas sem levar em consideração os grupos e classes sociais que são os verdadeiros suportes dessas idéias e são os responsáveis pela tradução e interpretação

dessas idéias à realidade concreta. A perspectiva da qual parte este trabalho não pretende abandonar nem ignorar as arenas político-institucionais muito menos a influência das ideias econômicas e da pressão – direta e indireta – da conjuntura internacional. Pelo contrário, pretende-se incorporar esses pontos de vista em uma análise que tenha como cerne as disputas políticas, ideológicas e sociais dos grupos e classes sociais naquela situação histórica concreta.

Buscaremos realizar, então, uma "análise integrada" do processo em questão, que seja capaz de articular economia e sociedade, ideologia e ação social, estrutura e agência das classes sociais em uma visão unificadora do ponto de vista empírico e teórico, tal como definem Cardoso e Faletto (1979, p. 38):

> A determinação das possibilidades concretas de êxito depende de uma análise que não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. Exige, além disso, a determinação das 'orientações valorativas' ou ideologias que animam as ações e os movimentos sociais. Como essas forças estão relacionadas entre si e expressam situações com possibilidades diversas de crescimento econômico, a interpretação só se completa quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo.

Dessa maneira, essa pesquisa deve enxergar a totalidade social concreta dos fatos em questão, que é constituída a partir da interação dos sujeitos sociais em disputa. Assim, o resultado de um processo histórico como o que analisaremos neste trabalho será dado a partir da influência dos diversos atores que têm seus campos de ação determinados pelo plano estrutural no qual estão inseridos. Deve-se, então, buscar entender como uma determinada ordem social concreta é constituída a partir das "conexões de sentido" que os sujeitos emprestam a suas ações (Cardoso, 1997).

> As conexões estruturais devem, portanto, ser representadas ao mesmo tempo como produtos 'objetivados' da atividade social, e nesse sentido como conjunto de padrões que motivam a ação humana e como 'processo', isto é, como algo que se está criando pela atividade humana através da negação de um dado estado de coisas e da projeção de um vir-a-ser ainda não configurado socialmente. (Cardoso, 1997, p. 33).

Neste sentido, a questão fundamental que se coloca a qualquer relação social de caráter histórico, e que servirá de base para a reflexão deste trabalho, é pensar "a relação dialética entre o todo e as partes", isto é, pensar a articulação complementar e contraditória entre as diversas partes que compõem um todo orgânico e dessas partes com esse todo.

Assim, algumas categorias principais que serão utilizadas ao longo deste trabalho deverão ser melhor definidas com o intuito de auxiliar a apresentação do caminho que será percorrido por este trabalho. A exposição destas categorias seguirá uma ordem que partirá dos conceitos que compõem a estrutura geral dentro da qual operará a ação social; em seguida, serão definidos os agentes dessa ação social, isto é, o entendimento que daremos à ideia de classes sociais, para, finalmente, apresentarmos a articulação das classes entre si para conformarem um novo padrão estrutural.

O ponto de partida será, então, a noção bourdieusiana de complexificação do espaço social[1]. Com isso, buscarmos fugir da visão unilateral e unidimensional que, seja pelo lado economicista de algumas correntes marxistas, seja pela visão culturalista de alguns autores contemporâneos[2] que abandonam qualquer referência às relações materiais de produção na conceituação das relações sociais, é incapaz de enxergar as múltiplas relações e contradições entre as diferentes esferas da vida social. Assim, uma ampliação das dimensões de análise dentro do espaço social deve ser o primeiro passo em direção a uma apreciação capaz de enxergar essa diversidade com o intuito de entendermos as relações entre os sujeitos e as práticas coletivas que são produtos desta interação.

Bourdieu, ao trazer a idéia de "espaço social" como pré-noção necessária para o entendimento da conceituação e da dinâmica entre as classes sociais, deixa claro sua ruptura, por um lado, tanto com tendências substancialistas, típicas de um intelectualismo que ignora as relações entre as classes para privilegiar sua dimensão teórica e abstrata e, por outro, com o economicismo que reduz o campo social apenas ao campo econômico e, por fim, com o objetivismo, que ignora as lutas simbólicas em que

[1] Bourdieu utiliza o termo "espaço social" diversas ocasiões (como exemplo conferir Bourdieu, 1989; 2007a e 2007b).

[2] Referimo-nos, sobretudo, aos defensores dos chamados "novos movimentos sociais" que veem na cultura a explicação essencial para a mobilização coletiva e a prática política e social dos sujeitos (para um balanço crítico deste debate conferir Alonso, 2009 e Sallum Jr., 2005).

está em jogo a representação do mundo social. Desse modo, Bourdieu descreve o campo social como "um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas", dentro do qual os agentes distribuem-se em duas dimensões, a primeira englobando o volume total do capital possuído e a segunda centrada na composição específica de seu capital (Bourdieu, 1989: 133-135). Além disso, ele insere uma terceira dimensão no espaço social: a dimensão temporal, isto é, a "evolução no tempo dessas duas propriedades", é o que Bourdieu chama de "trajetória" (Bourdieu, 2007a).

> Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica (Bourdieu, 1989: 153).

Assim, será preciso romper com a divisão estanque, na qual operam alguns autores, entre *estrutura* e *superestrutura*, isto é, entre as dimensões política, intelectual e cultural, por um lado, e econômica e material, por outro, como afirma Gramsci:

> É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar à justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. (Gramsci, 2000: 36).

Para isso, Gramsci promove um alargamento do que normalmente se entende por *superestrutura* e da própria ideia de ideologia, que "não é meramente um sistema de crenças que refletem os interesses específicos de uma classe" (Lears, 1985, p. 570; *tradução minha*). O ponto de partida de qualquer ideologia se encontraria, então, no que ele chama de *filosofia espontânea*[3], comum a todos os homens e que estaria contida na linguagem, no "senso comum", no "bom senso" e na religião.

> A filosofia espontânea incorpora toda sorte de sentimentos e preconceitos que tenham significados privados, subjetivos para além da esfera pública das relações de poder, mas nunca pode ser totalmente divorciado deste domínio. (Lears, 1985, p. 570; *tradução minha*);

[3] É possível aproximar a noção grasmciana de *filosofia espontânea* da ideia bourdieusiana de *doxa*. Esta é definida por Bourdieu como "conjunto de crenças fundamentais que nem sequer precisam se afirmar sob a forma de um dogma explícito e consciente de si mesmo." (Bourdieu, 2007b). Usaremos, no entanto, o conceito de *filosofia espontânea* neste trabalho, pois acreditamos que ele expressa melhor o que queremos designar, já que tem um caráter menos acadêmico do que a ideia de *doxa*.

Essa noção de *filosofia espontânea* traz consigo algo de extrema importância para os objetivos deste trabalho, já que é a partir deste sistema de crenças muitas vezes inconsciente que será possível construir uma ideologia dominante. Aquilo que normalmente é visto como sendo da ordem do "senso comum" toma formas objetivas na medida em que os todos os membros da sociedade têm as mesmas "matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações"[4] (Bourdieu, 2002, p. 45).

Neste sentido, parte fundamental do processo de dominação social está no estabelecimento de um "modo de pensar dominante" – e não simples e diretamente nas "idéias dominantes" como faz crer uma noção de ideologia mais restrita – uma "matriz das significações dominantes que compõem um arbitrário cultural que mascara tanto o caráter arbitrário de tais significações como o caráter arbitrário da dominação" (Miceli, 2005). Neste aspecto, é possível aproximar Gramsci e Bourdieu na medida em que ambos estão preocupados com o processo de fornecimento das bases que darão sentido aos pensamentos e práticas de toda a sociedade.

> Rompendo resolutamente com uma concepção da ideologia como ideologia-ilusão ou como simples sistema de idéias, Gramsci estende a análise dos aspectos mais conscientes das ideologias a seus aspectos inconscientes, implícitos, materializados nas práticas, às normas culturais aceitas ou impostas. (Buci-Glucksmann, 1980, pp. 83-84).

A ideia de *filosofia espontânea* será central, portanto, na composição do quadro estrutural dentro do qual tomarão forma e significado as ações e pensamentos das classes sociais[5].

Posto isso, podemos passar agora para a configuração do entendimento que daremos à ideia de *classes sociais* neste trabalho. Diante de uma visão do espaço social

---

[4] Essa noção serve de base para a ideia bourdieusiana de *dominação simbólica*, na qual os esquemas de pensamento aplicados pelos dominantes às relações de poder "são produto dessas relações de poder [...] Por conseguinte, seus atos de conhecimento [das classes dominadas – LF] são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal" (Bourdieu, 2002, p, 45).

[5] Um bom exemplo de uso da *filosofia espontânea* para favorecimento político de um grupo ou uma pessoa encontra-se em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. No quadro descrito por Marx, que evidentemente não usa os termos que usamos aqui, Luís Bonaparte se aproveita da "tradição histórica" que "originou nos camponeses franceses a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada" (Marx, 1974, p. 403), para trazer o campesinato para seu lado. Este imaginário, criado a partir das chamadas *idées napoléoniennes*, isto é, as idéias napoleônicas que traziam a confiança e o suporte do campesinato à dinastia Bonaparte conforma, o que denominamos aqui de *filosofia espontânea*, na medida em que determinava os pressupostos a partir dos quais era formada a consciência e a ação do campesinato.

ampliado, como apresentamos acima, deve-se buscar o rompimento com a estreiteza de definições meramente estruturais da classe, pois o efeito de uma leitura estrutural é "solapar a realidade histórica da classe, negando sua existência exceto como uma construção puramente teórica imposta sobre a evidência". Assim, entender as classes apenas a partir das relações de produção nas quais estão inseridas e querer, a partir daí, extrair todas as conseqüências políticas, ideológicas e práticas da inserção dessa classe na sociedade é um equívoco.

Com o intuito é explicar as relações político-sociais tendo as classes como sujeitos da história recorreremos a uma definição de *classe* que se aproxima do que Marx (1974) faz ao definir a situação do campesinato francês em meados do século XIX. Ao constatar que os camponeses constituíam uma imensa massa de pessoas que viviam sob condições semelhantes, ele destaca a falta de relações multiformes entre eles. Além disso, Marx afirma que o modo de produção do campesinato os isolava, o que era agravado pelo sistema de comunicação e pela pobreza; a divisão do trabalho era quase inexistente e as trocas se davam mais com a natureza do que com a sociedade. Assim, a grande massa da nação francesa em meados do século XIX seria "formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas." (Marx, 1974: 403). Ele resume esta situação da seguinte maneira:

> Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em *condições econômicas* que as separam umas das outras, e opõem o seu *modo de vida*, os seus *interesses* e sua *cultura* aos das outras classes da sociedade, estes milhões *constituem uma classe*. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses *apenas uma ligação local* e em que a similitude de seus interesses não cria *comunidade* alguma, *ligação nacional* alguma, nem *organização política*, nessa exata medida *não constituem uma classe*. (Marx, 1974, p. 403, *destaques meus*).

A interpretação que damos a esta passagem aponta que Marx expressa, aqui, uma paridade causal entre relações de produção, a consciência e a luta na definição de classe (Katz, 1992). Dessa forma, a definição do conceito de classe ou da ação de uma classe deve levar em conta que a posição econômica, a cultura, o modo de vida e as relações estabelecidas com as outras classes são produtos de processos anteriores da lutas de classes. Para Marx, a determinação objetiva da classe tem uma história que é a

história da luta de classes, por isso, a determinação entre ação e estrutura é sempre recíproca (Katz, 1992).

Desse modo, não se pode tratar as classes como se fossem apenas "classes no papel", isto é, que possuam apenas "existência *teórica*", algo apenas "*provável*, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes" (Bourdieu, 1989, p. 136, *destaques no original*). Outros elementos são fundamentais para extrairmos implicações em termos de ação coletiva das classes.

Segundo Thompson (2001), a classe como categoria histórica pode ter dois significados diferentes: pode fazer referência a um "conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável", ou pode ser uma "categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa". Neste último caso, a classe não pode ser separada da noção de *luta de classes*.

> A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes (Thompson, 2001: 271-2).

Assim, em uma construção histórica, a luta de classes aparece como categoria chave, tendo papel central como mediadora entre as estruturas objetivas e relações estabelecidas na realidade. O conceito de classes é, antes de tudo, relacional e, neste sentido, a oposição entre elas tem um papel central na prática política (Ollman, 1968). A própria determinação das classes deve, portanto, ser feita não apenas com base na posição de uma classe dentro do *espaço social*, mas deve ter como parâmetro a posição da classe *em relação* às demais e mesmo com relação às frações e grupo internos à classe. Mais do que isso, assume importância central na definição de uma classe a maneira como os sujeitos pertencentes a ela enxergam a si próprios e aos demais sujeitos integrantes das outras classes.

Dessa forma, a consciência adquirida pelas classes em relação à sua posição na estrutura social surge como operador chave para a determinação desta relação, pois dela dependerá como as classes se portarão diante das demais. Esta consciência, no entanto, não pode ser imputada aos sujeitos a partir da cabeça do analista, ela deve estar em

estreita relação com a ação da classe no plano político e cultural. No entanto, são raras as situações históricas nas quais uma classe, ou mesmo um grupo mais restrito que seja socialmente relevante, age de forma uniforme. Por isso, o que será explorado neste trabalho serão, por um lado, as determinações estruturais que delimitam o espaço dentro do qual cada classe poderá agir e, por outro, as opções em termos de ação que cada grupo exercerá em cada situação histórica concreta.

Neste aspecto, será de suma importância, compreendermos a relação existente entre a classe e seus representantes políticos ou intelectuais. Marx também trata deste tema em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* quando mostra que o representante de uma classe não precisa ter nascido no seio daquela classe para ser seu representante legítimo, pois o que o estabelece tal condição não é essa ligação direta.

> O que os torna representantes da pequena burguesia [ou de outra classe qualquer – LF] é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os *representantes políticos* e literários de uma classe e a classe que representam. (Marx, 1974, pp. 356-357, *destaques no original*).

Desse modo, este trabalho irá se apropriar desta noção de *limite* presente em Marx para buscar compreender a ação e a consciência das classes sociais. Partiremos da idéia de que a ação, o pensamento e a consciência de uma classe possuem um limite que tem um forte peso histórico-estrutural, mas que oferece também às classes, um campo de autonomia dentro do qual elas poderão operar. Pensar, então, os limites para além dos quais uma classe não é capaz de ir é pensar a própria questão da relação entre estrutura e agencia. Além disso, tendo em vista que esses limites são historicamente construídos e reconstruídos voltamos a questão central da formação das classes e das relações estabelecida entre estrutura e superestrutura[6].

[6] Neste aspecto, é possível, mais uma vez, aproximar ideias caras ao marxismo do pensamento de Pierre Bourdieu. O sociólogo francês, apesar de buscar contrapor a noção de *habitus* à ideia de consciência de classe, definindo-o como um "sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas" (Bourdieu, 2005, pp. 201-202), abre a possibilidade para se pensar este conceito como "um conjunto de disposições de conduta de cada classe em relação às outras que resulta da incorporação por seus agentes das percepções que têm sobre sua posição relativa no conjunto das relações de classes", como faz Sallum Jr. (2005, p. 28); ou como faz Miceli (2005) que entende o

Neste sentido, será refutada a ideia de "falsa consciência", muitas vezes presentes em estudos marxistas, pois, como defende Thompson, dizer que uma consciência é verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido. "Ela não pode ser nem 'verdadeira' nem 'falsa'. É simplesmente o que é." (Thompson, 2001: 279-80). Trata-se, portanto, de entender o comportamento de uma classe em seu sentido histórico, em seu contexto e com suas limitações específicas. A disposição política de um determinado sujeito histórico deve ser historicamente inteligível, dadas sua experiência, interesses percebidos e aspirações. Com isso, trazemos à tona a questão central tratada por Thompson (1987) na clássica obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, para quem a classe não pode ser entendida separadamente da sua formação enquanto sujeito coletivo consciente e que tem como mediador fundamental para essa formação a experiência subjetiva das estruturas objetivas, isto é, a maneira como os sujeitos sentem e percebem suas relações de afinidade ou oposição com as demais classes (Thompson, 1987).

Assim, devemos seguir o caminho trilhado por Gramsci, que rompe com a ideia de ideologia como erro ou ilusão definindo-a como possuindo uma realidade prática e concreta. Neste sentido, Lears sugere pensarmos a ideologia mais como processo do que como produto e introduzir em sua análise a dimensão do público a quem ela é dirigida e para quem ela ganha significado real:

> Ao invés de descrever elementos ideológicos e avaliar sua veracidade de acordo com um cânone de interpretação pré-estabelecido, deve-se, de forma mais vantajosa, perguntar como aqueles códigos estabeleceram a plausibilidade de seu discurso (Lears, 1985: 590; *tradução minha*).

Assim, pode-se compreender como são produzidos os "efeitos de verdade", isto é, elementos que são verossímeis de acordo com a experiência subjetiva de um público específico e mesmo a partir de suas estruturas cognitivas não problematizadas, ou para

---

habitus como uma "recuperação 'controlada' do conceito de consciência de classe", que definiria "os limites da consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força." Com isso, é possível trazer de volta a dimensão consciente, muitas vezes esquecida por Bourdieu, sem perder os aspectos que nem sempre são perceptíveis do ponto de vista racional, mas que delimitam a ação dos sujeitos.

adotarmos o termo aqui defendido, a partir da *filosofia espontânea* de um grupo, uma classe ou mesmo uma comunidade política[7].

Desse modo, ao pensarmos os limites que a consciência e a ação dos sujeitos podem atingir a partir de sua inserção econômica, política e simbólica em uma determinada realidade social, trabalharemos com a noção de *consciência possível*. Elaborada por Lucien Goldman, a partir do conceito de *consciência adjudicada* de Lukács (2003), a ideia de *consciência possível* pode ser definida como expressão das "possibilidades [de uma classe] no plano do pensamento e da ação *numa estrutura social dada*" (Goldman, 1980, p. 99; *destaques no original*). Assim, será possível definir "o campo no interior do qual o grupo pode, sem modificar sua estrutura, variar suas maneiras de pensar e de conhecer" (Lowy, 2003: 142), sem negar a possibilidade de ações ou pensamentos que partam de estruturas pré-reflexivas nem negligenciar as limitações materiais ao pensamento e a ação.

Sendo assim, a noção de *consciência possível* é capaz de articular estrutura e superestrutura, pois abrange as questões tanto econômicas quanto políticas e ideológicas, de forma e dar espaço a um conceito de classes sociais que leva em consideração componentes objetivos e subjetivos dos sujeitos. Coloca-se, assim, as classes como centro da ação social sem perder de vista que esta ação se dá em uma determinada estrutura historicamente determinada.

As possibilidades de consciência de uma classe serão analisadas, neste trabalho, seguindo a demarcação feita por Gramsci, que destaca três momentos ou graus de consciência coletiva que são fundamentais para a compreensão das relações entre as forças políticas: um primeiro momento teria um caráter essencialmente *econômico-corporativo*, em que a homogeneidade se daria apenas dentro de grupos profissionais sem atingir a classe como um todo; um segundo momento ocorreria quando a classe adquire uma *solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social*, mas ainda restrito ao campo econômico; e, finalmente, o momento em que se adquiriria a consciência de que os *interesses de classe superam o círculo corporativo do grupo econômico* e devem ser interesses de outros grupos subordinados (Gramsci, 2000, p. 41). Neste último momento, as questões políticas e ideológicas crescem de importância, pois

[7] O conceito de "comunidade política" é de Max Weber (2004) e traz a vantagem de apontar que o espaço dentro do qual operam as classes tem suas limitações político-institucionais.

é o momento em que uma classe social passa a pleitear uma posição hegemônica na sociedade[8].

Assim, a partir desta ideia de que as classes sociais possuem um limite dentro do qual operam em cada situação histórica, poderemos buscar compreender como se dá a formação de coalizões, alianças, aproximações entre as classes, ou para usar um termo mais adequado, como ocorre a formação de um *bloco histórico*. Segundo Portelli (1977) e Buci-Glucksmann (1980), o conceito de bloco histórico vai muito além da mera aliança de classes, pois traz em si um conteúdo de caráter econômico-social em uma forma ético-política, que se identificariam concretamente. Isto quer dizer que a noção de bloco histórico, ao articular a estrutura econômica com a superestrutura político-cultural, nos permite enxergar as articulações das consciências possíveis das diversas classes sociais em disputa na luta pela conformação de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e social. É neste ponto que entra a questão central para este trabalho: a ideia de que as classes sociais estão em constante luta pela formação de um arranjo hegemônico que as favoreça.

Partindo das análises de Maquiavel, Gramsci busca elaborar uma análise das relações políticas entre as classes que vá além da mera coerção física, assim, ele organiza a idéia de hegemonia como uma combinação entre força e consentimento, no qual o segundo deve ser preponderante.

> O exercício 'normal' da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria[9] (Gramsci, 2000, p. 95).

Para Gramsci, a hegemonia "não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo" (Gruppi, 1978, p. 70) no qual a classe

[8] Apesar da aparência mecanicista e etapista, os momentos da consciência de classe descritos por Gramsci não guardam entre si uma relação de ordem lógica ou cronológica. Eles apenas apontam para questões que são perceptíveis à consciência da classe em cada situação, não devendo ser entendidos como uma tentativa de esgotamento das possibilidades de consciência no plano teórico, já que esta tem um caráter eminentemente histórico e concreto.

[9] O principal exemplo de Gramsci como exercício bem-sucedido de hegemonia está no "Americansimo" que combinou "habilmente a força – a destruição do sindicalismo operário de alcance nacional – com persuasão – altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política muito hábil" (Gramsci, 2008).

dirigente busca constantemente evitar confrontos com os dominados, quase sempre de forma bem sucedida, estando a fonte deste sucesso no plano cultural (Lears, 1985).

Nesse sentido, Gramsci entende o *bloco histórico hegemônico* como tendo uma perspectiva universalista, na qual a classe fundamental, que exerce a direção sobre as demais, é obrigada a ceder em alguns aspectos às classes aliadas, sempre respeitando os limites impostos pelo próprio sistema.

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial (Gramsci, 2000, p. 48).

Assim, a hegemonia gramsciana jamais pode ser confundia com controle social unilateral de cima para baixo, pois a cultura hegemônica é constantemente revitalizada pela incorporação de temas culturais das classes dominadas, assim como as demandas materiais das classes dominantes são complementadas pelas demandas das classes subalternizadas. Dessa forma, uma classe só é hegemônica em uma determinada sociedade na medida em que faz avançar seu conjunto e isso não apenas de forma ilusória ou ideológica, mas de forma real e concreta (Buci-Glucksmann, 1980). Para o exercício bem-sucedido da hegemonia, as demandas das classes dominantes e dominadas devem confundir-se de modo que pareçam demandas de todo o bloco histórico, limitando-se assim, as lutas internas ao bloco a "lutas pela classificação"[10]. A classe dominante deve ser capaz, então, de estabelecer uma ordem competitiva que universalize – ao menos em termos potenciais – as possibilidades de avanço de todos os envolvidos na relação de dominação.

O cerne, portanto, da questão em torno da hegemonia e do consenso que deve ser gerado em torno de um bloco histórico está na sua dinamicidade, isto é, na sua necessidade de reformulação contínua.

---

[10] Pegamos emprestado, mais uma vez, um conceito de Bourdieu (2002 e 2007a), pois acreditamos que este conceito expressa bem a lógica interna de um bloco histórico em posição hegemônica ao implicar e impor "que todos os grupos envolvidos avancem no mesmo sentido, em direção aos mesmos objetivos, ou seja, às mesmas propriedades, àquelas que lhes são designadas pelo grupo que ocupa a primeira posição na corrida" (Bourdieu, 2007a: 157). Trata-se, em suma, de uma luta integradora e reprodutora da ordem social vigente.

> A construção do consenso, seja ativo ou passivo, deve ser, aqui, entendida como um processo que se desenvolve através de fluxos e influxos, avanços e retrocessos marcados por transformações nas relações de força entre as classes e entre estas e suas formas institucionalizadas (Bianchi, 2001, p. 20).

Dentro deste quadro, o Estado possui uma posição estratégica na articulação das forças sociais para a formação de um bloco histórico, já que "a unificação de camadas sociais diferentes em torno de uma classe dirigente" passa, necessariamente, pelo Estado (Buci-Glucksmann, 1980, p. 355). Neste sentido, Gramsci opera uma ampliação do Estado para incluir entre suas instituições constituidoras o que ele chama de "aparelhos de hegemonia", núcleo da noção de hegemonia segundo Buci-Glucksmann (1980). O Estado, para Gramsci, deve ser entendido não como uma coisa, nem como um mero instrumento de classe, mas como "a condensação de uma correlação de forças" (Buci-Glucksmann, 1980, p. 93)

Mais do que isso, o Estado é dotado de um papel central na legitimação de uma dada ordem simbólica, pois ele é "detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*" (Bourdieu, 1989), isto é, por meio de suas instituições oficiais de nomeação, seleção e exclusão (como a escola, o diploma, etc.) o Estado é capaz de legitimar ou deslegitimar um determinado discurso (Bourdieu, 2007b). Ele é capaz de impor, "na realidade e nos cérebros" todos os princípios fundamentais de classificação, por isso, Bourdieu afirma:

> Em nossas sociedades, o Estado contribui, em medida determinante, para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce em bases permanentes uma ação formadora de disposições duráveis, por meio de todas as constrições e disciplinas a que submete uniformemente o conjunto dos agentes. (Bourdieu, 2007b: 211).

Dessa forma, o Estado é o agente capaz de estabelecer "o fundamento de um consenso sobre esse conjunto de evidências partilhadas, capazes de conformar o senso comum" (Bourdieu, 2007b, p. 212). Sendo assim, aquilo que é da ordem da *filosofia espontânea* tem, no Estado, um agente fundamental no seu estabelecimento e na sua legitimação.

Dentro do que foi aqui exposto, o Estado será compreendido, então, como operando dentro de um limite imposto pela correlação de forças estabelecida a partir luta dinâmica das classes sociais. Contudo deve-se ter em mente, ao mesmo tempo, que o Estado encontra-se em uma posição estratégica capaz de alterar este limite, mesmo que de maneira lenta e gradual.

O cerne deste trabalho se encontra, portanto, na noção gramsciana de hegemonia, conceito que é capaz de enxergar a articulação das classes entre si tanto em termos político-institucionais quanto no que tange os temas ideológicos e materiais. Analisar as relações das frações e grupos internos de uma classe, das classes umas com as outras e delas com o Estado, tendo em vista os componentes políticos, ideológicos e materiais destas relações será o objetivo maior deste trabalho.

***

Dito isso, podemos passar a tratar da apresentação das demais seções deste trabalho, que estará dividido em quatro partes além desta *introdução*. A ordem da exposição que segue buscará compor o quadro da situação histórica analisada a partir das perspectivas possíveis dos principais sujeitos sociais envolvidos. Nosso intuito, portanto, não será buscar a identidade destas perspectivas, mas as diferenças na unidade, que comporão a totalidade social concreta da situação histórica em questão.

A natureza do objeto deste estudo – a abertura comercial – acabou por limitar a duas as classes – ou melhor, frações de classe – que seriam analisadas: o empresariado industrial e os trabalhadores organizados[11], pois são as classes que tiveram participação mais ativa no processo de abertura ao comércio exterior, ao mesmo tempo em que foram elas as mais afetadas de forma direta pela política em questão.

A maior parte do material utilizado para a realização desta pesquisa veio de fonte secundária. No entanto, diante do caráter histórico e político do objeto estudado, algumas fontes primárias foram consultadas como leis, decretos, projetos de lei,

[11] É importante ressaltar os adjetivos que delimitam as frações de classe em questão. Por um lado, trataremos apenas da fração industrial da burguesia, já que este é o setor empresarial que esteve mais diretamente envolvido no processo de abertura comercial. Por outro lado, ao estudarmos apenas o que denominamos trabalhadores organizados, estamos nos referindo unicamente à fração sindical da classe trabalhadora, deixando de lado aqueles sujeitos que não estavam articulados no nível institucional, tais como os setores médios e uma imensa massa de trabalhadores rurais e urbanos.

discursos de figuras políticas proeminentes, entre outros. Além disso, foi amplamente utilizado material jornalístico do período, como revistas e jornais[12].

Sendo assim, o primeiro capítulo buscará apresentar o contexto dentro do qual o processo de abertura é deflagrado. Serão explorados também os detalhes do processo, tais como os mecanismos utilizados para sua implementação e as arenas abertas pelo Estado para a negociação e articulação política junto aos principais atores envolvidos. Buscaremos reconstruir o quadro histórico de rompimento do bloco histórico hegemônico anterior a partir da crise econômica dos anos 1970 e 1980 e a crise política da ditadura militar. O período abrangido pelo governo Collor – foco mais direto desta pesquisa – será dividido em três fases, com o objetivo de facilitar o entendimento das alternativas políticas e das possibilidades de variação nas articulações sociais. O Estado e seus principais agentes serão os sujeitos fundamentais deste capítulo, que formatará a estrutura política dentro da qual será processada a ação das classes e grupos sociais.

O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar o campo ideológico construído a partir das demandas dos atores sociais formatado pelas alterações na correlação de forças sociais naquele momento histórico. O período abrangido por este capítulo começa no final dos anos 1980 e avança até meados da década seguinte, transcendendo, assim, em alguns anos, o período abarcado pela pesquisa histórica. Essa necessidade se deve à especificidade da análise da história das ideias que acaba por exigir um olhar mais amplo sobre as idas e vindas das correntes de pensamento. Além das ideias de cunho mais econômico, também será alvo deste capítulo ideias com raízes na ciência política que, além de terem sua importância na conformação dos posicionamentos públicos das classes, configurarão uma *filosofia espontânea* da sociedade segundo a hipótese que será defendida aqui[13].

---

[12] A maior parte do material jornalístico consultado encontra-se disponível no Banco de Dados POLI, disponível para consulta em http://www.cis.org.br, que contém resumos das principais informações veiculadas pelos jornais *O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo* e *Gazeta Mercantil*, entre 1987 e 1995. As informações extraídas deste banco de dados serão citadas como (POLI, 2005), já que, pelas características do banco, muitas vezes não é possível identificar a fonte original da informação. Os editoriais de jornais foram consultados a partir do trabalho de Francisco Fonseca (2005).

[13] O fato de a análise ideológica aparecer antes da análise política da relação entre as classes não se deve a uma perspectiva idealista deste trabalho, mas sim ao fato de entendermos que, mais do que o reflexo direto das ambições de uma ou outra classe ou fração de classe, as disputas ideológicas são tributáveis da correlação de forças presente na realidade concreta. Além disso, a apresentação das correntes ideológicas, num primeiro momento, facilitará didaticamente a exposição dos argumentos defendidos neste trabalho.

Composto o quadro político e ideológico que é, ao mesmo tempo, produto e insumo da luta de classes no período, passaremos à análise da ação e do pensamento das classes em questão. Assim, o terceiro capítulo tratará do empresariado industrial e de seu posicionamento perante o processo de abertura comercial. Como foi dito no começo, a ação do empresariado não terá como parâmetro apenas a liberalização do comércio, mas sim todo o processo de reformas econômicas pelo qual passava a economia brasileira, bem como a consolidação da ordem democrática com a eleição direita de um Presidente da República após mais de vinte anos de um regime político fechado à participação social. A interpretação dos significados políticos e materiais destas mudanças serão fundamentais para a atuação deste sujeito social. Assim, as possibilidades de consciência e ação do empresariado industrial serão ponderadas a partir da atuação política e ideológica das principais entidades empresariais do período. O capítulo estará preocupado em compreender tanto como a realidade social pautou o comportamento destes grupos quanto como este sujeito foi capaz de pautar questões de seu interesse na conjuntura histórica.

Finalmente, o quarto capítulo se debruçará sobre a atuação dos trabalhadores organizados. Este capítulo levará em consideração a ação sindical que, naquele momento, encontrava-se dividido entre o "novo sindicalismo", consolidado institucionalmente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o "sindicalismo de resultados", que num primeiro momento estava mais atrelado a algumas lideranças individuais, mas que posteriormente consolidou-se na fundação da Força Sindical. Exploraremos não só as diferenças ideológicas entre estas duas correntes principais do sindicalismo, mas principalmente suas divergências em termos de método de atuação, isto é, a postura que cada uma defendia perante os empresários e o Estado e as mudanças e contradições nesta postura provocadas pelo processo de abertura que estamos analisando aqui.

Assim, esta breve introdução buscou apontar a dinamicidade da realidade social e o caráter relacional dos sujeitos históricos. A apresentação das categorias que serão utilizadas ao longo do trabalho teve a finalidade de facilitar o entendimento do que será exposto a seguir, bem como deixar claro o ponto de vista metodológico do qual partimos.

Tratar de um tema tão vivo e dinâmico do ponto de vista histórico como é o caso do processo de abertura comercial do Brasil é, sem dúvida, algo tão estimulante quanto desafiador. Ao tentar apontar um olhar sociológico para um processo que quase sempre é visto pela perspectiva econômica, o objetivo deste trabalho foi, além de contribuir para o entendimento de um processo histórico central para a história recente brasileira, chamar a atenção para a importância da multiplicidade de pontos de vista que se faz necessária para a apreensão de um objeto desta natureza.

Capítulo 1: A abertura comercial no contexto da crise de hegemonia brasileira

Mais do que introduzir um tema de pesquisa é preciso apresentá-lo apropriadamente e este é o objetivo principal deste capítulo: apresentar as linhas gerais do processo de abertura comercial implantado pelo governo Collor. É preciso ressaltar, porém, que esta apresentação não estará restrita à exposição nua dos dados econômicos e dos objetivos gerais da política em questão. Nosso objetivo, aqui, é apresentar toda a complexidade e contradições presentes neste processo a fim de defender a hipótese de que a abertura comercial foi parte fundamental de um processo de reconstrução de um bloco histórico hegemônico que havia sido desintegrado diante da crise política e econômica vivida pelo Brasil nos anos 1980.

Assim, a primeira parte deste capítulo trata justamente do desmantelamento do edifício desenvolvimentista ao longo da década de 1980. Procuraremos demonstrar que a crise econômica iniciada a partir dos choques externos vividos pela economia brasileira, já a partir da década de 1970, encontrou-se com a crise política vivida pelo regime militar, formando uma *crise de hegemonia*, que abriu espaço para um realinhamento dos compromissos e, consequentemente, para uma rearticulação das forças sociais presentes na sociedade brasileira.

A segunda parte tratará mais especificamente do processo de abertura comercial propriamente dito. É preciso destacar, no entanto, que a abertura comercial não significou apenas a redução das tarifas aduaneiras e a derrubada de barreiras não tarifárias. Como foi dito anteriormente, a abertura comercial deve ser encarada como um *processo* e, desse modo, ela será vista em seu todo, isto é, como a política industrial e de comércio exterior implantada no início dos anos 1990. Desse modo, estará em foco os espaços institucionais de negociação do governo junto a empresários e trabalhadores, como será detalhado adiante.

Dessa forma, neste capítulo, pretendemos dar substância à hipótese essencial deste trabalho de que o processo de abertura comercial foi o primeiro passo fundamental no sentido de produzir um novo arranjo sócio-polítipo capaz de dar novos contornos a um bloco histórico que almejaria uma posição hegemônica na sociedade brasileira.

Crise e ruptura: a destruição do arranjo desenvolvimento

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas, no Brasil e no mundo, por grandes transformações que são mais evidentes, à primeira vista, no âmbito econômico, mas suas consequências são visíveis tanto em termos políticos quanto sociais. O impacto que essas transformações tiveram sobre a vida social e política dos diversos países, assim como o tempo de maturação desses impactos, dependeu, principalmente, das atitudes tomadas pelos diferentes países diante dos desafios apresentados pela conjuntura internacional. Para os fins deste trabalho, interessa especialmente os efeitos dessas transformações no Brasil e as opções políticas tomadas pelo governo brasileiro, bem como as conseqüências para a transição política e econômica pela qual o país começava a passar naquele momento. Nosso intuito aqui será, então, apenas reconstruir histórica e socialmente as linhas gerais da transformação pela qual o Brasil passou neste momento e que afetarão sensivelmente o período posterior no qual nossa análise estará focada.

O processo histórico que será objeto deste capítulo tem início no ano de 1973, marcado pela primeira crise internacional do petróleo, que teve como resposta, no Brasil, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Trata-se de um momento central na história contemporânea brasileira, pois marca o auge e, ao mesmo tempo, o início do declínio do que se convencionou chamar de Estado Desenvolvimentista e do padrão desenvolvimentista brasileiro[14]. De maneira geral, o projeto contido no II PND visava ampliar a participação do Estado em setores chave da economia e reforçar o capital privado nacional frente ao estrangeiro, ou seja, tratava-se de uma alteração substancial no peso relativo das diferentes frações do capital que compunham o pacto desenvolvimentista[15]. Segundo Sallum Jr. (1996), o II PND era parte de uma estratégia do governo militar, chefiado por Ernesto Geisel, que tinha duas faces: a

[14] Foge do escopo deste trabalho discutira as características desse modelo de desenvolvimento. Cabe apenas assinalar, grosso modo, que neste modelo a presença do Estado era central tanto no papel de protetor da indústria nacional quanto na função de detentor de empresas em setores "estratégicos" da economia. Desse modo, o Estado usava de seu poder interventor para estimular investimentos e sustentar altas taxas de crescimento econômico. Da mesma forma, a inserção externa estava submetida aos desígnios protetores e incentivadores do Estado, que limitava inclusive os setores nos quais o capital internacional deveria participar na economia doméstica.

[15] O plano previa também a descentralização dos investimentos, antes muito concentrados em São Paulo, e garantir certos benefícios para a população de baixa renda por meio de programas sociais e reajustes salariais (Cf. SALLUM JR., 1996). A respeito das questões econômicas envolvidas no II PND, conferir Castro e Souza (1985).

institucionalização do regime militar e a construção de um capitalismo com autonomia nacional frente aos processos de transnacionalização do Capital.

As alterações provocadas pelo II PND causaram insatisfação em setores da burguesia nacional e atritos entre estes e o governo. A expressão mais visível deste atrito foi a "campanha contra estatização" entre 1976 e 1977[16]. Nos anos seguintes, a crítica do empresariado centrou-se na chamada "ciranda financeira" e em defesa da indústria. Há que se ressaltar, contudo, que nem o projeto do II PND nem a reação dos empresários apontavam para uma ruptura do pacto dominante até então. As manifestações não se direcionavam para o rompimento da aliança desenvolvimentista, mas eram "expressão de disputa *adicional* no interior de uma aliança que expandiu sua base material." (SALLUM JR., 1996, p. 53).

Por outro lado, no fim dos anos 1970, surgem novas associações e manifestações paralelas a forma pela qual o Estado tradicionalmente organizava a mediação de interesses, o que revelava o descompasso entre a complexidade crescente da sociedade brasileira e a capacidade do Estado de incorporar essas demandas com seus mecanismos de representação e cooptação. A expressão mais evidente deste descompasso se encontra nas greves e manifestações do sindicalismo operário no fim da década, mas é preciso destacar também as significativas derrotas eleitorais sofridas pelo governo entre 1974 e 1982.

A partir de 1982, a situação se agrava diante do recrudescimento do estrangulamento externo. A moratória da dívida externa decretada pelo México naquele ano desencadearia uma crise no mercado de crédito internacional que fechou suas linhas de financiamento, sobretudo para a America Latina (Cf. CARNEIRO, 2002). "Essa crise, que se instaura no Brasil a partir de 1983, quebra o padrão hegemônico de dominação vigente desde os anos 30" (SALLUM JR., 1996, p. 63). Paralelamente, a vitória do PMDB em São Paulo e em vários outros estados em 1982 aproxima os economistas críticos

[16] Não entraremos nos detalhes desta campanha que teve caráter essencialmente midiático, para mais informações conferir (CRUZ, 1995).

ligados ao partido de setores do empresariado, fato que é ampliado com a perda de credibilidade da equipe econômica do governo nos anos de 1983 e 1984[17] (CRUZ, 1997).

> O Estado desenvolvimentista vinha, desde os anos 70, sendo superado aos poucos pela complexidade cada vez maior da sociedade de classes; complexidade produzida precisamente pelo crescimento capitalista extraordinário que o próprio Estado impulsionara. Mas, [...] o papel dos fatores externos não será apenas o de precipitar e de acelerar uma crise. Será também o de moldar a sua superação. (SALLUM JR., 1996, p. 63-64).

Dessa forma, a necessidade de ajuste durante o governo Figueiredo a partir da interrupção do financiamento externo causou as principais rachaduras no edifício desenvolvimentista. O ajuste adotado – baseado em acordo com o FMI – acabou por onerar desigualmente os diferentes grupos e classes sociais evolvidos no arranjo anterior. A opção por manter o vínculo com o sistema financeiro internacional atingiu fortemente a burocracia estatal, sobretudo em relação às empresas ligadas ao Estado, exacerbando a exclusão socioeconômica dos assalariados. Com isso, procurou-se manter os parâmetros materiais e ideológicos das relações com o sistema financeiro, elo forte da ligação entre os empresários e o Estado autoritário (SALLUM JR., 1996).

A proximidade das eleições presidenciais acercou ainda mais o empresariado da crítica promovida pelo PMDB à política econômica do governo[18]. Neste momento, duas linhas de pensamento econômico começavam a debater o futuro econômico do país. A primeira vertente, pode-se dizer que de cunho mais neoliberal, pregava a estabilização econômica com a quebra do intervencionismo estatal e pelo uso de mecanismos de mercado. Como é sabido, essa vertente vinha se tornando hegemônica mundialmente, principalmente com a ascensão de Ronald Reagan e Margareth Thatcher aos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra respectivamente. Contudo, no Brasil, essa corrente de pensamento contava com a simpatia apenas de lideranças da moderna agricultura de exportação e, sobretudo, de empresários do ramo comercial (SALLUM JR., 1996).

Do outro lado, surgia um nacional-desenvolvimentismo renovado e ligado a setores do PMDB que defendia uma reforma do sistema financeiro a fim de colocá-lo a

[17] É também de 1982 o documento produzido por economistas ligados ao PMDB "Esperança e Mudança", que buscava uma resposta à crise brasileira alternativa ao ajuste recessivo implantado pelo governo militar. Trataremos mais adiante deste documento com mais detalhes.
[18] O apoio à candidatura de Tancredo foi massivo por parte do empresariado industrial.

serviço do crescimento industrial, reduzindo, dessa forma, os ganhos especulativos. Além disso, essa vertente se colocava favorável à internalização da indústria de alta tecnologia e à incorporação dos assalariados organizados com políticas de negociação salariais. Com essas propostas, estes economistas asseguravam a simpatia do empresariado industrial nacional e da burocracia das empresas estatais (SALLUM JR., 1996).

Para completar o quadro de crise de hegemonia, as massas populares e classes médias continuavam desafiando os limites políticos a que estavam submetidos durante o período ditatorial. Os maiores exemplos desse desafio estavam, por um lado, na crescente organização sindical no início dos anos 1980[19], com a ampliação de suas pautas reivindicativas para além das questões salariais – direito de greve, livre negociação dos contratos coletivos de trabalho, liberdade sindical, etc. – além da ampliação do número de trabalhadores sindicalizados. Por outro lado, os movimentos de classe média que reivindicavam a ampliação da participação democrática também foram ampliados, tendo sua expressão máxima nos movimentos pelas eleições diretas para Presidente da República com grandes manifestações de rua.

> Bem feitas as contas, o Estado desenvolvimentista sofreu no final dos anos 70 e começo dos anos 80 os efeitos da mudança das condições internacionais e sociais que lhe tinham servido de casulo para dirigir, com sucesso, a construção de um capitalismo industrial de orientação nacional mas socialmente excludente. (SALLUM JR., 1996)

Desse modo, as condições internacionais de retração do crédito mundial, mas principalmente as manifestações internas de descontentamento de grupos cada vez maiores com os rumos políticos e econômicos que vinham sendo adotados pelos dirigentes do governo militar, foram responsáveis pela ruptura do pacto que sustentava o regime ditatorial no Brasil e estremeceram as bases do modelo desenvolvimentista de crescimento econômico. É nesse sentido que Sallum Jr. e Kugelmas (1991) afirmam que o processo de redemocratização no Brasil não foi apenas uma crise de regime, mas sim uma *crise de Estado*, já que este diria respeito à articulação entre o poder político e o conjunto do corpo social.

[19] No início da referida década se realizou a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT) que se desdobrou na fundação da CUT e da CGT. Além, é claro, da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

> Estão em crise o padrão anterior de articulação entre capitais locais — privados e estatal — e o capital internacional; a forma existente de agregação e representação de interesses econômico-sociais gerados em uma sociedade cada vez mais complexa; e a relação entre setor público e privado no processo de desenvolvimento capitalista. Tais crises se condensam no núcleo político da sociedade, pondo em xeque não só o regime que se busca substituir mas a própria forma de Estado, o Estado Desenvolvimentista. (SALLUM JR.; KUGELMAS, 1991, p. 147).

Neste mesmo sentido, José Luis Fiori (1990, p. 146) afirma que a crise dos anos 1980 não foi uma mera crise conjuntural, mas "uma *crise de Estado*, análoga a outras que deram lugar a grandes inflexões do Estado brasileiro" e, desse modo, a reforma essencial que se colocava passava por uma "redefinição de compromissos e pela afirmação de supremacias" (Fiori, 1992).

Contudo, Sallum Jr. (1996) foi quem melhor sintetizou o que queremos expressar neste aspecto. Segundo o autor, no momento em que a ruptura do empresariado com o governo se evidenciou a crise teria mudado de qualidade, deixando de ser meramente econômica e passando a afetar o próprio pacto de dominação, assim, tratava-se agora de uma *crise de hegemonia*.

Assim, no momento em que a crise econômica do modelo de desenvolvimento se encontrou com a crise política do regime militar elas se transformam em uma crise social, na qual as formas de organização política, ideológica e cultural vigente até então foram postas em xeque e abriu-se, com isso, um amplo leque de possibilidades de ação e consciência das classes sociais. Estava rompido o bloco histórico que havia hegemonizado a sociedade brasileira nos últimos 50 anos, definindo seu modelo de desenvolvimento e o padrão de relacionamento entre Estado e sociedade. É por isso que chamaremos este processo de *crise de hegemonia*.

A vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral com o apoio de amplos setores da sociedade – tais como o grande empresariado industrial, a tecno-burocracia estatal, oligarquias regionais, assalariados e setores da classe média profissional e pareceu dar sobrevida ao modelo desenvolvimentista. Segundo a análise de Sallum Jr. (1996), a candidatura de Tancredo visava "recuperar o velho padrão de dominação", mas com certas conotações mais liberais, o que seria inviável diante da perda de bases materiais do Estado, da pressão dos credores internacionais, da internacionalização do capital e da

autonomização da sociedade. Assim, a crise de hegemonia iniciada no começo dos anos 1980 não teria sido superada no governo Sarney, prova disso, seriam as frequentes mudanças de estratégia no enfrentamento da crise econômica. Neste período, os principais setores da aliança desenvolvimentista teriam conservado o poder de veto sobre as políticas governamentais, mas não teriam sido capazes de definir um sentido comum para a sociedade brasileira (SALLUM JR., 1996).

O aspecto mais relevante no que se refere à transição do modelo econômico no período Sarney está no súbito sucesso e fracasso do Plano Cruzado, concebido e implementado por economistas heterodoxos ligado ao PMDB e que haviam atraído a simpatia de setores do empresariado com suas propostas, como foi dito anteriormente. O Plano buscava a estabilização econômica por meio de mecanismos pouco convencionais como o congelamento de preços e que desagradaram setores relevantes do empresariado, sobretudo os mais oligopolizados[20]. Além disso, a estratégia de "politizar" a negociação da dívida com os credores externos mostrou-se pouco efetiva, o que tampouco contou com o suporte destes setores.

Segundo Cruz (1997), o "retumbante fracasso do Cruzado" trouxe duas consequências para o realinhamento ideológico que ocorria naquele período, o primeiro deles foi o descrédito geral que recaiu sobre as teses heterodoxas e o segundo foi a desorientação de seus autores, que foram incapazes de intervir ordenadamente no debate público. Além disso, diante do fracasso das negociações da dívida, o que culminou com uma queda brutal dos investimentos líquidos em 1986, os empresários temiam ficar "na contramão da história", ou o que é pior, ficarem alijados de toda e qualquer fonte de financiamento externo para seus investimentos.

Para completar o quadro, com o Cruzado e as tentativas seguintes de controle da inflação, os congelamentos de preços se tornaram quase que uma "regra intocável" na economia brasileira, colocando as leis do livre-mercado no campo da imoralidade. O descontentamento do empresariado frente a essa situação, em que sua "liberdade de ação" estava ameaçada não poderia ser outra senão se voltar contra o que entendiam ser

[20] O congelamento de preços trazido pelo Plano Cruzado trouxe um impacto distributivo com consequências nada desprezíveis, pois os setores mais oligopolizados e, por consequência, os mais poderosos e influentes na vida política foram justamente os mais afetados diante da maior facilidade em garantir o controle de preços nestes setores. No campo sindical o congelamento de salários trouxe a mesma consequência em relação aos trabalhadores mais organizados. Sobre este aspecto conferir (CAMARGO; RAMOS, 1988 *apud* CRUZ, 1997).

atitudes arbitrárias do Estado. Assim, a interferência dos agentes estatais em assuntos da esfera econômica era crescentemente questionada e cada vez de forma mais contundente por setores cada vez mais amplos da sociedade. Neste sentido, o Estado passava a ser alvo de críticas de distintas fontes e muitas vezes com conteúdos contraditórios entre si:

> Os empresários denunciam-no por sua ingerência indevida, por seu grau de arbítrio, pelas restrições que ele faz pesar sobre sua liberdade de ação; os economistas, os técnicos, os 'intelectuais' reprovam-no por sua reduzida autonomia face aos interesses privados, por sua relação simbiótica com os grupos dominantes. (CRUZ, 1997)

Segundo Padilha (2002), ao longo do governo Sarney, os empresários teriam passado de uma reação tópica, contrária ao congelamento para uma posição mais genérica, contrária à atuação do Estado na economia. Assim, os anos de 1987 e 1988 seriam marcados por profundas transformações na retórica – e pode-se dizer também na prática – econômica tanto por parte do governo, onde economistas com uma perspectiva mais liberal assumem postos chave, quanto por parte de lideranças e entidades empresariais. Segundo Cruz (1997), a diferença entre o velho discurso e o novo, encampado a partir de meados de 1987, está, em parte, na maneira de definir as relações entre capital nacional e estrangeiro, na importância dada ao desenvolvimento tecnológico, na valoração de instrumentos de controle direto e no tratamento do estrangulamento financeiro das empresas estatais. Contudo, segundo o autor, o ponto mais relevante estava no fato que antes a política industrial "confiava na ação diretora do Estado e na possibilidade de instaurar a empresa privada nacional como líder do processo de crescimento econômico". A partir de então, diante do diagnóstico de falta de poupança interna – estatal e privada –, o foco do desenvolvimento e modernização do sistema produtivo estaria na "internalização de vetores externos de inovação através da importação de bens e tecnologia, e do estímulo ao investimento direto" (CRUZ, 1997, pp. 80-81).

Coerentemente com este discurso, o governo Sarney lança em maio de 1988 a "nova política industrial" sob retórica liberalizante, mas com mecanismos que mantinham muitas características do velho modelo. Assim, a intervenção estatal estava longe de desaparecer por completo, mas algumas inovações foram colocadas em pauta,

como o abandono da "origem do capital" como instrumento de política, a generalidade dos incentivos e o início de uma reforma tarifária[21].

Segundo dados coletado por Cruz (1997), a maioria dos empresários ouvidos em pesquisas na época concordavam com a política industrial apresentada pelo governo. Além disso, entidades representativas da indústria como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) responderam favoravelmente à nova política, pois se identificavam retoricamente com as bandeiras do antiestatismo e do livre-mercado. A principal crítica à política, advinda sobretudo de economistas liberais, atacava a contradição que existiria entre a retórica oficial predominantemente liberal e a prática evidenciada pelas medida que mantinham forte participação do Estado nas determinações dos rumos da indústria no Brasil.

Dessa forma, um dos aspectos mais relevantes da nova política dizia respeito à "virada" em direção ao setor externo da economia que marca profundamente as diferenças entre as primeiras gestões econômicas durante o governo Sarney – sob a chefia de Dilson Funaro e depois Luis Carlos Bresser-Pereira – e as gestões posteriores – com Francisco Dorneles e Maílson da Nobrega. Como já foi dito, Funaro e Bresser-Pereira ainda apregoavam uma visão mais nacionalista da política econômica e, por isso, buscaram não submeter o país aos mecanismos de mercado, procurando "politizar" as negociações em torno da dívida externa. Por outro lado, a nova visão que passa a imperar no governo a partir de 1988 enquadra a negociação da dívida externa dentro do processo de rearticulação internacional via mecanismos de mercado. Neste sentido, são coerentes as medidas de suspensão da moratória, retomada das negociações com o FMI e a redução de barreiras aos capitais e produtos do exterior.

No entanto, há que se ressaltar que esse movimento em direção ao exterior coincidia não só com os desejos da equipe econômica, mas também do empresariado, ator chave no pacto desenvolvimentista. Diferentemente do que ocorrera no início da década, os empresários não viam mais grandes dificuldades em gerar saldos comerciais externos, necessários para o pagamento do serviço da dívida. A retomada das relações

[21] Foge do escopo deste trabalho entrar nos detalhes da política industrial anunciada pela equipe econômica de Sarney. O fato mais relevante é que pela primeira vez em muitos anos os temas da abertura comercial e de um modelo de desenvolvimento de cunho mais liberal voltavam ao centro do debate com apoio de setores do empresariado e do governo.

com o mercado financeiro mundial não acarretaria novos custos para o setor, além de eliminar um contencioso que mostrava trazer mais problemas do que ganhos para o país, na perspectiva empresarial (SALLUM JR., 1996).

Paralelamente, outra mudança de perspectiva é operada no interior da visão empresarial sobre os rumos do desenvolvimento econômico. Trata-se da visão que coloca como essencial para a retomada dos investimentos privados, o ajuste do setor público, pois este teria se tornado consumidor de poupança privada, o que estaria travando o processo de crescimento econômico. Assim, a "virada" em direção ao exterior é completada por uma guinada em relação ao papel que o Estado deveria desempenhar no interior do processo de desenvolvimento. De condutor dos investimentos privados, o Estado havia se transformado em fator inibidor destes, de acordo com essa perspectiva. Neste sentido, diante da falta de poupança privada interna, o apelo pela retomada da normalidade nas relações com os investidores internacionais passa a ser logicamente necessário como fonte de recursos para uma nova política de investimentos. Desse modo, como bem aponta Cruz (1997), a novidade desta nova construção ideológica está no caráter circular presente na relação entre reforma do Estado, abertura externa e um novo regime para o capital estrangeiro. Estes passaram a ser apresentados como objetivos e meios indispensáveis um para o outro e não mais como fins isolados.

É por tudo isso que Sallum Jr. (1996, p. 114, *destaques no original*) classifica a nova república como "uma *sobrevida deteriorada* da velha aliança nacional-desenvolvimentista em meio a circunstâncias inóspitas". Neste período da história recente do Brasil, as condições externas e internas para a manutenção deste pacto de dominação foram progressivamente corroídas. Contudo, as condições históricas e políticas não permitiram que uma nova estrutura de relação entre as classes e um novo modelo de desenvolvimento fossem completamente estabelecidos, apesar de já existirem tendências que apontassem para uma ou outra direção. Assim, o Brasil enfrentou um processo eleitoral em 1989 que Cruz (1997) chama de "crítico", diante de seu potencial no que tange a reorganização da sociedade brasileira. Curiosamente, as duas forças políticas que negaram apoio à eleição de Tancredo são justamente as que irão balizar e disputar os rumos do novo pacto de dominação emergente nos anos 1990:

> de um lado, as pressões para quebrar o padrão autárquico e regulamentado da economia nacional e, de outro, as destinadas a incorporar os assalariados organizados, reconhecendo-lhes direitos de participação autônoma na vida pública e na luta pelos frutos do desenvolvimento. (SALLUM JR., 1996: 114).

A polarização das eleições de 1989 entre essas duas visões ideológicas e a vitória do candidato "moderno" com forte discurso antiestatista e favorável à internacionalização da economia brasileira são reveladoras do apelo que este imaginário havia ganhado na população em geral e não apenas nos círculos restritos da elite política e econômica. É a partir deste ponto e das disputas e articulações em torno da proposta de abertura comercial do novo governo que seguirá este trabalho, como ficará mais claro a seguir. Assim, apesar da crise do processo de substituição de importações ter se iniciado no fim dos anos 1970, é nos anos 1990 que encontramos o "ponto de inflexão na trajetória recente do capitalismo brasileiro" (DINIZ, 2004).

Sendo assim, com a crise de hegemonia instalada no Brasil a partir da conjugação da crise política do regime militar com a crise econômica do modelo desenvolvimentista, um novo bloco histórico hegemônico, que fornecesse uma base sólida para um novo modelo de desenvolvimento, precisava ser construído, o que não ocorreu nem com as tentativas heterodoxas de combate à inflação na segunda metade da década de 1980 nem com a promulgação da Constituição de 1988. Este trabalho partirá, então, da hipótese que a abertura comercial da economia brasileira promovida pelo governo Collor foi o primeiro passo na direção da construção deste novo bloco histórico e, por consequência, da solução da crise de hegemonia que havia se instalado.

Abertura comercial e política industrial durante o governo Collor

O Brasil inicia, então, a década de 1990 sob condições políticas, econômicas e sociais bastante singulares. A crise econômica vivida pelo país, expressa nas altas taxas de inflação e no baixo nível de crescimento, reforçava e era reforçada pela crise política – diante da perda de autoridade do Presidente da República – e pela falta de um projeto capaz de mobilizar o conjunto da sociedade nacional. Assim, a proposta de abertura da economia ao exterior e redução do papel do Estado, encampada pelo candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 1989, aparece como primeiro norte minimamente coerente

capaz de guiar a sociedade brasileira para um novo projeto de desenvolvimento econômico baseado em uma nova hegemonia social. A primeira forma de concretização efetiva desta proposta, até então discutida de forma abstrata e vista por muito como mero recurso retórico, encontra-se na Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) proposta ainda em 1990 pelo governo recém-empossado. Dessa forma, buscaremos, a seguir, explorar mais profundamente os rumos e definições desta nova política adentrando em seus detalhes mais relevantes.

Com o intuito de facilitar o trabalho de análise e exploração dos resultados, sugerimos uma divisão do período a ser analisado em três momentos, que correspondem, a nosso ver, a três fases distintas do governo Collor[22]. A proposta de divisão foi elaborada com base em dois critérios complementares do nosso ponto de vista: a articulação entre Estado e sociedade, tanto em termos de abertura dos mecanismos de governo ao diálogo quanto em termos de participação efetiva dos atores da sociedade civil na discussão e implementação das propostas; e o modelo de desenvolvimento econômico e integração externa em pauta que, de acordo com o que é sugerido neste trabalho, depende não apenas das idéias e projetos em disputa, mas principalmente da correlação de forças sociais naquele momento histórico concreto.

Com base nisso, a primeira fase a ser explorada terá como marcadores temporais o início do governo Collor – em março de 1990 – e o lançamento efetivo dos programas de incentivo à competitividade e qualidade industrial – entre setembro de 1990 e fevereiro de 1991 – que encerram a etapa de concepção da política industrial e de comércio exterior por parte do governo e abrem as primeiras arenas de negociação com empresários de diversos setores. A segunda fase terá como foco este momento de transição de uma política mais tecnocrática para outra mais voltada à negociação. Ela tem início com a criação dos espaços de negociação entre governo e empresários e é encerrada com o estabelecimento das câmaras setoriais como lócus principal de articulação dos desdobramentos da política industrial, passando com isso a integrar os trabalhadores organizados nas negociações. Finalmente, a terceira fase será marcada pelas negociações nas câmaras setoriais e pela flexibilização de alguns pontos da

[22] A divisão do período em três conjunturas é parcialmente baseado no trabalho de Rua e Aguiar (1995), contudo, nossa divisão difere em alguns pontos da proposta das autoras devido a especificidade deste trabalho.

política industrial inicialmente proposta, sendo concluída com o processo de *impeachment* de Collor, no final de 1992.

Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente pelo voto popular desde o golpe militar de 1964 venceu as eleições de 1989 com uma proposta de modernização da sociedade brasileira, por meio da ruptura com a estrutura corporativa e patrimonial do Estado brasileiro e de um novo modelo de integração da economia internacional no cenário globalizado. Collor, que se tornou nacionalmente conhecido por sua "caça aos marajás" quando foi governador de Alagoas, buscava definir a si próprio como alguém sem compromissos com o *status quo* na medida em que recusava apoios tanto de políticos tradicionais quanto de lideranças do setor empresarial[23]. Além disso, durante a campanha eleitoral e no período entre a eleição e a posse do novo presidente, as ações de Collor buscavam valorizar um novo modelo de desenvolvimento e integração com a comunidade internacional, no sentido de aproximar o Brasil do "Primeiro Mundo"[24]. Por fim, Collor também buscou ser coerente com sua proposta de enxugamento do Estado por meio da extinção de cargos no governo federal, a consequência foi uma drástica redução do número de ministérios e concentração da área econômica em um super-ministério intitulado Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que além das áreas da Fazenda e Planejamento também se tornara responsável pela indústria e comércio exterior. Com essa medida, além de exibir publicamente sua postura austera, Collor buscava centralizar as decisões burocráticas, uma vez que a fragmentação decisória e a desarticulação burocrática haviam sido apontadas como responsáveis, em parte, pelo fracasso da política industrial do governo Sarney.

Antes, porém, de entrarmos nos detalhes das fases que procuramos delimitar cumpre fazer um breve relato a respeito da organização institucional promovida por

[23] É preciso lembrar que os empresários não desfrutavam de uma boa imagem perante o conjunto da sociedade naquela conjuntura de alta inflação e baixos investimentos, razão pela qual ambos os candidatos que disputaram o segundo turno das eleições de 1989 relutavam em aceitar apoios de lideranças ou entidades representativas dessa classe.

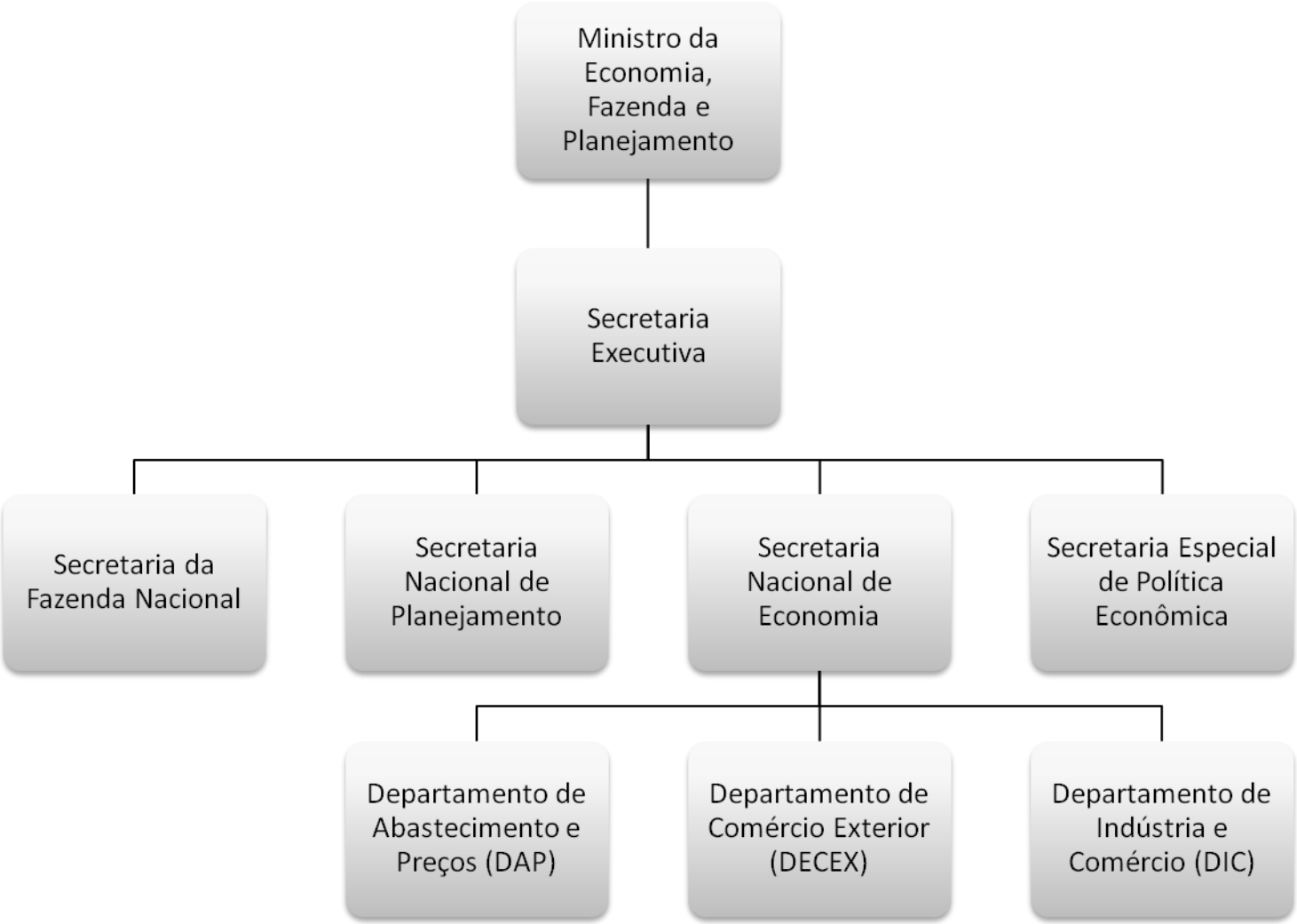
[24] Um dos episódios mais marcantes que ilustra o imaginário que Collor buscou criar em tono de si e do futuro que almejava para o país pode ser encontrado na visita feita pelo então Presidente eleito ao exterior em que ele comparou os carros produzidos no país a carroças, frente aos carros europeus. (ISTOÉ/SENHOR, 14/02/1990).

Collor no Ministério da Economia. A Tabela 1 traz um organograma resumido de como ficou organizado esse "superministério"[25].

Ao longo do governo Collor, dois foram os titulares do Ministério da Economia: Zélia Cardoso de Mello, que foi substituída, em maio de 1991 por Marcílio Marques Moreira. Ao longo do período Zélia, Eduardo Teixeira e, posteriormente João Maia foram os Secretários Executivos da Pasta, João Maia e depois Edgar Antonio Pereira ocuparam a Secretaria Nacional de Economia, Antonio Kandir foi Secretário Especial de Política Econômica e Luis Paulo Velloso Lucas foi o titular do Departamento de Indústria e Comércio, tendo Antonio Maciel Neto como diretor adjunto. Com a entrada de Marcílio Marques Moreira, Luis Antonio Andrade Gonçalves passaria a ser o Secretário Executivo, Dorothea Werneck ocuparia a Secretaria Nacional de Economia, levando Antonio Maciel Neto para ser seu adjunto, Roberto Macedo ocuparia a Secretaria de Política Econômica e Luis Paulo Velloso Lucas seguiria no Departamento de Indústria e Comércio Exterior.

Este panorama institucional e organizacional do Ministério faz-se importante para efeitos de identificação de figuras e postos chave dentro da estrutura governamental. Tendo conhecimento deste quadro que apresenta o lócus onde foi formulada e gerida a política industrial e de comércio exterior, podemos passar para a exploração da política em si e dos caminhos trilhados pela abertura comercial brasileira, no início dos anos 1990.

[25] Por economia de espaço, optamos por não incluir no organograma todos os departamentos e conselhos que compunha a estrutura geral do Ministério, apenas suas Secretarias e os departamentos submetidos à Secretaria Nacional de Economia, onde foi gestada a maior parte da política que é objeto deste estudo.


Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento
Secretaria Executiva
Secretaria da Fazenda Nacional
Secretaria Nacional de Planejamento
Secretaria Nacional de Economia
Secretaria Especial de Política Econômica
Departamento de Abastecimento e Preços (DAP)
Departamento de Comércio Exterior (DECEX)
Departamento de Indústria e Comércio (DIC)

Primeira Conjuntura

O programa de abertura comercial e de política industrial proposto pela equipe econômica do novo governo era coerente o imaginário[26] criado em torno de Collor. Em alguns aspectos, a proposta do governo Collor se assemelhava com os objetivos elencados na "nova política industrial" de Sarney. Contudo, as iniciativas de Collor aprofundavam e ampliavam os aspectos mais relevantes em termos de reforma econômica e colocavam em práticas pontos que na "Nova República" não haviam passado de figuras de retórica. Assim, logo ao tomar posse, em 15 de março de 1990, o governo Collor decreta, por meio da Medida Provisória (MP) 158, a imediata suspensão dos controles administrativos sobre as importações, ou seja, extinguiam-se a lista de produtos com emissão de guias de importação e os regimes especiais de importação, exceção feita à Zona Franca de Manaus (KUME; PIANI; SOUZA, 2003). Assim, ficava, a partir de então, a cargo da tarifa aduaneira o papel principal de estabelecer a proteção da indústria local. Além disso, Collor extinguiu uma série de órgãos e estruturas burocráticas e suspendeu ou eliminou a maioria dos subsídios praticados até então (MP 161). Com isso, Collor e sua equipe procuravam evidenciar a visão tecnocrática e aparentemente desvencilhada dos interesses imediatos na formulação da política econômica e a concepção de que o desenvolvimento do país deveria necessariamente passar por um novo modelo de integração internacional.

Segundo Fábio Erber (1991), a política industrial e de comércio exterior elaborada e apresentada pela equipe econômica do governo tinha como premissa a ideia de que a estabilidade e a melhora da qualidade de vida da população passariam pela modernização da estrutura produtiva brasileira e pela busca da competitividade. Por isso, o governo teria buscado combinar uma política de pressão sobre os agentes produtores – por meio da competição – com uma política de estímulo – via incentivos à competitividade.

De forma esquemática, as políticas de estímulo à competição – cerne desta primeira conjuntura – que teriam como função exercer pressão sobre as empresas instaladas no Brasil forçando-as a um ajuste que as tornassem capazes de competir no mercado mundial, estão basicamente relacionadas a medidas de abertura e

[26] As questões em torno do imaginário cultural que Collor buscou criar ao seu redor serão melhor discutidas no capítulo seguinte quando tratarmos das teses que defendiam o caráter patrimonialista do Estado brasileiro e sua relações com o neoliberalismo.

desregulamentação econômica[27]. Neste sentido, Erber (1991) assinala seis medidas anunciadas e que estão profundamente articuladas com a visão que a equipe econômica tinha com relação ao papel do Estado e da integração brasileira com a economia mundial: a eliminação de controles administrativos e órgão que controlavam a entrada de firmas e produtos na economia brasileira; as privatizações, que traziam implícita a perspectiva de que isso significaria mais eficiência e menor custo; a criação de uma legislação de proteção ao consumidor e contra abusos do poder econômico; a liberalização comercial, de investimentos e propriedade industrial; mudanças nas leis de remessas de lucros e na legislação tributária, além da permissão para que empresas estrangeiras tivessem acesso ao sistema BNDES; a permissão da criação de *joint ventures* entre empresas nacionais e estrangeiras e a facilitação no enquadramento destas empresas no conceito de "empresa nacional"[28].

É preciso destacar, porém, que essas medidas, apesar de comporem um conjunto relativamente coerente de política econômica, não foram postas em prática de maneira imediata e concomitante. Do mesmo modo, o grau de intensidade da aplicação de cada uma delas variou ao longo do tempo sem, contudo, prejudicar o sentido da política em seu conjunto. No que tange os objetivos desta pesquisa, será especialmente focado o significado dessas medidas em termos de diminuição do papel do Estado no desenvolvimento econômico e de construção de uma nova articulação entre os atores sociais. Ao dar grande peso às medidas de estímulo à competição, o governo apontava para a necessidade de "utilizar de forma mais eficaz as forças de mercado para induzir a modernização tecnológica do parque industrial e para aperfeiçoar as formas de organização da produção e da gestão do trabalho." (BRASIL/MEFP, 1990a). Ou seja, o aumento da força do mercado na alocação de recursos, reservando ao Estado apenas o papel de "garantir a estabilização Macroeconômica e a reconstrução de um ambiente favorável aos investimentos em geral" (BRASIL/MEFP, 1990a), além, é claro, de incentivar a reestruturação e o fortalecimento do capital privado com vistas a competir no mercado mundial.

[27] Segundo a avaliação de um importante membro da equipe econômica do governo, as políticas de estímulo foram as que melhor funcionaram, enquanto que as políticas e incentivo à competitividade tiveram efeitos bastante reduzidos.

[28] A maioria dessas medidas, sobretudo as que dependiam exclusivamente da vontade do poder executivo, tais como o fim das barreiras não tarifárias à importação e a reforma tarifária propriamente dita foram anunciadas nos primeiros meses do governo Collor sem passar por discussões mais amplas seja com setores da sociedade seja com o poder legislativo.

É importante ressaltar ainda que, juntamente com o anúncio das Diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE)[29], o governo anunciou a criação dos Grupos Executivos de Política Setorial, que seriam responsáveis pela articulação externa da política, isto é, com atores da sociedade civil, sobretudo empresários, devendo submeter ao governo as medidas relativas a sua aplicação e estimular a interação entre os agentes ligados a cada complexo industrial[30]. Contudo, neste primeiro momento, a estratégia da equipe econômica do governo era tentar mobilizar "pelo alto" o apoio de setores privados, isto é, o governo esperava contar com a adesão de grupos privados estratégicos simplesmente com base no discurso e nas medidas tomadas pelo governo, além de articulações informais (RUA; AGUIAR, 1995). Segundo Diniz (1993), os GEPS teriam sido pensados apenas como meios de legitimação e difusão dos "princípios e diretrizes ligados ao novo modelo de desenvolvimento", seu intuito seria, então, despertar adesão e criar consensos com atores estratégicos no meio empresarial[31].

A formulação das propostas de aumento da competição empresarial nesta primeira fase da política industrial e de comércio exterior ainda refletia profundamente as propostas de cunho mais liberal colocadas em pauta pelo Presidente na época da campanha eleitoral. Assim, o plano inicial da equipe econômica de Collor teria sido elaborado junto a um grupo restrito de economistas e técnicos. Inicialmente, teria prevalecido a opinião mais liberal de economistas como Winston Fritsch, Gustavo Franco, Fátima Dib, Eduardo Augusto Guimarães e Marcelo Abreu, ligados à PUC-RJ; suas posições estão mais evidentemente colocadas nas medidas de desregulamentação como as que estão presentes nas MPs 158 e 161, apontadas acima. Contudo, a versão mais definitiva da política de abertura comercial contida na PICE teria contado com a colaboração decisiva do grupo ligado a João Maia e Luis Paulo Velloso Lucas[32], que

---

[29] As Diretrizes Gerais da Política Industrial de Comércio Exterior foram anunciadas por meio da portaria n° 365 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de 26 de junho de 1990 (BRASIL/MEFP, 1990a).

[30] Os GEPS foram criado pela Portaria n° 367, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de 26 de junho de 1990 (BRASIL/MEFP, 1990b). Trata-se de um primeiro mecanismo de articulação Estado-sociedade no que tange à política econômica do governo Collor, mas como pode ser inferido, ainda é bastante vago em suas especificações em termos de participação e força de atuação.

[31] O fracasso dos GEPS era apontado pelos empresários como resultante da falta de credibilidade mútua entre empresários e governo e no clima de descrença na possibilidade de resultados concretos. Pelo lado do governo, seu fracasso era atribuído à prioridade no combate à inflação e na resistência do empresariado em relação aos novos fóruns, ao preferirem manter as formas tradicionais de atuação mais particularistas (DINIZ, 1993).

[32] Maia foi Secretário Nacional de Economia entre outubro de 1990 e maio de 1991. Lucas, que foi diretor do Departamento de Indústria e Comércio do MEFP de 1990 a 1992, era um quadro saído do

teriam imposto sua visão ao ocuparem cargos estratégicos no governo (RUA; AGUIAR, 1995).

Segunda Conjuntura

Por outro lado, as medidas de incentivo à competitividade são elaboradas pelo governo em torno de três programas articulados entre si, mas que não são anunciados concomitantemente. Estas medidas abrem o que chamamos aqui de segunda fase no interior do processo de abertura comercial e de reformulação da política industrial. A simples existência de programas de incentivo à competitividade revela que o governo estava preocupado em contrabalancear as medidas de competição – que se não fossem bem dosadas poderiam significar o completo sucateamento da indústria nacional – mas, além disso, esses programas mostram que, apesar do discurso afinadamente liberal, o projeto do governo não previa a ausência total do Estado na economia, mas sim uma reformulação de seu papel que passaria de investidor direto a indutor de investimentos.

Neste sentido, o governo anunciava o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), em setembro de 1990, que previa incentivos fiscais para investimentos na área de ciência e tecnologia e estabelecia metas para o setor; o Programa Brasileiro de Qualidade de Produtividade (PBQP), de novembro de 1990[33], que buscava articular esforços do governo e da sociedade civil com vistas à melhoria da qualidade e produtividade de produtos e serviços de empresas brasileiras; e o Programa de Competitividade Industrial (PCI), anunciado em fevereiro de 1991[34] e que "conclui a etapa de concepção básica da Política Industrial e de Comércio Exterior" (ERBER, 1991, p. 310).

Apesar de o PCI ser especialmente importante para os objetivos desta pesquisa, por tratar diretamente do tema da competitividade industrial e estabelecer com maior clareza a divisão do trabalho que deveria ser operada entre Estado e a iniciativa privada, será o PBQP, o programa mais exitoso no período, como veremos mais adiante.

BNDES, onde havia participado ativamente de debates em torno do projeto de "integração competitiva", visão que influenciou fortemente os rumos da política de abertura comercial do governo Collor como será argumentado com mais detalhes adiante.

[33] O Programa foi estabelecido juntamente com as Diretrizes Gerais de Política Industrial e Comércio Exterior, mas a regulamentação do Comitê Nacional da Qualidade e Produtividade, que deveria orientar e coordenar as ações do Programa só foi estabelecido em 07 de novembro de 1990.

[34] O PCI, assim como o PBQP, já estava previsto nas Diretrizes da política industrial divulgadas em junho de 1990, mas sua regulamentação só foi posta em prática em fevereiro do ano seguinte.

Na formulação da política industrial e de comércio exterior, governo enxergava a competitividade industrial em três níveis: estrutural, setorial e empresarial[35]. A competitividade estrutural, segundo o texto publicado na própria portaria do MEFP, estava relacionada ao ”funcionamento das estruturas de suporte da economia, das condições gerais do ambiente macroeconômico, da funcionalidade do aparato regulatório e do custo dos fatores externos às empresas.” Dependeria, portanto, “das políticas do poder público” que condicionariam e incentivariam os investimentos privados (BRASIL/MEPF, 1991). Neste sentido, o governo previa medidas de incentivo em quatro áreas principais: investimento privado, exportações, educação e tecnologia.

A competição setorial, por sua vez, seria “determinada pelas vantagens comparativas naturais, adquiridas e potenciais, e pelo dinamismo dos diferentes setores da economia.” Desse modo, deveria representar “o critério básico para orientar o processo de modernização e especialização da economia brasileira” e dependeria, assim, da ação combinada entre as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e as estratégias das empresas atuantes nos diversos setores (BRASIL/MEFP, 1991). Aqui, aparecia com maior clareza a necessidade de articulação entre Estado e setor privado. Neste sentido, atribuía à Comissão Empresarial de Competitividade “o detalhamento e implementação de medidas nessa área” ligada à tecnologia de ponta[36] (BRASIL/MEPF, 1991).

Finalmente, a competitividade empresarial estaria submetida à “capacitação gerencial e tecnológica das empresas” e à “adequação de sua configuração acionária, em termos de escala e grau de verticalização”. Neste sentido, seria dependente “essencialmente da direção das empresas”, ao poder público caberiam apenas “políticas gerais de fomento” (BRASIL/MEFP, 1991). Assim, o Programa vislumbrava que a reestruturação do modelo empresarial brasileiro deveria passar por processos como:

---

[35] Esta divisão presente no PCI é encontrada de maneira similar no *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, estudo coordenado por Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz, economistas ligados a UNICAMP e UFRJ respectivamente, de caráter tradicionalmente desenvolvimentista. Tal estudo foi encomendado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República em 1992, o que revela a complexidade teórica por trás das formulações da PICE.

[36] O governo enxergava vantagens comparativas nos setores em que o país já havia adquirido uma posição relevante de exportador, seriam eles: agroindústria, papel e celulose, siderurgia e metalurgia, petroquímica, têxteis, couro e calçados, complexo automotivo, construção naval e bens de capital e previa ações específicas para cada um deles. Por outro lado, os setores estratégicos que eram vistos como difusores e geradores de inovação e progresso técnico estariam ligados ao complexo eletrônico, à química fina, à biotecnologia e à criação de novos materiais (BRASIL/MEFP, 1991).

> i) de fusões e incorporações em setores pulverizados; ii) da desverticalização de grandes empresas, com conseqüente desenvolvimento de redes de fornecedores e subfornecedores especializados; iii) do desenvolvimento do mercado de capitais e abertura de capital das empresas; e iv) do processo de privatização. (BRASIL/MEPF, 1991).

Dessa maneira, antevendo novamente a necessidade de cooperação entre os setores público e privado o governo destacava "o papel dos agentes oficiais de crédito, particularmente o BNDES, no financiamento de operações de reestruturação que envolvam fusões e incorporações" (BRASIL/MEFP, 1991).

Assim, nos dispositivos de gerenciamento do Programa, o governo acreditava ser "indispensável a articulação entre os diversos níveis de governo e a iniciativa privada, visando uma integração eficaz, respeitada a autonomia de cada um dos segmentos envolvidos." Além disso, previa a necessidade de revisões periódicas no PCI, diante do "dinamismo da economia moderna" e da "profundidade e extensão das reformas estruturais em curso no Pais". Desse modo, o Governo Federal se comprometia em providenciar:

> a) a convocação periódica dos Grupos Executivos de Políticas Setoriais - GEPS para examinar e rever as estratégias setoriais de competitividade e em cada ramo ou complexo Industrial;
> b) a criação e convocação periódica da Comissão Empresarial de Competitividade - CEC, formada por representantes do setor público e privado, para debater as estratégias nacionais de competitividade, os planos e programas governamentais e os eventuais problemas e obstáculos para sua implementação. (BRASIL/MEPF, 1991).

Dessa forma, contrariando o padrão tecnocrático e muitas vezes autocrático das primeiras medidas do governo Collor no que se refere aos temas econômicos, os programas lançados no fim de 1990 e começo de 1991 não só previam como estimulavam a participação de setores do empresariado tanto na execução dos programas quanto na discussão dos rumos que estes deveriam tomar dali em diante. Entre fins de 1990 e os primeiros meses de 1991, o governo do Presidente Fernando Collor de Mello saíra de uma postura dura e intransigente em relação às pressões dos setores organizados da sociedade para uma postura de abertura ao diálogo, inclusive com a criação de arenas formais de negociação. Assim, é possível dizer que ocorreu uma inflexão no interior do governo Collor, pois é o período em que, diante das

ameaças de ingovernabilidade e do recrudescimento da crise econômica, o executivo federal convocou empresários e trabalhadores para discutir um "entendimento nacional"[37] e criou fóruns de negociação e articulação com esses setores. Com isso, inicia-se uma segunda fase no interior do período que analisaremos, pois tanto em termos de políticas de integração externa e desenvolvimento econômico, quanto em termos de articulação entre Estado e sociedade as mudanças são perceptíveis.

Para um Presidente que buscava se livrar de qualquer vínculo com lideranças políticas ou sindicais e que havia iniciado seu governo com medidas encaradas por muitos como antidemocráticas (congelamento de preços, confisco de depósitos bancários, demissão de funcionários públicos, etc.), o simples fato de convocar os principais atores organizados para buscar uma saída negociada para os impasses encontrados revelava a força que esses grupos haviam adquirido nos últimos anos e seu poder de veto sobre determinadas medidas.

Apesar disso, ainda podem ser apontados problemas no *modus operandi* dessas arenas de negociação. O primeiro deles era a falta de clareza em termos de lócus de decisão para os assuntos relativos à política industrial, o que prejudicava largamente as negociações entre membros da burocracia e atores privados. Além disso, era comum a formação de comissões provisórias que eram desfeitas em momentos de conflito com as lideranças burocráticas. Finalmente, é importante ressaltar a falta de representatividade dos participantes do GEPS e da CEC, que não tinham o caráter formal necessário para este tipo de fórum. Assim, suas decisões não tinham caráter de "acordos fechados", ficando a mercê de decisões posteriores por parte do governo e da boa vontade dos atores privados no comprimento das medidas sugeridas. Dessa forma, essas arenas, que deveriam ser espaços mais amplos de articulação com o setor privado, apesar de representarem um avanço em relação ao modelo unilateral que o governo de Collor ensaiou em seus primeiros meses, ainda poderiam ser criticadas por não passarem de meros espaços legitimação e difusão dos princípios e diretrizes elaboradas pelo governo, como já foi assinalado por Diniz (1995).

Por outro lado, alguns pontos devem ser destacados ainda com relação ao caráter desta nova política anunciada pelo governo para os quais Erber (1991) chama a

[37] Mais adiante discutiremos, em mais detalhes, a conturbada entrada dos trabalhadores nas negociações do "entendimento nacional" e as consequências políticas deste fato.

atenção[38]. O primeiro deles é a inovação trazida pela PICE, sobretudo por meio do PCI, em relação ao papel que deveria ser desempenhado pelo Estado. Este deveria, agora, focar-se apenas em questões gerais de infra-estrutura e colocar-se como mero promotor da tecnologia, qualidade e produtividade. Pode-se apontar certa contradição neste aspecto quanto ao discurso abertamente liberal do governo e os incentivos, subsídios e apoio a determinados setores, contudo, trata-se de uma contradição que Erber atribui ao reconhecimento por parte dos técnicos do governo da "inadequação do paradigma liberal aos problemas atuais [isto é, daquele período – LF] do desenvolvimento industrial ou, em outros termos, a superação da ideologia pelo pragmatismo" (ERBER, 1991, p. 326)[39].

Finalmente, é preciso destacar também que a PICE não toca em dois pontos centrais e que estavam inevitavelmente em pauta naquele momento: a integração regional – via MERCOSUL – e a participação dos trabalhadores nos fóruns de negociação estabelecidos pelo governo. Todas as arenas de negociação criadas pelo governo – tais como os Grupos Executivos de Política Setorial (GEPS) e a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC) – não previam a participação de trabalhadores, apesar das negociações em torno do "entendimento nacional", que estava ocorrendo naquele momento, contarem com a presença dos principais sindicatos e centrais sindicais do país.

A abertura do governo às sugestões e pressões da burguesia industrial foi significativamente ampliada com a troca da equipe econômica em maio de 1991, segundo Rua e Aguiar (1995)[40]. A nova equipe econômica, comandada por Marcílio Marques Moreira, tratou de mobilizar o empresariado, assegurando a subordinação das decisões a consensos prévios com o setor privado. Os GEPS foram extintos e em seu lugar foram fortalecidas progressivamente as câmaras setoriais que passaram por um processo de detalhamento das ações a serem desencadeadas e de mapeamento dos obstáculos a sua implementação. Além disso, a Comissão Empresarial de

[38] Seria inútil entrar aqui em uma discussão sobre a efetividade das medidas ou sua adequação para a conjuntura econômica, pois o objetivo que cabe dentro do escopo desta pesquisa é discutir os mecanismos de formulação e negociação da nova política.

[39] Neste aspecto, cabe destacar a disputa ideológica que existia internamente ao governo e que exploraremos no capítulo seguinte.

[40] A percepção de que Marcílio seria mais aberto ao diálogo e à negociação do que Zélia também era compartilhada pelos empresário no período, segundo etrevistas que realizamos.

Competitividade (CEC) passou a se articular com o PBQP, tornando-se efetivamente um fórum de negociação e debate de interesses dos atores privados e passando a ocupar-se com problemas macroeconômicos e estruturais, com o intuito de encaminhar propostas de ação governamental (RUA; AGUIAR, 1995).

A instauração das Câmaras setoriais durante o governo Collor e a definição de sua função em relação à política industrial percorreu um caminho bastante interessante e que vale a pena ser reconstruído. Após o estabelecimento de um novo congelamento de preços e salários por meio no Plano Collor II, o então Deputado Federal pelo PT Aloizio Mercadante conseguiu aprovar uma emenda que previa a constituição de câmaras setoriais como forma de flexibilização dos preços[41]. As câmaras previam negociações com a participação de técnicos do governo e representantes tanto de setores empresariais quanto de trabalhadores de cada setor produtivo. Além da ampliação da negociação como mecanismo de reforma econômica, a grande novidade apresentada pela lei foi a abertura de um canal institucional de diálogo com os trabalhadores[42] sobre propostas concretas e por setores da economia.

A atuação das câmaras foi regulamentada pelas portarias do Ministério da Economia Fazenda e Planejamento n° 463, de 6 de junho de 1991 e n° 762, de 9 de agosto do mesmo ano. Esta última transferiu para a Secretaria Nacional de Economia a definição da competência, abrangência e designação dos membros. Com Dorothea Werneck como titular da pasta, "é reconhecida a impotência das câmaras diante da inflação e a falta de credibilidade destas perante os empresários e trabalhadores" e começa-se a articular uma nova função para elas, que passariam, então a integrar "uma estratégia mais ampla de elaboração de políticas industriais." (ANDERSON, 1999: 8).

Terceira Conjuntura

A nova função dada às câmaras setoriais abre a terceira fase do governo Collor no que concerne aos objetivos deste trabalho. Com essas alterações, a política de

[41] A proposta de Mercadante foi transformada no artigo 23 da Lei n° 8.178, de 1 de março de 1991. É interessante notar que a proposta guarda certa semelhança com o projeto de combate à inflação encampado pelo PT nas eleições de 1989, quando o mesmo Mercadante era o principal assessor econômico da campanha de Lula.

[42] É preciso lembrar, mais uma vez, que o governo Collor já havia convocado os trabalhadores organizados para negociações junto ao governo no fim de 1990 com o "entendimento nacional", contudo, a diferença agora está na concretude e especificidade do tema a ser negociado.

desenvolvimento econômico e inserção internacional passariam definitivamente a ser debatidas com os setores organizados da sociedade. Mais ainda, ao abrir as portas para negociações de tamanha importância para o projeto do governo, com empresários e principalmente trabalhadores[43], a equipe econômica de Collor reconhecia tacitamente a relevância que esses setores haviam adquirido ao longo dos últimos anos e o poder de pressão que haviam alcançado neste período, apesar de manter o caráter setorializado na organização e representação dos interesses.

> Ao legitimar o trabalhador sindicalizado como interlocutor, o mecanismo em que se baseiam as Câmaras Setoriais permite certamente alargar o escopo da negociação, mas não significa necessariamente a ruptura com a setorialização dos interesses induzida pela configuração monopolista do mercado, típica do sistema corporativo brasileiro. (DINIZ, 1993, p. 61).

Os trabalhos nas câmaras setoriais tiveram início em junho de 1991 e, um pouco mais de um ano depois, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, informava em relatório publicado em outubro de 1992 que até aquela data haviam sido fechados cinco acordos num total de 29 negociações em andamento (ANDERSON, 1999).

Segundo Diniz (1993), alguns temas comuns podem ser identificados nas diversas câmaras tais como: os subprogramas setoriais de qualidade e produtividade (SSQP), que visavam por em prática os princípios e objetivos do PBQP; as questões ligadas ao comércio exterior, incluindo a promoção das exportações, as relações com o Mercosul e a liberalização do comércio; temas relativos ao sistema tributário; questões ligadas à desburocratização e à desregulamentação; e, finalmente, discutia-se com frequência cada vez maior as relações entre capital e trabalho.

Posteriormente, as câmaras setoriais passaram a incorporar temas relativos à competitividade setorial e, assim, passaram a atuar em estreita conexão com a CEC. Esta – que depois foi substituída pelo Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (CONCEC) – deveria prover "as diretrizes que forneceriam os parâmetros para as negociações nas câmaras", assim como o PBQP deveria "fornecer subsídios para as questões ligadas à qualidade e produtividade". (DINIZ, 1993, p. 12).

[43] A adesão dos sindicatos às negociações das câmaras setoriais não foi imediata e tampouco unânime. A mudança na postura combativa de parte do sindicalismo brasileiro e a adesão tanto ao "entendimento nacional" quanto às câmaras setoriais serão discutidas com mais profundidade adiante.

É por esta razão que para alguns membros do próprio governo, as câmaras setoriais seriam uma espécie de "evolução natural" do PCI e do PBQP, ou seja, com o crescimento da importância das câmaras e com a ampliação de suas atribuições elas passaram, naturalmente, a ocupar o espaço e unificar os fóruns de negociação anteriormente estabelecidos.

Outro ponto que deve ser destacado em relação às câmaras setoriais está ligado ao esforço que elas representam no sentido de colocar em prática uma nova visão da política industrial, focada na idéia de "complexo industrial", o que tornaria possível "considerar o conjunto de indústrias integrantes de uma mesma cadeia produtiva na avaliação do comportamento do setor" e "possibilitar o crescimento integrado e equilibrado de todos os segmentos da cadeia produtiva."[44] (DINIZ, 1993, p. 14).

De forma bem esquemática, para não fugir de nosso enfoque, os principais acordos celebrados no âmbito das câmaras setoriais foram: setor de brinquedos, em fevereiro de 1992; produtos têxteis e de confecções, em abril de 1992; da indústria naval, em maio de 1993; tratores e máquinas agrícolas, em dezembro de 1993 (ANDERSON, 1999). No entanto, a experiência mais notória, tanto pela importância do setor no interior do parque industrial brasileiro, quanto pela ativa participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, berço do chamado "novo sindicalismo" e da CUT foi o acordo do setor automobilístico.

Não será feito aqui um longo levantamento da situação da indústria automobilística ou de qualquer outro setor específico no país nem tampouco será debatido o resultado dos acordos para os diversos setores produtivos[45]. Cabe apenas lembrar que, além dos efeitos da abertura comercial e da necessária reestruturação produtiva, a indústria brasileira sofria com uma prolongada crise econômica e com a instabilidade macroeconômica, o que pode ter colaborado para a facilitação dos diversos acordos[46].

---

[44] A câmara setorial do setor automotivo, por exemplo, incluía também, além de representantes dos trabalhadores, representantes do setor de autopeças, das revendedoras, montadores, além do próprio governo.

[45] Apenas para efeito de registro, entre dezembro de 1991 e fevereiro de 1995 foram fechados três acordos entre do complexo automotivo que, em linhas gerais, estabeleciam o corte de impostos, a redução de preços dos veículos, garantias de salário e emprego e mecanismos de facilitação do consumo.

[46] Segundo o IBGE, a inflação no segundo semestre de 1991 variou próxima de 10% a 20% ao mês e a indústria teve quedas na produção nos anos de 1990, 1991 e 1992.

Assim, diante do processo de impedimento sofrido por Collor em 1992, este será o marco temporal que fechará o escopo desta pesquisa. Evidentemente, uma análise histórica da sociedade não pode se furtar de olhar para acontecimentos relevantes antes ou depois do período demarcado por ela. Contudo, essa delimitação é importante para evitar desvios na rota estabelecida para a pesquisa.

***

Dessa maneira, os pontos que devem ser ressaltados para os fins deste trabalho estão relacionados, por um lado, aos mecanismos de articulação e participação dos diferentes grupos e classes sociais no interior do aparelho de Estado – mecanismos estes que foram criados tanto por iniciativa do governo quanto por pressão que esses grupos exerciam para que sua participação na vida política do país fosse considerada legítima; e, por outro lado, há que se destacar também as mudanças que o projeto inicialmente elaborado sofreu no transcorrer do processo de negociação e conflito entre as classes. Assim, com o intuito de facilitar o processo de análise destas questões, foi proposta a divisão do nosso período de análise em três fases acima identificadas, que se diferenciam pelo grau de abertura à participação dos atores externos ao núcleo responsável pela política econômica e pelo papel que o Estado e o setor externo desempenharam no interior do projeto em construção.

A hipótese geral que pretendemos sustentar aqui é a de que a reformulação da política industrial e de comércio exterior realizada pelo governo Collor e a articulação ocorrida entre governo, empresariado industrial e trabalhadores organizados nos diferentes canais institucionais abertos neste período trilharam o caminho de um novo modelo de desenvolvimento e de integração internacional, assim como, deram passos essenciais na construção de uma nova articulação hegemônica entre os setores organizados da sociedade. Dessa maneira, procuraremos analisar as variações ocorridas, no interior de cada conjuntura identificada, em termos desta articulação entre as classes sociais e o Estado e do sentido apontado por este novo modelo de desenvolvimento.

Sendo assim, a análise que será empreendida daqui em diante terá como foco a busca dessas respostas em duas vias paralelas. A primeira delas estará focada nas articulações indiretas entre o projeto proposto pelo governo e os projetos que tinham em mente as classes politicamente organizadas – empresários industriais e trabalhadores

sindicalizados – para influenciar aquele projeto. O enfoque da pesquisa será, essencialmente, os projetos em disputa e as recepções que as diferentes classes ou frações de classe tiveram perante o debate que estava colocado sobre os rumos do desenvolvimento econômico nacional e da integração da economia brasileira no mercado mundial. Por outro lado, estará em foco também, a visão que os sujeitos tinham do papel a ser desempenhado pela classe a que pertenciam ou pelas outras classes dentro deste novo quadro que se desenhava para a sociedade brasileira, isto é, será colocado em destaque questões que vão desde a noção de pertencimento a um grupo com interesses comuns e que deve lutar para impô-los aos demais, até noção que estes sujeitos tinham ou não do processo de luta pela construção de uma nova hegemonia.

Capítulo 2: O ambiente ideológico: a construção do Estado como problema

O debate entre liberais e desenvolvimentistas é muito antigo no Brasil. Desde as controvérsias entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen ainda nos anos 1930 e 1940, passando pelos debates políticos entre "nacionalistas" e "entreguistas" nos anos 1950 e chegando ao golpe militar de 1964 e seus desdobramentos posteriores, sempre houve, no Brasil, posições ideológicas diversificadas e qualificadas, no tema do desenvolvimento econômico. Apesar disso, as políticas econômicas colocadas em práticas pelos governos democráticos e ditatoriais deste período tomaram feições muito mais moderadas e pragmáticas do que o debate ideológico poderia inferir. Esse fato não chega a ser surpreendente uma vez que, da perspectiva da qual parte este trabalho, as tomadas de posição por parte do governo não pode fugir a determinados parâmetros estabelecidos a partir da correlação de forças existentes naquele contexto histórico concreto.

É possível, no entanto, afirmar que, entre 1930 e 1980, o Brasil passou por um período em que a hegemonia das ideias econômicas vinha do campo desenvolvimentista, refletindo o arranjo político-social formulado a partir do primeiro governo Vargas, apesar das evidentes nuances entre um período e outro. Após esse longo predomínio, ideias de cunho mais liberal voltaram à tona. Dessa vez, porém, além de terem passado por reformulações e terem ganhado novo rótulo e novos recursos retóricos, elas vinham amparadas pela força da pressão internacional exercida pelos líderes dos principais países do centro capitalista – Estados Unidos e Inglaterra – e dos organismos internacionais. Esse suporte, sem dúvida, fortaleceu essa corrente ideológica, mas não se pode afirmar que ele sozinho tenha sido suficiente para explicar a penetração dessas ideias no Brasil; prova disso, foi a resistência que os formuladores da política econômica e os principais grupos econômicos ofereceram, retardando sua aplicação ao país[47].

[47] É preciso destacar, portanto, que, ao apresentarmos as idéias econômicas antes de entrarmos propriamente na correlação de forças sociais presente no período histórico analisado não estamos inferindo que as ideias tenham força própria e que os sujeitos são seus meros portadores. Do ponto de

Assim, como foi apresentado acima, o Brasil adentrou os anos 1980 em meio a uma crise de hegemonia, na qual as bases sociais do pacto desenvolvimentista estavam rompidas pela conjunção da crise econômica com raízes internacionais e pela crise política do regime militar. Entretanto, ao invés de uma ruptura radical com o modelo vigente, a oposição política, que contava com o apoio de parcelas cada vez maiores do empresariado, apresentava reformas na direção da incorporação de setores organizados da classe trabalhadora na hegemonia em vigor, como atesta o documento lançado por economistas ligado ao PMDB, em 1982, "Esperança e Mudança", também já mencionado.

Foi somente com o fracasso do Plano Cruzado e o recrudescimento da crise fiscal e financeira no Brasil – inclusive com a decretação da moratória da dívida externa – que começa a se articular um realinhamento ideológico por parte das elites políticas e econômicas brasileiras, já nos anos finas da década de 1980. Além do combate à inflação e a retomada do crescimento econômico, entrava em pauta a necessidade de estabelecer uma nova forma de relação com o capitalismo internacional.

Assim, o intuito deste capítulo é fazer um breve levantamento do debate ideológico desenvolvido no Brasil ao longo dos anos finais da década de 1980 e o começo da década seguinte, sem a intenção de esgotar os detalhes de cada uma das correntes[48]. Nosso propósito aqui é mapear as ideias que poderiam guiar, em termos valorativos, a ação dos sujeitos no período analisado[49]. Iniciaremos a apresentação com o levantamento dos principais pontos defendidos pelos economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), que se aproximaram progressivamente do chamado "neoliberalismo" neste período. Será importante neste ponto, notar as nuances do projeto mais ortodoxo brasileiro em relação ao chamado "Consenso de Washington".

---

vista do qual parte este trabalho, as ideias são o resultado e não a causa das disputas políticas e sociais e, dessa forma, não ultrapassam o *limite* que essas lutas não ultrapassam na vida real. Assim, sua apresentação neste momento do trabalho serve mais como recurso didático do que analítico.

[48] Parte significativa do debate econômico deste período dizia respeito às causas e medidas necessárias ao combate à inflação, o que não será tratado por este trabalho.

[49] A ordem de exposição das ideias defendidas pelas diferentes correntes a seguir, buscou guardar uma relativa cronologia em termos de formulação. Digo relativa, pois diante da dinamicidade das ideias é impossível estabelecermos uma cronologia estritamente linear. Contudo, seguir esta ordem é relevante para compreendermos como as correntes buscaram formular respostas aos desafios intelectuais colocados pelas demais alternativas em jogo.

Em seguida, procuraremos delinear as linhas gerais de um projeto desenvolvido no interior da burocracia estatal, principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ficou conhecido como "integração competitiva", e buscou um caminho mais moderado para dar respostas aos desafios enfrentados pela economia brasileira, apontando a necessidades de reformas em direção a ampliação do papel do mercado enquanto regulador do sistema capitalista, mas sem abrir mão por completo da atuação do Estado neste aspecto.

Por fim, serão elencados algumas tentativas do grupo chamado "desenvolvimentista", ligado aos departamentos de economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de rearticular suas ideias e posições políticas após o fracasso do Plano Cruzado, sobretudo por meio do *Estudo da Competitividade da Economia Brasileira* e também do viés mais distributivista desta corrente que se aproximou progressivamente de uma parte do movimento sindical e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Contudo, nossa análise do material jornalístico e opinativo do período revelou que este debate não pode ser esgotado no campo econômico, principalmente devido a suas peculiaridades técnicas que dificultam o acesso a seus argumentos por parte do público externo a esta área do conhecimento. Por isso, apontaremos ao final do capítulo para a importância que teve o aspecto político e sociológico deste debate[50] e seus pontos de intersecção com o debate econômico que auxiliaram a penetração das ideias neoliberais na sociedade brasileira. Será argumentado que as idéias que apontavam para o caráter patrimonialista do Estado brasileiro criaram ao longo dos anos 1980 uma *filosofia espontânea* que facilitou a penetração do ideário pró-mercado no Brasil.

[50] Esta divisão entre o campo econômico e o campo político do debate a que nos referimos é meramente didática, pois na disputa social entre classes estes campos na maioria das vezes se confundem, sobretudo em um contexto de crise orgânica como o que estamos estudando. Elaboramos esta divisão tendo como ponto de partida a área de formação dos principais autores de cada uma das correntes.

A dúbia relação da PUC-Rio com o neoliberalismo

Com uma formação "eclética", na definição de Presser (2007), os economistas ligados à PUC-RIO[51] pertenciam a uma corrente ideológica que se pode chamar de neo-estruturalista e inicialmente eram críticos às ideias associadas ao "Consenso de Washington". Estes autores defendiam uma abertura lenta e cautelosa com uma solução integrada para os problemas do Brasil (Cf. Presser, 2007): o país deveria, segundo eles, buscar a estabilização econômica no curto prazo, o crescimento no média e a integração internacional no longo. Entretanto, estes autores acabaram convergindo para o *mainstream* da política econômica ortodoxa no decorrer do governo Collor no que concerne a estabilização e as reformas estruturais, passando a ver toda intervenção estatal como necessariamente negativa.

Antes, porém, de nos aprofundarmos nas ideias defendidas por estes economistas, cabe fazer uma breve descrição do que se convencionou chamar de "Consenso de Washington"[52], a fim de termos clareza dos termos dentro dos quais se dava o debate e a pressão internacional com relação às reformas neoliberais voltadas para o mercado no período em questão.

John Williamson (1990a), em um texto mundialmente famoso (*What Washington means by policy reform*), sintetizou dez pontos fundamentais em termos de reforma da política econômica que deveriam ser seguidos por países latino-americanos que estavam em situação de crise econômica. Segundo Williamson, estes pontos representariam a opinião média de congressistas americanos e tecnocratas de instituições internacionais de financiamento e de agências governamentais dos Estados Unidos.

O primeiro ponto destacado por Williamson é a disciplina fiscal. Segundo o autor, existiria um amplo acordo em Washington de que "amplos e prolongados déficits fiscais são uma fonte primária de desorganização macroeconômica sob as formas de inflação, déficit de pagamentos e fuga de capitais" (Williamson, 1990a, p. 10, *tradução*

[51] Contribuíram também para a formação do pensamento desta corrente economistas ligados à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ).

[52] O objetivo deste trabalho não passa por fazer uma análise detalhada das ideias neoliberais, buscaremos apenas situar o debate brasileiro no contexto internacional dessas ideias. O texto de Williamson, por ser uma síntese didática destas ideias e por ser reconhecido como a primeira referência ao termo "Consenso de Washington" parece adequado às nossas finalidades.

minha). Em consequência, o segundo ponto levantado por Williamson é a priorização dos gastos públicos, que deveriam ser direcionados para investimentos em educação, saúde e infra-estrutura em detrimento de subsídios, especialmente os indiscriminados. Na mesma linha, o sistema tarifário deveria ser composto por uma base fiscal ampla e com taxas marginas moderadas. Deveriam ser evitados, portanto, ajustes fiscais por meio do aumento de impostos, estes deveriam ser realizados com base no corte de gastos.

Em relação às taxas de juros, Williamson destaca que estas deveriam ser estabelecidas pelo mercado, devendo ser positivas em termos reais, a fim de evitar fugas de capitais. Em linha semelhante, segue a orientação dada com relação à taxa de câmbio que também deveria ser determinada pelo mercado ou deveria ter sua adequação medida de acordo com os objetivos macroeconômicos, isto é, permitir o crescimento das importações dentro das possibilidades de oferta de modo a evitar desequilíbrios nas transações correntes e, ao mesmo tempo, controlar os riscos inflacionários. Assim, Williamson afirma que a orientação das economias em questão deveria estar voltada para o setor externo e não mais para o mercado doméstico, foco da política de substituição de importações. Neste sentido, a política comercial deveria priorizar a liberalização das importações. A proteção seria tolerável de maneira temporária e com foco específico em determinados setores. Williamson observa também que a liberalização em países com alto grau de proteção deveria seguir um ritmo adequado para não comprometer sua estrutura econômica e permitir o ajuste das empresas.

Com relação aos Investimentos Externos Diretos (IED), apesar de não colocar a liberalização dos fluxos de capital externo como prioritária, Williamson afirma não haver motivos racionais para sua restrição, uma vez que tais investimentos poderiam trazer aos países em desenvolvimento, além de capitais necessários, técnicas e conhecimentos para a produção seja para o mercado interno seja para exportação.

No que tange às privatizações, o autor defende que elas podem ajudar na redução do déficit público, tanto por meio da entrada imediata da receita obtida com a venda das empresas quanto na não necessidade de financiar futuros investimentos destas empresas. No entanto, a razão principal apontada pelo “Consenso” para a defesa das privatizações está na crença de que as empresas privadas são necessariamente melhor

administradas do que as estatais devido a seu foco no lucro e na prestação de contas aos proprietários.

Por fim, o texto de Williamson aponta duas outras medidas, estas no campo jurídico, que deveriam ser tomadas para a melhoria da competitividade dos países em desenvolvimento: a desregulamentação da economia, uma vez que a regulamentação excessiva é vista como fonte de corrupção e discriminação de pequenos e médios empresários que não tem acesso direto à burocracia; e o estabelecimento de direitos de propriedade capazes de aumentar a segurança jurídica dos investidores privados.

Diante desta breve apresentação dos pontos fundamentais do programa neoliberal defendido pelos principais centros políticos e econômicos internacionais, podemos passar agora para a análise das ideias dos economistas brasileiros ligados à PUC-Rio e que se aproximaram progressivamente do ideário neoliberal.

Grande parte dos diagnósticos elaborados por estes economistas parte do chamado *modelo de três hiatos*[53]. Trata-se de um modelo econométrico que busca acrescentar o hiato fiscal, como limitador da perspectiva de crescimento de países altamente endividados, ao modelo de dois hiatos, que considera apenas "as interações entre as restrições de poupança e de divisas[54] na determinação da taxa de crescimento de países em desenvolvimento" (Bacha, 1989, p. 214).

Bacha procura mostrar, ao longo de seu artigo, as relações entre as diferentes possibilidades de restrição vividas por uma economia em desenvolvimento diante das variações nas transferências externas. Assim, ele demonstra que as transferências externas têm maior impacto sobre a taxa de crescimento das economias limitadas pelas divisas, como era o caso da economia brasileira no fim dos anos 1970 e começo dos 1980, após os choques externos advindos das crises do petróleo e da dívida externa latino-americana. Contudo, com a volta do crescimento das transferências externas, que foi o que ocorreu no Brasil graças ao esforço exportador e recessivo promovido pelo governo nos anos iniciais da década de 1980, a situação se inverteria e o hiato fiscal passaria a segurar o investimento e não mais a falta de divisas. Diante deste quadro,

[53] Entrar em detalhes relativos a este modelo seria exaustivo e desnecessário, pois fugiria do escopo deste trabalho. A seguir, apresentaremos apenas suas ideias-chave com o intuito de seguirmos a linha geral de raciocínio desenvolvida por estes economistas.

[54] De maneira muito simplificada, entende-se por *divisas*, a disponibilidade que um país possui em moedas estrangeiras obtidas em diversas formas de transações internacionais.

Bacha afirma que "a austeridade fiscal é uma das alternativas a esta armadilha", já que um aumento do superávit em conta corrente do orçamento primário seria suficiente para colocar a restrição ao investimento em um nível mais alto, "o que viabilizaria a concretização do potencial máximo de crescimento das exportações sem acelerar a inflação[55]" (Bacha, 1989: 228).

Nota-se aqui, certa semelhança com a recomendação número 1 do "Consenso de Washington", isto é, o ajuste fiscal. A vantagem do modelo de Bacha em relação àquele está no fato de este oferecer uma resposta concreta, com base em sua história econômica e não ser apenas uma resposta genérica a um conjunto heterogêneo de países. Mais do que isso, a recomendação de Bacha também segue neste sentido ao defender a diminuição das restrições às importações e da promoção às exportações como forma de resolver a tensa relação entre o hiato fiscal e de divisas:

> Uma política de restrição fiscal particularmente bem-vinda seria a redução de subsídios e incentivos fiscais às exportações, e a substituição de restrições quantitativas [isto é, barreiras não-tarifárias – LF] por tarifas às importações. Isto contribuirá para reduzir simultaneamente o superávit externo e o déficit público, encurtando desta forma a distância existente entre os hiatos fiscal e de divisas. (Bacha, 1989, p. 228)

Assim, além do ajuste fiscal, o modelo apresentado por Bacha recomenda também uma ampliação do nível de abertura do comércio exterior, tornando-o menos regulamentado pelo Estado, e a diminuição dos subsídios às exportações, outras reivindicações presentes no "Consenso de Washington".

Dessa maneira, Bacha conclui seu texto afirmando que "a restrição orçamentária do governo tende a ser a restrição relevante para o crescimento a médio prazo, especialmente quando o país sofre um choque financeiro externo". E, assim, deduz que "uma inflação acelerada pode ser a consequência de uma tentativa do governo para recuperar parte das perdas do produto e do crescimento causadas pelos choques financeiros externos" (Bacha, 1989, p. 230).

É interessante notar que, apesar de não se referir explicitamente ao contexto econômico brasileiro daquele momento em seu artigo, pois trata-se apenas da

[55] Isso ocorreria porque seria possível permitir a ampliação da entrada de recursos externo no país por meio da exportação que seriam enxugados pelo ajuste fiscal do governo.

apresentação de um modelo teórico, é impossível não notar as referências subliminares à situação econômica de inflação e déficits públicos consolidados após um período de choques externos, vividos pela economia brasileira. Até mesmo a estrutura do artigo de Bacha parece fazer menção à evolução histórica das restrições experimentadas pela economia brasileira ao longo dos últimos anos[56] que viveu um problema de falta de poupança no período inicial de sua industrialização – solucionado por fortes investimentos estatais – passou por um problema de escassez de divisas com as crises externas dos anos 1970 e, por fim, viveu uma forte crise fiscal ao longo da década de 1980, com o enxugamento da liquidez internacional a partir do aumento das taxas de juros norte-americanas.

Dessa maneira, é possível notar que, apesar de partirem de modelos teóricos diferentes e de diagnósticos relativamente distintos, as recomendações gerais defendidas por Bacha a partir do modelo de três hiatos – restrição fiscal e aumento da abertura ao comércio exterior com redução dos controles não-tarifários às importações e dos subsídios às exportações – guardam grande semelhança com as recomendações do "Consenso de Washington".

A relação do modelo de três hiatos e a conjuntura econômica brasileira fica mais evidente no texto de Bonelli, Franco e Fritsch (1992), no qual os autores afirmam que a passagem do modelo de dois para o de três hiatos nos anos 1980 vinha da percepção de que a década de 1980 foi marcada pelas transferências para o exterior por meio do pagamento da dívida externa. Isso teve impacto tanto na balança de pagamentos quanto internamente, relacionado ao problema fiscal advindo das transferências externas.

Contudo, no que tange as preocupações deste trabalho, o principal ponto que deve ser explorado em relação às teses defendidas por estes economistas, e que também era um dos pontos principais de preocupação destes, trata da questão dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), visto por eles como a maneira mais adequada para contornar as restrições externas (PRESSER, 2007). Neste aspecto, destacava-se, especialmente, o trabalho dos economistas Gustavo Franco e Winston Fritsch, entre

[56] No referido texto, Bacha, após descrever cada um dos três hiatos, mostra a relação entre eles diante do comportamento das transferências externa. Primeiramente, ele expõe a relação entre os hiatos de poupança e de divisas, em segundo lugar, ele apresenta a relação entre os hiatos fiscal e de poupança para, finalmente, demonstrar a relação entre os hiatos fiscal e de divisas. É inevitável enxergar certas semelhanças entre o andar da carruagem do texto de Bacha e a desenrolar da história da economia brasileira.

outros, que procuraram mostrar as relações entre as restrições ao crescimento, a política de atração de investimentos externos e as reformas econômicas que seriam necessárias ao Brasil em termos de abertura comercial e privatizações.

Entre 1989 e 1992, Fritsch e Franco, buscaram justificar a necessidade do Brasil em atrair Investimentos Diretos Estrangeiros com base em três razões principais: o contorno dos problemas relativos à restrição externa e a falta de recursos para investimentos; a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país, no interior do qual estaria inserido o processo de abertura comercial; e o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado globalizado.

Na visão dos autores (Fritsch & Franco, 1990), o Brasil iria enfrentar restrições no que se refere ao financiamento externo nos anos seguintes. Além disso, a demanda doméstica tendia a ser baixa e a capacidade instalada poderia sofrer restrições ao crescimento diante da erosão da poupança externa e do setor público. Diante deste quadro, o IDE teria papel fundamental na superação das restrições, pois, por um lado, ele proporciona um aporte imediato de divisas e, por outro, tem um efeito de mais longo prazo em relação ao saldo comercial (Fritsch & Franco, 1989). Ademais, a recuperação dos fluxos de IDE, também permitiria ao país a retomada do acesso à poupança externa (Fritsch & Franco, 1990).

Em relação ao novo modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil devia adotar, Magalhães (1990) pontua que, havia, já no final dos anos 1980, um consenso de que o país precisava se abrir para o mercado externo. Havia, contudo, uma discordância entre os economistas quanto ao papel que as empresas multinacionais deveriam desempenhar neste novo modelo de desenvolvimento. O modelo desenvolvido por Fritsch e Franco e chamado por Magalhães de “modelo transnacional” pressupunha que as empresas multinacionais teriam sofrido mutações nos últimos anos e passariam a se comportar como verdadeiras empresas transnacionais com relação a seus investimentos, diminuindo as diferenciações entre matriz e filiais. Assim, os investimentos realizados por estas empresas passariam a ser o grande motor do desenvolvimento econômico e tecnológico dos países em desenvolvimento.

Neste sentido, Fritsch e Franco (1989) defendiam a liberalização como um poderosíssimo incentivo para o investimento industrial em geral e o IDE em particular.

Os autores enxergavam a liberalização como parte de um processo maior de modernização e redefinição do padrão de desenvolvimento e, assim, deveria ser feita de forma a reduzir impactos sobre o balanço de pagamentos e com o intuito de fazer com que o Brasil tornasse seus mecanismos de proteção transparentes e impessoais, no interior dos quais as tarifas deveriam determinar o nível de proteção e não a administração discricionária (Franco, 1990).

Na mesma linha do que defende o texto de Williamson (1990a) acima referido, Fritsch e Franco (1989) advogam que o IDE deveria ser pensado dentro do contexto do papel que deveria ser desempenhado pelo capital estrangeiro e de sua importância no aporte de capital, tecnologia e outros bens intangíveis advindos de sua participação no controle das empresas.

De acordo com Fritsch e Franco (1991), estudos mostrariam que a tendência a exportar de uma empresa seria influenciada pelo tamanho da empresa e pelo fato de ela ser estrangeira. Além disso, as empresas multinacionais seriam de grande importância para trazer ao país avanços tecnológicos e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros (Fritsch & Franco, 1989), garantindo ao Brasil vantagens comparativas onde ele não tinha normalmente [57] (Fritsch & Franco, 1991). Por fim, as empresas multinacionais e *joint-ventures* formadas em associação com o capital nacional poderiam facilitar o acesso ao mercado de seus países originais por produtos brasileiros (Fritsch & Franco, 1991).

> Em resumo, as EMNs [empresas multinacionais – LF] ou suas associações com empresas nacionais que garantam a transferência dos ativos intangíveis relevantes podem dar uma dupla contribuição ao crescimento das exportações em termos de acesso tanto à tecnologia quanto a mercados (Fritsch & Franco, 1991, p. 21).

Assim, Fritsch e Franco (1990) defendem que o governo deveria incentivar novas formas de IDE, como *joint-ventures*, que mesmo não implicando participação majoritária do capital estrangeiro trazem ganhos técnicos, gerenciais, entre outros, para o parceiro nacional. Pois, segundo eles, as multinacionais "constituem o principal canal de transmissão de tecnologia de países desenvolvidos para subdesenvolvidos" (Fritsch

[57] Na visão dos autores, "a localização geográfica das vantagens comparativas depende basicamente das decisões estratégicas das empresas multinacionais e não mais de nenhuma divisão 'natural' das dotações da natureza e das habilidades humanas" (Fritsch & Franco, 1988, p. 10)

& Franco, 1988, p. 9), pois a transferência de tecnologia estaria ocorrendo cada vez mais ao mesmo tempo e não com atraso, havendo uma tendência a homogeneização dos mercados nacionais servidos pelas multinacionais (Fritsch & Franco, 1988).

Assim, os autores concluem que, diante da imperiosa necessidade de exportar em face da qual se viu a economia brasileira nos anos 1980 e tendo em vista que os desafios dos anos 1990 seriam ainda maiores, pois se vislumbrava uma maior participação do Brasil no comércio mundial com a abertura comercial, o aumento participação das empresas multinacionais na economia brasileira e os investimentos externos trazidos por elas seriam fundamentais para a adequação da estrutura produtiva nacional a esta realidade, uma vez que já haviam desempenhado um papel de grande relevo ao longo do processo de industrialização brasileira.

> De fato, a presença de multinacionais na estrutura industrial do Brasil foi muito positiva para a inovação local, dado que sua relação com fornecedores e competidores locais tendeu a promover complementaridades tecnológicas e de mercado aptas a gerar inovações ou a abrir canais de transferência de tecnologia. (Fritsch & Franco, 1990, p. 95)

Dessa forma, pode-se notar que os economistas ligados ao departamento de economia da PUC-Rio, mesmo quando ainda partiam de um referencial teórico mais heterodoxo – o modelo de três hiatos – já encontravam alguma afinidade com as recomendações contidas no chamado "Consenso de Washington", com destaque para a questão da disciplina fiscal, da desregulamentação de alguns setores da economia, da abertura comercial e da importância da atração de investimentos externos diretos.

O neoliberalismo mais radical advindo das teses da chamada "Escola de Chicago" ou mesmo aquele traduzido por Williamson no "Consenso de Washington" demorou mais tempo para ganhar força no meio acadêmico e político brasileiro. O liberalismo aqui sempre teve feições próprias e precisou se adaptar à realidade nacional para ser aceito pelas elites políticas, econômicas e intelectuais nacionais. Neste aspecto, as teses dos economistas da PUC-Rio, que progressivamente se aproximaram do ideário do "Consenso" foram de extrema importância para garantir mais legitimidade e verossimilhança às teses mais neoliberais no Brasil.

No interior do governo Collor, estas ideias e seus defensores tiveram peso considerável na formulação da política econômica e no processo de abertura comercial. Como foi apontado acima, Winston Fritsch, Gustavo Franco, entre outros economistas ligados à PUC-Rio tiveram papel central na formulação das primeiras ações do governo, tal como a derrubada das barreiras não-tarifárias ás importações[58]. Além disso, outro expoente desta corrente de pensamento, Eduardo Modiano, presidiu o BNDES e comandou o processo de privatizações durante o período Collor.

Entre empresários e trabalhadores alguns grupos eram defensores, ao menos em parte, das teses que advogavam uma maior abertura e desregulamentação da economia brasileira e uma postura mais austera e menos participativa do Estado. Setores sindicais, principalmente aqueles mais próximos do "sindicalismo de resultados" aderiam a alguns dos preceitos neoliberais. Da mesma forma, alguns setores influentes do empresariado flertaram com o ideário neoliberal e suas variações, ao longo do período em questão.

De qualquer maneira, como será demonstrado mais adiante, o neoliberalismo serviu, em grande parte, como figura retórica fundamental tanto dentro do governo como entre os grupos e classes sociais analisados no período em questão. A aparente "vitória" do neoliberalismo como doutrina econômica determinante no Brasil neste período se deve muito mais a esse uso retórico por diversos grupos sociais do que a políticas que adotassem completamente seus preceitos. Como ficará mais claro no decorrer deste trabalho, o neoliberalismo brasileiro é permeado por nuances e ponderações que permitiram sua relativa adequação à realidade brasileira e uma ampla vinculação social.

[58] Um grupo liderado por Winston Fritsch e que contava com a participação de Gustavo Franco, Wilson Suzigan, José Roberto Mendonça de Barros, Eduardo Augusto Guimarães e Fátima Dibb foi o principal responsável pela redação da Medida Provisória 158. Posteriormente, este grupo se afastou do processo de formulação e implementação da Política Industrial. Segundo Fritsch, o foco da política era dar ao Estado o papel de fomentar a competitividade, acabando com os incentivos fiscais e concentrando os esforços nos incentivos creditícios, voltados em grande parte para a capacitação tecnológica das empresas nacionais (Costa, 2010: 31).

A solução ponderada da tecnoburocracia estatal: a "integração competitiva"

Dentro de alguns setores do Estado brasileiro, a ideia de desenvolver um projeto amplo de planejamento que repensasse o desenvolvimento do Brasil e sua inserção externa ganha força nos anos 1980. O diagnóstico de que o antigo modelo de desenvolvimento estava se esgotando e que novas alternativas precisavam ser apresentadas fez com que alguns setores da burocracia estatal iniciassem um processo de discussão de planos e projetos que poderiam ser postos em prática com vistas à retomada do crescimento econômico.

Este tipo de diagnóstico encontrava refluxo dentro do BNDES desde 1979, onde colocava-se como questão fundamental o papel a ser desempenhado pelo Banco no novo modelo a ser desenvolvido. A ideia, no entanto, só se efetivou, em 1983, quando foi introduzida, no Banco, a técnica de planejamento estratégico baseada em cenários prospectivos e já bastante utilizada em corporações multinacionais. Sua difusão e implementação coube ao Departamento de Planejamento (DEPLAN) que, visando seu engajamento efetivo no processo, desenvolveu um trabalho de sensibilização com as instâncias hierárquicas superiores, chegando até a presidência do BNDES (Costa, 2010). Neste ano, Julio Mourão assume o DEPLAN e dá início ao processo de formulação das ideias que mais tarde constituiriam as teses da "integração competitiva" da economia brasileira.

Inicialmente, o objetivo específico do Banco era realizar um planejamento interno, voltado para suas atividades e não para pensar o país. Os resultados iniciais mostraram uma "profunda insatisfação do corpo funcional com os rumos do Sistema BNDES" (Mourão, 1994, p. 8). O passo seguinte foi, então, a elaboração de cenários para a economia brasileira e a projeção de posturas que poderiam ser adotadas diante das diferentes perspectivas. Em certa medida, pode-se dizer que o processo de planejamento desenvolvido pelo BNDES foi uma forma encontrada de "tentar responder à angústia dos setores técnicos do banco com o esvaziamento de suas funções" (Nassif, 2007, p. 139).

Ainda na primeira metade dos anos 1980, o BNDES elaborou o que se denominou como "Cenário da Retomada". Após uma análise exaustiva do

comportamento das importações e exportações nos primeiros anos da década de 1980, foi verificado que a redução das importações se devia mais à maturação dos investimentos realizados no contexto do II PND do que à recessão econômica vivida pelo Brasil. Dessa forma, constatou-se que o país poderia voltar a crescer sem que as importações crescessem excessivamente e provocassem um desequilíbrio na balança de pagamentos. Esta era a primeira "ideia-força" que passou a guiar o planejamento do banco (Mourão, 1994).

A segunda ideia-força destacava que "a economia poderia retomar o crescimento independentemente do investimento estatal" por meio de três fatores que se sucederiam lógica e cronologicamente: o crescimento das exportações, a melhora no nível de emprego, que resultaria na recuperação do salário real, e, por consequência, o aumento dos investimentos privados (Mourão, 1994, p. 10).

Partindo desta perspectiva, o "Plano Estratégico 1985/1987" já trazia algumas alterações na ideologia do BNDES, embora ainda parciais.

> A substituição de importações ainda era uma estratégia central, devendo atingir agora os setores tecnológicos de ponta. A política protecionista do Estado continuava a ter um papel central, estando limitado apenas o seu papel como investidor devido às dificuldades financeiras, e o capital estrangeiro ainda era visto com reservas, quando não como inimigo (Mourão, 1994: 12).

As mudanças mais significativas viriam a ocorrer no ciclo seguinte, com o lançamento do Plano Estratégico 1988/1990 do Sistema BNDES[59], quando se desenhou

[59] O Plano Estratégico 1988-1990 do Sistema BNDES, que trazia a consolidação da estratégia da "integração competitiva", tinham os seguintes objetivos para o triênio seguinte: 1 – Novo estilo de crescimento voltado simultaneamente para a integração competitiva do Brasil na economia mundial e para a integração de toda a nação, reduzindo-se a pobreza absoluta, melhorando-se substancialmente a distribuição de renda e reduzindo-se as desigualdades regionais. 2 – Recuperação da taxa de investimento compatível com a expansão do mercado interno e a manutenção da capacidade de exportação para garantir um crescimento sustentado. 3 – Superação dos pontos de estrangulamento na infra-estrutura de energia de transportes que podem comprometer o crescimento da economia brasileira. 4 – Participação do setor privado em investimentos hoje sob a responsabilidade do setor público. 5 – Fortalecimento financeiro e patrimonial do Sistema BNDES, pela compatibilização de sua atuação com o perfil de recursos, buscando simultaneamente uma adequação das fontes e novas formas de aplicação de maior retorno. 6 – Maior integração do Sistema BNDES com organismos e instituições da sociedade e órgãos de governo, consolidando sua inserção na ambiência político-institucional do País e sua imagem junto à opinião pública; 7 – Racionalização organizacional e dos fluxos operacionais do Sistema BNDES no curto prazo, implementando, de imediato, reformas na política e nos Sistemas de Recursos Humanos. 8 – Modernização do Sistema BNDES a partir de uma concepção empresarial adaptada às exigências do novo estilo de crescimento (BNDES, 1988, p. 09).

o “Cenário da Integração Competitiva”[60] em oposição ao “Cenário de Fechamento”. Aquele cenário partia do diagnóstico de esgotamento do ciclo de substituição de importações e, dessa forma, o Brasil precisaria simultaneamente “alargar o mercado interno e impulsionar o volume de comércio exterior” (BNDES, 1988, p. 5). Com isso, o Banco incorporava outros três aspectos já presentes no Cenário da Retomada: o abandono da ideia de um desenvolvimento liderado pelo Estado, a visão do mercado externo como importante indutor do desenvolvimento e não como concorrente da produção voltada ao mercado doméstico e o foco na modernização empresarial e não apenas na expansão da capacidade geradora de emprego, como objetivo central para o desenvolvimento econômico (Mourão, 1994).

Antes disso, porém, ainda em 1985, duas modificações foram realizadas, uma nos pressupostos da equipe técnica responsável pelo Planejamento do Banco e outra na sua composição. A primeira foi a constatação de que o constrangimento maior a uma retomada mais acelerada do crescimento econômico não estava no setor externo, mas sim na incapacidade do setor público fazer frente aos investimento em infra-estrutura necessários, sobretudo no setor energético. Assim, em uma linha próxima à conclusão dos economistas da PUC-RJ, os técnicos do BNDES também passaram a enxergar nos problemas do setor público, e não no setor externo, o entrave principal ao desenvolvimento brasileiro nos próximos anos. A segunda modificação, que é de certa forma consequência da primeira, foi o convite a integrar o processo de planejamento do BNDES às respectivas áreas de planejamento da Eletrobrás e da Petrobrás[61] (Mourão, 1994).

Assim, ficava evidente, já em meados da década de 1980, para os economistas que compunham a equipe responsável pelo planejamento do BNDES [62] que as possibilidades de crescimento da economia brasileira não poderiam se dar dentro do

[60] Antonio Barros de Castro, que foi consultor do banco durante um longo período foi quem sugeriu o termo “integração competitiva” para o projeto.

[61] Segundo Nassif (2007), a integração dos técnicos da Eletrobrás e da Petrobrás no processo de planejamento estratégico foi fundamental para incorporar aspectos microeconômicos às preocupações macro advindas do BNDES. Neste período, a Petrobrás havia iniciado um processo de capacitação de fornecedores, com o desenvolvimento de instituições credenciadoras de capacitação técnica que mostrava resultados muito mais eficientes, em termos de modernização das empresas, do que a Lei da Informática defendida por economistas do campo desenvolvimentista.

[62] A equipe, coordenada por Julio Mourão, contava com a participação de Luis Paulo Velloso Lucas, Eduardo Marques, José Carlos de Castro, Nelson Tavares Filho, Evandro Fernandes Costa e Ana Maria Azevedo de Castro.

modelo que vigorava até então. Partiam do diagnóstico do esgotamento do modelo de substituição de importações, das dificuldades de se adequar aos novos paradigmas da produção tecnológica mundial devido aos elevados custos de manutenção da autarquia da economia brasileira, da crise fiscal do estado, de uma visão positiva da contribuição que o capital estrangeiro poderia dar ao desenvolvimento tecnológico, gerencial e mercadológico, de que o mercado internacional de bens havia adquirido novas características e de que a indústria brasileira já estaria madura o suficiente para competir em escala global (MOURÃO, 1994).

Sendo assim, a natureza das políticas econômicas propostas a partir deste cenário propunha – além da reintegração da economia brasileira no mercado mundial sob novos parâmetros – a redefinição do papel do Estado na economia. Este deveria, antes de tudo, abandonar seu papel enquanto agente produtor. Deveria, além disso, alterar a natureza de sua intervenção na economia, deixando de "provocar distorções" para "estimular a competitividade", em que se destacaria o uso de mecanismos de mercado.

> A abertura da economia brasileira à competição externa seria um passo importante nesta direção, com a eliminação de subsídios, de controles quantitativos das importações, da proteção estatal e com a redução gradual e planejada das barreiras alfandegárias. (MOURÃO, 1994, p. 18).

Há que se ressaltar, no entanto, que, na visão dos técnicos do BNDES, a recuperação da capacidade financeira do setor público não deveria ocorrer apenas com base no abandono por parte do Estado de funções antes desempenhadas por ele. Ao contrário do que era apregoado por economistas mais afinados com a visão neoliberal, para o Banco, era fundamental que o Estado recuperasse a carga tributária e a capacidade interna de geração de recursos das empresas estatais. Observava-se, porém, que o ajuste passava também pela redefinição das "áreas de atuação estatal, do capital privado nacional e do capital estrangeiro na economia brasileira." (BNDES, 1988, p. 6).

Dessa forma, a estratégia da "integração competitiva" procurava encontrar um caminho alternativo às visões mais extremadas seja do lado liberal seja do paradigma desenvolvimentista. Nas palavras de um de seus principais formuladores e principal responsável por levar as ideias para dentro do governo Collor, Luis Paulo Velloso Lucas, a intenção do projeto era "superar falsas questões como 'mercado interno X mercado

externo', 'vantagens comparativas X apoio à indústria nacional', 'privatização X estatização'", tendo como prioridade, a "obtenção de padrões internacionais de preço e qualidade" para a produção, comércio e serviços (LUCAS, 1989). Essa estratégia buscava opor-se, portanto, tanto às resistências corporativas "de setores que se sentem ameaçados", quanto às propostas neoliberais, que proporiam simplesmente a "inexistência de política industrial" (LUCAS, 1989).

Com essa proposta que dosava abertura econômica e incentivos públicos à competitividade industrial, advinda de dentro da burocracia estatal e, mais ainda, de um órgão que havia se consagrado como principal mecanismo de financiamento de longo prazo dos investimentos industriais, a simpatia de grande parte do empresariado industrial estava assegurada. Assim, a estratégia da "integração competitiva" pautou as principais determinações presentes na "nova política industrial" do governo Sarney (Cf. LUCAS, 1989 e MOURÃO, 1994) e esteve fortemente presente no programa de abertura comercial e na política industrial de Fernando Collor de Mello.

Além da presença na equipe econômica do governo Collor de figuras importantes que haviam participado do processo de construção do cenário da "integração competitiva" no BNDES, como Luis Paulo Velloso Lucas, no Departamento de Indústria e Comércio (DIC), trazendo em sua equipe outros técnicos do Banco e da Petrobrás[63] (MOURÃO, 1994), o tema da integração aparecia na retórica de Collor em diversos momentos, inclusive em seu discurso de posse, quando afirmou que estávamos diante da "absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial." (Collor de Mello, 1990).

O processo de planejamento continuou nos anos seguintes e um novo Plano foi apresentado em 1991 (BNDES, 1991). É interessante notar, como bem observa Costa (2010) que o parâmetro do Plano Estratégico 1991-1994 é a proposta de política industrial do governo Collor e as suas metas e não o plano de estabilização ou os objetivos da política macroeconômica. "De modo geral, estas diretrizes não representam uma ruptura e não fogem do que previam o Plano Estratégico 1988 -1990 e a estratégia de Integração Competitiva." (Costa, 2010, pp. 63-64). Uma comparação atenta, no entanto, entre os dois Planos mostra que o Plano de 1991 é muito mais tímido e cético

[63] Compunham a equipe formada por Lucas: Francisco Marcelo da Rocha Ferreira e Nelson Tavares Filho, do BNDES, além de Antônio Maciel Neto e José Paulo Silveira, da Petrobrás (Mourão, 1994).

em relação às possibilidades de atuação do Sistema BNDES no desenvolvimento brasileiro. As Diretrizes Gerais para Política Industrial e de Comércio Exterior lançadas pelo governo em junho de 1990 são, por diversas vezes citadas e exaltadas como caminho adequado a ser seguido no Brasil. Contudo, o Banco parece ter voltado a assumir uma postura de voltar seu planejamento para dentro e não mais para pensar o país, o que talvez reflita a perda de prestígio do Banco no governo Collor[64].

Por outro lado, as ideias da "integração competitiva" encontraram forte audiência em alguns setores do empresariado industrial, sobretudo aqueles que viam suas empresas como possíveis concorrentes no mercado mundial. Para tanto, foi fundamental o papel desempenhado por alguns de seus formuladores, principalmente Julio Mourão e Velloso Lucas, entre outros, que promoveram seminários, palestras e entrevistas à imprensa debatendo o projeto e o futuro do país.

Além disso, foram realizadas também reuniões com empresários para discutir a reestruturação necessária da indústria. Entre os empresários que participaram dos debates estavam: Paulo Cunha, Eugênio Staub, Cláudio Bardella, Paulo Villares, Ozíres silva, Paulo Francine, Luís André Rico Valente, Heloísa Camargo, Mauro Arruda. Alguns destes empresários iriam, no futuro próximo, fundar o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e propor uma estratégia de desenvolvimento para o país que, em muitos aspectos, se inspirava na estratégia de "integração competitiva"[65] (Mourão, 1994).

[64] O Plano Estratégico 1991/1994 trazia como papel fundamental a ser desempenhado pelo Banco: "contribuir para a expansão da capacidade produtiva e para o aumento da competitividade da economia brasileira, potencializando a participação de recursos privados no financiamento dos investimentos, promovendo: a reestruturação da indústria, procurando adequá-la a um maior grau de competição doméstica e internacional; a modernização e adequação da infra-estrutura econômica, privilegiando a realização de investimentos pelo setor privado; a modernização do setor agropecuário, privilegiando a incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos; e a conservação do meio-ambiente." (BNDES, 1991).

[65] A história e as ideias do IEDI serão tratadas no capítulo seguinte, neste momento, cabe apenas citar o impacto positivo que as teses da integração competitiva tiveram perante alguns dos principais emporesários brasileiros.

A tentativa de resgate do desenvolvimentismo com face distributivista

Como foi apontado anteriormente, no fim dos anos 1980, a versão do desenvolvimentismo que foi preponderante no Brasil nos anos 1960 e 1970, havia esgotado suas respostas à crise econômica atravessada pelo país após os sucessivos choques nos preços do petróleo. O derradeiro esforço de substituição de importações do II PND com a consequente crise da dívida externa brasileira marcaram o suspiro final do pacto nacional desenvolvimentista e das ideias que o guiavam.

A política de ajuste recessivo e o esforço exportador desenvolvidos ao longo do governo Figueiredo possibilitaram que as ideias até então colocadas em prática pelo regime militar fossem rearticuladas e ressignificadas pelo principal partido de oposição, o PMDB. Em 1982, o partido lançou o documento "Esperança e Mudança" que, como apontado acima, buscava apresentar alternativas, dentro da linha desenvolvimentista, à política econômica conduzida pelo governo militar e que vinha produzindo efeitos negativos sobre empregos, salários e lucros. Com a vitória da oposição nas eleições indiretas de 1984, este grupo teve a oportunidade de testar suas ideias no governo federal, principalmente com a chegada de Dílson Funaro e seu grupo ao Ministério da Fazenda, por meio da implantação do Plano Cruzado. No entanto, o fracasso do Cruzado e o retorno da inflação e da recessão colocariam este grupo e as ideias defendidas por ele num ostracismo político e intelectual.

Nos anos iniciais da década de 1990, diversos autores próximos a esta corrente buscaram recuperar sua influência sobre o debate econômico por meio de um estudo encomendado pela então Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo federal para estudar a competitividade da indústria brasileira e servir de apoio ao processo de abertura da economia brasileira ao exterior. O estudo foi coordenado por Luciano Coutinho (UNICAMP) e João Carlos Ferraz (UFRJ) e teve como resultado 80 notas técnicas e um livro que condensava os resultados, intitulado *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira* (ECIB) publicado no início de 1994, contando com a participação de cerca de 2500 pessoas (Coutinho & Ferraz, 1994). Apesar de o estudo ter sido concluído e publicado em um período posterior ao período que concerne a este trabalho, isto é, após o término do governo Collor, ele será a base para nossas análises a

respeito desta corrente de pensamento, pois se trata da consolidação de ideias e projetos que estes economista de viés mais heterodoxo já vinham debatendo nos anos anteriores.

Naturalmente, diante das características e da composição do governo Collor, ideias de cunho mais desenvolvimentistas tiveram pouco espaço nas formulações de política econômica neste período. Contudo, dados e relatórios produzidos ao longo do Estudo foram largamente utilizados pro técnicos do governo e mesmo por trabalhadores e empresários, principalmente durante as discussões e negociações nas câmaras setoriais. Além disso, a relevância da apresentação dessas ideias está no fato de continuarem sendo sustentadas por setores sociais atuantes e influentes no meio político, tanto dentro do sindicalismo quanto do empresariado, como será melhor discutido mais adiante, o que mostra que elas não poderiam ser descartadas no interior de uma coalizão hegemônica no Brasil.

O quadro de crise de hegemonia vivido pelo Brasil naquele momento fez com que até mesmo estes autores sempre mais afeitos à intervenção e participação do Estado na economia buscassem uma rota equilibrada entre abertura e proteção, entre especialização e preservação da base industrial existente, entre expansão das exportações e ampliação do mercado interno, e entre intervenção do Estado e vigência das forças de mercado (Coutinho & Ferraz, 1994). Assim, o diagnóstico deles também concluía que o velho modelo estava esgotado e reformas precisavam ser implantadas.

Inicialmente, é necessário chamarmos a atenção para o próprio título do trabalho em questão: *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Fica claro, desde o início, que se tratava de um estudo com a preocupação de entendimento das possibilidades de inserção externa da indústria brasileira, isto é, "mais do que mera avaliação, o Estudo buscava a proposição de ações futuras [...] para o estabelecimento de instrumentos que pudessem assegurar à economia brasileira sua adequada inserção em mercado cada vez mais exigente e globalizado." (Coutinho & Ferraz, 1994: 8).

Contudo, é preciso ressaltar os adjetivos que acompanham a ideia de competitividade neste Estudo. Os autores destacam três dimensões que comporiam a ideia de competitividade naquele contexto: a dimensão sistêmica[66], a dimensão

[66] A ideia de competitividade sistêmica – ou estrutural para o PCI – guarda suas raízes no projeto de "integração competitiva" desenvolvido pelo BNDES e exposto acima e teve grande apelo junto a setores

empresarial e a dimensão estrutural[67]. Assim, a responsabilidade pela ampliação da competitividade das empresas brasileiras não ficaria restrita ao setor empresarial, ela seria compartilhada com o Estado[68].

Dessa forma, três aspectos se destacam no diagnóstico e nas recomendações de políticas realizadas por estes autores e que merecem destaque por suas marcantes diferenças em relação às propostas neoliberais e da integração competitiva: o papel do Estado nas questões econômicas, a relação a ser estabelecida com o setor externo, tanto no que concerne a atração de investimentos quanto em relação à abertura comercial e, finalmente, a preocupação, que está muito menos presente nas outras correntes ideológicas aqui exploradas, de construir uma nova articulação interna entre os atores sociais e estabelecer políticas mais sistemáticas de distribuição de renda e promoção do mercado interno.

Em relação ao papel que deveria ser desempenhado pelo Estado nos assuntos de ordem econômica, os autores recorrem à comparação internacional para advogarem um papel ativo para setor público. Eles ressaltam que a prática de política industrial e tecnológica tem sido extensiva em países em desenvolvimento, sobretudo no sudeste asiático[69]. Do mesmo modo, em países desenvolvidos, diversos instrumentos de intervenção estatal seriam usados, apesar da retórica liberal, exemplos destes instrumentos seriam: as compras do poder público; a intervenção direta em setores – por meio de leis ou regulamentos específicos; os requisitos de desempenho para investimentos de risco estrangeiros; subvenções, incentivos e auxílios fiscais – financeiros, diretos e indiretos. Assim, os autores viam diversos exemplos pelo mundo

---

do empresariado e da imprensa que, mais tarde, transformarão esta ideia na tese de que existiria um "custo Brasil", que dificultaria o avanço das empresas brasileiras rumo à disputa do mercado mundial.

[67] Cabe salientar novamente que se trata de divisão similar à elaborada pelo Programa de Competitividade Industrial elaborado pelo governo. Apesar de utilizarem nomenclaturas diferentes, o que o ECIB chama de competitividade estrutural pode ser aproximado da competitividade setorial definida pelo PCI e a competitividade sistêmica do ECIB é muito próxima à dimensão estrutural do PCI.

[68] Esta divisão da competitividade em três dimensões proposta pelo PCI e incorporada pelo ECIB é bastante interessante para marcar a diferença entre em relação ao limite dentro do qual deveria se dar a atuação do Estado para cada uma das três linhas de pensamento econômico aqui apresentadas. Enquanto os economistas mais liberais, ligados à PUC-Rio acreditavam que a ação estatal deveria limitar-se a fornecer incentivos à competitividade estrutural ou sistêmica, os adeptos da tese da integração competitiva defendiam que a ação estatal deveria ser mais profunda, atingindo a competitividade no nível setorial e, finalmente, os economistas de cunho mais desenvolvimentista viam espaço para o Estado atuar nas três dimensões, inclusive na competitividade empresarial.

[69] O acelerado desenvolvimento econômico e tecnológico dos chamados "tigres asiáticos" foi, durante muitos anos, usado como exemplo de política industrial bem-sucedida por autores de cunho mais desenvolvimentista com variadas interpretações sobre o papel do Estado nestes países.

em que os Estados-nacionais estariam perseguindo deliberadamente a competitividade junto com atores privados (Coutinho & Ferraz, 1994).

Apesar disso, a atuação do Estado na América Latina não passava ilesa a críticas. O ponto condenável da ação estatal se encontrava no fato de as políticas setoriais terem emergido como respostas *ad hoc* a pressões particulares e não constituírem uma estratégia coerente e articulada para o conjunto da indústria (Coutinho & Ferraz, 1994).

Neste sentido, defendia-se que o Brasil deveria construir "um projeto nacional de desenvolvimento competitivo", tendo em vista que a estabilidade era fundamental, mas, para além dela, seria preciso retomar o desenvolvimento econômico. Assim, o país deveria procurar uma maior integração entre a política macroeconômica e a política de desenvolvimento. Para isso, além de controlar a expansão do crédito, seria preciso tomar medidas de direcionamento das empresas para setores prioritários da política industrial e colocar as finanças a serviço da indústria. O Brasil deveria seguir o caminho construído pelas economias desenvolvidas e criar mecanismos para "superar o divórcio entre banco e indústria", isto é, incentivar o capital bancário-financeiro a dar suporte a investimentos competitivos e à reestruturação de grupos empresariais e brasileiros. O caminho seria a constituição do que estes autores denominaram "finanças industrializantes" (Coutinho & Ferraz, 1994).

Dentro da realidade histórica do período, os autores também faziam críticas a atuação do Estado, mas pregavam apenas uma reformulação de suas funções e da maneira como ele agia.

> O Estado deve coordenar e suprir falhas de mercado, planejar e sinalizar, minimizando as funções de controle, especialmente aquelas baseadas na prática discricionária da burocracia e ampliando seletivamente seu papel de regulação e indução de comportamentos virtuosos. O Estado deve, também, substituir os mecanismos extraordinários de proteção e as regulamentações restritivas que criam privilégios. Coordenação de ações e de objetivos entre os agentes, fomento e indução à competitividade, ação estruturante e de estímulo a novas capacitações e condutas devem tomar o lugar do dirigismo, do arbítrio burocrático e das regulamentações vedatórias (Coutinho & Ferraz, 1994, p. 56).

Em suma, a intervenção do Estado não deveria necessariamente cessar e deixar com que as forças do mercado regulassem a atuação do setor privado, ela deveria

apenas mudar seu foco e suas diretrizes. As políticas sistêmicas, horizontais, deveriam preceder e articular coerentemente as políticas de corte setorial, sendo necessário organizar hierarquicamente as prioridades de política setorial.

> A intervenção do Estado, antes baseada em instrumentos de proteção e na concessão indiscriminada de subsídios fiscais e financeiros à exportação, deve evoluir em direção à coordenação e ao fomento estruturante, com ênfase na difusão das inovações técnica, organizacionais e financeiras e na capacitação tecnológica das empresas (Coutinho & Ferraz, 1994: 86).

Seria preciso, então, reconstruir o Estado, mas não em seu velho modelo desenvolvimentistas, pois a situação histórica era qualitativamente diferente e, portanto, exigia posturas distintas. "*O principal papel do Estado no desenvolvimento competitivo, na atual etapa, é o de promotor da competitividade em suas dimensões sistêmica, empresarial e setorial* (Coutinho & Ferraz, 1994: 410, *destaques no original*)." Assim, não se tratava apenas de preencher lacunas deixadas pelo mercado, "trata-se, também, de induzir os agentes privados, empresários e trabalhadores, a adotar comportamentos inovadores e cooperativos, essenciais ao fortalecimento da competitividade." (Coutinho & Ferraz, 1994, p. 410).

Evidentemente, os autores estavam cientes dos constrangimentos a que estavam sujeitos os investimentos do Estado devido à crise fiscal que se arrastava pela última década e às dificuldades de financiamento de médio e longo prazo. Contudo, diferentemente do que pregavam os economistas da PUC-RIO e os defensores do "Consenso de Washington", para os autores do *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira* o ajuste fiscal deveria ser feito também com aumento na arrecadação. Segundo eles, a carga tributária brasileira deveria atingir 30% do PIB para fazer frente às necessidades do Estado brasileiro (Coutinho & Ferraz, 1994).

Por outro lado, os autores e colaboradores do ECIB eram mais céticos em relação aos possíveis efeitos positivos dos Investimentos Diretos Estrangeiros do que dos economistas da PUC-Rio. Para aqueles, os IDE estariam mais associados a fusões e aquisições e não a novos investimentos, além disso, teriam uma direção mais Norte-Norte, não tendo a América Latina como alvo. Seria necessária, então, uma política de competitividade como forma de preparação para atração de capital estrangeiro (Coutinho & Ferraz, 1994).

Ademais, o estímulo ao IDE não seria uma opção adequada para a capacitação tecnológica, ao contrário do que afirmam economistas mais próximos do neoliberalismo, pois as empresas multinacionais não realizariam pesquisa e desenvolvimento tecnológico fora de suas economias de base. Para Luciano Coutinho, as empresas nacionais deveriam "funcionar como veículo precípuo do processo de capacitação tecnológica nacional" (Coutinho, 1991, p. 164). Para isso, seria preciso impulsionar sua modernização e seu fortalecimento, incentivando-as a atuarem em múltiplos setores.

Dessa maneira, o modelo de integração externa diferia profundamente do proposto pelos liberais. Ao invés de facilitar o acesso dos investimentos externos diretos e apostar nas empresas multinacionais como disseminadoras do progresso técnico, a aposta dos economistas de corte mais desenvolvimentista estaria na criação de grandes grupos nacionais para que estes fossem capazes de participar no mercado globalizado.

Assim, para Coutinho, o nacionalismo se colocaria como opção progressista, não como nos anos 1950 e 1960 quando se buscava reservar para o Estado-nação o controle de alguns ramos industriais por meio da criação de grandes grupos e monopólios legais. "Trata-se, agora, de um objetivo distinto – de colocar na empresa nacional a missão de atuar como veículo primordial, embora não único, da inovação técnica acelerada que caracteriza a presente etapa histórica. (Coutinho, 1991, p. 165)"

O capital estrangeiro encontrava as maiores restrições entre os autores em questão. Ainda assim, cientes das necessidades de financiamento externo, eles defendiam uma política de estímulo a construção de parcerias por meio de *joint-ventures* ou outras formas de associação com capital internacional, já que este não queria assumir riscos sozinho, mas compartilhá-los com sócios locais (Coutinho & Ferraz, 1994).

Da mesma forma, a abertura comercial era vista com certa restrição e ambigüidade por estes autores, pois, ao mesmo tempo em que enxergam efeitos positivos na importação de partes que poderiam baratear e aumentar a competitividade de produtos brasileiros, ela também poderia ter o efeito de desestimular a produção interna de partes e componentes de novos produtos ou produtos com mais tecnologia integrada. A recomendação dada por eles era preservar a abertura, mas tomar mais cuidado para evitar seus possíveis efeitos danosos. Era fundamental que o Estado

monitorasse as importações para evitar tanto seus crescimento exagerado quanto práticas desleais de comércio; além disso, a política tarifária deveria ser flexível para lidar adequadamente com situações específicas e manter o estímulo a indústria no país (Coutinho & Ferraz, 1994).

O processo de liberalização comercial promovido pelo governo Collor era, assim, criticado por usar a abertura com o objetivo de estabilização e não ter em foco a competitividade internacional via progresso técnico (Guimarães, 1993). Além disso, a Política Industrial e de Comércio Exterior de Collor não levaria em conta o fato de a estrutura capitalista brasileira ser historicamente atrasada e, por isso, incapaz de seguir imediatamente os líderes mundiais, na visão destes autores. Para eles, expor o setor privado à competição não seria suficiente para garantir os ganhos de competitividade necessários (Coutinho, 1991).

Mais do que isso, a escolha do setor externo como núcleo dinâmico do processo de desenvolvimento industrial seria extremamente problemática, na visão de autores que compartilhavam esta visão, dadas a dimensão do país, o grau de diversificação e complexidade industrial e o baixo coeficiente de exportação da indústria brasileira. Seria necessária, assim, uma base industrial sólida que assegurasse sustentação à especialização externa e um mercado interno capaz de "alavancar processo de aprendizado tecnológico e economias de escala capazes de imprimir condições de competitividade aos produtos fabricados." (Batista, 1993). Assim, numa visão mais crítica do que outros autores desta mesma corrente de pensamento, Batista afirma que a política industrial de Collor simplesmente ratificaria a inserção passiva do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Por fim, o último ponto que deve ser destacado no que concerne ao projeto defendido por este grupo de economistas se refere à relação que deveria ser estabelecida entre empresários e trabalhadores, que deveria prezar pela parceria e pela construção conjunta. Para os autores, deveriam ser constituídos novos esquemas de remuneração do desempenho e por produtividade e as empresas precisariam estabelecer canais de diálogo permanente e institucionalizado com os trabalhadores para que as decisões das empresas fossem mais permeáveis à influência dos trabalhadores. Para eles, seria necessário garantir maior flexibilidade funcional, e permitir a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas (Coutinho & Ferraz, 1994).

Do mesmo modo, os autores defendiam políticas de proteção social nas áreas de seguridade, previdência, saúde e assistência social. Todos estes argumentos teriam como pano de fundo a constatação que a principal vantagem competitiva da indústria brasileira seria o tamanho de seu mercado interno, que estaria constrangido pela desigualdade e marginalização social. Assim, seria imprescindível uma política que tivesse como foco a distribuição de renda para aumentar o poder aquisitivo da população brasileira, seja através de políticas sociais, seja por meio de ganhos salariais[70].

Como foi dito acima, esta perspectiva ideológica não contou com muitos entusiastas dentro do governo Collor, dado seu viés liberal, mas serviu como referência em debates dentro do governo e destes com atores sociais. Contudo, sua visão distributivista e que valorizava o mercado interno e o fortalecimento das empresas nacionais agradava principalmente a setores do sindicalismo e a pequenos empresários que tinham sua produção voltada para o mercado interno, como será visto nos capítulos seguintes.

O discurso patrimonialista e a construção de uma filosofia espontânea

As ideias econômicas são importantes na operacionalização técnica de projetos, bem como para apontar para os setores organizados da sociedade suas perspectivas de ganhos e perdas com os caminhos da economia. No entanto, para a criação de consensos e a mudança de paradigmas m termo de crenças ideológicas de uma camada mais abrangente da sociedade só é possível na interface das ideias econômicas com aquelas de cunho político-sociais. Além disso, a crise vivida pelo país no momento analisado não era apenas de caráter econômico, ela tinha sua face política representada pela crise do regime militar e ambas se encontravam na ruptura do pacto desenvolvimentista, como foi argumentado acima.

[70] Neste aspecto mais distributivista, esta visão aproxima-se do que defendiam muitos setores do sindicalismo e do que pregava a campanha do PT em 1989, quando Lula tentava inverter a lógica neoliberal em seu discurso mostrando a necessidade de um Estado atuante, eficiente e redistributivo, oposto aos privilégios existentes e à visão minimalista pregada pelos candidatos mais à direita (Cezar, 1994).

Assim, para além das disputas em torno do ideário econômico exposto acima, buscaremos apontar, a seguir, como a tese desenvolvida no Brasil, a partir dos anos 1960, de que o caráter do Estado brasileiro é acentuadamente *patrimonialista*, foi fundamental para a penetração do ideário neoliberal nas diferentes camadas da sociedade brasileira. A hipótese defendida aqui é que estas ideias acabaram se constituindo como uma *filosofia espontânea*, que abriu espaço para que ideias de ordem mais liberal fossem introduzidas, sobretudo por apontar o Estado e sua atuação político-econômica como principal responsável pelos problemas brasileiros.

Conforme aponta Werneck Vianna (1999):

> a versão hoje hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a interpretação no Brasil tem sido aquela dos que apontam o nosso *atraso* como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico. (Werneck Vianna, 1999, p. 35, *destaque no original*).

Tal visão tem suas origens na conceitualização weberiana de patrimonialismo e de despotismo oriental e, no Brasil, segue uma *linhagem* liberal do pensamento político brasileiro (Cf. Brandão, 2007), iniciada por Tavares Bastos ainda no século XIX.

Buscaremos, então, levantar alguns elementos que nos permitam compreender como foi construído o domínio dessas ideias e de que maneira ela se relaciona com a introdução do neoliberalismo no Brasil no início dos anos 1990. Para isso, procuraremos fazer uma breve história político-intelectual de como esse discurso foi aos poucos ganhando posição de destaque na sociedade brasileira, mostrando, por um lado, sua construção teórica (baseado principalmente nos textos de Raymundo Faoro *Os donos do poder* e de Simon Schwartzman *Bases do autoritarismo brasileiro*) e, por outro, sua penetração política no público extra-acadêmico de meados da década de 1970 até o início dos anos 1990. Assim, levantamos a hipótese de que o neoliberalismo só se tornou possível no Brasil enquanto prática política na medida em que encontrou suas *afinidades eletivas* com essa visão patrimonialista do Estado brasileiro.

Raymundo Faoro, principal expoente desta visão resume o próprio argumento da seguinte maneira:

> De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações

> fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou o pré-capitalismo (Faoro, 2001: 819).

Esse "capitalismo político" teria moldado a realidade e incorporado "o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo" (Faoro, 2001, p. 819). E, dessa forma, os assuntos de ordem privada seriam comandados e supervisionados pela comunidade política em uma estreita e fluida demarcação entre o público e o privado. O tipo de dominação resultante desta articulação política seria o *patrimonialismo*, "cuja legitimidade se assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi" (Faoro, 2001, p. 819).

Com isso, Faoro elabora uma análise da história brasileira em que nega qualquer teoria da história que enxergue no capitalismo uma tendência natural de desenvolvimento, tanto de cunho liberal quanto de viés marxista. Pois a realidade brasileira revelaria a persistência do patrimonialismo, que "adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar" (Faoro, 2001, p. 822). Assim, ao contrário do que poderia ser imaginado, o patrimonialismo não seria incompatível com o moderno capitalismo (ao contrário do feudalismo), já que ele seria capaz de se amoldar às transições, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação numa amplitude que varia desde a gestão direta até a regulamentação material da economia. (Faoro, 2001: 823-4).

Faoro constrói, assim, uma "história imóvel" do Brasil (Cf. Bortoluci, 2009), ou seja, estaríamos submetidos a um patrimonialismo tão fortemente "sufocante", "tutelador", "sobranceiro", "autônomo", que mesmo existindo "momentos e tendências centrífugos", "estes seriam invariavelmente derrotados ou permaneceriam secundários" (Campante, 2003: 159), daí a imagem da "viagem redonda" apontada por Faoro.

> Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhes a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. (Faoro, 2001: 834).

Dentro deste quadro, o comando da vida política e social brasileira não estaria submetido a uma lógica racional-burocrática ou a uma dinâmica de classes sociais, mas viveríamos sobre o império de um "estamento burocrático", que teria adquirido certo

conteúdo aristocrático, no qual o governo se colocaria como árbitro diante do equilíbrio ou impotência das classes. A esfera política se encontraria, então, autônoma do restante da sociedade, organizando a nação a partir de uma unidade central, com forte intervenção sobre o domínio econômico. Do mesmo modo, o estamento burocrático desenvolveria um movimento pendular sobre as classes, pois seria divorciado delas, dando a falsa impressão de favorecer um ou outro lado, dependendo do momento.

Esta interpretação do Brasil elaborada por Faoro em *Os donos do poder* tem sua primeira edição datada de 1958 sem, contudo receber grande reconhecimento de imediato (Cf. Bortoluci, 2009). Será somente com a segunda edição de sua obra, em meados dos anos 1970 – mais precisamente 1973 – que ela se tornará um clássico do pensamento político-social brasileiro com grande importância política e intelectual. É bem verdade que algumas modificações foram inseridas no texto, como o acréscimo de dois capítulos, uma reformulação na disposição dos assuntos e a explicitação "com maior clareza" de alguns conceitos chave, como afirma o próprio autor no prefácio da segunda edição do livro (FAORO, 2001, p. 13). Contudo, a hipótese que pretendo sustentar aponta para outros fatores de ordem política e histórica para essa melhor recepção do livro em sua segunda edição. Para isso, será necessário entramos em alguns detalhes históricos que haviam sido apenas mencionados acima.

O ano de 1973 é marcado pela primeira crise internacional do petróleo em pleno auge do "milagre econômico" brasileiro. No ano seguinte, a ARENA (partido que sustentava o governo militar) perderia as eleições gerais realizadas em todo o Brasil para o MDB e o presidente-general eleito pelo colégio eleitoral Ernesto Geisel colocaria em prática o II PND, que acarretaria num brutal aumento da participação estatal na economia e no endividamento externo.

Esse forte aumento da participação do Estado na economia gerou, a partir de dezembro de 1974, a chamada "campanha contra a estatização", que teve início nos meios de comunicação, mas acabou ganhando penetrabilidade nos meios empresariais nos anos seguintes (Cf. Cruz, 1995). A partir de então e durante o ano de 1975 e o primeiro semestre de 1976, o tema do "capitalismo de Estado"[71] já criticado por Faoro, será alvejado por diversos órgãos da imprensa, com o apoio de economistas de renome

[71] Exemplo bastante significativo é o dossiê apresentado pela revista *Visão* em maio de 1975, com mais de 50 páginas, intitulado "Brasil: capitalismo de Estado?" (Cf. Cruz, 1995).

no país, notadamente liberais e, posteriormente – mais precisamente julho de 1975 – atingirá também os círculos empresariais. O tema ganharia progressivamente importância nos debates públicos e só sairia de cena quando o governo o assumiu como ponto central de discussão interna, em meados de 1976.

Como demonstra Cruz (1995), o período em questão, marcado pelo II PND, é também o período em que o suposto distanciamento entre Estado e sociedade se revela mais contundente, assumindo ares de visão oficial por parte do governo, por meio do projeto de "Brasil potência": "no governo Geisel ganha foros de doutrina oficial uma concepção que subordina a economia à política e define o Estado como arquiteto do porvir que, sob sua direção, seria realizado pelos agentes privados" (Cruz, 1995, p. 128).

Neste quadro, em que caberia à empresa estatal o papel de liderança dentro do novo modelo de desenvolvimento que se desejava implantar no Brasil, entende-se o ataque que a imprensa e a iniciativa privada empreenderam contra a propalada "estatização da economia". Fica mais claro também porque as teses de Faoro são mais aceitas neste contexto do que em meados da década de 1950. A ideia de uma estrutura burocrática situada acima das disputas de classe típicas de uma sociedade capitalista passa a constituir, em certa medida, o discurso oficial do Estado. O diagnóstico do patrimonialismo do Estado brasileiro, com as categorizações do "capitalismo de Estado" e de um "estamento burocrático" acima e apartado da sociedade civil, começa a ganhar verossimilhança com a sociedade brasileira.

Na cena intelectual começaram a surgir diversos estudos que corroboram, pelo menos em parte, as teses de Faoro, é o caso de *O Minotauro Imperial* (1978) de Fernando Uricoechea e *A Construção da Ordem: a elite política imperial* (1980) de José Murilo de Carvalho que, apesar de suas variantes em relação às ideias de Faoro e de se debruçarem mais especificamente sobre o Estado durante o período imperial, estabelecem um diálogo direto ou indireto com seu legado teórico (Cf. Campante, 2003).

Contudo, será a produção teórica de Simon Schwartzman que terá maior influência sobre o ambiente político-intelectual brasileiro, primeiro com *São Paulo e o Estado Nacional* (1975) e, mais acentuadamente, com *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982). No segundo, que em grande parte retoma as principais ideias do primeiro,

Schwartzman propõe uma visão que se assemelha à análise de Faoro em diversos aspectos.

Primeiramente, Schwartzman (1982) irá definir a estrutura de participação política no Brasil por meio da ideia de cooptação política em oposição à representação, típica de um regime democrático representativo liberal. De acordo com o autor, trata-se de uma forma débil de participação e que seria controlada hierarquicamente de cima para baixo. Além disso, ele afirma que tais práticas tenderiam a prevalecer "em contextos em que estruturas governamentais fortes e bem-estabelecidas, antecedem historicamente os esforços de mobilização política de grupos sociais". Nestas condições, as posições governamentais seriam buscadas como forma de mobilidade social, o que significaria que a organização governamental teria adquirido as características de um patrimônio a ser explorado, daí a caracterização do *patrimonialismo* (Schwartzman, 1982, p. 23).

Da mesma forma, Schwartzman (1982) concordava com Faoro no fato de que não haveria uma necessária distinção ou superação entre o moderno capitalismo industrial e urbano e uma dominação política patrimonial, pelo contrário, de acordo com Schwartzman, essa política apesar de tradicional, não seria característica do meio rural, mas do ambiente urbano e moderno. Schwartzman acrescenta ainda que a dominação política de tipo racional-legal,conceituada por Weber como típica dos países ocidentais, teria se originado com base no contrato social estabelecido entre o patrimonialismo dos regimes absolutistas e a emergente burguesia. Por outro lado, nos países onde não existiu uma burguesia com a mesma força ascendente correr-se-ia o risco de ocorrer uma combinação entre governos centrais comandados por uma racionalidade substantiva (em oposição à racionalidade formal e que tenderia a maximizar objetivos independentemente das regras formais) e massas passivas, destituídas e mobilizáveis (Schwartzman, 1982, pp. 46-48). Assim, na visão de Schwartzman, seria possível a manutenção de uma racionalidade sem legalidade, configurando "uma racionalidade de tipo exclusivamente 'técnica', onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica

seja mínimo ou inexistente" (Schwartzman, 1982, p. 49)[72], era isto que Schwartzman caracterizava como patrimonialismo moderno ou neopatrimonialismo.

Entretanto, o autor ainda acrescentará dois traços fundamentais a esse tipo de dominação política no Brasil que serão essenciais para a construção da supremacia deste discurso nos anos subsequentes. O primeiro deles, já estava expresso no próprio título do livro e está na associação explícita entre patrimonialismo e autoritarismo. Ao caracterizar a estrutura de cooptação corporativa do Estado brasileiro, Schwartzman mostrava uma tendência constante de redução do conflito político, pela redução de seu escopo com monopólios de privilégios e com uma estrutura de partidos políticos frágeis. Assim, com o predomínio da cooptação sobre a representação, a política tenderia a girar em torno do Estado, funcionando um mecanismo de alienação de poderes por parte da população e não de delegação; a sociedade seria, então, percebida como composta de partes que se relacionam com o poder central, sem relações diretas entre si. Estas seriam as *bases do autoritarismo brasileiro* (Schwartzman, 1982).

O segundo traço apontado por Schwartzman que gostaríamos de destacar é o caráter funcional da dependência externa para a manutenção do Estado patrimonial, pois esta dependência impossibilitaria o fortalecimento de grupos econômicos nacionais, que acabariam por se tornar cada vez mais dependentes de favores e privilégios do Estado para sobreviverem. Schwartzman observa um padrão comum desde o período colonial no Brasil: o crescimento da centralização política simultaneamente à dependência econômica. Apesar de reconhecer a necessidade de maiores aprofundamentos históricos em torno dos detalhes desta relação, ele a resume da seguinte maneira:

> O padrão de dependência externa [...] significou, assim, não apenas que os recursos e a riqueza nacional eram canalizados para o exterior, o que, em certo sentido, é conceitualmente trivial, mas também que, neste processo, o Estado patrimonial foi capaz de sobreviver ao limitar as oportunidades de organização e manifestação política independente por parte dos grupos nacionais que detinham uma base produtiva própria, fossem industriais, capitalistas ou trabalhadores. Confrontados com um setor político dominante, que gozava do apoio de interesses econômicos estrangeiros poderosos, os grupos nacionais

[72] Caberia destacar uma crítica feita a Faoro por Schwartzman, por meio da qual este vem a desqualificar a categoria "estamento burocrático", cara a Faoro. Segundo Schwartzman, a burocracia e a classe política, parcela dominante no patrimonialismo moderno, não teriam honra nem méritos próprios, não podendo, assim, serem caracterizados como estamento, na estreiteza da definição weberiana.

> podiam implorar, pressionar, ou reivindicar favores especiais e concessões dos detentores do poder político, mas nunca poderiam aspirar a conquistá-lo e submetê-lo a seus próprios fins. [...] Apenas o Estado, ele mesmo, foi capaz, quando as condições existiam, de tentar esta transformação, independentemente e, às vezes, às expensas dos partidos políticos e dos setores sociais nacionais. (Schwartzman, 1982, pp. 104-105).

Assim, o diagnóstico de Schwartzman irá se encaixar com perfeição na conjuntura política e econômica dos anos 1980. Pois, ao mesmo tempo em que o regime autoritário brasileiro entrava em sua crise final, a dependência externa, representada pela ruptura do padrão de financiamento externo, aumentava de forma exponencial[73].

O caldo teórico-intelectual estava dado para que fosse encontrada uma resposta fácil aos problemas brasileiros. O argumento patrimonialista seria repetido à exaustão, com diferentes matizes, por políticos, jornalistas, empresários, sindicalistas. A ideia de uma elite[74], no poder a quinhentos anos, que estaria se beneficiando do atraso brasileiro e seria a responsável pelas mazelas da sociedade foi explorada por diferentes setores sociais de acordo com seus interesses. Diversos segmentos sociais foram acusados de se beneficiar desta característica do Estado brasileiro, no entanto, o próprio Estado, era sempre encarado como responsável em última instância por perpetuar esta situação.

Um primeiro ponto que deve ser destacado se refere à ideia de uma "cultura empresarial" patrimonialista, que diversos líderes políticos, inclusive o então Presidente da República, apontavam como um dos elementos responsáveis pela escalada da inflação no Brasil. Esse padrão cultural do empresariado brasileiro, que não estaria disposto a correr riscos, era atribuído justamente ao seu padrão de relacionamento com o Estado. "A cultura empresarial apodreceu no rastro da podridão pelo choque de interesses dentro do governo" afirmava a este respeito um editorial do *Jornal do Brasil*, completando "É preciso restaurar no Brasil o conceito de investimento de risco, e restaurar as relações entre o capital e o trabalho fora dos circuitos do estado e da estatização" (*Jornal do Brasil*, 13/5/87 *apud* Fonseca, 2005). Ainda nesta linha, o mesmo periódico argumentara meses antes: "Nos Estados Unidos um cidadão nasce

[73] Como aponta Carneiro (2002), entre os anos 1983 e 1989, ou seja, após a crise desencadeada pela moratória mexicana de 1982, o Brasil se tornou um exportador líquido de capitais, ao contrário do que havia sido o padrão nas décadas passadas.

[74] A composição desta "elite" iria variar de acordo com o porta-voz do discurso, conforme veremos mais adiante.

pensando em ser empresário, enquanto no Brasil nasce pensando num emprego. [...] é uma realidade cultural que deriva da nossa tradição patrimonialista" (*Jornal do Brasil*, 27/11/86 *apud* Fonseca, 2005). Quer dizer, se havia uma cultura política danosa entre os brasileiros, esta era resultado das práticas estatais que havia deixado empresários e trabalhadores "mal acostumados" a depender sempre de favores do Estado.

Do mesmo modo, *O Globo* também iria apontar "a mentalidade corporativista"[75] como causa fundamental dos problemas brasileiro, afirmando que "o reiterado apelo ao socorro do Estado, à política oficial, como remédio para todos os problemas, estruturais como conjunturais" negaria "implicitamente, a dinâmica própria do mercado" (*O Globo*, 25/3/87 *apud* Fonseca, 2005). Com isso, o jornal também criticava a mentalidade "típica" do brasileiro de sempre recorrer ao Estado e acabava tacitamente jogando a culpa desse comportamento sobre a estrutura patrimonialista do Estado que o transformava num balcão de negócios privados.

Assim, adjetivos como "cartorialismo", "neomercantilismo" e "nacional-oligarquismo" eram usados para caracterizar as práticas prejudiciais e equivocadas do Estado brasileiro, as quais o jornal *Estado de S. Paulo* atribuía não apenas a setores industriais desejosos de manter seus privilégios no mercado, mas principalmente a "presunção da burocracia estatal de que incumbe ao Estado promover o desenvolvimento contra o estrangeiro" (*O Estado de S. Paulo*, 14/4/88 *apud* Fonseca, 2005).

A postura anti-estatal e o diagnóstico patrimonialista irão ganhar ainda mais força quando o fracasso da implementação da "nova política industrial", lançada pelo governo Sarney em 1988 e inicialmente saudada como liberalizante, foi atribuído a interesses da burocracia estatal que não desejava perder poder e influência sobre os rumos da economia: "O que se prepara nos poderosos bastidores do terceiro escalão, [...] consegue até suprimir um ou outro dispositivo liberalizante do Decreto-Lei reformista" (*O Globo*, 17/8/88 *apud* Fonseca, 2005).

Com esse tipo de caracterização, começam a ganhar rosto os supostos beneficiados pelas práticas patrimoniais. Fato que seria completado pela promulgação

[75] Na crítica às características do Estado brasileiro, adjetivos como "corportivista", "cartorial", "oligárquico", "fisiológico", entre outros, eram muitas vezes usados sem rigor conceitual e poderiam ser sinônimos ou causa e consequência entre si dependendo do contexto.

da nova Constituição e a manutenção de diversos mecanismos de intervenção estatal no texto constitucional, dando o argumento que faltava para a consolidação da visão anti-estatista no Brasil. O *Estado de S. Paulo* em um editorial bastante sugestivo irá sintetizar o espírito da Carta Constitucional no ato simbólico de sua assinatura pelo Presidente da Constituinte, para o qual utilizou uma caneta ofertada pelos funcionários do Congresso:

> O gesto do presidente da Câmara, ao usar a caneta oferecida pelos funcionários do Poder Legislativo, justifica-se plenamente [...] porque os servidores do Congresso são funcionários públicos e esta corporação foi a mais beneficiada de todas no texto constitucional (*O Estado de S. Paulo,* 8/10/88 *apud* Fonseca, 2005).

Com isso, o jornal busca afirmar que foram mantidos "os velhos hábitos do empreguismo, do nepotismo e do patrimonialismo da política brasileira", ou seja, as assertivas de Faoro teriam sido reforçadas pelo novo texto constitucional e o "estamento burocrático", por ele caracterizado, continuaria sendo o setor dominante e mais privilegiado na sociedade brasileira.

Seriam, contudo, os editoriais da *Folha de São Paulo* que dialogariam de maneira mais explícita com as teses do Estado patrimonial. Já em 1986, o jornal assumia a ideia levantada por Schwartzman e explicitada acima, da íntima relação entre dependência externa e o padrão patrimonial de relação entre Estado e sociedade.

> Aqui, o subdesenvolvimento aliou-se ao atraso político, de tradição populista e autoritária, para tecer, sob a espessa couraça do setor público, uma monstruosa rede de laços de dependência baseados no favor, no clientelismo, na proteção cartorial, no tráfico de influência e na corrupção. O problema [...] tem origens estruturais, identificáveis no modo como a sociedade se organizou, 'de cima para baixo'. (*Folha de S. Paulo,* 15/6/86 *apud* Fonseca, 2005).

As semelhanças não são mera coincidência. Dois anos mais tarde, a *Folha* iria ampliar seu ataque a esta "cultura política" do país ao definir a existência no Brasil de um "capitalismo sem risco", isto é, "um capitalismo parasitários, que não apenas custa caro para a população como ainda inibe o surgimento dos verdadeiros empreendedores". Assim, o jornal não hesitaria em despejar sobre o Estado e seus agentes a responsabilidade por todas as dificuldades enfrentadas pelo país. A transformação completa destas práticas seria uma

> exigência que pode desagradar ao burocrata estatal, sempre atenta aos próprios privilégios, a seu prestígio social e às mordomias que arranca de uma população mergulhada na miséria; que pode prejudicar os incompetentes, os parasitas, os que enriquecem à custa da falência pública (*Folha de S. Paulo,* 26/8/88 *apud* Fonseca, 2005).

Com isso, a *Folha* apontava claramente os atores diretamente interessados na manutenção do quadro, ou seja, assim como os demais periódicos, ela não apenas atualizava o diagnóstico do patrimonialismo no Brasil, como igualmente mostrava os responsáveis àquele tempo pela permanência do quadro.

A partir de então, os ataques seriam cada vez mais sistemáticos ao "estamento burocrático" e suas práticas "arcaicas". Seja de forma específica, como nas acusações do constituinte José Fogaça ao Presidente Sarney ao afirmar que este teria se valido "do poder de pressão da maquina do Estado, do clientelismo e do patrimonialismo, [...] para fazer valer um sistema de poder [...] nos mesmos moldes da Republica Velha"; seja de maneira mais geral ao acusar as "elites políticas" de cuidarem "apenas de seus interesses de grupo" (*O Estado de S. Paulo,* 23/04/1989 *apud* Fonseca, 2005).

Assim, o patrimonialismo fora constituído como uma "ideologia do atraso" no Brasil (Cf. Souza, 1998) segundo a qual estaríamos em déficit em relação à cultura ocidental moderna advinda da ética protestante. Assim, essa "história imóvel" desenhada pela ideia de patrimonialismo apresentava implicitamente um programa de transformação da sociedade brasileira que apelava para o *imaginário moderno* que sempre acompanhou a vida política e acadêmica no Brasil, ou seja, tratava-se de um *programa modernizador*.

Assim, o programa neoliberal – com suas atenuações nacionais apresentadas acima – e a crítica ao caráter patrimonial do Estado brasileiro encontravam-se em um ideal modernizador advindo do centro do capitalismo mundial, e as eleições de 1989 foram o momento ideal para cristalização deste casamento. Como foi dito anteriormente, as eleições de 1989 ocorreram em um momento crítico da história brasileira, e, neste contexto, era mais do que esperado que candidatos – e eleitores – buscassem representar algo novo, que se opusesse à "tradicional cultura política brasileira".

É neste sentido que *O Estado de S. Paulo* publicaria um editorial celebrando o fato de o partido do governo (PMDB) obter um desempenho extremamente fraco nas

pesquisas eleitorais e atribuía a isso, as práticas nefastas que aquele partido teria mantido enquanto governo: "o povo, por enquanto pelo menos, está decidido a mudar, não suporta mais o fisiologismo, o patrimonialismo, o nepotismo cínico e o oportunismo desenfreado do estilo político predominante no Brasil e adotado pelo PMDB" (*O Estado de S. Paulo*, 09/06/1989 *apud* Fonseca, 2005).

Contudo, como bem aponta Cezar (1994), a percepção dos eleitores em relação à necessidade de diminuir ou pelo menos alterar ação do Estado perante a economia e a sociedade ocorria de maneira mais indireta:

> a crise do Estado não é apropriada, pelo imaginário social, como produto do crescimento desmesurado da máquina pública, mas de causas mais próximas da experiência habitual do cidadão, como a inflação, a corrupção dos políticos, a ineficiência dos serviços público, a concentração de rendas, etc., temas que foram contemplados com numerosos pronunciamentos ao longo da campanha presidencial. (Cezar, 1994, p. 282)

Dessa forma, diversos candidatos, e de maneiras distintas, tentaram captar este ímpeto em prol da mudança, alguns com mais outros com menos sucesso. O Senador Mário Covas, por exemplo, depois de já indicado candidato pelo PSDB, faria um discurso no Senado em que defendia um “choque de capitalismo” no Brasil, a partir de uma profunda reforma do Estado:

> É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil, tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios (Covas, 1989, p. 5).

Contudo, a opinião pública estava ciosa por algo realmente novo, que representasse uma verdadeira ruptura com esse “passado patrimonialista” e trouxesse consigo todo esse imaginário de modernização necessária para o Brasil. Um político jovem, aparentemente desvinculado dos tradicionais jogos do poder e conhecido como

"caçador de marajás" cairia como uma luva neste papel[76]. A figura de Collor de Mello e seus discursos e atitudes no campo do marketing político foram essenciais para tornar a eleição de 1989 numa disputa entre o "moderno" e o "arcaico", adjetivos que voltam a ganhar força na virada de década no Brasil.

> No discurso de Collor, a reforma patrimonial é completada com questões que afetam a crise moral do Estado: as mordomias de integrantes da máquina pública. (Cezar, 1994, p. 290).

Assim, seja declarando apoio explícito ao referido candidato, como *O Globo* ao afirmar: "O jornal insiste na necessidade da discussão a fundo dos grandes problemas nacionais, entre eles a opção ente o moderno e o arcaico, o peso do Estado na economia [...]" (*O Globo,* 15/9/89 *apud* Fonseca, 2005). E em outra oportunidade: "As ideias de Collor [...] são modernas. Ele prega o restabelecimento da eficiência da economia, na razão direta de um Estado mais magro e mais ágil – como única via para alcançar justiça social." (*O Globo,* 15/12/89 *apud* Fonseca, 2005). Ou de forma mais velada e abstrata, apelando apenas para categorias já marcadas no imaginário nacional, como fazia a *Folha:*

> A sociedade vai pagando o preço de seu atraso político, de sua complacência com o fisiologismo, de seus tabus doutrinários, de suas deficiências e desníveis no que tange à sua capacidade organizativa de acesso à informação.
> [...] mais e mais se vêem indícios, aliás, da ênfase com que a opinião pública está disposta a apoiar iniciativas de modernização econômica, de combate ao empreguismo e ao desperdício (*Folha e S. Paulo,* 19/4/89 *apud* Fonseca, 2005).

A campanha contra o patrimonialismo estava agora travestida de uma campanha pela modernização, o que implicitamente significava uma campanha a favor do neoliberalismo e uma campanha pró-Collor[77], na qual o que estava em jogo era:

---

[76] O jornal *Folha de S. Paulo* definia da seguinte maneira o crescimento de Collor nas pesquisas de opinião e sua apregoada "caça aos marajás": "[...] o fenômeno eleitoral de Collor de Mello – por mais precário e inconsistente que se comprove sua postulação – reflete aspirações generalizadas da opinião pública. [...] O "marajá" não é propriamente o corrupto, mas o símbolo do empreguismo e do desperdício dos recursos estatais. [...] o que surge, com mais e mais clareza, é um fenômeno mais amplo – a circunstância de o Estado ter-se transformado no principal empecilho para a modernização do país." (*Folha e S. Paulo,* 20/9/89 *apud* Fonseca, 2005).

[77] Não pretendo entrar aqui no debate em torno do papel da mídia nas eleições de 1989, pois isso seria fugir do foco deste artigo. Minha intenção é somente destacar a relação que foi criada entre o atraso da

> A necessidade imperiosa de remodelar a máquina do Estado, de promover cortes violentos na administração pública, de impor padrões de racionalidade e eficiência, de extirpar o déficit público, de levar a cabo uma política de privatização, exige um presidente ousado, empreendedor, dotado de qualidades administrativas e de uma visão estratégica de modernização (*Folha e S. Paulo*, 3/5/89).

Assim, estava posta a íntima relação entre o ser "moderno" e as transformações necessárias ao Brasil. É neste sentido que, à véspera da eleição, *O Estado* conclama seus leitores a votarem na "Revolução Liberal", o que seria sinônimo de um "voto pela modernidade" (*O Estado de S. Paulo,* 17/12/89 *apud* Fonseca, 2005). Quer dizer, romper com o passado, "arcaico", "patrimonialista" e responsável pela situação calamitosa da economia, da política e da sociedade brasileira significava optar pelo novo, pelo moderno, pela proposta liberal.

Com a vitória de Collor, o discurso de que era preciso derrotar a elite patrimonialista brasileira, cortando o mal pela raiz, isto e, diminuindo o campo de atuação do Estado, ganhava ares de discurso oficial[78]. Neste sentido, Collor chamou os carros brasileiro de "carroças" ao compará-los com os europeus, declarou sua intenção de integrar o país ao Primeiro Mundo (Istoé/Senhor 14/02/90) e promoveu uma série de ações midiáticas como a venda de carros e mansões do governo; além de acenar com um discurso modernizante e moralizador desde o primeiro dia de governo e demarcar a diferença entre os que querem o moderno e os que lutam pelo atraso:

> Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. (Collor de Mello, 1990a).

Collor atirava para todos os lados e fazia questão de identificar aqueles que tinham um comportamento danoso ao país, em todos os grupos sociais.

---

política patrimonial no Brasil, as propostas neoliberais, e a figura do então candidato Collor, revelando um interessante jogo entre "atraso" e "moderno", já bastante marcado na história brasileira.

[78] Como afirma Bourdieu (1989), o Estado é "detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*", assim, o discurso anti-estatal nas palavras do Presidente da República ganha uma força simbólica inquestionável.

> As elites a que me refiro estão em todos os lados. Esse tipo de elite que eu repilo não está localizado apenas, como o termo faz supor, nas classes privilegiadas, aí retratado o industrial ou o grande empresário, ou a classe política detentora do poder. Elas existem em todas as camadas. (Collor de Mello, 1990b)

Collor criticava, sobretudo, as contradições entre o discurso e a prática deste tipo de "elite" que dizia apoiar publicamente as reformas liberalizantes, mas trabalhava no sentido contrário, pois seguia se beneficiando do Estado protetor e desenvolvimentista.

> As elites que são nocivas ao País são as que têm um discurso em discordância com a sua prática. Do lado dos empresários, por exemplo, pertence a esse tipo de elite aquele que diz que o Estado não pode mais interferir na economia, que tem que repensar o seu papel, que o Estado não pode fazer benemerência com recursos públicos, mas, ao mesmo tempo, é ele quem recebe maior colaboração do Estado para seus próprios negócios.
> Do lado dos trabalhadores, são aqueles líderes sindicais com um discurso anacrônico, inteiramente dissociado do real interesse do trabalhador. Dizem que o Estado tem que ser o responsável, tem que tomar conta. E ao mesmo tempo não prezam pela eficiência da aplicação dos recursos do Estado nas áreas por eles dominadas. Esse discurso dessa elite do sindicalismo brasileiro é tão cínico quanto o discurso da outra ponta da linha, o discurso desse tipo de empresário. [...] o que eles estão pregando é algo diametralmente oposto ao que foi aprovado pela população e à delegação que tenho para fazer esse programa caminhar. (Collor de Mello, 1990b)

O Presidente imputava, então, os problemas do país à cultura político-social aqui desenvolvida que seria demasiado paternalista e, portanto, teria criado uma dependência dos cidadãos em relação ao Estado, no melhor estilo da tradição liberal de interpretação do Brasil.

> Acima de tudo, no entanto, é preciso acabar com o paternalismo que impregna a cultura político-social brasileira, a expectativa de que o Estado resolva todos os problemas e a frustração crônica quando isso não ocorre. O Estado era culpado por todos os males e responsável por todas as soluções. (Collor de Mello, 1990c)

Assim, a questão do "moderno" estava muito presente na campanha de Collor e, com sua vitória nas urnas, passou a fazer parte da retórica de qualquer autoridade pública, como é resumido por Hauguenauer:

> O moderno e tomado como um valor definitivo e absoluto, um ideal a ser atingido pela sociedade brasileira [...] O Brasil Novo não vai mais fabricar carroças, não vai mais ter um Estado atuante na economia, não vai mais pertencer ao Terceiro Mundo (Hauguenauer, 1990).

Dessa forma, como bem aponta Brandão (2007: 65-6), o "libelo contra o 'estamento burocrático'" de Faoro[79], justamente por ter sido "formulado em um período em que o Estado era o repositório das esperanças nacionais, só obteve êxito década e meia depois, quando este [o Estado – LF] deixava de ser visto como solução das mazelas para ser visto como problema". No momento em questão, seguindo ainda a trilha de Brandão, a situação político-intelectual teria se invertido, pois

> as mutações ideológicas na cultura capitalista mundial, o fracasso do socialismo como alternativa de modo de vida, a perda de capacidade hegemônica da cultura de esquerda, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, a memória do comprometimento de boa parte do conservantismo com o estatismo e com o autoritarismo, a consolidação de uma sociedade de consumo de massas e a internalização dos valores individualistas possessivos na condução da vida cotidiana, abriram a *possibilidade* de que o liberalismo [...] se torne finalmente uma ideias dominante na formação social brasileira (Brandão, 2007: 66, *grifo nosso*).

Coerentemente com o que apontavam os diagnósticos econômicos resenhados acima – sobretudo aqueles que se aproximavam em algum aspecto das teses neoliberais –, o discurso patrimonialista imputava ao Estado, e às elites cultivadas por ele, todas as mazelas do país. A crítica ao Estado, porém, só pode ser aceita por amplos setores da sociedade brasileira porque seus pressupostos encontravam amparo na realidade político-econômica.

O discurso do patrimonialismo do Estado brasileiro foi capaz de tornar-se uma *filosofia espontânea* de nossa sociedade ao passar a frequentar o senso comum e a linguagem cotidiana dos brasileiros. Suas categorias passaram a fazer parte do vocabulário corrente de diferentes grupos e classes sociais, incorporando sentimentos e preconceitos privados às relações públicas de poder.

[79] É preciso ressaltar que, apesar de ser o principal responsável pelo desenvolvimento destas ideias no Brasil, Faoro nunca foi um entusiasta das reformas neoliberais e as criticou em diversos artigos acadêmicos e na imprensa (Cf. Ricupero & Nunes, 2005).

Com isso, as teses do patrimonialismo do Estado brasileiro cimentaram o caminho para a ideologia neoliberal penetrar em diversos grupos sociais[80]. O "atraso" representado pelos vícios da tradição patrimonialista brasileira foi didaticamente traduzido e experimentado pelas pessoas em um momento de crise de hegemonia. A modernidade do programa neoliberal foi, assim, mais facilmente introduzida como resposta aos problemas enfrentados pela sociedade. Como afirma Werneck Vianna (1999: 46), "o *moderno*, pois, não veio a *encantar* o mundo dos brasileiros [...], mas a racionalizar a vida a partir de valores de mercado".

***

Apesar do relativamente amplo leque de ideias presentes no Brasil entre fins dos anos 1980 e início dos 1990, pode-se notar um ponto central comum a todas elas: o reconhecimento da profunda crise fiscal e financeira que atravessava o Estado e os problemas que isso vinha causando ao país. A despeito das diferenças em termos de prognósticos para a recuperação da crise, esta situação permitiu que o Estado e suas práticas "nefastas" fossem apontados como culpados pela situação pela qual atravessava toda a sociedade brasileira.

Há que se ressaltar, porém, que as ideias neoliberais, embora em voga nos países centrais desde os anos finais da década de 1970 e, em grande parte da América Latina, durante toda a década de 1980; no Brasil, essas ideias só ganharam força e musculatura política quando foram *traduzidas* para a realidade dos grupos sociais locais, seja por meio de teorias econômicas que partiam da interpretação de nossa realidade e encontravam semelhanças com as ideias pregadas pelo "Consenso de Washington", seja por meio do encontro de afinidade com uma *filosofia espontânea* desenvolvida no imaginário brasileiro.

Mais do que isso, diante da forte dependência do Estado por parte da maioria das classes e grupos sociais e pelo papel representado por este ao longo da história brasileira, o liberalismo ou sua versão *neo* representada pelo "Consenso de Washington" nunca teve plena adesão de grupos relevantes politicamente. Algumas de suas teses sempre foram vistas com reserva e, mesmo em casos como o da abertura comercial, das

[80] Como foi apontado acima, essas ideias transcenderam os limites de classe e eram reproduzidas pro porta-vozes de diferentes grupos sociais. Assim, diferentemente do que fizemos com as correntes econômicas, não faz sentido buscar os grupos que tinham seu discurso atrelado a estas ideias.

privatizações e da disciplina fiscal, tidos como consensuais pela maior parte da sociedade, sempre haviam senões colocados por um ou outro grupo que poderia ser prejudicado por estes ajustes.

Desse modo, a preponderância de um discurso liberalizante no debate público – fato que prevalece em certa medida até os dias de hoje – e na agenda de ações governamentais não foi fruto de uma tendência inflexível da história ou da simples rendição à racionalidade econômica auto-evidente. Mas foi "resultado contingente de processos eminentemente conflitivos, tanto internos quanto externos" (CRUZ, 1997: 115). Do mesmo modo, a especificidade que essas idéias tomaram ao chegarem ao Brasil, passando pelos filtros ideológicos que são próprios das classes que se encontravam em disputa por aqui, bem como as resistências em termos de interesses materiais, devem ter atenção especial do analista.

Desse modo, procuramos apontar de maneira breve os contornos tomados pelo debate ideológico no Brasil ao longo do período em questão. É importante destacar que esses conjuntos de idéias são relevantes não apenas pela qualidade dos argumentos, pois isso, por si só, não é suficiente para determinar sua penetrabilidade social e sua força transformadora. É fundamental também apontar que estas ideias contavam com bases sociais com diferentes níveis de organização e força política.

Além disso, é preciso compreender como as questões valorativas se relacionam com os interesses concretos de cada uma das classes ou grupos sociais, compreendendo as relações fundamentais entre estrutura e superestrutura. Este é o passo que procuraremos dar nos próximos capítulos, entendendo as disputas no interior do empresariado e dos trabalhadores organizados e as disputas entre essas classes sociais na busca de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico.

Capítulo 3: A tentativa hegemônica do empresariado industrial

Ao analisarmos a postura do empresariado industrial brasileiro frente ao processo de abertura comercial do Brasil e de reformas liberalizantes, algumas perguntas veem à mente de imediato: quais possíveis interesses poderiam ter os empresários brasileiros na abertura de um mercado antes restrito a seus produtos? Kingstone (1999) aponta corretamente que os empresários podem estar dispostos a aceitar os custos de reformas econômicas em troca de benefícios futuros, mas quais benefícios poderiam estar em pauta? Se não existiam perspectivas de ganhos, porque não tiveram força suficiente para evitar esse processo? Como eles atuaram junto ao governo para minimizar suas perdas ou maximizar as possibilidades de lucro? O neoliberalismo foi a ideologia vitoriosa no meio empresarial? Ou o empresariado ressignificou as idéias neoliberais para adequá-las a seus interesses?

Tendo em vista o histórico fechamento do nosso mercado e a situação privilegiada em que alguns empresários se encontravam no que se refere à sua relação com o Estado, é no mínimo espantoso que a abertura da economia à competição externa e a diminuição da intervenção do Estado tenham sido aceitas por uma parcela considerável deste grupo social.

Evidentemente, a conjuntura de crise de hegemonia apresentada anteriormente contribuiu para a aceitação de que o modelo desenvolvimentista não poderia mais trazer ganhos para o país[81]. Além disso, deve-se levar em conta o caldo cultural fornecido pela *filosofia espontânea* da tese do Estado patrimonialista brasileiro que facilitou a penetração de ideias de cunho mais liberal e o desenvolvimento de críticas econômicas que apontavam a necessidade de reformas para a retomada do desenvolvimento. Todavia, todos esses fatores, apesar de justificarem o rompimento do empresariado com o velho modelo desenvolvimentista, não são suficientes para antever e explicar a postura deste grupo social diante da possibilidade de reformas voltadas para o mercado.

[81] Como visto, o empresariado brasileiro havia rompido com o governo militar e posteriormente com o governo Sarney após os fracassos dos planos heterodoxos de estabilização.

Assim, esta seção tem o objetivo de analisar a trajetória do empresariado industrial[82] brasileiro ao longo do governo Collor e sua reação frente ao processo de abertura comercial. Defenderemos, em oposição aos autores que enxergam na estrutura organizacional do empresariado brasileiro sua principal fragilidade, que a maneira mais adequada de interpretar o comportamento desse grupo é entendendo-o como fração da classe burguesa brasileira e analisando suas *possibilidades de consciência* ao longo do período em questão. Neste sentido, argumentaremos que a fragmentação organizacional e a ausência de uma organização de cúpula, capaz de unir toda a burguesia sob um mesmo guarda-chuva institucional foi sim um dos fatores que limitaram as possibilidades de consciência e ação por parte do empresariado industrial brasileiro, mas não foi um impedimento para que tentativas hegemonizadoras fossem lançadas e materializadas em novas e velhas organizações empresariais.

Dessa forma, serão avaliadas as possibilidades de consciência esboçadas pelos empresários industriais no período Collor, analisando suas nuances e especificidades, bem como, explorando seus potenciais hegemônicos e as razões do sucesso/fracasso destes projetos. Nosso foco estará em três organizações empresarias que tiveram atuação destacada no período que concerne a esta pesquisa e em torno do processo de abertura comercial que nos interessa particularmente, são elas: O Pensamento Nacional de Bases Empresarias (PNBE), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Nosso interesse por essas instituições em especial diz respeito à projeção política e midiática que elas tiveram ao longo do período estudado e, consequentemente, ao seu poder de influência sobre os rumos do país[83].

[82] Utilizaremos o termo empresariado industrial para nos referirmos a esta fração da classe burguesa para evitar a confusão com outras frações ou com a classe como um todo.

[83] Duas importantes organizações empresariais não serão alvo de nosso estudo, de um lado, os Institutos Liberais (IL) que, apesar de sua importância na disseminação da ideologia liberal no Brasil e de sua preocupação com a mudança da "mentalidade da população progressivamente", sua influência no debate público foi bastante reduzida no período em questão (sobre os Institutos Liberais conferir Gros, 2002 e 2004). De outro lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tampouco será estudada mais aprofundadamente, pois apesar de seu caráter de organização de cúpula, sua influencia no período estava muito mais relacionada à proeminência de seu presidente, o senador Albano Franco, do que por sua capacidade de articulação e influência política.

A tese da fraqueza política do empresariado brasileiro

Diversos autores encontraram na estrutura organizacional das classes sociais brasileiras a explicação para sua fragilidade e para a ausência de projetos coletivos por parte destes sujeitos. Nesta perspectiva, a estrutura corporativa de representação de interesses criada por Vargas nos anos 1930 e, em grande medida, preservada até hoje, teria engessado a maneira como as classes e grupos sociais organizariam seus projetos e demandas impedindo uma unificação ideológica e propositiva da classe como um todo. Trata-se de uma visão que analisa o empresariado brasileiro a partir de uma perspectiva centrada na experiência de outros países, sobretudo do centro do capitalismo mundial. Essa visão foi desenvolvida principalmente por *brasilianistas* que tinham suas expectativas frustradas em relação àquilo que seria a forma "normal" de organização empresarial e de relação com o Estado e as demais classes sociais, mas também encontrou seus adeptos entre cientistas sociais brasileiros, como veremos a seguir.

Estes autores apontam o empresariado brasileiro como fraco politicamente, pois não seria capaz de organizar seus interesses para além da particularidade setorial. O principal fator responsável por esta fraqueza política seria a estrutura organizacional corporativa, como bem resume Mancuso:

> De fato, uma série de trabalhos recentes afirma que, no Brasil, o empresariado apresenta uma dificuldade crônica de constituir e manter ações coletivas em torno de propostas unificantes [...].
> Esta deficiência de ação coletiva seria a causa principal da fraqueza política do empresariado no Brasil, ou seja, de sua incapacidade de influenciar o poder público para tomar decisões abrangentes que favoreceriam a operação da iniciativa privada no país. A fraqueza política do empresariado, por sua vez, o incapacitaria a exercer o papel de liderança que deveria assumir [...].
> Os defensores da tese da fraqueza política são unânimes em atribuir ao sistema corporativista de representação de interesses, em grande medida, a responsabilidade pela mencionada deficiência de ação coletiva e, como conseqüência, pela própria debilidade política. (Mancuso, 2006, p. 8).

É por este caminho que avançam as proposições de Ben Ross Schneider. Segundo ele, "os empresários brasileiros são poderosos no individual, mas frágeis no coletivo" uma vez que "carecem de uma associação de cúpula forte, de institutos de pesquisa, conselhos e partidos políticos com quem se relacionar" (Schneider, 1995, p.

135, *tradução minha*). Assim, eles seriam incapazes de articular seus interesses e suas propostas para além do nível corporativo-setorial.

Segundo Schneider, o tipo de organização determinaria, em grande parte, o tipo de interesse apoiado pelos capitalistas e a maneira pela qual esse suporte é oferecido. Se as organizações são mais gerais e de cúpula, os empresários tendem a ter um ponto de vista menos provinciano e mais genérico. Do mesmo modo, a forma e capacidade de financiamento e organização interna das entidades também influenciariam seus objetivos e formas de atuação (Schneider, 1995).

Ainda segundo o mesmo autor, no Brasil, o comportamento das associações empresariais no pós-guerra confirmaria essa hipótese, pois as elites econômicas tiveram mais influência individualmente ou por meio de organizações setoriais reduzidas do que via organizações gerais de cúpula. Muitas associações não possuíam uma estrutura organizacional adequada com corpo técnico profissional e lideranças estáveis e os interesses que apoiavam eram particulares e provincianos. Dessa forma, acabavam funcionando apenas de maneira reativa às propostas do governo sem capacidade de formulação própria. Além disso, a regulamentação corporativa distorcia a representação, impedindo a representação proporcional das empresas no interior dos sindicatos (Schneider, 1995).

Schneider ressalta ainda que, apesar das movimentações recentes no meio empresarial, não foram superadas as debilidades históricas, especialmente a falta de uma organização de cúpula e a deficiências em termos de agregação de interesses nas organizações corporativas. A organização de cúpula criada pela estrutura corporativa brasileira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), apesar de sua relevância em termos de tamanho e orçamento, sofreria com a desproporcionalidade da representação, o que faria com que São Paulo e o Centro-Sul do Brasil em geral – regiões mais desenvolvidos do ponto de vista industrial – fossem sub-representados diante de sua importância para indústria nacional[84] (Schneider, 1995).

Assim, Schneider não acredita que as tentativas de reorganização empresarial, representadas por entidade como o PNBE, o IEDI e a União Brasileira de Empresários

[84] Entidades regionais como a FIESP também sofreriam do mesmo problema, pois pequenos sindicatos, tanto em termos de número de filiados quanto em relação à representatividade econômica do setor, têm o mesmo peso de sindicatos maiores e com mais relevância econômica.

(UBE)[85], representassem algo novo capaz de romper com a lógica da atuação empresarial até então, já que apenas demonstravam falhas do modelo FIESP de organização que não era capaz de incorporar setores descontentes do empresariado industrial. Sendo assim, o resultado colhido a partir da fundação destas organizações teria sido apenas a ampliação da fragmentação da representação empresarial (Schneider, 1995).

Em suma, Schneider (1995) argumenta que a burguesia brasileira é demasiadamente desarticulada e, portanto, fraca do ponto de vista da ação coletiva, sendo que "a causa política mais direta da desarticulação da burguesia é o corporativismo de Estado" (Schneider, 1995, p. 145).

> As organizações corporativas ocuparam o espaço das associações e obstaculizaram esforços posteriores para melhorar a união e a representação de interesses empresariais. Ademais, o corporativismo brasileiro proibia a formação de associações de cúpula multisetoriais (Schneider, 1995, pp.145-146, *tradução minha*).

O autor aventa, ainda, a hipótese de que os empresários brasileiros poderiam ter calculado racionalmente que os custos da ação coletiva superem seus benefícios já que em qualquer sociedade capitalista, a elite econômica desfrutaria de uma vantagem política devido a uma "dependência estrutural" do Estado em relação aos investimentos privados e ao fato de que os capitalistas controlam mais recursos políticos do que outros grupos. Além disso, Schneider também enxerga na falta de organização política de partidos de esquerda e de sindicatos de trabalhadores, sobretudo devido ao regime ditatorial de 1964, uma falta de incentivo para que as empresas se preocupassem com sua organização. Do mesmo modo, o controle discricionário da burocracia sobre incentivos individuais teria feito com que empresários focassem seus esforços em pressões individuais e não coletivas sobre o Estado.

Da mesma forma, Leigh Payne alega que "a força política da elite empresarial é limitada por sua incapacidade de organizar uma ação coletiva forte" (Payne, 1994:132,

[85] A União Brasileira de Empresários (UBE) foi criada durante o período Constituinte com o intuito de centralizar a atuação empresarial junto ao Estado e à Assembleia Constituinte. A nova organização não contou, porém, com o apoio integral do empresariado industrial e chegou até mesmo a sofrer boicotes de importantes entidades como a FIESP, que estaria receosa de perder seu poder de influência (Cf. Diniz, 1993a). Com isso, sua existência foi efêmera. Para mais detalhes da atuação da UBE junto à Assembleia Constituinte conferir (Dreifuss, 1989).

tradução minha). Para ele, "o padrão tradicional de organização e comportamento das associações empresariais influencia o tipo de associação empresarial que se desenvolve, bem como as estratégias que elas escolhem" (Payne, 1994, p. 150, *tradução minha*). Dessa maneira, a tradição corporativista brasileira teria engessado o caráter das associações representativas e sua atuação junto ao Estado, impedindo, assim, que os empresários apresentassem demandas coletivas politicamente fortes e capazes de influenciar os rumos do desenvolvimento do país. Para ele, a fragmentação representativa dificultaria a mobilização coletiva dos industriais, só ocorrendo em casos de forte ameaça a comunidade empresarial de forma ampla e, nos quais, a ação individual fosse incapaz de trazer uma solução ao problema.

Kingstone, por sua vez, levanta algumas críticas a esta linha de raciocínio, mas que não são suficientes para refutá-la. Por um lado, ele afirma que a visão corrente, de que elites empresariais brasileiras são fracas e dependentes da proteção do Estado, subestimaria o efeito da mudança no contexto político e econômico sobre o comportamento dos empresários. Esta visão sucumbiria diante da evidência de que as reformas neoliberais contaram com o apoio do empresariado e, assim, teria como única explicação para isso uma suposta hipocrisia por parte do empresariado. Por outro lado, ele também critica um segundo tipo de explicação, na qual se encaixam as idéias expostas acima, que identifica a passividade do empresariado como uma função da maneira como estão organizados seus interesses.

Contudo, Kingstone concorda em parte com esta visão acerca do empresariado brasileiro e afirma que ela descreve adequadamente o padrão de representação empresarial, estando apoiada por uma ampla gama de trabalhos empíricos e teóricos. Ele pondera, porém, que é importante não superestimar a fraqueza das organizações empresariais e que mudanças estariam ocorrendo no Brasil devido às mudanças que ocorreriam no Estado.

Ainda assim, ele concorda que a estrutura corporativa acabou por enfraquecer os sindicatos patronais, pois como o peso das pequenas, médias e grandes empresas é o mesmo dentro da estrutura decisória, as empresas maiores, que possuíam um canal de diálogo privilegiado com o governo, davam menos peso a sua atuação nas entidades representativas. Da mesma forma, ele não questiona o fato de que as mobilizações dos

empresários se davam em torno de interesses particulares e não coletivos. (Kingstone, 1999)

Em suma, Kingstone entende que a forma como se dá a organização de interesses importa na medida em que determina quais interesses estarão representados e o quão efetiva será esta representação. No entanto, ele defende que a estrutura organizacional é menos determinante do que a estrutura do regime e a política eleitoral, já que esta irá determinar a "boa vontade" dos políticos para com o setor empresarial. (Kingstone, 1999)

No Brasil, diversos autores coadunam esta linha teórica que advoga a impossibilidade dos empresários se articularem enquanto classe. É o caso de Eli Diniz, que também vê na estrutura corporativa brasileira a fonte das limitações na atuação empresarial na defesa de seus interesses junto ao Estado ou às demais classes sociais.

> Longe de favorecer a integração intraclasse ou os acordos interclasses, a tradição corporativa do Brasil está centrada na setorização dos interesses. Trata-se de uma estrutura propícia ao estilo particularista de articulação de interesses e ao privilegiamento de táticas restritivas, resultando no predomínio de perspectivas de curto prazo na defesa das posições relativas no jogo econômico. (Diniz, 1992, p. 37).

Diniz deixa claro que seu ponto de partida são as experiências de organização empresarial "dos países de capitalismo avançado na Europa." Segundo ela, naqueles países, teria ocorrido uma forte centralização e concentração na estrutura organizacional, "consubstanciado na criação de entidades de nível superior voltada para a representação do conjunto dos setores econômicos". Essa centralização representativa teria permitido "a emergência de um padrão de ação unificado, pela redefinição de interesses individuais em função de interesses de teor abrangente." (Diniz, 1992, p. 37).

Do mesmo modo, Diniz reforça seu argumento ao citar as experiências em países periféricos, como no caso do Conselho Coordenador Empresarial de 1975 no México, da Confederação de Empresários do Peru, em 1984 e da Confederação Espanhola das Organizações Empresariais, como exemplos bem-sucedidos de aglutinação empresarial, que teriam elevado os interesses da burguesia para além de seus desejos corporativos imediatistas, favorecendo a "formulação de uma visão

hegemônica acerca de uma nova alternativa de desenvolvimento econômico" (DINIZ, 1993a, p. 64).

Assim, a não formação de organizações de cúpula, "voltadas para a representação dos interesses do conjunto da classe empresarial" (Diniz, 1992, p. 37), no Brasil, seria uma consequência desta estrutura que privilegiaria as ações voltadas para interesses particulares e de curto prazo, impedindo a formação de um projeto de classe, capaz de pleitear a hegemonia da sociedade brasileira.

Bresser-Pereira e Diniz (2009) complexificam este quadro ao buscar incorporar na explicação para a ausência de ação conjunta do empresariado a falta de diálogos com a classe trabalhadora e a ação estruturadora do Estado sobre o comportamento dos empresários:

> A baixa capacidade de ação conjunta [por parte dos empresários – LF] pode ser explicada em função de uma série de fatores estreitamente inter-relacionados. Entre estes, as características organizacionais da estrutura corporativa de representação de interesses instaurada nos anos de 1930, especialmente a falta de uma organização de cúpula de caráter multisetorial, capaz de agir e de falar em nome do conjunto da classe empresarial, a incapacidade histórica do empresariado no sentido de formular plataformas de teor abrangente incorporando demandas de outros setores, sobretudo da classe trabalhadora, a baixa tradição de acordos interclasse e, por fim, o papel do Estado como formulador/executor das políticas econômicas do país e como indutor do padrão de ação coletiva da classe empresarial. (Bresser-Pereira & Diniz, 2009)

Portanto, independentemente de quais fatores estruturais teriam contribuído para esta inércia empresarial em termos de atuação coletiva – organizações corporativas, ausência de uma organização de cúpula, distorção representativa, incapacidade de formulação teórica consistente, forte presença do Estado na ordenação da sociedade ou ausência de diálogo direto com outras classes sociais – o fato que deve ser ressaltado aqui é que, na visão destes autores, o empresariado brasileiro não seria capaz de defender seus interesses para além do âmbito corporativo e, portanto, não teria condições de pleitear uma posição hegemônica na sociedade.

As ressalvas que procuraremos levantar em relação a esta visão não está necessariamente atrelada a suas conclusões, mas à perspectiva metodológica que impede os autores de verem as transformações que ocorreram ao longo do processo

histórico brasileiro. Esta visão que insiste na fraqueza estrutural do empresariado não foi capaz de interpretar o comportamento do empresariado brasileiro em sua complexidade e sua historicidade. Taxar o empresariado brasileiro de fraco ou incapaz de se articular e influenciar nos rumos do país com base apenas nestes argumentos estruturais não dá conta de explicar a concretude dos fatos históricos.

O empresariado brasileiro não pode ser visto pela mesma ótica do empresariado europeu ou norte-americano, nem mesmo deve-se exigir que ele siga o mesmo caminho seguido por seus pares em outros países latino-americanos. É preciso compreender as condições históricas e sociais concretas da realidade brasileira para melhor interpretar a ação empresarial em cada momento histórico. Na perspectiva defendida por este trabalho, a melhor maneira de realizar esta tarefa é por meio da categoria de *consciência possível* que permite, ao mesmo tempo, compreendermos os limites estruturais dentro dos quais a consciência e a ação do empresariado poderiam operar naquele contexto histórico e suas opções táticas e estratégicas ao longo de cada uma das conjunturas delineadas.

O governo Collor, a abertura comercial e os caminhos abertos ao empresariado industrial

O governo Collor foi um período de grandes transformações simbólicas e materiais para a forma como operava politicamente o empresariado brasileiro. Na política comercial, logo de início, Collor cortou uma série de subsídios e barreiras que protegiam o empresariado nacional da competição estrangeira, como já foi descrito acima[86]. Do mesmo modo, o anúncio dos cortes programados nas tarifas aduaneiras e a falta de flexibilidade do governo em negociar esses temas colocaram o empresariado em uma posição extremamente defensiva.

Por outro lado, Collor havia adotado uma postura extremamente agressiva perante os empresários, o que contribuía ainda mais para o enfraquecimento da imagem

[86] Conforme relato de um ex-integrante do governo, o impacto imediato da redução das barreiras não tarifárias sobre as importações e, por consequência, sobre a competição no mercado interno foi muito menor do que o esperado, tanto por entraves burocráticos que ainda permaneciam quanto por causa da falta de experiência nos trâmites aduaneiros por parte de empresários brasileiros. Somente após alguns meses este impacto passou a ser sentido mais duramente pelos empresários nacionais.

deste setor da sociedade na esfera pública[87]. Assim, uma preocupação central que o empresariado brasileiro precisava ter durante o governo Collor dizia respeito à reconstrução de sua imagem enquanto ator social forte e capaz de servir como exemplo a ser seguido na sociedade brasileira, algo fundamental para um sujeito que almeja o status *hegemon* de uma sociedade.

Dessa maneira, Collor procurou jogar com as frações do empresariado industrial brasileiro, com o intuito de valorizar determinadas figuras ou grupos que poderiam servir como símbolos daquilo que ele desejava construir enquanto modelo de atuação empresarial.

Em termos mais concretos, o governo Collor buscou abrir canais de diálogo com o empresariado em três frentes distintas, cada uma em uma fase específica do governo e tendo como interlocutor preferencial uma parcela ou algumas figuras marcantes do empresariado nacional.

Assim, na primeira fase do período Collor – transcorrida entre março de 1990 e os meses finais daquele ano – a estratégia central do governo era emitir sinais de que o empresariado poderia obter ganhos significativos com o novo modelo a ser implantado. Collor seguia sua estratégia midiática da campanha eleitoral de trabalhar mais com símbolos embutidos na filosofia espontânea da população em geral do que em apresentar resultados concretos. O governo buscava diferenciar o empresário que tinha um comportamento "moderno" daquele que carregava consigo os traços do "atraso", buscando favorecimentos pessoais e conquistas individuais. Neste sentido, os primeiros meses de seu governo estiveram fortemente direcionados a este objetivo. O ponto mais expressivo deste jogo simbólico no início do governo Collor ocorreu no dia 30 de agosto, durante a cerimônia de entrega do prêmio "Maiores e Melhores" da Revista Exame, ocasião em que foi efustivamente aplaudido por mais de 2 mil empresários, em um discurso "em defesa da economia de mercado, pela privatização da economia e 'desprivatização do Estado', contra a 'cultura do lucro desmesurado', os monopólios e oligopólios e os 'favorecimentos' na gestão econômica".

[87] Apesar de Collor buscar diferenciar os empresários "modernos" daqueles com uma postura "atrasada", seus ataques acabavam por afetar a imagem do empresariado como um todo.

Neste momento, empresários como Emerson Kapaz e Oded Grajew, ligados ao PNBE e que representavam uma tentativa de reorganização do empresariado, em torno de pautas mais gerais e, portanto com conteúdo menos imediatista e particular, seguindo a crítica que Collor repetia desde a campanha eleitoral no ano anterior. É neste período que forma lançadas as Diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior, com sua reforma tarifária e sua retórica contrária à proteção do mercado e à manutenção de privilégios para determinados setores ou grupos de empresários.

Ao mesmo tempo em que celebrava publicamente a nova política industrial, o empresariado industrial exigia do governo, além de metas e ações mais claras, maior participação nas decisões governamentais. Foi neste sentido, que o governo criou os primeiros fóruns de diálogo junto ao empresariado a fim de debater os rumos da política industrial, que já estavam previstos nas Diretrizes da PICE, mas que só foram colocados em prática alguns meses depois.

A abertura destes canais de diálogo ocorreu na passagem da primeira para a segunda fase do governo Collor e desenvolveu-se por meio de três instâncias fundamentais, todas de caráter consultivo: o Comitê do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC) e os Grupos executivos de Política Setorial (GEPS), estes dois últimos lançados no âmbito do Programa de Competitividade Industrial (PCI).

O PBQP tinha um caráter essencialmente simbólico, uma vez que nem mesmo contava com recursos orçamentários próprios, e tinha como objetivo central a mobilização de empresários com o intuito de adotarem boas práticas de gestão e modernização da estrutura gerencial. O programa se dividia em diversos subprogramas, mas tinha seus esforços coordenados por três empresários de destaque em suas respectivas atividades, eram eles: Hermann Wever, Presidente da Siemens no Brasil, Eggon João da Silva, um dos fundadores da fábrica de motores WEG e José Mindlin, proprietário da Metal Leve. Assim, o programa partia da ideia de que essas e outras lideranças empresariais, por meio de seu exemplo de sucesso e das boas práticas adotadas em suas empresas, poderiam estimular grandes alterações na postura do empresariado brasileiro. Na visão de integrantes do governo Collor, o PBQP foi um exemplo de sucesso dentro de suas propostas, pois foi capaz de criar um referencial de boas práticas de gestão e de produção.

Por outro lado, os fóruns criados no âmbito do PCI para discutir as medidas de estímulo à competitividade acabaram tendo uma efetividade muito menor. Devido ao seu caráter essencialmente consultivo, com o intuito de colher sugestões do empresariado sobre pontos que poderiam ser aprimorados na política industrial e à baixa abertura por parte do governo em ceder à pressão dos industriais, poucos resultados foram colhidos diretamente destes espaços. Por parte da CEC, a isenção do IPI, a depreciação acelerada sobre Bens de Capital, algumas negociações em torno da reformulação da Lei de Informática e a liberação para a compra com cartão de crédito no exterior foram alguns de seus resultados mais mensuráveis. Já nos GEPS, criados em substituição às câmaras setoriais do governo Sarney os resultados foram ainda mais efêmeros, uma vez que a política de redução de tarifas estava fora de pauta por parte do governo e este via qualquer demanda setorial como algo cartorial e atrelado ao velho modelo desenvolvimentista.

Paralelamente, ocorriam as negociações no âmbito do entendimento nacional que também teve resultados parcos e uma duração bastante efêmera. A tentativa de pacto proposta pelo governo serviu mais para aumentar a desilusão de alguns setores do empresariado para com o governo, tais como aqueles ligados ao PNBE, do que para construir algum acordo entre empresários e governo.

Assim, a segunda fase do governo Collor é marcada pela abertura desses canais de diálogo com o setor privado por parte do governo. Nesta conjuntura, o fortalecimento das novas entidades empresariais – cada vez menos com o PNBE e mais com o IEDI – e de figuras marcantes em termos de sucesso empresarial, tinha como objetivo a formulação de uma nova agenda de desenvolvimento para o país na qual os empresários seriam atores chave. Neste aspecto, surgiam os primeiros sinais de uma possível solidariedade de interesses entre governo e empresariado, abrindo-se, com isso, as primeiras possibilidades para que este sujeito pudesse pleitear, ainda que de maneira bastante tímida uma posição hegemônica na sociedade.

Finalmente, a terceira fase – que se estende desde meados de 1991 até o impedimento de Collor no final de 1992 – é marcada fundamentalmente pelas negociações e acordos firmados nas câmaras setoriais. As câmaras guardavam uma diferença fundamental em relação aos demais fóruns que haviam sido estabelecidos anteriormente, pois eram órgãos com poder de decisão, pois seus atores gozavam de

autoridade e legitimidade em suas respectivas categoriais, sobretudo por parte do Estado[88]. Na visão se alguns membros do governo Collor, as câmaras setoriais foram, em certa medida uma evolução a partir dos fóruns criados na esteira dos programas que visavam estimular a competitividade empresarial, sobretudo do PBQP. Assim, elas poderiam ser encaradas como resultado de um processo de aprendizado e de intensa disputa dentro e fora do governo por mais espaço e maior efetividade aos espaços existentes.

Dessa forma, a ação do governo Collor perante o empresariado industrial partiu de uma atitude totalmente simbólica e pouco aberta à negociação para chegar à adoção de uma postura mais flexível e focada no encontro de soluções setoriais. Trata-se de uma mudança nada trivial para um governo que desde seus primeiros momentos negava-se a firmar acordos que favorecessem determinados setores econômicos e que tinha na retórica como uma de suas molas propulsoras.

Assim, é preciso destacar que par além da conjuntura recessiva e da pressão por medidas atenuantes da crise, contou para essa mudança de atitude por parte do governo, o reconhecimento, entre os membros da própria equipe econômica do governo, de que a política pensada com um pé no constrangimento da competição outro no incentivo à competitividade havia falhado neste último aspecto, o que só seria corrigido com a intensa participação dos atores envolvidos neste processo.

Novas e velhas entidades e as possibilidades de consciência do empresariado industrial

A resposta do empresariado às ações do governo não seguiu um padrão único. Vertentes diferentes, com membros dotados de características distintas, naturalmente reagiram de formas específicas às situações históricas. Assim, analisaremos a seguir o comportamento das três principais entidades empresariais ao longo do governo Collor – FIESP, IEDI e PNBE – a fim de demonstrar as possibilidades abertas em termos de

[88] As câmaras setoriais serão tratadas de maneira mais detalhas quando tratarmos da atuação sindical, pois este foi um fórum em que a presença dos sindicatos mudou qualitativamente seu caráter.

ação e consciência por parte do empresariado neste período. A exposição da análise de acordo com a entidade foi um recurso didático encontrado para facilitar o entendimento das nuances presentes internamente a esta fração de classe, que revelariam as diferentes possibilidades que a ação e a consciência de classe do empresariado industrial poderiam assumir neste período. No entanto, além de facilitar o entendimento da questão, a divisão em entidades expressa algo advindo da própria realidade, pois foi desta forma que se organizaram as lideranças empresariais mais proeminentes do país naquele contexto histórico.

Como buscaremos demonstrar, o empresariado industrial brasileiro adotou uma conduta muito mais propositiva e atuante em termos coletivos, ao longo deste período, do que poderiam esperar aqueles que o enxergam como um ator fraco politicamente. Em muitos momentos, os empresários apresentaram propostas claras e contundentes que pretendiam lhes dar uma posição mais proeminente dentro da sociedade brasileira. Além disso, diversos problemas estruturais apontados pelos autores expostos acima foram ao menos parcialmente superados, como a falta de diálogo com os trabalhadores, a criação de entidades multisetoriais, mudanças na estrutura representativa intera às entidades e a formulação teórica de projetos de interesse coletivo. Ao final desta seção, analisaremos brevemente o significado político, para o empresariado e para suas possibilidades de consciência, das eleições de 1992 na FIESP.

FIESP: o pragmatismo e a necessidade de reformulação da imagem do empresariado

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) sempre foi percebida no Brasil como a mais influente entidade empresarial do país. Fundada oficialmente em 1934, a partir da estrutura existente do Centro das Indústrias do estado de São Paulo (CIESP), a Federação soube, desde o início, se adaptar e usar a estrutura corporativa, criada por Vargas, a seu favor.

A legislação varguista, estabelecida a partir de 1931, “tinha o propósito de reordenar as relações entre as classes e destas com o Estado. As classes dominantes obtiveram canais de inserção ativos no âmbito estatal, enquanto as classes subalternas eram passivamente incorporadas à nova ordem” (Bianchi, 2004, p. 71). Diante de sua representatividade em termos de participação na produção industrial, a FIESP se

consolidou como principal interlocutora do governo junto aos empresários e como principal porta-voz destes na esfera pública.

Ao longo de todo o período em que vigorou o pacto nacional-desenvolvimentista, a FIESP guardou boas relações com os diversos governos, democráticos e autoritários, devido, sobretudo, ao seu comportamento corporativista focado na defesa de interesses particulares e nunca com a proposição de um projeto hegemônico. Esse comportamento permitia tanto que o Estado mantivesse o controle sobre as demandas empresariais quanto que determinados setores do empresariado obtivessem vultuosos lucros em seus negócios.

Durante o regime militar de 1964, especialmente no período do "milagre econômico", a FIESP teve sua época áurea, quando desfrutava de prestígio e força política. Contudo, no fim da década de 1970, as relações entre a tradicional entidade e o governo começaram a ficar mais tensas. Como foi visto acima, o primeiro momento de atrito entre empresários e o regime militar se deu após o lançamento do II PND com a "campanha contra a estatização". Apesar da entidade não ter tomado parte da campanha oficialmente, os clamores por maior participação nas decisões do governo eram repetidos também por suas lideranças, apesar do tom ter sido mais ameno (Bianchi, 2004). Ecoava na entidade uma demanda por diálogo dos empresários junto ao governo (Cruz, 1995).

Neste contexto, a eleição de 1980 para presidência da FIESP foi de grande importância para ampliar a força dessa demanda, no circuito interno da entidade, e acentuar as divergências entre ela e o governo militar. O candidato vitorioso nas eleições, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho[89], trouxe consigo uma série de novidades na correlação de forças interna à entidade. Em primeiro lugar, sua própria candidatura rompia com uma regra tácita em vigor na entidade desde 1950, segundo a qual a entidade deveria ser dirigida por um pequeno ou médio empresário ou de um setor secundário da indústria[90]. Em segundo lugar, Vidigal Filho, uma vez eleito, trocou 86% da diretoria da FIESP, algo também incomum, uma vez que o costume era promover uma renovação mais lenta e gradual dos quadros dirigentes. Entretanto, o novo

[89] Vidigal Filho era proprietário da Cobrasma e presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças (Sindipeças).

[90] Em parte isso ocorria pela própria estrutura representativa do sistema corporativo brasileiro que garantia um voto para cada sindicato independentemente do tamanho ou representatividade econômica.

presidente foi além da simples troca de diretores, segundo Bianchi (2004), apesar de não haver uma ruptura em termos de frações, setores e tamanho das empresas representadas na diretoria da entidade, "a nova arquitetura institucional adotada pela gestão Vidigal Filho promovia um rearranjo de forças que privilegiava os setores vinculados a indústria metal-mecânica", além de permitir uma ampliação dos interesses representados ao incorporar importantes lideranças setoriais[91] (Bianchi, 2004, p. 140). Finalmente, é preciso destacar que, na gestão iniciada em 1980, houve uma acentuação da participação de empresários vinculados a grandes empresas nas diretorias mais importantes da entidade.

> O ano de 1980 terminou, assim, com a incorporação do espírito do "grupo dos oito"[92] ao comando da Fiesp e de alguns de seus membro também, como Cláudio Bardella. Os novos homens forte da Fiesp, representavam, em sua maioria, o setor mais dinâmico da indústria na década de 1970 – a indústria metal-mecânica e a eletro-eletrônica – desbancando do comando da entidade setores com menor peso na economia. (Bianchi, 2004, p. 141).

Apesar de significativo em termos da correlação de forças interna a esta fração da classe burguesa, as eleições da FIESP de 1980 estão longe de significar uma ruptura do empresariado, ou mesmo da entidade, em relação ao governo militar, e tampouco significaram uma ruptura do padrão de relacionamento do empresariado industrial com o Estado.

Ao longo da década de 1980, a FIESP – ou melhor dizendo, os empresários representados por ela – iria demonstrar interesse em assumir um papel de maior protagonismo no desenvolvimento do país. Em 1986, o ainda presidente Vidigal Bueno pedia um papel mais central para os empresários no capitalismo nacional, para ele, o empresariado deveria tomar a liderança do processo de desenvolvimento e não mais o Estado. Como bem observa Bianchi (2004), ainda não se podia dizer que se tratava de um projeto com vocação hegemônica, mas "anunciar por meio da FIESP que o

[91] Entre as lideranças incorporadas na nova gestão estavam: Jamil Nicolau Aun, da Papel Simão; Einar Alberto kok, da Máquinas Piratininga; Carlos Ramos Villares, das Indústrias Villares; Paulo Cunha, do grupo Ultra e Eugênio Satub, da Gradiente, entre outro (Bianchi, 2004).

[92] O "grupo dos oito" se refere aos empresários eleitos em consulta a 5 mil empresários de todo o país, realizada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, em 1978, como as lideranças, empresariais do ano, eram eles: Cláudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antônio Ermírio de Morais, Paulo Villares, Paulo Velinho, Laerte Setúbal Filho e Jorge Gerdau Johanpeter, Diretor do grupo Gerdau. Estes empresários firmaram um documento que ficou conhecido como "Documento dos oito" e que pedia, entre outras coisas, maior abertura política e mais participação do empresariado nas decisões do governo.

empresário deseja liderar um ‘projeto de nação’ já era uma mudança digna de nota”. (Bianchi, 2004, p. 152). Neste período, emergiu um discurso voltado para a sociedade no interior da FIESP que tinha como preocupação fundamental a despolitização do movimento sindical, mas que antes de ser um projeto hegemonizador da sociedade tinha a preocupação maior de enfraquecer o novo sindicalismo surgido nos anos anteriores (Bianchi, 2004).

A FIESP, bem como a maior parte do setor empresarial, aproximou-se progressivamente das idéias de cunho liberal ao longo dos anos 1980. Em 1987, ainda durante o processo constituinte, Mario Amato, então Presidente da entidade, fez um pronunciamento na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Atividade Econômica da Assembleia Constituinte, posicionando-se claramente a favor da preferência à empresa privada na exploração das atividades econômicas, da livre associação de capitais, com igualdade entre as empresas nacionais e estrangeiras, da garantia do direito de propriedade e da proibição da intervenção econômica do Estado que resultasse em diminuição da rentabilidade, dificuldade para o desenvolvimento tecnológico ou restrição a livre gestão (Bianchi, 2004).

Dois pontos devem ser destacados deste discurso de Amato que iriam tornar-se centrais na pauta de reivindicações da FIESP, e do empresariado industrial em geral, nos anos seguintes. O primeiro se refere à relação do Brasil com o capital internacional. Diante da crise econômica e financeira que assolava o país e da escassez de recursos tanto por parte do Estado quanto do setor privado nacional, parte do empresariado passou a ver na entrada de recursos estrangeiros a solução para alguns de seus problemas. Por isso, a necessidade de oferecer tratamento igualitário para o capital nacional e o estrangeiro.

Por outro lado, é importante ressaltar a forte demonstração de insatisfação da FIESP com relação à intervenção do Estado no domínio econômico e o consequente desejo de desregulamentação da atividade econômica. Vale lembrar que estávamos no período em que o congelamento de preços começou a ser usado como medida frequente para o controle inflacionário. O empresariado industrial passou a ver na intervenção do Estado no domínio econômico uma das razões para a queda na sua taxa de lucro.

Na mesma linha, seguia o livro lançado pela FIESP em 1990, intitulado "Livre para crescer" e que foi resultado de debates internos realizados entre maio de 1989 e janeiro de 1990, que contaram com a consultoria de economistas da Federação e da academia. O próprio título do livro já fornece uma boa noção de seu teor assumidamente anti-estatista. A idéia é clara e está exposta na contracapa do livro: "para se modernizar, o país precisa de liberdade", ou seja, o modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado estava esgotado e a intervenção deste na esfera econômica estava travando o crescimento brasileiro. O Estado, antes visto como suporte do desenvolvimento, havia se tornado um peso que impedia o avanço do país rumo à modernização (FIESP, 1990).

Por ocasião do lançamento do livro, em agosto de 1990, Mario Amato, presidente da entidade, buscando se aproximar do governo comparou a proposta da FIESP com a do governo Collor afirmando haver entre elas apena uma diferença de *timing*[93]:

> Nossa proposta tem muitos pontos coincidentes com a política industrial do governo do presidente Fernando Collor de Mello, com diferença apenas na dinâmica. Enquanto o governo prevê uma abertura e modernização rápida, nós elegemos e priorizamos etapas para uma abertura compassada com a modernização (POLI, 2004).

À primeira vista, o texto pode causar algum espanto devido a seu alto grau de apoio a um programa de cunho neoliberal, sobretudo se considerarmos que os empresários ligados à FIESP sempre foram altamente beneficiados de suas relações privilegiadas com os agentes estatais. Contudo, é preciso entender as idéias dentro de seu contexto e das disputas presentes no momento.

A FIESP e o empresariado de maneira geral atravessavam um momento extremamente delicado. A crise de hegemonia pela qual passava a sociedade brasileira havia colocado em xeque não só a legitimidade política da classe empresarial como também a legitimidade representativa das associações de classe, tanto entre seus pares

[93] O *timing*, isto é, a temporalidade e os prazos, do processo de abertura comercial foi um dos principais entraves levantados sistematicamente pelo empresariado industrial às reformas liberalizantes promovidas pro Collor. O empresariado, contudo, em nenhum momento apresentou um cronograma que considerasse ideal para o processo. Ao invés disso, demandava constantemente uma maior abertura do governo ao diálogo com o setor privado para que este pudesse interferir nesta e em outras questões relativas ao processo de reformas em curso.

como perante a sociedade em geral. Prova disso foi o surgimento de novas entidades empresariais e os constantes conflitos entre o Presidente da entidade Mario Amato e o então candidato e posteriormente Presidente da República Fernando Collor de Mello. Assim, nossa hipótese é que o programa da FIESP, além de apontar para questões que já estavam em pauta desde o fracasso do Plano Cruzado, como a diminuição da intervenção do Estado em assuntos econômicos, sobretudo em temas como o controle de preços, e uma maior abertura da economia ao exterior com o intuito de atrair capitais externos, visava resgatar um pouco da legitimidade perdida pela entidade, tirando dos empresários e transferindo para o Estado a responsabilidade pela crise econômica do país.

Esta hipótese é corroborada pela cautelosa postura que a entidade e seus líderes adotaram ao longo do governo Collor. Desde o lançamento do Plano Collor, com suas medidas de congelamento de preços e salários e confisco dos depósitos bancários, as críticas ao governo eram feitas nos bastidores, buscando um caminho menos conflitivo. Em reunião interna da FIESP, ficou patente o pessimismo e a vontade de confrontar o governo, mas ao fim acabou vencendo uma posição mais ponderada, tendo como resultado uma nota menos enfática que apelava apenas para a manutenção do estado de direito[94] (Istoé/Senhor, 04/04/1990).

Dessa forma, a postura da FIESP não poderia ser outra senão de aprovação e elogio em relação à Política Industrial e de Comércio Exterior anunciada por Collor em junho de 1990. Segundo o Presidente Mario Amaro, a nova política industrial seguia a filosofia da FIESP, que "sempre pregou o liberalismo e a abertura do mercado interno a competição internacional" (POLI, 2004).

Em novembro do mesmo ano, Amato seguia em sua tática de aproximação com Collor. Em sua participação no seminário "Proposta para um Brasil Moderno", ele afirmou que a proposta de um "Brasil Moderno coincide com o que o presidente está fazendo", apesar de fazer ressalvas quanto às taxas de juros e ao déficit público. Contudo, mais importante do que isso, era a estratégia de Amato ao defender a imagem do empresariado perante o governo e a opinião pública. Segundo ele, o empresariado

[94] O apelo ao estado de direito se dava devido aos abusos que agentes da Polícia Federal estariam comentendo na fiscalização de preços, que teriam resultado inclusive na prisão de empresários do setor do comércio que teriam remarcado preços ilegalmente.

estaria sendo acusado por tudo de ruim que acontecia ao Brasil. A posição incômoda em que se encontravam os empresários ficou clara quando Amato afirmou, no mesmo dia em que havia defendido o programa econômico do governo, que o Plano Collor "foi quase uma cilada em que os empresários caíram" ao se defender de críticas feitas pela Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello (POLI, 2004).

Assim, ficava clara a necessidade que a FIESP sentia de reconstruir sua imagem pública e a imagem do empresariado na sociedade brasileira, que havia sido arranhada tanto pelos embates públicos em que haviam se envolvido, mas principalmente pela filosofia espontânea apontada acima, que passou a ver oportunismo e privilégio na relação do empresariado com o Estado. Assim, a defesa de uma sociedade mais liberal no debate público colaborava com esta estratégia de reconstrução da imagem pública do empresário brasileiro.

Na segunda conjuntura que delineamos acima e que tem início no final de 1990, a demanda central dos empresários ligados à FIESP será por mais abertura e diálogo do governo com o setor privado, principalmente com o fracasso das negociações do "entendimento nacional". Em nota divulgada em novembro daquele ano, a FIESP afirmava seguir "acreditando que as propostas de modernização do atual governo são perfeitamente compatíveis com o pensamento dos empresários", ao mesmo tempo em que alegava que existiam problemas de implementação que só seriam resolvidos através do dialogo, do entendimento e da negociação (POLI, 2004).

Apesar de crítica ao Plano Collor II, as relações entre Collor e a FIESP melhoraram ao longo desta conjuntura, principalmente com as sinalizações de governo contidas no Projeto de Reconstrução Nacional e da nova equipe econômica, mais aberta ao diálogo e à negociação. Em maio de 1991, Mario Amato chegou a pedir que os empresários respeitassem o congelamento de preços e ajudassem a nova equipe econômica a tirar o país da crise. Este era um sinal claro do que Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 1° vice-presidente da FIESP admitira alguns dias depois, após reunião com a Secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck: o relacionamento entre o governo e os empresários estava mudando (POLI, 2004).

A partir de então e ao longo da *terceira conjuntura* a relação do governo com este setor mais tradicional do empresariado iria melhorar progressivamente,

principalmente após a instalação e funcionamento das câmaras setoriais. Os atritos procuraram ser deixados para segundo plano e os meses seguintes seriam de troca de afagos públicos e negociações privadas.

Em 1992, o empresariado já havia enfrentado longos anos de recessão e incerteza econômica. O caminho do enfrentamento ao governo não se mostrara frutífero. Assim, a atuação da FIESP ao longo do governo Collor teve o sentido de, por um lado, reconstruir sua imagem e da classe empresarial junto à opinião pública e aos agentes do Estado e, por outro, forçar canais de diálogo junto ao governo para garantir ao menos ganhos de caráter mais corporativo.

Analisando historicamente, o empresariado brasileiro nunca foi grande entusiasta do projeto neoliberal. A eliminação da atuação do Estado na economia nunca foi um objetivo claramente posto, prova disso é que o foco das críticas ao Estado sempre esteve em problemas específicos como o déficit público, a intervenção do Estado nos preços ou a ameaça de aumento da intervenção em assuntos como a relação com trabalhadores ou no estabelecimento de preços. Contudo, em um momento de forte crise e instabilidade econômico, o "neoliberalismo ofereceu um diagnóstico, uma retórica, e um conjunto de prescrições para aqueles problemas" (Kingstone, 1999, p. 51, *tradução minha*). Assim, a FIESP e outros "importantes segmentos da comunidade empresarial abraçaram posições neoliberais como uma escolha tática em seu conflito com o Estado" (Kingstone, 1999, p. 52, *tradução minha*). Aproveitaram-se da filosofia espontânea anti-estatista criada pela idéia do patrimonialismo do Estado brasileiro e pela conjuntura política e econômica para livrar-se da responsabilidade pelos problemas enfrentados pelo país. Como bem resumiu Kingstone: "o neoliberalismo despertou a atenção de muitos empresários porque suas prescrições e linguagem identificavam o Estado como vilão e os empresários como heróis em apuros[95]." (Kingstone, 1999, p. 52, *tradução minha*).

Esse era o objetivo maior da ação da FIESP ao longo do período analisado, daí o apoio entusiasta às reformas liberais promovidas por Collor e as contestações públicas entre o presidente da entidade Mário Amato e a equipe econômica de Collor, nas quais ambos buscavam livra-se da responsabilidade pelos problemas do país. Em nenhum

[95] Como argumentamos acima, essa construção do Estado como vilão e do empresário como heróis contou, no Brasil, com a ideias subjacente do patrimonialismo do Estado brasileiro.

momento, surgiram indícios de um projeto no interior da FIESP que buscasse construir uma hegemonia do empresariado industrial sobre a sociedade brasileira. A FIESP atuou ao longo de todo o período analisado muito mais na defensiva, ou na melhor das hipóteses, no contra-ataque.

Contudo, parte significativa do empresariado não concordava com as posições e, principalmente, com o *modus operandi* da principal entidade empresarial do país, o que permitiu o surgimento de projeto que com potencial hegemônico na sociedade. Segundo Kingstone (1999), três fontes de contestação surgiram no seio do empresariado nacional e que buscavam de alguma forma modernizar a forma de atuação empresarial. Um primeiro movimento, que ele denomina "modernizadores democráticos" era constituído majoritariamente por pequenos empresários que estavam descontentes com sua baixa influência junto às entidades representativas do setor e também junto ao governo, o propósito fundamental deste setor era democratizar as instituições internamente e melhorar suas relações com os interlocutores externos: trabalhadores e governo. O segundo grupo, chamado por Kingstone de "modernizadores profissionais", estava preocupado com as práticas corruptas das associações e de parte dos empresários e de seu comportamento focado em *rent-seeking*. O terceiro grupo identificado pelo autor são os "modernizadores da ação coletiva", que teriam como foco o que acreditavam ser incapacidade do empresariado em pautar questões vitais de interesse coletivo.

Entre fins dos 1980 e começo dos 1990, algumas alianças entre esses três movimentos surgiram e chegaram a ameaçar a liderança da FIESP, e do empresariado tradicional representado por ela, junto a esta fração de classe. A consequência foram revoltas internas e contra a FIESP, que resultaram em novas organizações empresariais e numa renovação, ainda que limitada, da própria FIESP, como será discutido a seguir.

O PNBE e a possibilidade de incorporação dos trabalhadores no novo pacto hegemônico

As movimentações pela fundação do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE)[96] tiveram início internamente à FIESP e ao CIESP e buscavam fundamentalmente garantir um espaço representativo maior para firmas menores (Kingstone, 1999). Os empresários ligados a este movimento eram, no geral, de uma geração mais jovem e se opunham ao que consideravam "restrições á participação democrática na entidade e à independentização da Federação daqueles interesses que deveria representar." (Bianchi, 2001:74-5).

Aos poucos, a crítica do PNBE às entidades tradicionais representativas do empresariado, como a CNI e a FIESP, foi se transformando em uma crítica às relações entre Estado e sociedade e principalmente às estruturas sindicais criadas por Vargas. Estes empresários assinalavam a excessiva vinculação destas entidades ao Estado e a consequente redução do seu potencial de representatividade dos interesses privados como pontos fundamentais a serem transformados. Além disso, afirmavam que a FIESP tinha um caráter elitista, atendendo apenas aos interesses de seus mandatários e figuras proeminentes da entidade e não dos empresários como um todo. (Bianchi, 2001).

Assim, seguindo a tipologia apontada por Kingstone (1999), o PNBE surge do cruzamento de "modernizadores democráticos" com "modernizadores da ação coletiva", ou seja, daqueles que queriam aumentar as possibilidades de participação e diálogo internamente às entidades empresariais com aqueles que buscavam novas maneiras de articulação empresarial para fazer valer seus interesses. Além disso, a crítica do PNBE também se dirigia à incapacidade das associações empresariais conviverem com novos atores, principalmente os sindicatos de trabalhadores.

Dessa forma, três eram os objetivos básicos da proposta inicial do PNBE no momento de sua fundação: a) democratizar a FIESP, dando mais voz àqueles que formavam a "base" da associação, em sua maioria pequenos empresários; b) demarcar sua oposição ao governo em alguns temas chave presentes no debate constitucional, como taxa de juros, regulamentação e propriedade do Estado, política salarial, entre outros; e c) melhorar as relações dos empresários com os trabalhadores e as relações

[96] A participação do PNBE nas negociações em torno da abertura comercial foi quase irrelevante. Contudo, consideramos importante destacá-lo devido a sua importância em termos políticos e simbólicos para a atuação do empresariado no período em questão.

Estado-sociedade em geral, com uma perspectiva democrática e negociada para assuntos sociais (Kingstone, 1999).

O PNBE é fruto, então, por um lado, de uma insatisfação de setores do empresariado industrial com suas entidades representativas e, por outro, de uma conjuntura econômica, política e social, que permitiu aflorar essas insatisfações e surgir propostas alternativas em relação ao papel que o empresariado deveria ocupar na sociedade.

> A combinação dos níveis social, econômico e político da crise indica a vontade expressa de superar o caráter econômico corporativo das propostas até então colocadas na mesa pelo empresariado e apresentar um novo projeto de caráter hegemônico, global, portanto, como saída para a crise. (Bianchi, 2001, p. 71).

De acordo com seu folheto de divulgação inicial, o PNBE teria como função "transcender o interesse de uma categoria" e seria um movimento de base e não de cúpula, que pretendia integrar empresários de todas as áreas e construir uma ponte em direção ao "processo de discussão e decisão das grandes questões nacionais" (Diniz & Boschi, 1993).

Assim, o PNBE pode ser visto como a primeira tentativa de setores do empresariado industrial de rearticular a ação da classe para além do nível econômico corporativo. Apesar disso, o projeto de país que o PNBE tanto cobrava da FIESP nunca assumiu contornos muito concretos. Em linhas gerais, os empresários ligados à entidade se opunham às idéias próximas a um neoliberalismo mais radical, mas poupavam as reformas promovidas pelo governo de críticas mais enfáticas para evitar maiores atritos e desgastar a relação com ele, principalmente ao longo de nossa primeira conjuntura.

Após os atritos com o governo pelo fracasso do entendimento nacional, as relações entre este e o PNBE ficam ainda mais abaladas com o lançamento do Plano Collor II, quando a instituição divulga documento de repudio ao Plano por considerar a atitude do governo incoerente, já que pregava o entendimento nacional, mas agia de maneira unilateral (POLI, 2004). Emerson Kapaz, coordenador da entidade, criticava até mesmo as discussões em torno dos programas de competitividade – PCI, PACTI e PBQP – em uma conjuntura recessiva, pois acreditava que primeiramente, deveria haver uma política de estímulo ao mercado interno (POLI, 2004).

> Nesse contexto, o PNBE procurou projetar-se como uma entidade que dá prioridade à negociação como forma de administrar a distribuição de perdas para os diferentes atores envolvidos, em contraste com a prática costumeira das entidades tradicionais que tendem a colocar em primeiro plano os ganhos das categoriais representadas. (Diniz & Boschi, 1993, p. 123).

Assim, as pautas da jovem entidade foram ficando mais claras a partir de meados de 1991 e ao longo de 1992 – em nossa terceira conjuntura, portanto – quando as relações entre a associação e o governo ficam definitivamente comprometidas. Neste período, diversos integrantes do PNBE passariam a criticar a condução do processo de abertura comercial promovido por Collor. Ressaltavam, no entanto, que a abertura em si não era objeto de questionamento, mas sim a forma como transcorria o processo, que estaria prejudicando a indústria nacional (Bianchi, 2001).

O fato de ser composto majoritariamente por pequenos empresários – incapazes de competir no mercado externo – fez com que o PNBE conferisse maior importância para a defesa e ampliação do mercado interno. Por isso, suas propostas se assemelhavam em diversos aspectos do que chamamos acima de "desenvolvimentismo distributivista". Esse fato também facilitava o diálogo da entidade com setores do sindicalismo, pois eram simpáticos à idéia de recuperação dos salários e outras políticas que promovesse a distribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno.

Por outro lado, nos meses finais de 1991, empresários do PNBE iniciaram um processo de articulação com sindicalistas, políticos da oposição e outros empresários, para apresentar uma alternativa ao Projeto de Reconstrução Nacional, recusando a participação do governo nestas conversas, o que revela a centralidade da questão do estabelecimento de novas relações entre empresários e trabalhadores no programa do PNBE.

Dessa forma, é possível afirmar, como faz Bianchi (2001, p. 103) que, para o PNBE, a modernidade não se encontrava no mercado, mas em um novo padrão de relações entre empresários e trabalhadores. Assim, os empresários do PNBE também se opunham ao velho desenvolvimentismo, mas suas críticas não estavam unicamente dirigidas ao estatismo, era também, e principalmente, "uma rejeição do tipo de relação capital-trabalho estabelecido ao longo das últimas décadas".

Dessa forma, a relação de Collor com o PNBE foi ficando mais tensa e conflituosa com o passar do tempo. Nas duas primeiras conjunturas que delineamos acima, o Presidente buscou se aproximar da entidade. Na primeira, porque acreditava que por serem jovens e trazerem propostas inovadoras – algumas delas condizentes com o programa do candidato derrotado por Collor, Luís Inácio Lula da Silva (PT) – eles passariam a idéia de que um novo empresariado, mais dinâmico, moderno e democrático estaria surgindo no Brasil, com o qual o governo estaria disposto e dialogar. O PNBE encarnava naquele momento a imagem de anti-FIESP nos principais aspectos que Collor criticava a entidade: a preocupação com interesses particulares e a dependência em relação ao Estado. Na segunda conjuntura, Collor tentou se utilizar da proximidade e da legitimidade que o PNBE desfrutava junto ao movimento sindical para facilitar as negociações do "entendimento nacional". Com o fracasso das negociações, o PNBE se afastou progressivamente de Collor sob o argumento de falta de abertura ao diálogo e pela manutenção da política recessiva, apesar de algumas de suas lideranças manterem a participação nas comissões de negociação empresarial.

Desse modo, em diversos aspectos, pode-se dizer que o PNBE representava uma alternativa de fato ao modelo vigente de organização empresarial. Suas preocupações não estavam focadas em garantir ganhos imediatos nem na promoção de setores ou firmas específicas. Além disso, havia uma forte preocupação com a organização interna da entidade para que esta fosse democrática e para que houvesse canais de diálogo e construção de consensos debaixo para cima. Finalmente, as relações trabalhistas estavam entre suas pautas centrais e a entidade declarava seu objetivo de promover a cooperação e a negociação entre trabalhadores e empresários.

Assim, o PNBE demonstrava que a consciência e a ação empresarial poderiam de fato transcender o nível econômico-corporativo e mesmo a consciência de solidariedade de interesses entre os membros daquele grupo social. O PNBE esboçava, portanto, um projeto hegemônico para a sociedade ao buscar incorporar demandas que vinham de outros setores da sociedade, ao mesmo tempo em que procurava mostrar como alheias demandas que lhe eram caras. O mérito da entidade estava no fato de ela ter sido capaz de perceber que a realidade social brasileira havia se transformado e que se o empresariado queria assumir, de fato, a hegemonia sobre a sociedade era preciso

pleitear pautas mais gerais e encontrar maneiras de incorporar os trabalhadores neste novo pacto hegemônico a ser construído.

IEDI e o projeto de modernização competitiva da grande burguesia

Seguindo mais uma vez a categorização elaborada por Kingstone (1999), pode-se dizer que o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) é resultado de uma combinação entre os "modernizadores profissionais" e os "modernizadores da ação coletiva", ou seja, entre aqueles empresários que estavam preocupados em melhorar a prática das associações e das próprias empresas para torná-las mais éticas e menos dependentes de favores do Estado, com aqueles que viam necessidade de aprimorar a maneira como se organizava o empresariado e como ele fazia representar seus interesses coletivos.

Diferentemente do que ocorreu com o PNBE, o IEDI não buscou suporte político na mobilização democrática de suas bases, mas sim na musculatura econômica e no destaque público de seus membros. Por isso, para ser membro do IEDI havia a restrição de que o empresário deveria ser jovem e representante de um grande grupo industrial. Assim, o IEDI foi formado inicialmente por 30 grandes empresários que representavam alguns dos principais grupos econômicos do país naquele momento e, portanto, contava com grande visibilidade política, já que vários de seus membros já haviam figurado entre os empresários mais influentes nas eleições promovidas pela Gazeta Mercantil[97]. Dessa forma, o IEDI possuía uma grande vantagem estrutural em relação ao seu poder de barganha política uma vez que os empresários ligados ao Instituto representavam o grande capital nacional e pertenciam a alguns dos setores mais

[97] Os 30 empresários responsávei pela fundação do IEDI e os respectivos grupos econômicos por eles representado eram: Abraham Kasinsky, *Cofap;* Luiz de Mello Flores Guinle, *Elebra;* Amarílio Proença de Macêdo, *J. Macedo;* Max Feffer, *Suzano;* Bruno Nardini Feola, *Indústrias Nardine;* Ney Bittencourt de Araujo, *Agroceres;* Celso Lafer, *Metal Leve;* Olavo Monteiro de Carvalho, *Monteiro Aranha;* Claudio Bardella, *Bardella;* Paulo Diederichsen Villares, *Villares;*Eggon João da Silva, *WEG;*Paulo Francini, *Coldex Frigor;*Eugênio Emílio Staub, Gradiente; Paulo Guilherme Aguiar Cunha, *Ultraquímica;* Francisco Roberto *Aracruz Celulose;* Andre Gros Paulo Mário Freire, *Cimento Portland Paraíso;* Hugo Miguel Etchenique, *Brasmotor;* Paulo Setubal Neto, *Duratex;* Ivan Muller Botelho *Cia. de Força e Luz Cataguazes-Leopoldina*; Pedro Franco Piva, *Klabin;* Ivoncy Brochmann Ioschpe, *Iochpe;* Raul Mena Barreto dos Reis, *Sadia-Concórdia;* João Pedro Gouvêa Vieira Filho, *Ipiranga;* Raul Schmidt, *Tupy;* Jorge Gerdau Johannpeter, *Gerdau;* Ricardo Frank Semler, *Semco* José Ermírio de Moraes Filho, *Votorantim;* Sérgio Marcos Prosdócimo *Refrigeração Paraná;* Luiz Alberto Garcia, *ABC-Empar;* Sylvio Tuma Salomão, *Açotécnica.* Diversos desses empresários, ou outras figuras proeminentes do mesmo grupo industrial, já haviam figurado entre os mais influentes do país por diversos anos, segundo a eleição realizada pela Gazeta Mercantil.

dinâmicos da economia brasileira, com grande relevância no encadeamento industrial para a acumulação de capital.

O surgimento do IEDI foi fruto da frustração com o modo de atuação da FIESP, principalmente pelo fato de esta não ser capaz de agir em favor dos interesses dos empresários como um todo.

> Seu objetivo era escapar do particularismo, da ênfase no curto-prazo, e da falta de profissionalismo da estrutura corporativista e obsoleta da FIESP. Sua principal meta era desenvolver estudos em temas chave da política industrial para informar o debate sobre a modernização e integração competitiva do Brasil na economia global. (Kingstone, 1999, p. 138).

Assim, o IEDI tinha a especificidade de não postular ser uma organização representativa de um setor da sociedade. Seu objetivo era produzir um conjunto de ideias e pensamentos coesos e fundamentados com o intuito de criar um consenso ideológico pelo menos entre os empresários a respeito das necessidades de políticas públicas para o desenvolvimento industrial do país. Em suma, o IEDI buscava modernizar a atuação empresarial por meio do debate púbico de ideias e projetos, isto é, "seria uma iniciativa com o objetivo de discutir alternativas de ação empresarial em relação à FIESP, muito mais voltada para o campo das idéias"[98].

> A percepção dos empresários que vieram a criar o IEDI era a de que tornava-se necessário reunir forças e pensamentos para além dos desdobramentos conjunturais ou de curto prazo da crise da economia brasileira. O diagnóstico era de que a crise apresentava dimensão e profundidade estruturais e que simbolizava o fim de um modelo de desenvolvimento sem que um modelo alternativo tivesse sido ainda implantado no país. (IEDI, 2001).

Como situam Bianchi (2004) e Valente (2002a), além do objetivo de aprimoramento dos instrumentos de ação do empresariado industrial, a necessidade de formulação teórica das necessidades do setor industrial advinha também do diagnóstico feito pelo instituto de que o modelo de substituição de importações havia se esgotado e havia uma carência de projetos alternativos para a década de 1990. (Bianchi, 2004)

> Esta preocupação manifestada em torno da necessidade de travar uma luta no campo ‘conceitual’, ou das idéias acerca de um projeto de

[98]Entrevista com Mauro Fernandes Arruda, Superintendente do IEDI, realizada em 15.05.1995 *citada em* Valente, 2002b.

> desenvolvimento, partiu da constatação de que uma etapa importante do processo de expansão capitalista no Brasil havia se esgotado. (Valente, 2002a).

Em sua carta de princípios, de 1989, o IEDI aponta a ausência de um "projeto nítido" de desenvolvimento como forte limitador da ação empresarial, o que acabava levando pelos acontecimentos a reagir de maneira improvisada (Valente, 2002a).

> O sucesso, por definição, modificou o conjunto de carências e oportunidades. (...) Muitas das antigas (carências e oportunidades) já não existem. Assim, nossa crise – como de resto as crises em geral – provém do fato de que o velho está golpeado de morte e o novo está por surgir. ("Manifesto de Criação do IEDI" *citado em* IEDI, 1999, p. 10).

Desse modo, para o IEDI, o antigo padrão de desenvolvimento econômico brasileiro, que havia permitido o surgimento e crescimento de uma diversificada matriz industrial – e, portanto era visto de maneira positiva pelos empresários do IEDI, dentro de seu contexto histórico – estava esgotado e era preciso estabelecer um novo modelo desenvolvimento. Os contornos deste novo modelo estavam abertos e os empresários ligados ao instituto viam nisso uma grande oportunidade para o fortalecimento de sua situação na economia do país. As formulações políticas do IEDI iriam, assim, buscar delinear este novo modelo e, sobretudo, pautar o papel que o Estado e o empresariado nacional passariam a desempenhar.

Desde os primeiros textos publicados, o IEDI mostrou grande inclinação pelo conceito de "competitividade sistêmica"[99] que trazia a vantagem para o empresariado de "atribuir as fraquezas da burguesia local não a ela própria, mas às debilidades do modelo de desenvolvimento" (Valente, 2002a: 67) e estava presente tanto nas formulação da equipe do BNDES em relação à integração competitiva, quanto na formulação dos economistas heterodoxos da Unicamp e UFRJ, presentes no Estudo da Competitividade da Economia Brasileira.

> A competitividade de um país baseia-se evidentemente na capacidade de suas empresas de serem competitivas a nível internacional. Mas essas empresas não são elementos isolados. Elas fazem parte do sistema sócio-econômico da nação em que se encontram. A competitividade, portanto, inclui decisivamente elementos coletivos e

[99] Posteriormente, este conceito seria transformado na ideia de "Custo Brasil", presente no discurso empresarial até os dias de hoje.

> estruturais pertinentes ao ambiente em que trabalha a empresa. Elementos essenciais, concretos, como a disponibilidade de linhas de financiamento, de infra-estrutura de comunicações, de energia, de meios de transporte, de recursos tecnológicos básicos. Elementos culturais como o sistema Educacional, o aparato institucional público e privado, as relações entre capital e trabalho. Tudo aquilo que constrói um tecido industrial competitivo. (IEDI, 1990, p. 4).

Essa posição inicial do IEDI, ainda pouco propositiva, ficaria mais clara nos estudos produzidos em 1991 e 1992, que defendiam que o Brasil precisava de uma política que promovesse a competitividade de forma sistemática. Para isso, seria preciso que o governo garantisse a estabilidade de preços e emitisse sinais claros neste sentido.

Assim, a palavra de ordem cunhada pelos economistas do IEDI e repetida à exaustão em suas publicações era "modernização competitiva", conceito que guarda grande semelhança com a idéia de "integração competitiva", elaborada pelos técnicos do BNDES alguns anos antes[100]. O objetivo das proposições do IEDI era defender uma política de competitividade com vistas a beneficiar os grupos nacionais (Valente, 2002a) e era resumida da seguinte forma:

> A modernização competitiva está assentada em dois pilares:
> 1) Em novas relações de parceria entre Estado e Setor Privado, entre Empresários e Trabalhadores, entre Empresa Nacional e Empresa Multinacional, entre Grande Empresa e Pequena e Média Empresa;
> 2) Numa política econômica complexa, que articula controle macroeconômico, ação sobre fatores sistêmicos da competitividade (infra-estrutura física, educação, sistema de ciência e tecnologia, etc.) e programas setoriais de reestruturação produtiva e tecnológica. (IEDI, 1992, p. 3 *apud* IEDI, 2001).

Sendo assim, não é surpreendente que "a proposta do IEDI de política industrial, lançada em junho de 1992, diferia pouco da proposta anterior de Collor" (Kingstone, 1999: 140). Contudo, para além dos objetivos de incentivo ao desenvolvimento

[100] Essa semelhança não é mera coincidência já que alguns dos empresários fundadores do IEDI tinham conhecimento do programa da integração competitiva e haviam participado de reuniões nas quais o programa lhes foi exposto. Como já foi dito anteriormente, à época da formulação do cenário da integração competitiva, Julio Mourão e outros técnicos do BNDES, realizaram uma série de reuniões com empresários para discutir a implantação da Integração Competitiva. Vale a pena mencionar novamente os empresários que participaram destas reuniões: Paulo Cunha, Eugênio Staub, Cláudio Bardella, Paulo Villares, Ozires Silva, Paulo Francini. De acordo com Mourão (1994), a ideia de fundar o IEDI teria surgido a partir destes encontros. Mesmo que não seja possível atestar a completa veracidade desta informação, é significativo o fato de que dentre todos os empresários listados pelo autor, Ozires Silva, que ocupou o Ministério da Infra-estrutura no início do governo Collor, foi o único dentre os empresários citados que não foi signatário do início dos trabalhos do Instituto.

industrial, havia claramente uma preocupação, por parte do Instituto, em garantir uma rearticulação entre Estado e sociedade de maneira a garantir mais espaço para o empresariado na formulação e execução das políticas propostas[101]. Um importante documento de 1992, intitulado "Modernização Competitiva, Democracia e Justiça Social", tinha como justamente cerne a defesa de uma nova relação entre Estado e setor privado, na qual fosse superada a cooptação e o atendimento a interesses particulares.

> A nova relação de parceria Estado/Setor Privado significa superar definitivamente um passado de cooptação espúria, freqüentemente promíscua, em que o Estado servia-se de – e servia a – interesses particularistas. Trata-se de suprimir, do lado do Estado, as práticas do arbítrio burocrático, que enseja o favoritismo e a corrupção, e, do lado do setor privado, qualquer resquício de patrimonialismo (IEDI, 1992, p. 45, *apud* Valente, 2002a).

Assim, as ideias defendidas pelo IEDI provinham, de uma lado, da matriz criada pelos estudos do BNDES em torno da proposta da integração competitiva da economia brasileira e, de outro, o IEDI também encontrava afinidades com as ideias professadas por economistas da Unicamp[102] e que estavam presente no Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Além disso, o IEDI também era tributário da ideias do patrimonialismo do Estado brasileiro.

As ideias desenvolvidas no BNDES se encaixavam muito bem nas pretensões destes empresários que tinham suas empresas entre os principais grupos capitalistas brasileiros, pois viam nelas a possibilidade de se tornarem "players" globais e competirem em igualdade de condições com empresas de todo o mundo. Por isso, algumas idéias de cunho mais liberal, como a abertura comercial, o incentivo aos investimentos externos diretos e à formação de conglomerados internacionais – com a criação de *joint-ventures* ou outras formas de associação com grupos estrangeiros – eram vistas com relativo interesse por estes empresários.

Da mesma forma, algumas propostas articuladas pelos economistas mais heterodoxos ligados á Unicamp e UFRJ também eram vistas com bons olhos, como é o

---

[101] Também não causa espanto esta demanda do IEDI já que alguns de seus fundadores haviam firmado o "documento dos oito" no fim dos anos 1970 que pleiteava uma maior abertura do Estado às demandas empresariais. Tratava-se, portanto, de uma pauta antiga deste grupo e que ganhou força progressivamente com o processo de abertura política do país.

[102] Apenas para citar alguns economistas que atuaram próximos do IEDI, destacaríamos Luciano Coutinho, João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e José Carlos de Souza Braga.

caso da aproximação entre as empresas e o setor financeiro com o intuito de construir mecanismos que facilitassem e barateassem o crédito para o setor produtivo e potencializasse a capacidade de investimento das empresas, criando o que tanto os economistas responsáveis pelo ECIB quanto os responsáveis pelos estudos do IEDI chamaram de "finanças industrializantes":

> O processo de constituição de finanças industrializantes não pode ser apenas a reforma do sistema Financeiro, entendida como mudança organizacional e funcional das empresas financeiras e do sistema bancário. É a Reforma das Finanças da Economia, que envolve não só essa mudança como, também, novas articulações empresariais entre bancos e indústrias, estimuladas por mecanismos fiscais e creditícios, novas modalidades de financiamento público e privado, interno e externo, interação entre o plano financeiro e o técnico-econômico, em geral, e no interior dos grupos econômicos. Como resultado, deve-se obter a substancial redução do custo de capital, para níveis análogos aos dos países desenvolvidos, com o que se viabiliza crescimento com estabilidade (IEDI, 1992b:, p.29).

Finalmente, deve-se chamar a atenção para o fato que a proposta do IEDI encontrava afinidades também com algumas ideias do PNBE, sobretudo em relação a necessidade de um novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade, como foi demonstrado acima.

A relação do IEDI com o governo Collor, da mesma forma como ocorreu em relação às demais entidades empresariais, alterou-se significativamente ao longo do período. Inicialmente, as propostas de Collor, carregadas de promessas de um país com um parque produtivo moderno, integrado tecnologicamente ao Primeiro Mundo e afinadas com as teses da integração competitiva agradaram este setor do empresariado industrial brasileiro.

Muitas das ideias expostas pela equipe econômica de Collor também eram defendidas pelos empresários ligados ao IEDI, como foi dito acima. Na segunda conjuntura que demarcamos, a relação do IEDI como governo Collor foi intensificada, sobretudo devido às promessas contidas no lançamento dos programas de estímulo à competitividade e ao desenvolvimento tecnológico e à abertura de novos canais de diálogo entre o Estado e o setor privado no âmbito destes mesmos programas. O PBQP e seu desejo de estimular práticas bem-sucedidas em termos métodos de gestão e de produção tinha como espelho muitos dos empresários ligados ao IEDI.

Contudo, o prolongamento da recessão econômica e a falta de resultados a serem apresentados pelos programas fizeram com que o IEDI se afastasse do governo e aumentasse suas críticas ao processo de abertura comercial. Nas propostas inaugurais de 1990, o IEDI dava mais apoio para liberalização comercial, mas no começo de 1992, muda de tática e passa a promover debates com a expectativa de construir uma posição consensual que caminhasse no sentido de diminuir o ritmo da abertura comercial e terminar com a recessão. (Kingstone, 1999). Assim como as demais entidades empresariais, as criticas do IEDI ao processo de abertura buscavam poupar o processo em si, apontando para problemas na sua condução por parte do governo, como a velocidade do processo, a mudança de regras em termos de cronogramas pré-estabelecidos e a ausência de políticas de competitividade e de salvaguardas dos setores internos mais afetados pela concorrência do produto importado bem como de mecanismos para bloquear a concorrência desleal (IEDI, 2001).

Em relação às negociações realizadas nas câmaras setoriais, a maior parte dos empresários do IEDI não as via com o mesmo otimismo que outros setores do empresariado. Isso pode ser atribuído, em parte, à posição de destaque que eles desfrutavam na economia nacional e às suas pretensões que iam além da garantia de ganhos corporativos. Para eles, as câmaras seriam mais um instrumento de governança econômica do que uma alternativa significativa nos padrões corporativos de intermediação de interesses.

Dessa maneira, a atuação do IEDI nos anos iniciais da década de 1990 se caracterizou pela busca de um novo tipo de desenvolvimento associado que poderia proporcionar uma posição de destaque para alguns grupos brasileiros no mercado mundial. Assim, este novo modelo de desenvolvimento deveria ser liderado por grandes grupos nacionais capazes de competir em um mercado internacionalizado.

Pode-se dizer, então, que o projeto desenvolvido pelo IEDI tinha um objetivo hegemônico no sentido de colocar o empresariado industrial na liderança do processo de desenvolvimento capitalista. No entanto, para ser bem-sucedido, faltava-lhe de algo que estava presente no projeto do PNBE: a preocupação com os mecanismos de incorporação de outros grupos de maneira subalterna na conformação de um novo bloco histórico. A preocupação fundamental do IEDI estava muito mais voltada para a criação de uma hegemonia ideológica como define Valente:

> Parecia estar claro para esse segmento da burguesia nacional que era necessário criar um "sentimento público" favorável às diretrizes de política econômica defendidas por ela. (Valente, 2002)

Tratava-se de uma condição necessária, mas insuficiente para a resolução da crise de hegemonia vivida pelo Brasil. Assim sendo, o empresariado industrial, para ser capaz de colocar-se como líder e condutor do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e levar consigo outros grupos sociais, precisaria unir aspirações presentes no projeto do PNBE e do IEDI, algo que esteve próximo de ocorrer nas eleições para a Presidência da FIESP de 1992, mas que foi frustrado tanto nas eleições da entidade quanto nas negociações no interior das câmaras setoriais.

1992: eleições na FIESP, câmaras setoriais e a rearticulação dos empresários

O empresariado industrial brasileiro chegou ao ano de 1992 em meio a uma profunda crise interna. Por um lado, o cenário político e econômico do país apresentava uma crise profunda e de difícil solução. A recessão já se arrastava ao longo de praticamente todo o período Collor[103], sem que isso trouxesse uma maior estabilidade nos preços[104]. Além disso, Collor perdia popularidade[105] progressivamente e alguns dos ingredientes para o início do processo de *impeachment* já estavam postos, o que aumentava a instabilidade política e econômica. Por outro lado, o empresariado não havia sido capaz de se reorganizar e permanecia com diversas divisões internas em um amplo leque de possibilidades de consciência e ação, como procuramos demonstrar acima.

---

[103] Em 1990, a economia brasileira havia se retraído 4,3%, em 1991, o crescimento foi de apenas 1% e, em 1992, o PIB voltou a cair 0,5%. Em termos de PIB per capita, houve queda nos três anos, sendo -7,1% em 1990, - 0,7%, em 1991 e -2,2%, em 1992, de acordo com dados do IBGE. E a participação da indústria no PIB havia caído de 46,3%, em 1989 para 38,7% em 1992.

[104] Após quedas nas taxas de inflação decorrentes dos Planos Collor 1 e 2, os preços voltaram a subir ao longo de 1991. A partir de outubro de 1991 até o final do governo Collor, a inflação mensal ficou entre 20 e 25% ao mês, segundo o INPC e o IPCA, ambos medidos pelo IBGE.

[105] Ao longo de 1990, a avaliação pública do governo Collor se manteve relativamente estável, recebendo entre 30% e 35% de “ótimo/bom” e 18% a 23% de “ruim/péssimo”. No início de março de 1991, no entanto, pesquisa realizada pelo datafolha mostra que, pela primeira vez, as avaliações negativas (34,1%) superaram as positivas (23,3%) e seguiriam assim até o final do governo. No início de 1992, pesquisas do IBOPE e Datafolha mostraram que o governo Collor era mal avaliado por mais de 45% da população, enquanto as avaliações positivas não passavam dos 15%.

Neste contexto, empresários, trabalhadores e políticos da oposição – governadores, parlamentares e lideranças partidárias – ameaçavam articular acordos e propostas entre si, sem a participação do governo. Tratava-se de uma estratégia que buscava forçar o governo a negociar e demonstrar publicamente a oposição destes setores à política recessiva e ao insucesso nos objetivos prometidos por Collor na campanha eleitoral. O Governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, por exemplo, tentou negociar câmaras setoriais no âmbito estadual, com o intuito de alinhar preços e salários entre trabalhadores e empresários.

Diante deste quadro, o futuro do empresariado como sujeito político relevante estava aberto, a hipótese que pretendemos defender é que em 1992, dois fatores foram fundamentais para a consolidação de forças sociais internas ao empresariado: os acordos alcançados nas câmaras setoriais e as eleições para diretoria da FIESP. Neste sentido, tratava-se de um teste empírico dos limites da possibilidade de consciência e ação que o empresariado industrial poderia desenvolver naquele momento.

Os acordos obtidos nas câmaras setoriais, sobretudo ao longo de 1992, com evidente destaque para o acordo do setor automobilístico, por um lado, enfraqueceram as entidades empresariais de caráter mais abrangente como a FIESP, PNBE, IEDI e CNI, já que os interlocutores do lado empresarial eram as entidades e empresas de cada um dos setores envolvidos e não as entidades de "cúpula"; por outro lado, demonstraram empiricamente ao empresariado industrial que ganhos expressivos em suas vendas poderiam ser obtidos com base em acordos setoriais, sem a necessidade de grandes pactos ou entendimento entre capital e trabalho. De certa forma, pode-se dizer que o modelo de negociação corporativa foi bem-sucedido enquanto que as tentativas de negociação em grandes fóruns mais gerais trouxe resultados praticamente inexpressivos, o que não deixa de ser uma vitória do modelo corporativista[106].

De outro lado, as eleições da FIESP transcorreram no final de julho de 1992 e foram disputadas por Carlos Eduardo Moreira Ferreira, então vice-presidente da entidade e candidato natural à sucessão com o apoio do então Presidente Mário Amato e Emerson Kapaz, coordenador do PNBE e uma das novas lideranças mais expoentes do empresariado.

[106] Este tema do corporativismo será debatido de forma mais detalhada quando tratarmos da atuação dos sindicatos no período.

Assim, de um lado estavam as "forças modernizadoras" da atuação empresarial, mesmo que não totalmente articuladas, mas que contavam com o apoio de diversos empresários ligados ao IEDI e ao PNBE. Para Kapaz, as eleições da mais influente entidade empresarial do Brasil eram a oportunidade de recompor a representatividade das entidades patronais, condição necessária para o empresariado assumir papel de "articulador de novo rumo ao país".

> As exigências de democratização das entidades patronais eram condições para que o empresariado exercesse um papel dirigente na sociedade brasileira. Para o candidato oposicionista a questão da representatividade era chave para que a Fiesp fosse 'o grande fórum de discussão de política industrial, de políticas de rendas, de propostas contra a crise.' (Bianchi, 2004, p.241).

Sua candidatura expressava, assim, o desejo de influenciar nos rumos da abertura da economia diante dos temores da recessão, da desindustrialização e do sucateamento da indústria nacional (Bianchi , 2004).

> Os temores eram acompanhados de uma proposta que articulava a ênfase no caráter sistêmico da competitividade, defendida pelo Iedi, com a expansão do mercado interno por meio de uma política de rendas, parte do ideário do PNBE. (Bianchi, 2004, p. 239).

Dessa forma, Kapaz conseguiu articular bem essa confluência programática entre as demandas do PNBE e as aspirações do IEDI, apesar do projeto "neodesenvolvimentista" do IEDI ter ocupado o lugar mais preponderante (Bianchi, 2004). Neste sentido, Kapaz marcava claramente algumas divergências em relação à política do governo e se aproximava das pautas defendidas pelo IEDI, criticando o fato de o governo acreditar que bastava apenas reduzir as alíquotas de importação para estimular a modernização do parque industrial. A falta de uma política industrial clara estaria ameaçando diversos setores da indústria, mas não estaria abrindo novas possibilidades para a indústria nacional. Ele argumentava, neste período, que a abertura não poderia ser um fim em si mesma, devendo visar o fortalecimento da indústria nacional e ter como meta a "competitividade sistêmica"[107] (Bianchi, 2004).

Para atingir este objetivo, Kapaz definia três pressupostos imprescindíveis, os dois primeiros, dependiam mais da ação do Estado – a capacitação de grandes

[107] Como foi mostrado acima, a competitividade sistêmica era uma das demandas mais caras ao IEDI.

segmentos econômicos com recursos técnicos, gerenciais, educacionais, e a promoção de incentivos com crédito e política fiscal adequadas. Já o terceiro, estaria nas mãos dos próprios empresários, uma vez que estava relacionado a uma firme representação empresarial, com lideranças capazes de promover uma transformação estrutural nas entidades empresariais.

Assim, o projeto encampado por Kapaz que tinha um forte potencial hegemônico sobre os principais grupos organizados da sociedade, uma vez que além de apontar para a necessidade de unificação do empresariado industrial ao demonstrar a solidariedade de interesses desta fração da classe burguesa e colocá-la como condutora do novo modelo de desenvolvimento – o que era feita por meio da incorporação das principais pautas do IEDI – conjugava também as preocupações de incorporação dos trabalhadores, por meio das propostas de melhoria dos salários e fortalecimento do mercado interno originárias do PNBE.

> Apresentar um projeto para o país era algo que a candidatura de oposição considerava essencial. Transpondo o nível da representação econômico-corporativa, sua candidatura colocava como desafio a firmação de uma resposta capitalista à crise do capitalismo. O pressuposto de tal era a retirada do empresariado industrial de uma condição subalterna e sua transformação em classe dirigente. Era nessa perspectiva que a questão da representatividade era enquadrada pela candidatura oposicionista. (Bianchi, 2004, p. 241).

De outro lado, a candidatura de Moreira Ferreira, candidato da situação, apresentou um "programa de cunho econômico-corporativo voltado para as micro, pequenas e médias indústrias, prometendo ampliar a representação dessas empresas junto aos poderes públicos". Além disso, ele prometia promover uma ação política que tivesse como foco a valorização de pequenos empreendimentos, por meio de linhas de crédito e isenções fiscais, além de uma rede de serviços prestados pelo complexo FIESP-CIESP, direcionadas para este setor. (Bianchi, 2004, p. 240).

Dessa forma, suas propostas acenavam claramente para o setor empresarial que compunha a maior parte dos membros do PNBE. Os ganhos econômico-corporativos que ele oferecia eram similares às conquistas que outros setores econômicos vinham obtendo nas negociações diretas com o governo por meio das câmaras setoriais. Ao fazer essa sinalização, Moreira Ferreira indicava duas coisas. Primeiro, que sua candidatura não estava preocupada em construir um programa de desenvolvimento

econômico para o país sob a liderança empresarial. Segundo, ele deixa claro que estava buscando o voto de um dos poucos setores do empresariado representado na FIESP que seguia descontente com a atuação da entidade nos últimos anos, os pequenos empresários. Assim, a estratégia usada por Moreira Ferreira tinha o sentido de mostrar para estes empresários que eles também poderiam ser partícipes da nova arquitetura de ganhos corporativos obtidos por outros setores nas câmaras setoriais[108].

As eleições foram vencidas por Moreira Ferreira com relativa facilidade na FIESP e Kapaz desistiu de concorrer no segundo turno para o CIESP entregando a vitória para seu adversário. Segundo a interpretação de Álvaro Bianchi, a vitória do candidato situacionista não foi necessariamente a vitória das ideias corporativistas, já que não se sabe se foram as ideias ou os acordos de bastidores que deram a vitória a Moreira Ferreira, mas foi, definitivamente, a vitória do modo corporativista de atuação internamente ao setor empresarial.

> A vitória de Moreira Ferreira era uma resposta empresarial à crise. Sua chapa personificava um conjunto de forças políticas e sociais que apostavam na estabilidade política e econômica e na continuidade de um projeto de reforma do Estado e de reorganização societária que havia sido lançado pelo governo Collor. Solidamente organizadas nos sindicatos patronais, essas forças souberam utilizar a seu favor a forma institucional do complexo associativo dos industriais. A vitória em 1992 coube não à estrutura corporativa, mas àqueles que souberam utilizá-la a serviço de um projeto (Bianchi, 2004).

Assim, as eleições da FIESP de 1992 expressam algo de extrema relevância para os objetivos deste trabalho. Ocorridas no período que demarcamos como a teceria fase do governo Collor, na qual, por um lado, o governo ampliava e tornava mais efetivos os canais de diálogo com a sociedade, sobretudo por meio dos acordos firmados nas câmaras setoriais, e, por outro, a crise econômica e política atravessada pelo país

[108] Apesar de todos os problemas e insatisfações publicamente manifestadas, pesquisa realizada pelo Datafolha e divulgada às vésperas da eleição da FIESP (25 de julho de 1992) mostrava que a política econômica do governo era vista com bons olhos pelo empresariado, já que 71 por cento dos entrevistados avaliavam como “ótima” ou “boa” a gestão de Marcilio Marques Moreira à frente do Ministério da Fazendo (POLI, 2005). Outra pesquisa, realizada em junho de 1992, revelou que para 71% dos empresários entrevistados a política econômica do governo deveria ser mantida (DATAFOLHA, 1992). Esses dados mostram que a maior parte do empresariado brasileiro via as reformas de Collor com bons olhos ou pelo menos acreditava que estava obtendo alguma vantagem com elas, já que desejavam a sua manutenção.

ameaçava a própria sobrevivência de vários setores econômicos, as eleições marcaram a história do empresariado brasileiro em diversos aspectos.

Analisando estes dois eventos dentro do período Collor – as eleições da FIESP e os acordos nas câmaras setoriais – pode-se dizer que eles assinalaram, por um lado, o início da rearticulação política do empresariado industrial brasileiro em torno da FIESP, pois apesar de PNBE e IEDI não terem desaparecido eles perderam força e expressão política a partir de então.

> Estas eleições e outros acontecimentos posteriores debilitarão o PNBE e o IEDI. A candidatura de Kapaz dividiu o PNBE e vários membros proeminentes do IEDI renunciarão a sua filiação. Uns alegavam que o IEDI não era outra cosa que uma fachada para as eleições da FIESP; outros sentiam que haviam se tornado demasiado protecionistas. Ademais, as empresas de alguns dos fundadores passavam por momentos economicamente difíceis em 1992. (Schneider, 1995: 144).

Por outro lado, ambos os fatos marcam também a vitória do *modus operandi* corporativista, já que os acordos por setor mostraram-se vantajosos tanto em termos econômicos quanto políticos.

Dessa forma, seja por não concordarem mais com a forma de atuação ou ideias defendidas por suas entidades ou pela necessidade de garantir um mínimo de ganhos corporativos para assegurar sua sobrevivência econômica, diversos empresários deixaram de dar força e peso político para as novas entidades empresariais e voltaram novamente sua atenção para a velha, mas revigorada FIESP.

Os esforços do PNBE e do IEDI contribuíram, indubitavelmente, para produzir uma FIESP mais efetiva em sua atuação política. Ao final do período Collor, a comunidade empresarial estava em posição melhor para participar do debate das reformas econômicas, pois havia percebido a necessidade de aprofundar sua formação teórica para influir de maneira mais decisiva para o debate. Da mesma forma, ele havia aprendido a conviver com a democracia e havia conquistado espaços institucionais para expor e assegurar suas demandas mais importantes[109]. É por isso que Kingstone (1999,

[109] A prova maior deste aprendizado por parte do empresariado industrial brasileiro foram os acordos das câmaras setoriais que permitiram a sobrevivência de alguns setores em dificuldade, o mais marcante deles foi, sem dúvida, o acordo das montadoras, que melhorou significativamente a situação da indústria automobilística no Brasil.

p. 117) afirma que “essas renovações [...] aumentaram a habilidade dos industriais em moldar o curso das reformas neoliberais”.

Ao final do período em questão, tanto os empresários ligado ao PNBE quanto os do IEDI acabaram mostrando disponibilidade em se reincorporar a uma nova coalizão hegemônica mesmo que não fosse sob sua hegemonia. O processo de crise econômica prolongada e a falta de perspectivas mais concretas para a solução dos problemas da indústria e da economia brasileira em geral reduziram as possibilidades de consciência e ação do empresariado industrial e fizeram com que este sujeito aceitasse apenas garantias de compensações corporativas, setoriais, como as negociadas nas câmaras setoriais, e uma maior participação nas decisões de política industrial do governo.

Dessa forma, o sentido maior do período Collor e das eleições da FIESP de 1992 foi a consolidação da consciência econômico-corporativa como linha mestra da atuação do empresariado industrial brasileiro. O resultado das eleições da FIESP demonstrou que essa consciência empresarial até poderia transgredir o limite dos interesses corporativos mais imediatos, mas não iria além da solidariedade de interesses interna à classe. Sendo assim, o empresariado industrial brasileiro terminava o período Collor sem ser capaz de pleitear uma posição hegemônica na sociedade brasileira, mas mostrava-se apto a impor algumas condições para sua inserção no bloco histórico hegemônico que seria construído nos próximos anos.

***

O período Collor, apesar de ter sido relativamente curto, teve um profundo significado político e econômico para o empresariado brasileiro. A abertura da economia para o exterior era um dos pontos mais polêmicos entre os empresários. A posição, em geral, era de cautela, ponderando-se a necessidade de superação da herança protecionista e autárquica do modelo anterior e o risco da desindustrialização diante de uma abertura indiscriminada e demasiadamente acelerada. Assim, a maioria preconizava “uma abertura gradual, seletiva e programada, subordinada a uma estratégia mais global.” (Diniz, 1993, p. 106). Alguns setores do empresariado apelavam para temas como “soberania nacional” e “competitividade sistêmica” para apontar a necessidade desta articulação em torno de um projeto de desenvolvimento mais amplo e que não se limitasse à abertura dos mercados.

Mais isso não quer dizer que a política industrial e de comércio exterior conduzida pela equipe econômica do governo, que compreendia basicamente a abertura comercial e os programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico e de aumento da produtividade, sofria uma oposição sistemática por parte do empresariado industrial[110]. Pesquisas realizadas junto a empresários de diversos ramos mostraram, em diversas ocasiões, que o empresariado em geral apoiava a política comercial, se opondo apenas a questões como o *timing* da abertura e o funcionamento dos programas lançados pelo governo [111]. O que confirma as manifestações públicas de diversas lideranças empresariais que foram citadas acima e que, mesmo quando marcavam oposição ao governo, deixavam claro que suas ressalvas se deviam à maneira como o processo estava ocorrendo e não ao processo de abertura em si.

Como bem apontou Oliveira (1993, p. 21):

> O sucesso da reforma depende [...] da capacidade das autoridades em formular políticas compensatórias para eventuais setores afetados, bem como em emitir sinais positivos para a participação no processo de liberalização.

Apesar de ser algo aparentemente óbvio, o que não é tão claro nem para o governo nem para os atores envolvidos é: quais são as políticas compensatórias necessárias e quais os sinais que devem ser emitidos para que os sujeitos aceitem cooperar com o processo em questão? Ambos dependem das possibilidades de consciência que aquele sujeito desfruta em uma situação histórica concreta. Em um período de crise orgânica, no qual os acontecimentos ganham significados políticos para além de sua imediaticidade, a possibilidade de consciência das classes se transforma a cada mudança conjuntural. Por isso, devem ser analisadas em sua concretude histórica.

Como pano de fundo, havia um consenso básico, entre o empresariado, em torno do esgotamento do modelo de substituição de exportações sob a égide do Estado e de que modelo nacionalista, estatista e autárquico havia fracassado. Os empresários podiam

---

[110] Outro fato bastante significativo foi apontado por Gesner Oliveira (1993), que indica que a abertura comercial teria sido a reforma econômica promovida por Collor que mais avanço ao longo de seu governo.

[111] Uma pesquisa apresentada por Oliveira (1993), realizada em 1991, apontava que, para 53% dos empresários entrevistados a política comercial estava correta, mas era mal conduzida e para 27% ela era correta e bem conduzida, apenas 11% acreditavam que as medidas eram incorretas. Outra pesquisa, realizada pela CNI em 1992, mostrava que aproximadamente metade dos empresários diziam estar preparados para a competição externa, mas mais de 60% acreditavam que ela estava ocorrendo rápido demais (CNI, 1992 *apud* Kingstone, 1999).

experimentar esse fracasso por meio das distorções geradas pelo modelo, tais como o favorecimento de determinados setores ou grupos no relacionamento com o Estado, a regulação excessiva da economia, a baixa competitividade e produtividade de suas empresas quando comparada aos centros mais dinâmicos do capitalismo, o atraso tecnológico, entre outros fatores. Ou seja, o velho modelo era, de início, questionado não tanto pelo papel do Estado como promotor do desenvolvimento, mas principalmente por sua dimensão operacional, que deveria ser redefinida. Para grande parte do empresariado, o Estado deveria encontrar um meio termo entre ausência absoluta e onipresença, se restringindo a funções sociais e de direcionamento geral da economia, mas abandonando as funções de produtor de bens econômicos (Diniz, 1993b).

> Apesar dos fluxos e refluxos da conjuntura, a crise orgânica que havia se constituído no início dos anos 1980 ainda não havia sido superada. Mas o governo Collor havia representado uma alteração da correlação de forças que beneficiaria o capital e uma alternativa hegemônica renovada. [...] A reconfiguração da economia brasileira por meio da abertura de mercados das privatizações fizera suas vítimas nas classes dominantes, mas também tinha sua cota de beneficiários.

Diante do que foi exposto acima, colocados na balança todas as idas e vindas conjunturais do governo Collor no que tange o processo de abertura comercial, o saldo deste processo, apesar de apontar para conquistas materiais em termos setoriais para o empresariado, demarca também uma vitória simbólica capaz de atingir até mesmo outros setores da burguesia. Trata-se de uma reversão da imagem negativa que o empresariado nacional carregava dos anos 1980, como constataram diversos autores.

Parte fundamental da *filosofia espontânea* desenvolvida no Brasil ao logo dos anos 1980, e apresentada no segundo capítulo deste trabalho, apontava para uma imagem extremamente depreciada do empresariado em geral.

> Nesse contexto, de crise econômica aguda e avançada deterioração das instituições estatais, os empresários levaram ao extremo seus movimentos defensivos cujos efeitos deletérios sobre o sistema geral se tonavam cada vez mais claramente percebidos. É então que as avaliações depreciativas sobre os mesmos ganham livre curso, incorporando-se ao senso comum a tal ponto que, no ápice da campanha presidencial de 1989, a simples alusão ao fato de que dado candidato era apoiado pelos empresários afigurava-se como uma acusação contundente, merecedora de vivo desmentido. (Cruz, 1992, p.18)

Assim, o empresariado encontrava-se numa situação, no início da década de 1990, em que necessitava reverter essa imagem negativa a seu respeito e "criar condições para conferir legitimidade à ordem capitalista no Brasil no sentido da sua eficiência e da credibilidade das suas instituições." (Diniz & Boschi, 1993, p. 126).

A atuação de novas entidades como o PNBE e o IEDI, que apresentavam-se como desapegados de interesses mais imediatos e frequentemente taxados de "cartoriais", foi fundamental para que este processo de mudança na imagem do empresariado começasse a ser alterado. Além disso, todo o jogo retórico promovido por Collor e seus principais porta-vozes em torno da construção de uma clivagem entre bons e maus empresários e o avanço de reformas liberalizantes com a formulação de acordos entre empresários e trabalhadores no período também tiveram papel fundamental para a reformulação desta imagem.

Em pesquisas qualitativas realizadas por Ney Lima Figueiredo (1992, p. 84) em meados de 1991, constatou-se que apesar de os empresários ainda desfrutarem de uma imagem com muitos pontos negativos, existia "espaço não apenas para reverter essa imagem empresarial negativa, como também para criar uma opinião favorável ao desenvolvimento do capitalismo no País". A pesquisa demonstrou que após uma reação negativa emocional por parte dos entrevistados em relação à empresa privada, ela era reconhecida como "produtiva, moderna, eficiente e fabricante de bons produtos", imagem oposta ao que se pensava sobre os serviços prestados pelo Estado.

Assim, o saldo de maior relevo trazido pelo período Collor na relação entre o Estado e o empresariado está localizado justamente nesta questão da imagem que o setor empresarial desfrutava perante a sociedade. A reconstrução da figura do empresário, operada pelo menos parcialmente ao longo do governo Collor, como alguém que conquistou o sucesso devido a seus méritos e, portanto, como alguém que deve servir de modelo para o comportamento de todos os demais indivíduos é o passo crucial que uma classe deve dar se deseja ocupar uma posição hegemônica na sociedade.

Dessa forma, o período Collor não foi capaz de dar uma resposta definitiva à crise de hegemonia que já se arrastava no Brasil por longos anos. Mas teve, para o empresariado industrial, o sentido de determinar os limites dentro dos quais este sujeito aceitaria se submeter em um novo pacto hegemônico e, mais importante ainda,

reposicionou a figura simbólica do empresariado dentro do imaginário social brasileiro. Por um lado, o empresariado industrial havia deixado claro que exigiria garantias de canais institucionais para expressão de suas demandas e que só daria seu apoio a novos arranjos hegemônicos se lhe fossem assegurados ganhos no nível corporativo para os setores mais fortes e influentes politicamente. Por outro lado, esta fração da burguesia brasileira, não pleitearia uma posição hegemonizadora na sociedade de imediato, mas abria espaço para que outros setores da burguesia o fizessem a partir dessa imagem reconstruída que a figura do empresário capitalista passaria a desfrutar nos anos seguintes.

Capítulo 4: A incorporação dos trabalhadores no novo pacto hegemônico

Como já foi colocado acima, de maneira muito similar ao que ocorreu em relação ao empresariado industrial, o padrão de relação entre o governo e os trabalhadores organizados no Brasil começou a dar sinais de esgotamento nos anos finais da década de 1970. Os sinais mais claros desse processo foram as greves do fim dos anos 1970 no ABC paulista, que questionavam tanto a superexploração a que estava submetida a classe trabalhadora no país quanto a própria estrutura burocrático-corporativa de relacionamento com o Estado. Assim, este movimento teve papel fundamental na crise de hegemonia vivida no Brasil nos anos 1980 ao explicitar seu descontentamento com a condução do pacto desenvolvimentista no país.

O intuito deste capítulo é analisar a resposta dada pelos trabalhadores organizados à realidade imposta pelo governo Collor a partir do processo de abertura comercial da economia brasileira. Mais especificamente, buscaremos compreender como se deu a participação dos sindicatos de trabalhadores na luta pelo estabelecimento de um novo arranjo hegemônico no Brasil. Mais do que apenas apontar os caminhos escolhidos por uma ou outra fração da classe trabalhadora, nosso objetivo é interpretar as relações causais entre a realidade objetiva e as ações de cada uma dos atores envolvidos no processo histórico, levando em conta que cada um desses atores é também responsável pela construção dessa mesma realidade.

Desse modo, iniciaremos o capítulo com uma breve exposição da história do sindicalismo brasileiro ao longo dos anos 1980, sem a pretensão de esgotar o tema, tendo em vista o papel crucial desempenhado por este setor da sociedade brasileira na desestabilização do pacto nacional desenvolvimentista. Buscaremos explorar as contradições e disputas surgidas entre as frações da classe trabalhadora organizada. Assim, o surgimento do “novo sindicalismo” e de seu principal rival no meio sindical, o “sindicalismo de resultados” será detalhado a fim de termos uma noção histórica das disputas que marcaram o início dos anos 1990.

Em seguida, analisaremos as atitudes tomas pelo governo Collor em relação aos sindicatos, a maneira como o governo buscou aproximar-se de alguns setores, deixando implícito que aceitava negociar e ouvir as reivindicações dos trabalhadores desde que estas se enquadrassem num determinado padrão de comportamento. Posteriormente, olharemos para a resposta que o sindicalismo ofereceu a esta postura do governo e as variantes apresentadas ao logo de cada uma das fases do governo Collor.

Finalmente, faremos um balanço das principais interpretações a respeito do sindicalismo no período, como intuito de avaliar as possibilidades de ação e consciência presentes no período e abertas a partir dele. Será analisada, especialmente, a mudança na postura da CUT que, entre fins dos anos 1980 e começo dos 1990 passou de uma postura refratária à participação em qualquer negociação com empresários e governo para posição muito mais aberta e receptiva a este tipo de proposta. Aqui, nosso foco recairá sobre as câmaras setoriais, que se tornou o principal fórum de negociação de medidas relativas à política industrial e que teve forte participação sindical.

Os trabalhadores e a ruptura com o pacto desenvolvimentista

No final da década de 1970, com o início da abertura política e o recrudescimento dos efeitos da crise econômica internacional sobre o Brasil, o movimento sindical começa a se rearticular e novas tendências e lideranças começam a surgir. As históricas greves do ABC paulista e as movimentações subsequentes que colocaram os trabalhadores de volta à cena política nacional já foram bastante debatidas por grandes estudiosos do movimento sindical e não serão objetos de análise pormenorizada neste trabalho. Nosso intuito, nesta seção, é compreender as linhas gerais dos processos que levaram à formação das duas principais correntes do sindicalismo brasileiro, que se oporiam a partir do final da década de 1980. Para tanto, contaremos a seguir, de maneira esquemática e resumida, os principais momentos que marcaram a formação dessas correntes e das centrais sindicais em torno das quais elas se alinharam.

Paralelamente às movimentações grevistas que surgiram no fim dos anos 1970, descontentamentos também apareceram no interior do movimento sindical, sobretudo no que diz respeito à estrutura sindical e à forma como os sindicatos se relacionavam

com os trabalhadores. Conforme aponta Leôncio Martins Rodrigues (1991), essa insatisfação ficou evidente pela primeira vez no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), realizado em 1978, quando um grupo de dirigentes dos sindicatos oficiais[112] opôs-se à cúpula da CNTI. Neste grupo estavam representados, de um lado, sindicalistas que se auto-intitulavam "independentes", por não terem vinculação partidária, e aqueles que tinham vínculo com partidos políticos, sobretudo o PCB.

No final deste encontro, esse grupo divulga uma Carta de Princípios em que pediam a redemocratização (Rodrigues L. M., 1991), a convocação de uma constituinte, a revogação das leis de exceção, entre outras. Nota-se que a ênfase das pautas defendidas por este setor emergente do sindicalismo tinham um caráter muito mais político do que econômico e batiam de frente com a situação estabelecida pelo regime ditatorial do Brasil.

Segundo Tavares de Almeida (1996, p. 48), as greves de São Bernardo do Campo de 1979 e 1980 não estavam guiadas pelo cálculo racional da maximização de interesses. "Foram, antes, oportunidades de afirmação de aspirações não-negociáveis de liberdade, autonomia e reconhecimento da presença política das classes trabalhadoras." Foram atividades "identificantes" no sentido de produzirem símbolos que criam e reforçam identidades coletivas, solidariedade e concertação na ação coletiva.

Um dado relevante, que alteraria profundamente o quadro das lutas sindicais no Brasil, foi a "esquerdização" da Igreja Católica e sua crescente oposição ao regime militar. A aproximação do movimento sindical, com o movimento de bairro ou comunitários, por meio da Pastoral Operária e da Teologia da Libertação, foram ingredientes fundamentais para o crescimento e fortalecimento do sindicalismo brasileiro daquele período. Essa aproximação foi sacramentada no encontro de João Monlevarde, em fevereiro de 1980. Neste momento, foram colocadas demandas que diziam respeito ao domínio interno dos sindicatos, como o contrato coletivo de trabalho, o fim da restrição ao direito de greve, a negociação entre empregados e trabalhadores

[112] O termo "sindicatos oficiais" é usado para se referir àqueles sindicatos que eram reconhecidos pela justiça do trabalho e que, portanto, tinha autorização legal para funcionar e representar os trabalhadores de uma determinada categoria.

sem intermediação do Estado (Rodrigues L. M., 1991). Neste encontro, surge o embrião da ideia para a formação de uma futura organização intersindical.

Em julho do mesmo ano, um novo encontro em São Bernardo radicalizava as demandas por acesso à terra e criticava o foco excessivo na luta parlamentar da oposição oficial ao regime. Pela primeira vez, falava-se da necessidade de um partido político "capaz de contribuir para a libertação das classes populares". Os sindicalistas passaram a trabalhar, neste momento, com o conceito de "movimento popular", seguindo na mesma direção dos planos da Igreja Católica. (Rodrigues L. M., 1991, p. 20)

No ano seguinte, no mês de junho, realizou-se um encontro em Vitória, no Espírito Santo, do qual emergiram propostas como a realização de uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a realização de greves gerais, a garantia de estabilidade no emprego, o fim da estrutura sindical e a formação de uma central única de trabalhadores. (Rodrigues L. M., 1991)

Um ano mais tarde, seria realizado o IV ANAMPOS, o Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais. Neste encontro, o número de participantes chegou a 113, vindos de 19 estados diferentes e foi firmada a ideia de construir a CUT pela base e com participação "orgânica" dos movimentos populares[113] (Rodrigues L. M., 1991).

Assim, Rodrigues (1991) resume as quatro principais tendências presente no movimento sindical às vésperas da realização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadores (I CONCLAT), em 1981, da seguinte forma:

Em primeiro lugar, havia a chamada Unidade Sindical (US), com sindicatos próximos aos partidos comunistas (PCB e PCdoB) e ao MR-8. Essa tendência colocava-se contra a formação do PT e a favor da aproximação com o PMDB e com outros setores sociais a fim de garantir a transição democrática. O intuito maior era evitar o confronto direto com os militares, o que, na avaliação deste grupo, poderia retardar o processo de abertura política em curso. Assim, rejeitavam a ideia de uma greve geral e, por estarem na direção de diversos sindicatos oficiais, posicionavam-se contra a

[113] É preciso destacar que a articulação entre os movimentos populares não sindicais e o movimento popular nunca foi fácil, prova disso está na participação mais reduzida dos demais movimento populares na CUT.

Convenção 87 da OIT, que previa ampla liberdade sindical com a possibilidade de criação de mais de um sindicato por categoria profissional.

> Para a US, o sindicalismo era concebido basicamente como um instrumento de obtenção de melhoras para a classe trabalhadora a serem obtidas não apenas através da ação dos sindicatos mas também através da aliança com outras forças políticas democráticas (Rodrigues L. M., 1991, p. 28).

Em segundo lugar, estava presente neste momento o bloco dos sindicalistas "independentes" também denominados "autênticos" e, mais tarde, "combativos", que tinham em suas fileiras sindicalistas como Lula. Este grupo havia entrado em confronto direto com o mundo do trabalho e não estavam bem definidos política e ideologicamente. Suas principais reivindicações iam na direção de exigir mais espaço para as negociações e menos controle sobre os sindicatos (Rodrigues L. M., 1991).

Em terceiro lugar, havia as "oposições sindicais", que eram constituídas basicamente por sindicalistas que se encontravam na oposição às diretoriais consideradas "pelegas" ou acomodadas. Dessa forma, a composição deste grupo era bastante heterogênea, abarcando inclusive "facções obreiristas" radicais, que pregavam a ação direta e repudiavam a atuação parlamentar. De maneira geral, esta tendência defendia as comissões de fábrica e a organização de base dos trabalhadores, colocando a luta pela democracia representativa em segundo plano (Rodrigues L. M., 1991).

Finalmente, havia uma quarta corrente, de extrema esquerda e de viés leninista que fazia defesa de que a chegada ao socialismo se daria por meio da agudização do conflito social.

É dentro deste caldo ideológica, portanto, que ocorre a I CONCLAT, na cidade de Praia Grande, litoral paulista, em agosto de 1981, reunindo em um mesmo espaço todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro. A despeito das divergências apresentadas, formou-se, neste encontro, uma Comissão Pró-CUT. Contudo, os conflitos surgidos no interior desta comissão não permitiram a realização do Congresso previsto para 1982 e precipitaram a cisão interna da CONCLAT e, por conseqüência, no sindicalismo brasileiro.

Após o I CONCLAT, as divergências entre as duas principais correntes começaram a se aprofundar e permaneciam concentradas em dois pontos cruciais: a

questão da estrutura sindical, resumidas nos preceitos da Convenção 87 da OIT e a questão partidária, já que as lideranças mais próximas aos Partidos Comunistas e ao PMDB pregavam uma postura mais moderada por parte do movimento sindical e a manutenção de uma frente partidária única, com o intuito de não enfraquecer a oposição ao regime militar, enquanto os setores sindicais "autênticos" defendiam posição mais aguerrida como forma de não só assegurar a continuidade do processo em curso, mas principalmente abrir espaço para os trabalhadores interferirem mais fortemente no que consideravam ser um "pacto das elites", em curso naquele momento (Comin, 1994).

Na visão de Comin (1994), a questão da luta pela mudança e pela permanência da estrutura sindical brasileira no início dos anos 1980 está no cerne da divisão que marcaria o sindicalismo no Brasil nos próximos anos.

> A tensão provocada pela coexistência de impulsos inovados no plano da ação e da organização sindical e a persistência de inúmeros aspectos da velha estrutura corporativista marcaram o sindicalismo brasileiro na década de oitenta e estiveram na raíz das principais clivagens que levaram à sua divisão em dois grandes blocos. (Comin, 1994).

Em 1983, o bloco mais à esquerda do sindicalismo brasileiro convocou o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que também recebeu o nome de CONCLAT, que ocorre sem a participação da Unidade Sindical. Neste Congresso ficaria estabelecida a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em oposição, o bloco contrário fez seu próprio CONCLAT, ocorrido em novembro do mesmo ano e , em março de 1983, fundou a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). As reivindicações expostas pela CGT aproximavam-se em diversos pontos das reivindicações da CUT, mas possuíam um teor mais moderado. Além disso, diferenciavam-se fundamentalmente em dois pontos: a rejeição da Convenção 87 da OIT e a ausência de menção a realização de uma greve geral (Rodrigues L. M., 1991).

> Na CUT ficaram os sindicatos "combativos" (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicatos ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. (Rodrigues L. M., 1991, p. 35).

Apesar dessa divisão, é inegável que o sindicalismo brasileiro saiu fortalecido da primeira metade da década de 1980.

> Em resumo, entre 1978 e 1984, o sindicalismo brasileiro descreveu uma trajetória ascendente. A política de confrontação deu bons resultados e fez dele uma força social de importância indiscutível. Além de reforçar os laços de solidariedade e auto-identificação de um movimento social em construção, a estratégia alicerçada na mobilização grevista e na oposição sistemática ao governo teve impacto político inequívoco.

A partir de então, duas tendências principais passarão progressivamente a dominar a cena sindical brasileira. A oposição política no interior do sindicalismo vai mudando progressivamente, não se dando mais entre um novo sindicalismo emergente e o sindicalismo tradicional "que tinha na estrutura sindical e na disputa pela hegemonia no interior das esquerdas (particularmente entre os PCs o PT) dois pontos cruciais de clivagem" (Comin, 1994, p. 381). A nova linha divisória que seria claramente estabelecida no final dos anos 1980 oporia projetos de mudança social reformistas, socialista ou comunista em uma ponta e um sindicalismo mais próximo de plataformas neoliberais. De um lado, o chamado "novo sindicalismo", materializado na CUT e com uma postura mais combativa em relação ao governo e aos empresários e, de outro, o que viria a ser conhecido como "sindicalismo de resultados", liderado por Luis Antonio Medeiros e Rogério Magri, defensores de uma atitude mais pragmática, aberta às negociações com empresários e com o governo, de maneira a buscar a maximização dos ganhos imediatos para os trabalhadores. A seguir, buscaremos explorar, brevemente, a trajetória e os principais temas de ação e pensamento dessas correntes.

A CUT e o "novo sindicalismo"

O "novo sindicalismo" que se formava no início dos anos 1980 possuía, em seu interior, dois tipos de militantes sindicais: os sindicalistas "autênticos", que comportavam sindicalistas que ocupavam as direções de alguns sindicatos e estavam no poder segundo as regras vigentes, mas questionavam a intervenção do Estado nos sindicatos e a estrutura sindical; e as "oposições sindicais", militantes fora dos sindicatos oficiais que lutavam ou pelo fim da estrutura corporativista, de maneira que

fosse possível a criação de novos sindicatos autônomos, ou pela ascensão dentro da estrutura sindical existente, com o objetivo de renová-la por dentro (Cf. Cardoso, 1995).

Iram Jácome Rodrigues (1997) resume da seguinte maneira a convergência dessas duas principais tendências que se encontravam no interior da CUT no momento de sua fundação:

> De um lado, ativistas da Oposição Sindical que faziam parte de grupos de ideologia socialista vindas, na sua maioria, de tendências de esquerda e que procuraram, no final da década de 1960, mas principalmente no início dos anos 70, fazer um ajuste de contas com seu passado militante, tentando chegar às 'massas', seja através das atividades nos bairros, seja pela incursão no trabalhador de fábrica. De outro, um punhado de sindicalistas que construía sua crítica à estrutura sindical, às condições de vida e trabalho em que viviam ponderáveis parcelas das classes trabalhadoras, a partir das condições concretas da vida cotidiana, da prática [...]. Apesar de todas as diferenças entre esses dois padrões de ação sindical, aparentemente o que os aproxima em suas formas de atuação é a estreita relação com a Igreja Católica em ambas as correntes do movimento operário. (Rodrigues I. J., 1997, p. 80).

Como foi dito acima, a Igreja Católica funcionou nesta época como uma espécie de imã que uniu vários movimentos de base no país. Dessa forma, a atuação da Igreja, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), foi fundamental para a unidade da CUT, neste primeiro momento.

Contudo, a unidade interna da CUT advinha também de um elemento ideológico que estava, em parte, centrado na negação do apoliticismo e na auto-definição da Central com uma entidade que "luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social." Nesta definição mais "radical" dos objetivos da CUT, ela se diferenciava daqueles sindicatos que se negaram a participar de sua fundação (Lopes Neto & Giannotti 1993, p. 34).

O tripé que deu origem à CUT, formado pelos sindicalistas "autênticos", pelos militantes da ala progressista da Igreja Católica e por militantes de agrupamentos de esquerda (leninistas e/ou trotskistas) tinham em comum a rejeição ao capitalismo e às experiências socialistas do Leste Europeu; uma postura crítica à estrutura sindical corporativa, à intervenção estatal nas relações capital-trabalho e à burocratização das

organizações sindicais e a valorização das práticas voltadas para a organização e mobilização das bases na ação sindical (Comin, 1994).

No que concerne ao posicionamento em relação ao projeto de desenvolvimento econômico e de integração internacional da economia brasileira, a CUT, muito próxima ao PT e às propostas defendidas pela candidatura de Lula na eleição de 1989, defendia o fortalecimento das empresas nacionais, do mercado interno, a manutenção e o fortalecimento de empresas estatais e, em última instância, pregava a transição para o socialismo, embora não houvesse pleno consenso sobre este conceito. Em linhas gerais, sua postura se aproximava em muitos pontos, do que chamamos acima de "desenvolvimentismo distributivista", que ao longo dos anos 1980 teve muita força em setores do PMDB, mas também do PT[114].

Desde sua fundação até 1988, quando é realizado o III Congresso da CUT (IIIConcut), a nova Central vive um período de construção interna, no qual as greves foram um instrumento fundamental de redefinição das relações de trabalho no Brasil e de reconquista do espaço político por parte dos trabalhadores (Cf. Noronha, 1994). Durante a Nova República, as centrais sindicais recém-fundadas, buscaram se consolidar, ampliando suas bases e buscando legitimação perante a sociedade – o Estado e o empresariado – como representantes dos trabalhadores (Comin, 1994).

No III Concut, no entanto, diversos autores apontam o início de mudanças substanciais no interior da CUT que acabariam por alterar profundamente o pensamento e a forma de ação da central. Sem entrar, por enquanto, nas possíveis causas para estas mudanças, nem explorar suas consequências futuras, podemos seguir a análise de Leôncio Martins Rodrigues (1990, pp. 24-5), para quem, no Congresso de 1988, já era possível enxergar as opções que seriam tomadas pelas principais correntes da CUT:

> Focalizando as divergências à luz da prática e do tom do discurso, é visível que, no interior da tendência majoritária, forças poderosas a pressionavam em direção a uma linha de tipo social-democrata, tendendo a fazer da CUT uma central de sindicatos voltada para a obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior de uma economia de mercado.

[114] Maria Hermínia Tavares de Almeida (1996) aponta uma importante semelhança entre o conteúdo do documento lançado pelo PMDB em 1982 "Esperança e Mudança", que é reforçado por outro documento de 1984 e os documentos de fundação da CUT e a "Carta de Praia Grande", produzida no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

Assim, Rodrigues previa que, prevalecendo esta orientação, a CUT deveria ampliar o leque de alianças no campo político e fortalecer, no campo sindical, a orientação para a negociação e o diálogo com os setores empresariais.

No lado oposto, a oposição reunia correntes que tendiam a

> valorizar um sindicalismo de contestação, orientado para a afirmação da autonomia dos trabalhadores frente a outras forças políticas da sociedade, de rejeição do compromisso e de qualquer forma de participação e de aceitação de responsabilidades na gestão da economia e da sociedade. (Rodrigues L. M., 1990).

Assim, o III Concut pode ser visto como um marco que aponta tendências que poderiam ou não ser confirmadas de acordo com o desenrolar da conjuntura política nos anos seguintes. Apesar dessa postura supostamente mais aberta à negociação com empresários e com o governo e de posições ideológicas menos "radicais", a CUT continuou se opondo fortemente ao governo Sarney, negando qualquer possibilidade de sentar à mesa em torno de negociações por um "pacto social".

> Frente às iniciativas de pacto, a CUT assumiu uma postura belicosa, ressaltando, nos momentos em que comparecia, que não fazia com o objetivo de negociar, mas de apresentar suas reivindicações. (Comin, 1995).

Assim, será somente com a derrota de Lula em 1989 e a consequente ascensão de um governo com um discurso marcadamente neoliberal, que a CUT adotaria, na prática, aquilo que Leôncio Martins Rodrigues já via como tendência nos debates internos da central: uma postura mais flexível e posições ideológicas de caráter mais social-democratas.

Do nosso ponto de vista, o fortalecimento da principal corrente rival da CUT no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 traz consigo um ingrediente fundamental para explicar a nova fase na qual a principal central sindical do Brasil entrará a partir de então. É a história do chamado "sindicalismo de resultados" que buscaremos contar brevemente a seguir.

A oposição à CUT e o pragmatismo do sindicalismo se resultados

A CGT, fundada em 1983, havia sido formada por um conjunto bastante heterogêneo de tendências e, por isso, dificilmente teria condições de permanecer unida

por muito tempo. Com o recrudescimento das disputas internas na CGT ao longo dos anos 1980, Luis Antonio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), aliou-se a Rogério Magri, Presidente do Sindicato dos Eletricitários para formularem e propagarem uma nova forma de enxergar o movimento sindical, o "sindicalismo de resultados". Esta corrente ou fração do sindicalismo não tinha, em princípio, nenhuma institucionalidade específica, estava muito mais assentado na projeção de suas lideranças, e nascia, fundamentalmente, em oposição ao sindicalismo praticado pela CUT.

O SMSP constituiu-se sob a longa liderança de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, sob a égide de todos os dispositivos de controle legal estabelecidos pela estrutura corporativista[115]. Em agosto de 1986, Joaquinzão licenciou-se da presidência do SMSP para dedicar-se exclusivamente à Central Geral dos Trabalhadores e Medeiros assumiu, provisoriamente, seu lugar. Em seu ano como interino, Medeiros trouxe uma mudança substancial para o Sindicato ao aumentar fortemente o número de filiados, passando de 60 mil para 80 mil trabalhadores. Medeiros tinha um projeto claro que não estava mais relacionado ao assistencialismo sindical dos tempos de Joaquinzão, por isso, a ampliação da quantidade de trabalhadores filiados era fundamental, já que "o sindicato, agora, passaria a ser pensado como instrumento de organização e luta dos trabalhadores com um objetivos preciso: a redistribuição de renda nos limites do capitalismo" (Cardoso, 1995, p.155).

Medeiros não dependia mais do poder de reconhecimento legal dos sindicatos como meio de barganha, pois usaria a mobilização de grande quantidade de trabalhadores como mecanismo de pressão, tratava-se de "uma nova concepção de ação sindical, que combinava, em seu discurso, combatividade e mobilização, de um lado, com a assunção dos pressupostos do capitalismo, de outro."[116] (Cardoso, 1995, p.155).

Assim, logo após assumir efetivamente a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1987, Medeiros organizava seu discurso em torno de dois eixos principais: primeiro, a concepção do sindicalismo como um "fator de

[115] Joaquinzão soube aproveitar-se do assistencialismo sindical proporcionado pela estrutura corporativista para manter-se no comando do SMSP desde 1965.

[116] De fato, o aumento de greves sob comando de Medeiros foi muito maior do que o aumento médio conjuntural das greves em São Paulo. As greves sob Medeiros foram mais frequentes, com maior duração, mas com menos trabalhadores participando, o que é coerente com sua estratégia de avanço sobre pequenas e média empresas (Cf. Cardoso, 1995).

mercado", isto é, que deveria buscar unicamente melhores salários e condições de trabalho. Segundo essa concepção, os sindicatos não poderiam optar por ser ou não capitalistas, pois a própria ação sindical fortaleceria o capitalismo ao ampliar o mercado interno, havendo, assim, uma convergência de interesses entre o capital e o trabalho. Em segundo lugar, Medeiros pregava a apartidarização do movimento sindical, ou seja, a ausência de vínculos formais entre sindicatos e partidos políticos, já que a relação entre trabalhadores e empresários deveria ocorre na esfera do mercado. Trata-se de uma perspectiva que enxerga objetivos marcadamente distintos entre os partidos e os sindicatos, enquanto os primeiros buscariam a conquista do poder político, os segundos visariam a redistribuição da renda e a melhora das condições de trabalho. Esta mensagem de Medeiros objetivava, claramente, opor-se à CUT e sua relação como PT (Cardoso, 1995).

Dessa forma, a consequência direta dessa visão defendida por Medeiros é a crítica à intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho. Aproveitando-se de uma conjuntura, na qual os planos de estabilização econômica da segunda metade dos anos 1980 frequentemente estabeleciam reajustes salariais mais baixos do que a inflação passada, Medeiros defendia que o mercado e não o Estado deveria mediar a distribuição de ganhos.

Enquanto a CUT se recusava sistematicamente a participar das negociações em torno de um "pacto social" ao longo do governo Sarney, por entender que a política brasileira guardava ainda um caráter fortemente oligárquico e excludente e por enxergar limites à suas possibilidades de ação na estrutura do mercado de trabalho brasileiro e na estrutura sindical corporativa, o "sindicalismo de resultados" mostrava-se aberto ao diálogo com o governo e com os empresários.

> fossem ou não reais as intenções do governo e dos empresários de negociar um pacto social, ele só seria possível com os trabalhadores, de modo que tanto empresários como o governo Sarney careciam de interlocutores no meio sindical. [...] a enorme e rápida projeção do sindicalismo pragmático, a partir da eleição de Medeiros para o SMSP, deveu-se àquela carência, que encontrou nele seu objeto de consumo. Numa palavra, é no bojo da necessidade de respaldo social a políticas econômicas adversas aos trabalhadores que se deve entender a busca de interlocutores no meio sindical, especialmente após o fracasso do plano cruzado, tanto por parte do governo quanto de empresários. (Cardoso, 1995, p. 64).

Assim, segundo Cardoso, a necessidade de encontrar interlocutores no meio sindical que pudesse garantir legitimidade às políticas recessivas ou que provocassem queda real dos salários facilitou a ascensão deste modelo alternativo de sindicalismo que começava a surgir no Brasil. Mas, mais do que isso, a abertura que o governo e o empresariado deram para o sindicalismo de corte mais pragmático tinha também a perspectiva de enfraquecer ou diminuir o espaço que a CUT e seu sindicalismo mais combativo havia conquistado junto aos trabalhadores e na esfera pública em geral. Com o fim da ditadura militar e a impossibilidade de manter a repressão nos níveis anteriores, o sindicalismo brasileiro conquistou um espaço significativo nas disputas políticas, assim, empresários e governo não tinham outra opção que não permitir maior influência do setor sindical no âmbito institucional, mas procuraram fazer isso com um interlocutor mais dócil.

> Estado e empresários pareciam querer um agente coletivo capaz de barrar o crescimento da CUT, mas desde que esse agente fosse um aliado, alguém que compartilhasse do 'interesse geral' hegemônico. (Cardoso, 1995, p. 97).

Em 1986, diante do sucesso inicial do Plano Cruzado em termos de apoio popular, enquanto o sindicalismo do ABC demonstrava dificuldades em manter o mesmo nível de mobilização e mesmo de abrir canais de negociação devido à rigidez imposta aos preços, Medeiros encontrava o momento ideal para lançar sua proposta de ação sindical, com paralisações curtas e localizadas, aproveitando-sedo fato de empresários menos sujeitos ao controle de preços estavam pressionados pelo aumento da demanda (Noronha, 1994).

Dessa forma, lançadas as bases do "sindicalismo de resultados", Medeiros e Magri passam a dedicar-se ao objetivo de espalhar sua mensagem e angariar apoio político, não só no meio sindical, mas no meio empresarial e, principalmente, midiático. Entre setembro de 1987 e julho de 1988, os dois sindicalistas participaram de mais de três dezenas de congressos de imprensa.

> Medeiros discorria sobre o 'inchaço da máquina pública', sobre a 'ineficiência do setor produtivo estatal', sobre a vantagem comparativa da iniciativa privada como geradora de empregos, sobre a necessidade de entendimento entre empresários e trabalhadores à revelia e mesmo contra o governo, o que seria 'o verdadeiro pacto social'. (Cardoso, 1995, p. 43).

Assim, o "sindicalismo de resultados", principalmente na figura de Medeiros, que era quem se expressava na maior parte do tempo em seu nome, defendia o reforço do setor privado e a adoção de uma economia de mercado, com fortes críticas aos gastos do governo (DREIFUSS, 1989). Esta corrente, apesar de possuir menos densidade em suas posições ideológicas, sobretudo no campo econômico, trabalhava bem os elementos da *filosofia espontânea* do patrimonialismo do Estado brasileiro e aproveitava-se desses elementos para angariar apoio em suas bases e junto à sociedade em geral.

Paralelamente, a CGT ia se enfraquecendo progressivamente por conta de sua própria heterogeneidade. Em 1988, a derrota interna do grupo ligado ao PCdoB para o grupo de Magri e Medeiros fez com que aquele grupo fundasse a Corrente Sindical Classista (CSC) e aderisse à CUT. Em 1989, Magri venceu Joaquinzão nas eleições para a presidência da CGT. Joaquinzão era apoiado pelo PCB e pelo MR-8 e, com a derrota, fundam uma nova CGT, retomando o nome de Central Geral dos Trabalhadores[117]. Contudo, esta nova CGT já nascia enfraquecida, pois diversos sindicatos que eram influenciados pelo PCB aderiram à CUT neste momento.

> O esfacelamento da CGT, com a aproximação dos comunistas à CUT e a ascensão do sindicalismo de resultados, [...], marca no plano das centrais sindicais o declínio da polarização que opunha o novo sindicalismo do sindicalismo tradicional (representado pelas tradições comunista, nacionalista e assistencialista), e que tinha na estrutura sindical e na disputa pela hegemonia no interior das esquerdas (particularmente entre os PCs e o PT) dois pontos cruciais de clivagem. (Comin, 1995, p. 108).

Assim, a CGT de Magri e Medeiros estava bastante enfraquecida no início dos anos 1990. Por isso, em maio de 1991, é fundada a Força Sindical, que se pretendia "moderna, democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana, uma alternativa entre uma 'proposta conservadora' (que seria a das CGTs) e o 'radicalismo e partidarismo inconsequente' (que seriam os da CUT)." (Rodrigues L. M., 1991)

> Anticomunista e pragmático mas não apolítico [...], o 'sindicalismo de resultados', opunha-se ao 'sindicalismo de contestação' preconizado pela CUT – em lugar de grandes mobilizações e greves nacionais o

[117] Em 1988, a Central Geral dos Trabalhadores havia alterado seu nome para Confederação Geral dos Trabalhadores. Com a saída dos sindicalistas mencionados acima e a fundação da nova Central passam a existir duas CGTs, uma com nome de Central e a outra, de Confederação.

> ‘sindicalismo de resultados’ que se pretendia mais pragmático do que ideológico preferia as mobilizações de categorias e acordos isolados com empresas, colocando a negociação à frente das greves[118]. (Rodrigues L. M., 1991, p. 36).

O governo Collor e o sindicalismo

Antes de entrarmos propriamente no debate sobre a atuação dos sindicatos no período Collor, faz-se necessário uma explanação um pouco mais aprofundada da ação do governo e de suas figuras principais perante o sindicalismo. Para além do quadro já delineado anteriormente em suas linhas gerais da política econômica e mais especificamente da abertura comercial, nosso foco aqui estará nas ações simbólicas tomadas perante este importante sujeito da política nacional. Dessa forma, será possível obtermos uma visão geral a respeito do quadro político dentro do qual se dará a ação dos trabalhadores, aprofundando em alguns aspectos um quadro já esboçado anteriormente.

O período Collor é bastante difícil para o sindicalismo brasileiro, além da derrota eleitoral de Lula em 1989[119] e da crise internacional vivida pela esquerda devido à queda do socialismo no Leste Europeu, Collor implantou, desde os primeiros dias de seu governo, um programa econômico que, além de levar o Brasil a uma forte e prolongada recessão econômica, trazia no seu bojo a demissão de funcionários públicos – base cada vez mais significativa do sindicalismo, principalmente da CUT – e a ausência de abertura para negociação entre governo e trabalhadores.

Além disso, o governo Collor tomou medidas que ampliaram significativamente as divergências internas que já eram bastante proeminentes no interior do sindicalismo. Ciente da força política representada pelos sindicatos ligados a CUT – mais ainda após a expressiva votação do candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, nas eleições de 1989

[118] A questão tática para o movimento sindical em torno da realização de greves gerais ou greves por empresas é, na nossa visão, fundamental do ponto de vista das divergências políticas entre as duas correntes expostas acima do sindicalismo brasileiro e terão consequências políticas muito importantes, como será explorado mais adiante.

[119] Apesar de Medeiros e Magri terem apoiado formalmente a candidatura de Fernando Collor de Mello, a grande maioria dos trabalhadores apoiou e votou em Lula, em 1989. Além do massivo e evidente apoio do candidato do PT dentro da CUT, no congresso de fundação da Força Sindical, Lula foi o candidato mais citado pelos sindicalistas presentes como tendo sido sua escolha em 1989, aparecendo com 27,4% da preferência, contra apenas 14,7% de Collor (Rodrigues & Cardoso, 1993).

– e da necessidade de contornar sua resistência às reformas estruturais que planejava implantar, o Presidente Fernando Collor de Mello, fez uso de diferentes estratégias políticas para enfraquecer ou flexibilizar a posição desta fração da classe trabalhadora.

Assim como em sua relação com o empresariado, Collor fez largo uso de recursos simbólicos em seus atos junto à classe trabalhadora. A estratégia de Collor era demonstrar publicamente com quais frações da classe trabalhadora seu governo estaria disposto a dialogar e negociar e qual tipo de comportamento era esperado destas frações. Em suma, o objetivo maior de Collor era enfraquecer o tipo de sindicalismo defendido pela CUT, fortalecendo, com isso, o "sindicalismo de resultado", menos combativo, mais pragmático e que havia apoiado sua eleição por meio de suas principais lideranças.

Assim, Collor nomeou Rogério Magri como Ministro do Trabalho e da Previdência Social, numa tentativa de aproximação com setores do sindicalismo que pudesse ajudar a conquistar apoio a seu governo junto aos trabalhadores (ISTOÉ/SENHOR, 21/02/1990)[120].

> Desde o princípio de seu governo, ao nomear o Ministro do Trabalho Antônio R. Magri, à época principal aliado de Medeiros e feroz opositor da CUT, Collor deixara claro que pretendia promover as lideranças emergentes do sindicalismo de resultados como seus principais interlocutores no meio sindical.

Como já foi dito, Collor enquadrava os sindicatos e suas principais lideranças dentro de uma ideia mais geral de "elites". Aquelas, que foram duramente criticadas em sua campanha presidencial, e seriam, segundo o discurso do Presidente, os responsáveis pela persistência da miséria e da situação de atraso do Brasil. Contudo, Collor diferenciava, dentro dessa "elite" aqueles grupos que tinham um comportamento prejudicial ao país, ou, para usar uma expressão mais próxima do que ele costumava adotar, os grupos anacrônicos ou atrasados.

> Do lado dos trabalhadores, são aqueles líderes sindicais com um discurso anacrônico, inteiramente dissociado do real interesse do trabalhador. Dizem que o Estado tem que ser o responsável, tem que tomar conta. E ao mesmo tempo não prezam pela eficiência da aplicação dos recursos do Estado nas áreas por eles dominadas. Esse

[120] Não deixa de ser irônico que uma corrente sindical que se auto-declarava "apartidária" e sem pretensões de fazer política pela via institucional, tenha uma de suas principais lideranças ocupando um posto chave no governo federal. Essa ironia foi bem captada pela manchete da revista Istoé/Senhor, quando da escolha de Magri: "O sindicalismo deu resultado" (ISTOÉ/SENHOR, 21/02/1990).

> discurso dessa elite do sindicalismo brasileiro é tão cínico quanto o discurso da outra ponta da linha, o discurso desse tipo de empresário. [...] o que eles estão pregando é algo diametralmente oposto ao que foi aprovado pela população e à delegação que tenho para fazer esse programa caminhar. (Collor de Mello, 1990b)[121]

O recado de Collor estava direcionado, indubitavelmente para o sindicalismo cutista, era a esta fração do sindicalismo que Collor queria associar o rótulo de atrasado, retrógrado, contrário à modernidade.

Dessa forma, além de diversos discursos, entrevistas ou pronunciamentos de Collor que buscavam transmitir a visão de que os trabalhadores poderiam escolher entre o caminho do atraso e o da modernidade, do passado e do futuro, da CUT e do sindicalismo de resultados, Collor tomou três atitudes concretas que colocar o sindicalismo-CUT em uma posição ainda mais defensiva.

A primeira delas, que já foi mencionada, foi a nomeação de Magri para o Ministério do Trabalho[122]. Esta atitude, apesar de não ter tido todos os efeitos esperados pelo governo[123], teve, no mínimo, o impacto dentro do movimento sindical de enfraquecer a CUT, que era vista até então como a mais legítima, devido a sua representatividade, e, portanto, a interlocutora natural do governo junto aos trabalhadores.

O segundo gesto de Collor ocorreu no fim de 1990 – situado no ponto de transição entre a primeira e a segunda fase do governo que estabelecemos acima – trata-se da tentativa de negociar um "entendimento nacional" junto a trabalhadores e empresários. A proposta do governo, mesmo com seus limites em termos de abertura real ao diálogo e ao que estava em negociação, serviu, mais uma vez, para colocar os setores mais combativos do sindicalismo em uma posição defensiva, pois, com as portas supostamente abertas pelo governo às propostas dos trabalhadores, aqueles que defendiam as mobilizações grevistas e a não participação no "entendimento" poderiam

[121] Esta citação já havia sido feita acima, no entanto, achei por bem repeti-la a fim de reforçar o argumento que vem sendo desenvolvido aqui.
[122] O Ministério do Trabalho, na época, também era responsável pelos temas previdenciários, o que, de certa forma, preocupava ainda mais os sindicalistas da CUT já que a reforma da previdência, com a possível perda de direitos por parte de setores relevantes da CUT, como o funcionalismo público, era um dos temas em questão.
[123] Segundo um entrevistado, membro da equipe econômica do governo neste período, a nomeação de Magri não facilitou o diálogo com os trabalhadores e teria mais atrapalhado do que ajudado o governo neste ponto.

ser facilmente acusados de estarem se colocando contra os interesses do país e de não desejarem realmente ver suas propostas debatidas.

É preciso esclarecer, porém, que a proposta do governo de negociar um "entendimento nacional" advinha também da necessidade de recuperar prestígio e a legitimidade, sobretudo entre os setores organizados da sociedade. A crise econômica que o país atravessava aumentava progressivamente a pressão destes setores junto ao governo em torno de medidas que pudessem amenizar os efeitos das medidas de combate à inflação.

Finalmente, a terceira e, no que concerne a este trabalhão, mais importante ação do governo Collor em sua relação com os trabalhadores situa-se na passagem da segunda para a terceira fase de seu governo, segundo nossa demarcação. Trata-se justamente das negociações em torno das câmaras setoriais. Este é o ponto sobre o qual nos deteremos mais cautelosamente, pois está diretamente relacionado com a questão da abertura comercial, além de ser o momento em que os trabalhadores tiveram uma participação mais ativa, ao longo de todo o governo Collor.

O sindicalismo e o governo Collor

A resposta do sindicalismo brasileiro às ações simbólicas e concretas tomadas pelo governo Collor não deixaram de ser repletas de contradições. De um lado, o "sindicalismo de resultados", que se dizia apolítico e livre das paixões partidárias, aceitou, por meio de uma de suas principais lideranças, um cargo chave no governo Collor[124]. Atitude essa que, se por um lado, pode ter evidenciado essa contradição entre o discurso e a prática dessas lideranças sindicais, por outro lado, teve um indubitável impacto de fortalecer esta corrente sindical ao dar maio destaque e legitimidade a seus lideres.

Magri assumiu o Ministério prometendo buscar um entendimento com os empresários e com todas as centrais sindicais, inclusive a CUT, e mantinha seu discurso, agora dotado de caráter oficial, de que não compactuaria com greves políticas, palavras

[124] Como já foi dito anteriormente, Antonio Rogerio Magri, até então presidente do Sindicato dos Eletricitários, aceitou o cargo de Ministro do Trabalho e da Previdência Social, ao que tudo indica, com a benção de Luis Antonio Medeiros.

essas que, sem dúvida, viriam a calhar bem junto aos interesses do governo (POLI, 2004).

Por parte da CUT, a reação à escolha de Collor não poderia ser diferente. Enquanto o empresariado teve uma reação amplamente favorável, com declarações públicas de apoio por parte da CNI, do Sindicato dos Bancos, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, da FIESP, da Associação Comercial de São Paulo, entre outras entidades empresariais; a CUT afirmava, por meio de seu então Presidente Jair Menegueli, que a escolha de Magri era uma "declaração de guerra" **(**Istoé/Senhor, 21/02/1990). Do mesmo modo, Vicente Paulo da Silva, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Diadema, base do sindicalismo cutista afirmava que "a postura de Collor ao indicar Magri é de confronto." (POLI, 2004).

Neste período inicial do governo Collor, a CUT mantinha seu discurso de que não negociaria um pacto ou um entendimento nacional com empresários e com o governo, postura que foi reforçada pela contrariedade da central na escolha do Ministro do Trabalho. Contudo, transcorrido menos de um mês do início do governo Collor e de sua tentativa de combate à inflação por meio do congelamento de preços e salários e do confisco de aplicações financeiras, os efeitos da recessão já eram sentidos pelas lideranças sindicais. Em 18 de março de 1990, Jair Meneguell, então presidente da Central Única dos Trabalhadores, afirmava que estava difícil organizar os trabalhadores para uma greve devido à situação de crise econômica, já que os sindicalistas temiam as demissões (POLI, 2004). Assim, a recessão na qual o Brasil estava mergulhado, e que se aprofundaria nos meses seguintes, começava a dar sinais de que a tática de mobilização dos trabalhadores para a realização de grandes greves seria ainda mais complexa do que fora em anos anteriores.

Dessa forma, os trabalhadores organizados buscaram abrir algumas brechas para o diálogo junto ao setor empresarial, principalmente junto àquela fração do empresariado industrial que compartilhava algumas de suas visões como a defesa do fortalecimento do mercado interno e de algumas garantias legais aos trabalhadores. Ao longo do mês de abril de 1990, lideranças da CUT, da CGT e até mesmo Medeiros, procuraram unir esforços com o PNBE com o intuito de flexibilizar alguns dos pontos do Plano Collor e propor alternativas à política recessiva do governo (POLI, 2004). O

governo aceitou formar uma comissão tripartite para acompanhar as perdas salariais, mas a irredutibilidade deste nas negociações fez com que a comissão não avançasse.

A situação se agravara, tanto para o governo que via a permanência das altas taxas de inflação, apesar da recessão econômica e a consequente perda de apoio popular, quanto para os sindicatos, que viam suas bases se desmobilizarem diante da conjuntura recessiva e do aumento do desemprego. Com isso, em agosto de 1990, o governo passou a aventar com a possibilidade de negociar um entendimento entre governo, trabalhadores e empresários.

Em princípio, o setor sindical se mostrava refratário a esta possibilidade, sobretudo após a edição da Medida Provisória 211[125], que continha um dispositivo que autorizava empresas em situação financeira difícil a recorrer a Justiça do trabalho para não pagar a reposição salarial a seus empregados na data-base da categoria profissional[126] (POLI, 2004). Os sindicatos viram nessa medida um claro sinal de que as reposições não seriam pagas, ao menos enquanto houvesse possibilidade de contestação na justiça por parte das empresas, já que estas poderiam alegar as próprias dificuldades advindas do confisco do Plano Collor e da conjuntura recessiva para não pagá-las. Assim, qualquer possibilidade de negociação com o governo passou a ser atrelada à revogação dessa medida.

Desse modo, em 4 de setembro de 1990, Bernardo Cabral, então Ministro da Justiça, reuniu-se com o Presidente Fernando Collor de Mello e, em seguida, anunciou a decisão do governo de revogar o parágrafo único do artigo 1 da medida provisória 211,

---

[125] Para piorar a situação entre governo e trabalhadores, o Ministro do Trabalho Antonio Rogério Magri assumiu a autoria do referido dispositivo da MP 211. Até mesmo Luiz Antonio Medeiros criticou a medida e incitou os trabalhadores a se mobilizarem para derrubá-la. Apesar disso, Medeiros seguia criticando as táticas da CUT e dizia que a questão salarial deveria ser colocada à frente da questão política.

[126] Este dispositivo constava no parágrafo único do artigo primeiro da Medida Provisória 211 de 24 de agosto de 1990, conforme segue:

Art. 1º Será assegurada a garantia do Salário Efetivo a todo trabalhador, na primeira data-base respectiva, após o término do prazo de vigência estabelecido no último acordo, convenção ou sentença normativa de dissídio coletivo de trabalho.

Parágrafo único. É lícito ao empregador, em caso de força maior, prejuízos ou situação econômico-financeira que ponha em risco o empreendimento, argüir na Justiça do Trabalho a inviabilidade de atender ao disposto no caput, ficando suspensa a garantia do Salário Efetivo até a decisão de última instância.

alem do artigo 11, que não permitia que as empresas concedessem mais de dois aumentos salariais ao ano[127].

A partir de então, a CUT entraria em um jogo de pressões internas e externas – advindas da opinião pública, do governo e de outras correntes sindicais – em torno da questão de aderir ou não ao "entendimento nacional" proposto pelo governo federal.

Em Plenária Nacional, realizada em agosto de 1990, a proposta de participar de um pacto social havia sido rejeitada pela CUT e aprovada uma pauta de 13 reivindicações que deveria ser encaminhada para o governo. Contudo, no início de setembro de 1990, algumas lideranças cutistas começaram a sinalizar com a possibilidade de participar das negociações propostas pelo governo. Jair Meneguelli, então presidente da entidade, afirmava que havia chegado "a fase de não dizer apenas não" e que a Central teria que "continuar dizendo não, mas também dizer sim a certas coisas" (POLI, 2005). Gilmar Carneiro dos Santos, então secretário-geral da CUT, afirmava que a Central jamais assinaria algum pacto social "por uma questão de principio", mas poderia vir a participar das negociações propostas pelo governo. Carneiro dos Santos admitia que a decisão de participar das discussões sobre o pacto não era consensual na central, justificando esse fato como algo natural decorrente da democracia interna da entidade.

Em meados do mês de setembro, a CUT seguia vacilante em relação a sua participação nas discussões do entendimento nacional e buscava ganhar tempo a fim de construir um consenso maior em suas bases. Segundo Meneguelli, a grande barreira que os sindicalistas enxergavam para a não entrada no pacto estava na falta de abertura do governo à alteração de pontos fundamentais de seu programa econômico, que, na visão dos trabalhadores, estaria provocando a recessão.

Em 12 de setembro, Vicente Paulo da Silva – o Vicentinho – então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema informava que, o sindicato aprovara a participação na comissão tripartite proposta pelo governo e justificava: "Entendemos que num momento como este é burrice não conversar. (...) Empresários e governo tem um comportamento em comum ao sentar a mesa de

[127] Em mais um gesto simbólico com o intuito de fortalecer interlocutores estratégico para o governo, Cabral afirmou que a medida foi tomada em consideração a um pedido de Medeiros.

negociação, que é o de dar a corda para que nós trabalhadores nos enforquemos. Mas se é para conversar, tudo bem. Conversamos ate com o diabo". Vicentinho defendia que a Central Única dos Trabalhadores deveria participar do pacto até o ponto em que ele não trouxesse prejuízos aos assalariados. Além disso, ele alegava que, mesmo com a participação da CUT no pacto, os movimentos pela reposição de perdas salariais não deveria ser interrompido.

No dia seguinte, era a vez do então deputado federal e ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva defender a participação da CUT nas reuniões do pacto social. Lula enxergava na participação da CUT a possibilidade de o movimento sindical demonstrar para a sociedade os descaminhos do governo Collor e pautar os pontos que considerava essenciais no debate público, como as questões salariais e relacionadas à Previdência Social.

A esta altura, Jair Meneguelli ainda se mostrava reticente em relação à participação da CUT nas negociações como governo. Ao mesmo tempo, Collor buscava dar sinais de que a participação da CUT no pacto era fundamental para seu sucesso. Neste sentido, o então Presidente recebeu Jacob Bittar, prefeito de Campinas pelo PT, com o intuito de demonstrar boa vontade para com as demandas dos trabalhadores e abertura ao diálogo. Meneguelli afirmava que via nesta atitude de Collor o reconhecimento de que sem a participação da CUT não haveria pacto e que Medeiros certamente teria participação nesta mudança de atitude de Collor, pois não gostaria de entrar sozinho para um entendimento. No mesmo sentido, o Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antonio Rogério Magri, declarava que a participação da CUT nas negociações do pacto era imprescindível.

No dia 19 de setembro, Meneguelli se encontraria com Collor, após perceber, a partir de uma avaliação interna, que a maioria dos sindicalistas cutistas era favorável à participação da Central nas negociações do pacto social. Meneguelli sairia satisfeito ao ouvir de Collor que não haveria restrições à priori às pautas da CUT nem pré-condições para sua participação no entendimento. No dia seguinte, a Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores decidiria, por oito votos contra seis, participar das negociações em torno do pacto social, levando como pontos centrais para a negociação as questões salariais. Este comportamento da CUT, que representava uma grande

mudança em relação à atitude adotada nos anos 1980, tinha como pano de fundo, segundo Lopes Neto e Giannotti (1993), uma visão bastante difundida dentro da CUT no início dos anos 1990, de que o Brasil era um barco afundando e que todos deveriam tentar salvá-lo, por isso, o sindicalismo deveria procurar adotar uma postura mais propositiva e participante.

Ainda em setembro, ocorreria a primeira reunião informal que detalharia questões de funcionamento do entendimento. Nesta reunião, apenas a CGT fez-se presente enquanto representante dos trabalhadores. Ficou definido que as negociações ocorreriam em uma comissão central e em outras seis subcomissões: modernização das relações entre trabalhadores e empresários; combate a pobreza; educação; especialização da economia; infra-estrutura e assuntos emergenciais[128].

No início de dezembro, ocorreu uma primeira tentativa de encaminhamento de propostas de consenso no entendimento nacional. Contudo, no dia 10 de dezembro, a CUT se retirava do pacto após o governo oferecer um abono de 3% em janeiro de 1991 para trabalhadores que recebiam ate dez salários mínimos, excluídos funcionários públicos, aposentados e pensionistas[129].

Os temas discutidos neste breve período entre setembro e dezembro de 1990 pouco tiveram a ver com o tema mais imediato deste trabalho. Além disso, seus resultados práticos foram praticamente nulos em termos de políticas públicas aplicadas. Contudo, nosso interesse nesta experiência advém do fato de ter sido a primeira tentativa de negociação do governo Collor envolvendo trabalhadores e empresários. Especialmente, interessa-nos a mudança de postura da CUT em relação a sua adesão a este tipo de fórum, por tantas vezes demonizado pela entidade no passado. Isso mostrava uma relativa ruptura com o passado – ruptura que já vinha se desenhando desde os anos finais da década de 1980 – na medida em que a pela primeira vez em sua história, a CUT aceitou a possibilidade de negociação ao invés de manter a postura mais dura e combativa adotada nos anos 1980. Dessa forma, a participação da Central no

[128] Nessa reunião, ficou também estabelecido que estariam representados, além da própria CGT, a União Sindical Independente (USI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalurgicos (CNTM), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Industria (CNTI), a Confederação Nacional dos Servidores Publicos do Brasil (CSPB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).
[129] A reivindicação da CUT era de uma reposição salarial da ordem de 493%.

entendimento nacional apontava que a entidade estaria mais disposta a negociar em futuras oportunidades.

Conforme anotou uma revista na época, a proposta do governo de negociação de um entendimento nacional teve como principal resultado a divisão interna da CUT (ISTOÉ/SENHOR, 26/09/90) entre aqueles que defendiam a manutenção de uma postura combativa e de oposição mais radical ao governo e aqueles que viam possibilidades de avanço nas pautas dos trabalhadores caso estes aceitassem sentar à mesa com governo e empresários e negociar saídas para a crise econômica que o país atravessava.

Com o fracasso do pacto social e a edição de um novo plano econômico pelo governo, que incluía novo congelamento de preços e salários, a relação entre o governo e os sindicatos ficaria ainda mais estremecida.

Paralelamente, Medeiros trabalhava arduamente nas articulações políticas para a fundação de uma nova central sindical com força suficiente para rivalizar com a CUT e que encarnaria os princípios do sindicalismo de resultados. As articulações para a formação da nova central teve início em outubro de 1990, quando foi formada uma comissão com 19 membros para organizar a entidade. Medeiros seguia defendendo os mesmos princípios que o destacaram nos anos 1980 e dizia que a central que seria fundada seria de centro-esquerda, sem radicalismos de esquerda e com total independência. Contudo, seu discurso em relação ao governo Collor, pelo menos no que tange à política salarial, começava a ser um pouco mais crítico, afirmando que aquela política desalinhava os salários e aprofundava as perdas de algumas categorias. Com isso, ele passou a defender ardorosamente a prefixação dos salários como forma de estancar as perdas dos trabalhadores (POLI, 2005).

O Congresso de fundação da Força Sindical teria sido marcado pela ausência de debates ideológicos e políticos, revelando uma grande diferença em relação ao que ocorria na CUT. Ao mesmo tempo, a Força Sindical seria politicamente mais heterogênea, apesar de socialmente mais homogênea do que a CUT, o que estaria expresso nas diferentes preferências partidárias (Rodrigues e Cardoso, 1993)[130].

[130] Enquanto na CUT a grande maioria dos delegados sindicais declarava preferência pelo PT, na Força Sindical o PT seguia majoritário, com 17,7% da preferência, mas era seguido de perto pelo PMDB (16,9%), pelo PDT (16,6%) e pelo PSDB (13,5%).

Cumpre notar que a grande maioria dos delegados presentes na fundação da nova central (88,5%) defendia que a greve deveria ser o último recurso na luta dos trabalhadores por seus direitos e que a negociação direta com os empresários, sem interferência da Justiça do Trabalho ou do governo seria mais favorável aos trabalhadores (Rodrigues & Cardoso, 1993). Na avaliação dos autores, além da postura tradicionalmente defendida pelo sindicalismo de resultados de um sindicalismo mais negociador, a forma de luta advogada pela Força Sindical devia-se, em grande parte, ao momento político em que se dava seu surgimento, no qual a crise econômica, a recessão e o aumento do desemprego formavam condições desfavoráveis para o sindicalismo de confrontação. Assim, a Força Sindical nascia agarrada à bandeira da "modernidade" – bandeira fortemente defendida por Collor desde o período eleitoral – em contraposição à defesa do "socialismo" da CUT e do "corporativismo" da CGT (Rodrigues & Cardoso, 1993).

A relação entre o governo e os sindicatos só começaria a ser alterada com a entrada de Dorothea Werneck na Secretaria Nacional de Economia[131], que levaria como seu secretário adjunto Antonio Maciel Neto[132]. Em setembro de 1991, Dorothea Werneck já afirmava que as Câmaras Setoriais não discutiriam mais preços, o que vinha sendo articulado desde junho, com a pretensão de ampliar seu escopo para discutir política industrial (Arbix, 1995). Em dezembro, a Secretária inaugurava o que o próprio governo denominou "segunda fase das câmaras setoriais", quando elas foram dotadas de um caráter menos focado na discussão de reajustes de preços e salários, para concentrar-se mais na questão da política industrial propriamente dita (POLI, 2005).

A participação dos trabalhadores neste período foi ainda mais intensa, com destaque para a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema[133], na grande São Paulo, região que fora o berço do novo sindicalismo e que

[131] Dorothea Werneck é escolhida Secretária Nacional de Economia em 14 de maio de 1991.

[132] Antonio Maciel Neto, que fora formado nos quadros da Petrobrás e havia participado dos debates da "integração competitiva" junto ao BNDES, trabalhava, até então, no Departamento de Indústria e Comércio Exterior juntamente com Luis Paulo Velloso Lucas. Dorothea Werneck, que havia sido Ministra do Trabalho no governo Sarney e, por isso, desfrutava de bom trânsito no meio sindical, acabara de perder a eleição para o governo de Minas Gerais como vice na chapa de Pimenta da Veiga. Ela era funcionária de carreira do IPEA e havia se aproximado do governo primeiramente de maneira informal como consultora, justamente com o intuito de trazer os trabalhadores para as discussões de política industrial.

[133] Por não caber dentro do corte aqui proposto não nos debruçaremos sobre todos os acordos e negociações ocorridos nas câmaras setoriais. Nosso foco estará naquele que foi o acordo mais importante

ainda abrigava parte fundamental da base e das principais lideranças da CUT. Alguns fatos contribuíram de forma crucial a adoção de uma postura mais negociadora por parte dos trabalhadores do ABC. O mais importante deles foi o anúncio do fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, em meados de 1991.

Em agosto de 1991, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, então presidente do Sindicato Metalúrgicos São Bernardo do Campo e Diadema, encontrou-se com a Secretária Dorothea Werneck com o objetivo de reivindicar o apoio do governo contra o fechamento da fábrica da Ford, mas não obteve resposta. Neste momento, Vicentinho já apontava para a necessidade de o movimento sindical entrar a fundo no debate da política industrial, não se limitando às negociações salariais e afirmava "Ou o movimento sindical se aprimora ou ele afunda" (POLI, 2005). Entre os dias 4 e 26 de setembro seguiu-se uma greve entre os metalúrgicos da região, também com o intuito de pressionar a direção da empresa a mudar seus planos. A greve, porém, não produziu nenhum resultado alentador para os trabalhadores.

Diante da falta de perspectivas de sucesso na negociação com os executivos da Ford no Brasil, Vicentinho decidiu partir para uma tentativa de estabelecer uma negociação direta com a matriz, nos Estados Unidos. Uma comitiva integrada por representantes dos trabalhadores da Ford, da prefeitura de São Bernardo e de assessores técnicos seguiu para Detroit e Washington na esperança de alterar os planos da montadora americana em relação à unidade brasileira[134].

Segundo Glauco Arbix (1995), essa viagem teria sido determinante no comportamento do sindicato, pois teria dado aos sindicalistas uma visão de conjunto sobre problemas do sindicalismo, ao revelar, por um lado, os limites da possibilidade de uma articulação solidária, sobretudo com o sindicalismo americano, uma vez que estes estavam envolvidos e preocupados com seus próprios empregos que vinham sendo destruídos pela concorrência das montadoras asiáticas [135] e, por outro lado, ao

---

em temos políticos, econômicos e simbólicos: o acordo das montadoras na câmara setorial automotiva. Contudo, não temos a pretensão de esgotar a análise de todos os aspectos deste acordo, algo que estaria fora do escopo deste trabalho. O objetivo aqui é compreender as negociações em torno do novo regime automotivo como parte do processo de abertura comercial, por isso, apenas alguns aspectos mais relevantes serão destacados.

[134] A viagem ocorreu na segunda metade de novembro de 1991.

[135] A visão da situação vivida por Detroit, onde diversas montadoras de automóveis haviam fechado suas plantas devido à forte competição oferecida por japoneses e coreanos, por parte dos trabalhadores

demonstrar a falta de competitividade da indústria automobilística brasileira diante do cenário de globalização e abertura do mercado nacional. Mais importante ainda, foi a percepção de que a organização e a mobilização não eram mais suficientes para a conquista de direitos, os trabalhadores do ABC paulista perceberam que outros meios precisavam ser adotados na luta pela manutenção e melhora de suas condições de vida. Finalmente, a viagem serviu para abrir uma porta de diálogo formal entre o sindicato e o governo brasileiro, estabelecida por meio do Embaixador brasileiro em Washington, Rubens Ricupero que articulou a aproximação com o Ministério da Economia.

No dia 11 de dezembro de 1991, a Secretaria Dorothea Werneck presidiu reunião da câmara setorial automobilística, contando com a presença de Vicentinho, Jacy Mendonça, da Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), representantes das montadoras (Ford, Volkswagen, Fiat, GM, Mercedez e Scania) além de fabricantes de auto-peças importadores de automóveis, revendedores e outros representantes dos trabalhadores. Nesta reunião, tinha início a discussão sobre a possibilidade de se reduzir os preços dos automóveis, de modo que se tornassem mais competitivos no mercado exterior.

Ficou estabelecido que a câmara seria dividida em cinco grupos de trabalho (GTs): mercado interno; aumento das exportações; modernização tecnológica; qualidade e produtividade; carga tributária e desburocratização; e novos investimentos (Arbix, 1995). Os GTs foram coordenados pelas entidades representativas da sociedade civil: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Sindipeças, Fenebrave, Abeiva, Sindiforja, Abifa e ANIP e, nos dias 25 e 26 de março de 1992, tendo a Secretaria Nacional de Economia à frente, foram apresentados os resultados dos GTs. Ao longo de todo esse processo de debates, discussões e negociações, que perdurou de dezembro de 1991 a março de 1992, o foco esteve na busca de um diagnóstico comum sobre o setor capaz de sustentar propostas que permitissem sua recuperação (Arbix, 1995).

O diagnóstico alcançado apontou seis pontos fundamentais que deveriam ser cuidados para evitar o aprofundamento da crise no setor. Em primeiro lugar, estava a

---

brasileiros, acendeu um sinal de alerta para que o sindicalismo brasileiro usasse de todos os meios possíveis para evitar que o mesmo ocorresse no Brasil.

constatação do atraso tecnológico da indústria brasileira. Em segundo, o esgotamento do modelo protecionista. Estes dois primeiros pontos estavam diretamente ligados ao terceiro, o baixo padrão de competitividade no mercado internacional e ao seguinte, a vulnerabilidade do setor diante da redução acelerada das alíquotas de importação. Em quinto lugar, situava-se a preocupação com a excessiva carga tributária que recaía sobre o setor e, finalmente, apontou-se para a inadequação do mix da produção direcionada para o mercado interno, que estava voltada para atender o consumidor de alto poder aquisitivo (Arbix, 1995).

Analisando apenas o diagnóstico pronto é possível termos a falsa impressão de uma grande convergência entre governo, sindicatos de trabalhadores e associações empresariais. Contudo, os antagonismos entre eles eram grandes e os acordos só foram possíveis graças a intensos processos de negociação. Segundo um alto membro do governo no período[136], três pilares foram fundamentais para o sucesso das câmaras setoriais: a articulação política realizada com atores que possuíam credibilidade entre seus pares e junto aos demais atores envolvidos; a junção de todos os envolvidos em uma mesma mesa de negociação; e a realização de estudos aprofundados e bastante completos que alimentavam as negociações.

A contribuição dos trabalhadores organizados foi fundamental no diagnóstico alcançado pela câmara setorial da indústria automobilística. A preocupação constante externada pelos sindicalistas nas negociações estava centrada no fortalecimento do mercado interno, o que era exposto pela proposta de alteração do mix de produção, voltando-a para produtos básicos e condicionando incentivos às exportações ao aumento da produção destinada ao mercado interno[137]. No campo do comércio exterior,

> Os pontos mais importantes apresentados pelos sindicatos de trabalhadores indicavam os contornos de uma política protecionista para o setor: (1) o primeiro deles exigia a interrupção imediata da abertura indiscriminada das importações que estava sendo efetivada pelo governo federal; (2) definia uma política de cotas de importação relacionadas à produção e às vendas, inspirada em experiências instituídas em todos os países produtores; (3) vedava a importação de veículos usados (Arbix, 1995, p. 188).

[136] Entrevista concedida ao autor em 29/08/2011.

[137] Este tipo de reivindicação tem suas raízes no que chamamos acima de "desenvolvimentismo distributivista", que procurava ponderar os incentivos do Estado à produção por meio da ampliação e fortalecimento do poder de consumo da própria população brasileira.

Por outro lado, no que tocava a estrutura do mercado interno e da produção que deveria alimentá-lo

> Os sindicatos propuseram a redução escalonada dos tributos de acordo com dois critérios – potência do motor e faixa de preço. A lógica sindical, nesse caso, voltava-se para a produção de veículos populares (Arbix, 1995, p. 198).

O acordo alcançado pelos metalúrgicos do ABC na câmara setorial do setor automobilístico teve um inegável impacto sobre a atuação e organização dos próprios trabalhadores. Segundo Arbix (1995), no Congresso dos Metalúrgicos do ABC realizado entre setembro e novembro de 1993, poucos ainda contestavam com veemência a participação dos sindicatos nas câmaras setoriais. A defesa dos diretores em favor da participação nas câmaras envolvia três argumentos principais: o triunfo sobre Medeiros, já que nenhuma outra categoria conseguira acordos tão expressivos como o conquistado junto à câmara automobilística; a mudança na linha de atuação da CUT, sobre a qual as câmaras teriam papel fundamental, tornando-a mais adequada para funcionar na linha de um ”sindicalismo cidadão”; por fim, argumentava-se que se a CUT almejava uma sociedade mais justa, deveria estar pronta para formular propostas para todos os campos, começando pela política industrial.

Por fim, cumpre notar que, apesar da Força Sindical ter se firmado em oposição à CUT, com uma postura mais negociadora, nas câmaras setoriais, o papel de maior relevo coube justamente aos sindicatos ligados à CUT. No início do funcionamento das câmaras, a Força Sindical assumiu uma postura crítica, inclusive com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, ligado a esta central, recusando-se a assinar o 1° Acordo das Montadoras, fazendo-o apenas após o surgimento de resultados positivos par aos trabalhadores (Comin, 1995). Assim, ao mesmo tempo em que a CUT obtinha uma vitória política sobre sua principal rival no meio sindical, esta vitória vinha por meio dos métodos que eram, até pouco tempo antes, recusados pela Central Única dos Trabalhadores.

Mudança e permanência na ação sindical

Diante deste quadro, uma questão fundamental que se coloca é examinar mais afundo em que medida as posturas adotadas pelas correntes sindicais perante o governo e perante os empresários no início dos anos 1990 significava uma ruptura radical com o passado ou se, na verdade, tratava-se de algo já inscrito, seja na estrutura institucional em que os sindicatos estavam inseridos, seja nas escolhas que vinham sendo tomadas pelas principais correntes do sindicalismo brasileiro. Trata-se de um exercício fundamental para entendermos o peso da conjuntura e da estrutura sobre a ação dos trabalhadores no período que estamos estudando e as possibilidades de ação e consciência que estavam postas. Assim, faremos um panorama interpretativo sobre as mudanças e persistências no comportamento sindical no Brasil ao longo das décadas de 1980 e início dos 1990, com base nos principais autores se debruçaram sobre o tema.

Pelas próprias características das frações da classe trabalhadora organizada expostas acima, o foco principal das interpretações dos autores – que também será o deste trabalho – está nas mudanças ou continuidades no comportamento do sindicalismo cutista no início da década de 1990. A ação do sindicalismo de resultados e daquele sindicalismo mais tradicional consolidado na CGT terá papel secundário nesta análise já que seu papel político enquanto fração da classe trabalhadora organizada teve um papel muito mais de contraponto e oposição do que propriamente propositivo em termos de organização da ação da classe[138].

Na visão se Armando Boito Jr. (1996), apesar de ter ocorrido um afrouxamento no controle sobre os sindicatos ao longo dos anos 1980, isso não significaria uma crise na estrutura sindical, já que as transformações em curso não passariam de meras reformas, não significando a extinção da velha estrutura. Para ele, "o elemento essencial da estrutura sindical brasileira seria a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado" (Boito Jr., 1996, pp. 50-51), todas as demais relações que

[138] É preciso ficar claro que, na nossa interpretação, o sindicalismo de resultados e sua institucionalizaçao, primeiro na CGT e posteriormente na Força Sindical, teve papel fundamental na definição dos limites da ação e da consciência da classe trabalhadora, como tentamos demonstrar acima. Neste sentido, a ação da CUT nos parece muito mais reveladora dos limites impostos à atuação do sindicalismo brasileiro, já que era esta central que procurava com mais freqüência testar esses limites e não estreitá-los como parecia fazer o sindicalismo de resultados e o sindicalismo tradicional.

subordinam os sindicatos ao Estado dependeriam deste elemento. Assim, a representação sindical no Brasil seria uma "representação outorgada pelo Estado".

A outorga da representação pelo Estado, de forma exclusiva por meio da unicidade sindical, a contribuição sindical compulsória e a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa tornariam o sindicalismo oficial independente dos trabalhadores e dependente do Estado. Dessa forma, o governo teria certa margem de manobra para regular de forma mais rígida ou flexível a atividade sindical, dependendo da correlação de forças de cada momento histórico.

> Essa *estrutura sindical*, acompanhada dos *efeitos jurídicos tutelares* mais ou menos rígidos ou flexíveis, isto é, de um modelo ditatorial ou 'democrático' de controle do Estado sobre ou sindicatos oficiais, essa estrutura tem sido o espaço onde se desenvolve um tipo particular de sindicalismo, que nós denominamos *sindicalismo de Estado* (Boito Jr., 1996, p. 44, *grifos no original*).

Nesta visão, o que teria entrado em crise a partir de 1978 teria sido o modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado e não a estrutura sindical em si. Este modelo seria, segundo Boito Jr., dependente daquela estrutura, mas não poderia ser confundido com ela.

No entanto, apesar da composição dos sindicatos e das formas de luta nos novos movimentos, que surgiram a partir do final dos anos 1970, apresentarem diversas contradições em relação ao sindicalismo populista, as correntes mais fortes da CUT não teriam lutado contra os elementos essenciais da estrutura sindical. Faltaria, assim, um componente subjetivo para o desencadeamento de uma crise da estrutura sindical, já que não teria surgido nenhuma liderança que elegesse a destruição da estrutura sindical como objetivo de luta. Neste sentido, na visão de Boito Jr. (1996), as lideranças cutistas sofreriam uma "integração conflituosa" ao sindicalismo de Estado, sem nunca terem, de fato, agido para destruí-lo.

Assim, nesta perspectiva, a estrutura sindical imporia alguns limites à ação dos sindicatos, que acabariam por determinar a forma e o conteúdo da luta sindical. O primeiro destes limites estaria em "conter a luta sindical no terreno do interesse político da burguesia" e, com isso, o movimento sindical permaneceria separado da luta pelo socialismo. Em segundo lugar, o movimento sindical estaria fadado à submissão aos

interesses da fração ou frações que detenham a hegemonia política no interior do bloco de poder, com o controle da política de Estado, o que seria mais rígido em períodos ditatoriais. Por fim, a estrutura sindical debilitaria "a organização e a luta sindical em seu conjunto, enquanto luta estritamente reivindicativa por melhores salários e melhores condições de trabalho." (Boito Jr., 1996, p. 85).

Dessa forma, a ação dos sindicatos na década de 1990 estaria submetida e, portanto, limitada pela mesma estrutura que limitou o sindicalismo desde os anos 1930. Diante do fato de que não teria havido nenhum movimento com a intenção clara de destruir essa estrutura, todas as variações de postura dentro do movimento sindical não passariam de tentativas de reforma, mas sempre dentro dos limites impostos pela ordem burguesa. Sendo assim, a ação do sindicalismo ligado à CUT, do sindicalismo de resultados e do sindicalismo tradicional seriam apenas variações dentro do mesmo tom, assim como as aparentes mudanças de comportamento destas frações ao longo do tempo não representariam alterações significativas do ponto de vista da alteração da ordem estabelecida.

Com uma visão bastante similar, Lopes Neto e Giannotti (1993, p. 43) afirmam que à medida que a CUT não rompeu totalmente com a velha estrutura, ela teria criado uma prática sindical híbrida ambivalente. "pouco a pouco a força dos aparelhos sindicais começou a aparecer e a provocar um processo gradativo de burocratização e a diminuição do esforço democrático inicial".

Assim, mudanças na organização interna da Central teriam sido introduzidas pelo grupo majoritário que teriam minado a democracia interna, tais como a redução do peso das plenárias de base para escolha de delegados, a ocorrência de fraudes no número de filiados em vários sindicatos e a derrubada da norma de proporcionalidade qualificada na eleição da direção da Central[139].

Dessa forma, na visão tanto de Boito Jr. quanto de Lopes Neto e Giannotti, a estrutura sindical, mantida em seus elementos principais mesmo após a redemocratização do país, acabaria por determinar limites intransponíveis à ação dos

[139] A proporcionalidade qualificada garantia o direito de cada corrente interna da Central de escolher alternadamente os cargos que ocuparia na direção de acordo com sua votação, com a derrubada desta regra a corrente majoritária escolheria todos os principais cargos de direção, deixando os menos importantes para as correntes minoritárias.

sindicatos. A ação de uma Central mais reivindicativa e com posturas radicais seria algo de caráter eminentemente transitório do ponto de vista temporal enquanto esta estrutura não fosse profundamente modificada.

Por sua vez, Álvaro Comin (1995) também enxerga alguns obstáculos impostos às centrais sindicais pela estrutura sindical corporativa:

> O instituto da unicidade e do enquadramento sindical e toda a legislação subsidiária que se lhe seguiu outorgou aos sindicatos a prerrogativa de representação universal de suas categoriais (independentemente da aquiescência dos trabalhadores) e garantiu ao Estado o controle direto sobre a constituição e o funcionamento dos sindicatos. A Justiça do Trabalho, ao mesmo tempo em que internalizou no aparelho estatal o poder de resolução dos conflitos, confiscando a autonomia dos agentes organizados (capital e trabalho) e extraindo dos embates diretos no mercado a definição das formas de uso e remuneração da força de trabalho, desonerou os sindicatos da necessidade de mobilizar os trabalhadores para a consecução dos contratos coletivos. Finalmente, o imposto sindical garantiu aos sindicatos as condições de existência material de forma inteiramente independente de sua capacidade de arregimentação de filiados. (Comin, 1995, p. 4).

Segundo Comin, o monopólio da representação e o imposto sindical teriam dotado o sindicalismo de autoridade jurídica e recursos materiais para estabelecer contratos em nome de todos os trabalhadores sem necessidade de filiação voluntária e/ou aquiescência pela representação. Além disso, o poder normativo da Justiça do Trabalho desoneraria os sindicatos da necessidade de mobilizarem suas bases.

Mais ainda, Comin (1994, p. 362) afirma que as "normas rígidas e dispersivas de enquadramento sindical", que têm no município a unidade mínima de representação e adotam simultaneamente o setor econômico e a categoria profissional como critérios de divisão, teriam produzido "uma enorme pulverização da estrutura sindical no Brasil". Isso, aliado à unicidade e ao imposto sindical "favoreceu e favorece, quando não determina, um padrão de contratação extremamente atomizado". A fragilidade e a burocratização da estrutura vertical oficial a o poder de recurso à Justiça como forma de solução dos dissídios coletivos inibiriam "formas de contratação mais abrangentes, constituindo ainda hoje um forte entrave à negociação de estruturas de representação de interesses trabalhistas". Como consequência, os sindicatos teriam ficado dependentes do

Estado e independentes dos trabalhadores que deveriam representar, além de ter ocorrido uma grande pulverização dos sindicatos.

No entanto, Comin não enxerga uma continuidade absolta no comportamento dos sindicatos que jamais teriam contestado a estrutura a que estavam submetidos, tal como defende Boito Jr. Para ele, algumas alterações importantes teriam ocorrido no final dos anos 1980. Em primeiro lugar, a Constituição de 1988 teria liberalizado a ordem corporativa, apesar de ter mantido seus pilares básicos em convivência com princípios da liberdade sindical. Em segundo lugar, o governo central tornou-se o principal interlocutor dos sindicatos devido ao impacto negativo dos planos econômicos sobre os salários durante o governo Sarney. Finalmente, a eleição de 1989 colocou nova uma clivagem no interior do sindicalismo, pois as correntes mais à esquerda que compunham a CUT, o PCB, o PSB e aqueles ligados ao PDT se aproximaram de Lula, enquanto Medeiros e Magri apoiaram Collor.

Assim, seria possível apontar mudanças na postura da CUT em relação àquela adotada no início dos anos 1980, o que, por um lado, mostrava

> O novo quadro político e econômico precipitou mudanças que já vinham se esboçando na CUT desde 1988, e cujo sentido geral aponta para o reforço do caráter negocial da representação sindical e, consequentemente, para a valorização dos espaços institucionais de representação de interesses. (Comin, 1994, PP. 386-7).

A partir de seu III Congresso Nacional, em 1988, a CUT teria iniciado um processo de reestruturação organizacional com o propósito de adensar sua capacidade de representação. Exemplo disso seria a constituição de departamentos profissionais com o objetivo de dotar as instâncias da central de real poder de contratação coletiva e de unificação, seja das pautas, seja das formas de negociação. Com isso, a Central passaria a assumir crescentemente funções de representação organizacional que eram monopolizadas pelos sindicatos oficiais, saindo da exclusividade da representação política.

> Constituem sintomas importantes dessa mudança: a reorganização interna da central, a decisão de integrar conselhos tripartites de gestão de fundos públicos, a mudança de atitude em relação aos fóruns gerais de negociação tripartite e a gradual aceitação da central em participar das câmaras setoriais. (Comin, 1994, PP. 386-7).

Comin frisa que havia forte reticência por parte da CUT na participação das câmaras setoriais, mesmo entre o setor majoritário e que a Central só aderiu de fato às câmaras devido ao quadro de crise econômica com recessão e desemprego e com a grande repercussão do acordo das montadoras. Com isso, a CUT aprovou em Plenária Nacional, de julho de 1992, uma resolução favorável à participação de seus sindicatos nas câmaras setoriais.

> Esse conjunto de fatores – legitimação do núcleo central de poder político, agravamento sem paralelo da crise econômica e em particular do desemprego, combinado com processos de abertura comercial e privatização e, finalmente, a revitalização da dinâmica concorrencial no cenário sindical através da consolidação de uma nova central – é [...] fundamental para explicar as mudanças que se operam no comportamento da CUT nos anos noventa (Comin, 1994, p. 386).

Assim, para Comin, a participação nas câmaras setoriais marca um inflexão no padrão de ação CUT, que passa a ser mais negociador e menos conflitivo.

Dessa forma, Comin discorda da visão estruturalista de Boito Jr. que fixa-se na persistência da legalidade corporativa. Na visão de Comin, o sindicalismo brasileiro pós-1978 teria rompido com os antigos padrões de ação em diversos aspectos. Seguindo a linha proposta por Werneck Vianna, ele afirma que o novo sindicalismo, em seu nascedouro, teria operado uma inversão da lógica corporativa ao eleger o mercado e não a esfera pública como espaço privilegiado para a defesa de seus interesses e ao escolher os empresários e não o Estado como interlocutor. Mesmo a fundação do PT não representaria o abandono da ação no âmbito do mercado, mas resultaria de uma dupla ação com foco simultâneo no campo institucional e do Estado, de um lado, e na esfera do mercado, de outro (Comin, 1995). O Sindicalismo pós-1970 teria busca, então, colocar-se de forma autônoma perante o Estado e não submeter seus interesses aos "interesses nacionais", tal como ocorria no período varguista.

Em uma perspectiva menos institucional, Eduardo Noronha defende a tese de que a greve teria sido o "principal instrumento de redefinição das relações de trabalho no Brasil e de reconquista de um espaço político para os sindicatos" (Noronha, 1994).

Durante os anos 1980 e no início dos 1990, a greve teria tido, na visão de Noronha, um triplo significado: primeiramente, as greves teriam funcionado como

instrumento de reivindicação de questões relativas ao mundo do trabalho; em segundo lugar, elas também teriam sido um importante instrumento de reconstrução das organizações sindicais; por fim, as greves teriam servido para recolocar politicamente os trabalhadores perante os governos.

Com o advento do governo Collor, seria aberta uma nova fase para o movimento sindical. Na visão de Noronha, em 1990, teria ocorrido uma tentativa dos sindicatos do setor privado de repetir a estratégia de greves massivas e longas, cujo resultado teria sido o maior número de horas paradas desde 1979. Contudo, já em 1991, as soluções para os impasses foram mais rápidas, o que indicaria um recuo na estratégia de radicalização das negociações. Finalmente, em 1992, teria ocorrido uma forte redução no número de greves, coincidindo com o período de divulgação de denúncias e do impeachment de Collor.

Além disso, Noronha ressalta que o desemprego seria um fator inibidor das greves, já que as demissões, por parte do empresariado, e as greve, por parte dos trabalhadores, são as principais armas de luta. O recrudescimento da crise econômica, com o consequente aumento das demissões teriam levado a mudanças na estratégia sindical, dada a maior dificuldade de adesão às greves por parte dos trabalhadores. Em relação à questão salarial, o autor frisa que, apesar de este ter sido o principal tema das greves não seria possível estabelecer uma relação direita entre a flutuação salarial e a flutuação das greves.

Assim, Noronha enxerga na instabilidade político-institucional do processo de impeachment uma explicação para o recuo do movimento grevista, tal como ocorrera dez anos antes.

> Repetindo o comportamento do início da década de oitenta, frente às instabilidades do processo de transição política, mais uma vez o movimento sindical mostrou-se sensível e cauteloso frente à instabilidade político-institucional.

Dessa forma, tendo a flutuação do movimento grevista como parâmetro, Noronha identifica na instabilidade política e econômica o motivo central para o recuo do movimento sindical e, por consequência, a adoção de um padrão mais negociador pelo sindicalismo cutista.

Com foco específico sobre a história da CUT, Iram Jácome Rodrigues (1997), enxerga no III CONCUT, realizado em 1988, um marco na passagem do que ele chama de CUT-movimento para o que seria a CUT-organização, isto é:

> Iniciava-se realmente a implantação da CUT como estrutura verticalizada, administrativa, enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade.

Simbolicamente, este Congresso representaria o fim da fase de construção da CUT e refletia um momento em que se vislumbrava uma maior participação dos trabalhadores na esfera política, daí decorria a necessidade, segundo algumas lideranças, de se passar da negação para a proposição.

Assim, no IV CONCUT, realizado em setembro de 1991, diante da situação de crise econômica e política do sindicalismo mais combativo vivida pela vitória de Collor nas eleições presidenciais, somado ao fim do socialismo real, o processo de institucionalização teria sido acelerado, afastando progressivamente a direção e a base da Central.

> A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia. Essa questão não era nada acadêmica; ela se traduzia em decisões concretas de efeito imediato: sentar ou não nas reuniões do Entendimento Nacional, com governo e patrões? Apostar no aprofundamento da ingovernabilidade como defendia a tese da CUT pela Base, ou defender toda uma política de superação da crise, através da retomada do crescimento, com uma visão que apostava na possível distribuição de tenda, como era o enfoque da tese da Articulação?[140] (Rodrigues I. J., 1997, p. 183).

Neste sentido, Rodrigues (1997, p. 214) enxerga no perfil dos delegados do IV CONCUT[141] uma forte evidência deste processo de institucionalização da CUT, que estaria "na raiz da crise vivida por seu padrão de ação sindical, caracterizado [...] por

[140] A Articulação era a corrente majoritária dentro da CUT e a CUT pela Base era a segunda corrente mais expressiva.

[141] Segundo Rodrigues, a delegação do IV CONCUT era mais concentrada no sudeste do Brasil, mais velha, com maior escolaridade, com mais representantes de diretorias sindicais, com mais tempo de militância e de permanência nas diretorias, com mais delegados liberados do trabalho para a atividade sindical e menos rural.

uma concepção contratual, pragmática e institucional, expressão de uma ação sindical mais habituada á negociação"

Dessa forma, a CUT seguiria uma trajetória iniciada no III CONCUT, passaria pela participação no entendimento nacional e seria consolidada pela participação nas câmaras setoriais e, mais ainda, no acordo automobilístico que expressaria a clara "mudança de postura do sindicalismo-CUT" (RODRIGUES, I. J. 1993, p. 83). Assim, segundo Rodrigues, a celebração dos acordos no âmbito das câmaras setoriais revelariam dois aspectos centrais da nova conjuntura que estava sendo construída no Brasil. Em primeiro lugar, se fortalecia a idéia que a saída para a crise passaria pela construção de uma "parceria" entre patrões e empregados, isto é, pelo estabelecimento de uma política de concertação; em segundo lugar, ficava patente a mudança na estratégia sindical, que trocava o conflito pelo diálogo e pela negociação (RODRIGUES, I. J., 1993). Assim, a CUT estaria, segundo seus críticos internos, se aproximando cada vez mais da estratégia defendida pelos sindicalistas de resultados,

> onde a *racionalidade* técnica, o *pragmatismo* nas negociações e uma certa diminuição do nível de *conflituosidade* com os empresários e o governo apontam, aparentemente, para um novo padrão de ação sindical, onde a *confrontação* começa a dar lugar à *negociação*, tendendo em alguns casos, como na experiência das câmaras setoriais do setor automobilísticos, para uma certa forma de *parceria* entre capital e trabalho. Tal postura possivelmente terminará por diminuir, a médio prazo, a força do *ethos* socialista no seu interior. (RODRIGUES, I. J. 1993, p. 62, *destaques no original*).

Assim, na visão de Rodrigues, o processo de institucionalização da CUT, confirmado pelo perfil dos delegados presentes no IV CONCUT estaria "na raiz da crise vivida por seu padrão de ação sindical", abrindo espaço para uma "concepção contratual, pragmática e institucional, expressão de uma ação sindical mais habituada à negociação" (Rodrigues I. J., 1997, p. 214). Neste sentido, apesar da maioria dos delegados do IV CONCUT ser contra a participação no entendimento promovido pelo governo Collor, a ampla maioria achava que a Central deveria ter um projeto de política econômica e social que pudesse ser apresentado, debatido e disputado junto a empresários e ao governo.

Consciência e ação sindical: possibilidades e desafios na negociação da política industrial

Para além do que foi colocado acima, se quisermos entender as possibilidades de consciência e ação dos trabalhadores organizados neste período, é preciso analisarmos quais os caminhos foram aberto ao final do período em análise, que tipo de relação pode ser estabelecido entre as classes foi criada e delas perante o Estado. Assim, esta seção tem como objetivo compreender de forma mais ampla o sentido da ação sindical no período Collor a partir do processo de negociação da política industrial e de comércio exterior.

Essa participação deu-se sobretudo nas câmaras setoriais, mas não apenas, como procuramos demonstrar acima, pois este foi o principal espaço aberto à participação dos trabalhadores em torno da política industrial. Este processo já foi exposto em suas linhas gerais acima, o intuito agora será, então, compreender não apenas os caminhos trilhados pelo sindicalismo, mas também as janelas abertas a partir da ação dos trabalhadores neste período.

Para isso, a câmara do setor automobilístico é especialmente importante, pois como bem aponta Eli Diniz (1993a, p. 1-2), o acordo das montadoras simboliza o resultado mais acabado da atuação das câmaras setoriais: "Expressão máxima de suas virtudes e êxito, para alguns, ou de seus vícios e insucesso, para outros, tornou-se uma espécie de paradigma de uma nova forma de fazer política"

Enquanto, de um ponto de vista liberal, Gustavo Franco (1993) e Edward Amadeo (1993) criticavam a atuação das câmaras setoriais, pois afirmavam que se tratavam de mecanismos que privilegiavam determinados setores, capazes de se organizar nas câmaras, às custas da maior parte da população que pagaria a conta por meio de inflação ou outros impostos, sendo, portanto, um modelo concentrados de renda. Autores como Francisco de Oliveira, Glauco Arbix, Adalberto Cardoso e Álvaro Comin, enxergavam nas câmaras a possibilidade de rompimento com o antigo modelo corporativista nas relações entre capital e trabalho e deles com o Estado e vislumbravam mecanismos mais democráticos de formulação de políticas públicas.

Na visão de Oliveira (1993), o acordo das montadoras teria sido uma grande inovação nas relações capital-trabalho no Brasil

> O Acordo, exatamente em razão da história pregressa que o possibilitou, é uma forma extremamente nova e inovadora das e nas relações capital-trabalho no Brasil. Ele revela capacidades até então insuspeitadas em algumas das principais categorias sociais que compõem o elenco das modernas classes sociais brasileiras, para muito além do que a literatura costuma descrever e interpretar e do que o próprio discurso dessas mesmas categorias deixaria entrever. Para resumir, ele revela capacidade de comportamento estratégico, moldada, quase imposta, pelas fortes restrições da conjuntura, mas desenhada para ter efeitos estruturais. (Oliveira, 1993).

Para ele e para outros autores envolvidos no grupo de pesquisa do Cebrap[142], em torno do Acordo das Montadoras, as câmaras, teriam alterado a natureza do antagonismo entre as classes, tornando-o um "antagonismo convergente", que só teria sido possível devido à conjuntura fortemente recessiva que havia transformado a recessão no inimigo comum, fazendo com que, apesar da postura inicialmente defensiva, os atores transitaram para uma postura que denominaram "compreensiva". Por fim, os autores acreditavam que o acordo poderia se transportar para o plano da sociedade, "na forma de relações sociais modernas, de uma nova contratualidade, de novas relações entre o público e o privado, de uma nova sociabilidade". (Oliveira, 1993)

Contudo, o aspecto que queremos analisar nesta seção, está focada nas consequências e possibilidades abertas pelas câmaras setoriais em relação à consciência e à ação dos sindicatos. Neste sentido, Glauco Arbix (1995), que também via com otimismo os acordos gerados nas câmaras, já que entendia que estes indicavam "a abertura de um novo momento na história das relações trabalhistas e industriais do complexo automobilístico", defende que as relações entre Estado, empresários e trabalhadores estariam sendo estabelecida em um nível meso-corporativo[143].

Arbix segue a tipificação de Alan Cawson, que define três níveis de organização de interesses na sociedade e do próprio Estado. Em primeiro lugar, estaria o nível *macro*, no qual ocorreria uma negociação tripartite entre Estado e as organizações de cúpula mais importantes dos trabalhadores e do capital. Por outro lado, em um nível *meso*¸

142

143 Arbix fazia questão de frisar a diferença entre *corporativismo*, visto historicamente no Brasil como algo negativo no qual os grupos apenas lutam pela preservação de seus interesses nem sempre legítimos, e o que ele chama de *corporatismo*, no qual as relações de intercâmbio entre grupos de interesse e o Estado se dão por meio de mecanismos institucionais em espaços quase-públicos numa sociedade democrática. Com isso, ele busca retirar o peso negativo carregado sobre o modelo de organização das classes no Brasil.

tomariam parte das negociações as organizações preocupadas em defender interesses específicos de um setor ou profissões. Por fim, no nível *micro*, as relações seriam mais atomizadas, como, por exemplo, na relação de uma empresa privada específica com o Estado.

> Podemos dizer que nos arranjos meso-corporatistas, predominaram os interesses específicos dos setores representados, diferentemente do macro-corporatismo, que realça os contrastes entre as classes, mesmo quando o objetivo é a celebração de acordos cooperativos. (Arbix, 1995, p. 161).

Segundo Arbix, a emergência do meso-corporatismo no Brasil não teria vindo de um alteração moral dos sindicatos envolvidos, teria sido resultado da escolha de uma parcela dos trabalhadores que utilizou seu poder político e econômico, consolidado em mais de uma década de movimento sindical autêntico, na negociação de benefícios para um setor ameaçado de sobrevivência.

Por fim, Arbix anota um importante produto das negociações e acordos da câmara setorial da indústria: as greves e manifestações foram deslocadas para o âmbito das fábricas.

> Depois da assinatura do primeiro acordo, a única mobilização de conjunto dos metalúrgicos do ABC, com greve geral, ocorreria em setembro de 1994. Desse ponto de vista, é sensível a redução dos conflitos que, na região, adquiriram, rapidamente, feições políticas. (Arbix, 1995, p. 240).

Assim, Glauco Arbix (1995) aponta mudanças em dois sentidos nos sindicatos cutistas: por um lado, haveria um delineamento de uma estratégia participativa no interior das fábricas e, por outro, os sindicatos estariam abraçando de forma mais intensa a luta institucional por reformas democráticas do capitalismo, ampliando sua participação na defesa de políticas públicas.

Em suma, Arbix defende que a construção dos acordos nas câmaras setoriais teria sido fruto do estabelecimento de um arranjo *meso-corporatista* no Brasil, no qual a negociação se daria no nível de interesses setoriais e não interesses gerais de classe, mas, tampouco, de interesses individualizados. Com isso, Arbix busca opor-se à visão historicamente construída a respeito do sindicalismo brasileiro, que enxerga apenas

interesses corporativos e excludentes em relação a outros grupos sociais. No quadro desenhado por Arbix, os interesses, apesar de setoriais, são compatíveis de acomodação inter e intra classes.

A análise de Arbix traz grandes contribuições para o tema sobre o qual está debruçado este trabalho, contudo, ela parte de uma perspectiva essencialmente institucionalista. Partir da ação sindical nas câmaras setoriais é lago que mostrou-se necessário, principalmente na perspectiva deste trabalho, que tem como o processo de abertura comercial. É preciso, porém, encontrarmos uma perspectiva de análise que demonstre as possibilidades que foram abertas a partir dos acordos das câmaras setoriais e após o processo de abertura da economia, mas que vá além dos fóruns institucionais.

Nesse sentido, em um campo diametralmente oposto situa-se me uma vertente marxista, que procura entender as relações entre a luta econômica das classes com a luta política no contexto das disputas entre as classes sociais.

Ricardo Antunes (1991) é quem melhor desenvolve esta perspectiva. Segundo este autor, Marx entendia a luta sindical como uma luta contra os efeitos e não contra as causas do sistema de salários. Assim, enquanto o sindicalismo de resultados defendia greves por empresas e, portanto, de cunho estritamente econômico, o novo sindicalismo tinha uma ação com outro caráter, mais abrangente e mais política. Na visão de Antunes (1991), as greves no Brasil, principalmente ao longo dos anos 1980, tiveram como eixo principal "a luta contra a superexploração do trabalho e, em particular, contra a crescente degradação salarial a que estão submetidos os trabalhadores assalariados em nosso país." (Antunes, 1991, p. 32). Sendo assim, a luta contra os efeitos econômicos do capitalismo no Brasil acabaria por atacar o próprio cerne do desenvolvimento capitalista no país.

> Este é outro traço distintivo de nossas lutas sociais: como as greves ao reivindicarem melhores salários, fim do arrocho e da superexploração, tocam no pilar que fundamenta a política econômica vigente, em especial na sua especificação salarial, esta luta econômica acaba assumindo uma forma de confronto político [...] Confronto à política econômica, à superestrutura político-institucional que obstruía (até a Constituição de 1988) a ação grevista, e que também tolhia a ação grevista dos sindicatos. (Antunes, 1991, p. 35).

Dessa forma, as greves nos anos 1980, mesmo que tendo a questão dos salários como foco central, transcenderiam a ação meramente salarial. “Isso porque, em suas ações reivindicatórias, feriam, em alguma medida, um dos pilares fundantes do capitalismo brasileiro, dado pela política salarial arrochante” (Antunes, 1991, p. 36).

Assim, Antunes (1991, p. 80) enxerga no movimento sindical cutista dos anos 1980 um mescla de causalidade econômica, no seu desencadeamento, com uma significação política, no seu desdobramento imediato: “Econômica na sua causação, política na sua significação mais profunda”. Para ele, “a particularidade do confronto no capitalismo brasileiro politiza, imediatamente, mesmo quando a luta é de motivação predominantemente econômica”.

Seguindo esta matriz teórica para analisar o período que interessa a este estudo, pode-se notar uma certa separação entre as esferas política e econômica ao longo do governo Collor. Com os acordos firmados nas câmaras setoriais, há uma clara preocupação com os aspectos econômicos das disputas entre os grupos. Mais do que isso, a luta por emprego e melhores salários por parte do sindicalismo não ataca mais o cerne do modelo de desenvolvimento brasileiro, ao contrário, trata-se de buscar saídas em que o avanço do capitalismo e o aumento dos salários e do nível de vida dos trabalhadores sejam compatibilizados. Por fim, é preciso destacar algo que já foi dito acima, após os acordos na câmara setorial da indústria automobilística as greves mobilizadoras de todas as categorias viraram exceção, passando a predominar greves por empresas, isto é, de cunho mais econômico do que político.

Do mesmo modo que a perspectiva apresentada por Glauco Arbix, mas por motivos bastante distintos, essa visão que opõe a luta política e a econômica abre alguns canais a serem explorados do ponto de vista que estamos trabalhando, contudo, ambas mostram-se insuficientes para entendermos o período em questão. A primeira, por estar demasiadamente focada no arranjo político-institucional estabelecido e explorar pouco as relações entre os grupos e classes sociais fora deste fórum. Por outro lado, a perspectiva apresentada por Antunes, ao estreitar a análise apenas à oposição luta político e luta econômica acaba, como o próprio Antunes demonstra, não sendo capaz de compreender a complexidade da realidade concreta, sobretudo no caso do

capitalismo periférico brasileiro e da conjuntura histórica que se vivia no momento em que a transição política entrelaçava-se com a transição do modelo econômico.

A perspectiva da qual parte este trabalho está focada nas possibilidades de consciência e ação a que estão submetidos os trabalhadores organizados, ao longo do governo Collor. Desse modo, parece-nos mais adequado interpretarmos a ação das classes a partir da análise gramsciana, já exposta acima, que identifica três momentos ou graus de consciência coletiva na relação entre as forças políticas[144].

Dentro desta perspectiva, podemos dizer que, no decorrer do governo Collor, as possibilidades de consciência dos trabalhadores organizados transitaram entre os três níveis de consciência de acordo com a conjuntura política e econômica e as opções políticas tomadas pelas distintas frações da classe trabalhadora. Enquanto o sindicalismo de resultados sempre esteve preso ao nível econômico-corporativo e orgulhava-se dessa sua postura auto-intitulada "apolítica", o sindicalismo cutista transitou em diversos momentos entre os três graus da consciência definidos pro Gramsci. O crescimento do novo sindicalismo ao longo dos anos 1980, a transição política vivida pelo país com a formulação de uma nova constituição, a realização das primeiras eleições diretas para Presidência da República em mais de 25 anos, todos esses fatores contribuíam para o fortalecimento de uma consciência mais próxima de englobar toda a classe trabalhadora, assim como a formação de um Partido dos Trabalhadores que disputou com grandes chances de vitória as eleições de 1989.

No início do governo Collor, a situação para o sindicalismo complicou-se, sobretudo devido ao recrudescimento da recessão econômica. Com o advento da tentativa de negociação de um entendimento nacional entre as classes, apesar da resistência por parte de setores da CUT em tomar parte no fórum por acreditar que ao participar das negociações estariam legitimando o governo sem grandes perspectivas de ganhos para os trabalhadores, o fato das negociações ocorrerem entre as organizações de cúpula dos trabalhadores, isto é, as centrais sindicais e não os sindicatos de cada

[144] Como já foi exposto na introdução deste trabalho, cabe apenas recordar que os três graus de consciência colocados por Gramsci são: 1) *econômico-corporativo*, em que a homogeneidade se daria apenas dentro de grupos profissionais sem atingir a classe como um todo; 2) *solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social*, mas ainda restrito ao campo econômico; e, 3) quando a classe adquiriria a consciência de que os *interesses de classe superam o círculo corporativo do grupo econômico* e devem ser interesses de outros grupos subordinados, momento este em que uma classe social passa a pleitear uma posição hegemônica na sociedade.

categoria, abria espaço para a articulação da ação e da consciência dos trabalhadores no nível da classe, com a possibilidade de formulação de um projeto que poderia transcender o nível econômico. Contudo, como foi apontado acima, as negociações neste fórum pouco prosperaram e os próprios trabalhadores não foram capazes de articular um projeto político e econômico que envolvesse toda a classe após a vitória de Collor em 1989[145]. A presença fortalecida do sindicalismo de resultados, respaldada pelas ações do governo, contribuiu indubitavelmente para dificultar esta articulação. Além disso, a conjuntura econômica havia se complexificado com o início do processo de privatizações, da abertura comercial e da demissão em massa de servidores públicos e da iniciativa privada.

Com as negociações nas câmaras setoriais a questão altera-se profundamente. A relação entre as classes toma outro corpo quando trabalhadores, empresários e o Estado aceitam sentar-se à mesa para negociar ajustes e mudanças nos principais setores da economia. O sindicalismo brasileiro vivia sua pior crise desde o fim da década de 1970. Como bem aponta Noronha (1994), a dificuldade de mobilização dos trabalhadores crescia progressivamente diante do quadro de instabilidade política e econômica, o que fazia com que as greves, sobretudo aquelas de maior impacto e abrangência, fossem cada vez mais raras. A negociação de acordos pontuais colocava-se como uma necessidade e não mais uma opção. A partir deste ponto, as possibilidades de consciência dos trabalhadores organizados dificilmente transcenderiam o nível econômico, alternando-se entre o nível econômico-corporativo e uma solidariedade mais ampliada entre os membros de um grupo social. Mesmo com a formulação e apresentação de propostas concretas nas mesas de negociação por parte dos sindicatos, essas propostas estavam sempre focadas na solução de problemas específicos de um setor econômico, dada a própria natureza das câmaras.

***

O período Collor, e mais especificamente o processo de abertura comercial instaurando durante este governo, trouxe mudanças brutais para o sindicalismo

[145] O programa apresentado pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989 é provavelmente o que mais se aproxima de um projeto da classe trabalhadora para o país. Contudo, este programa não estava mais em condições de ser discutido em espaços institucionais uma vez que ele havia sido derrotado pelo projeto defendido por Collor.

brasileiro. O novo sindicalismo, nascido nas greves do ABC no fim dos anos 1970 como um movimento eminentemente político, cresceu fortemente ao longo dos anos 1980 e foi capaz de articular propostas concretas e programas políticos factíveis de serem pleiteados junto à sociedade brasileira. Contudo, uma série de fatores que vão desde o fortalecimento de seu principal rival no meio sindical – o sindicalismo de resultados – passam pela prolongada crise econômica e pelas reformas liberais implantadas por Collor e culminam nas questões simbólicas presentes naquele momento, colocaram o sindicalismo em uma posição defensiva.

De um lado, Collor adotava uma postura de apoio político ao sindicalismo de resultado por meio de suas principais lideranças – Luis Antonio Medeiros e Rogério Magri – o que fortalecia, do ponto de vista simbólico e político, a visão mais pragmática e menos confrontacionista do sindicalismo; de outro, a recessão e a instabilidade econômica agravadas pelo aumento da competição externa. Tudo isso somado estreitava as possibilidade de consciência e ação por parte do sindicalismo brasileiro.

Desse modo, a articulação dos trabalhadores com os demais sujeitos sociais em espaços de negociação como as câmaras setoriais foi resultado de escolhas de setores do sindicalismo a partir de um leque cada vez menor de possibilidades. Assim, as relações entre os sujeitos não poderia ser entendida apenas no âmbito dos níveis distintos de corporatismo, nem a partir da separação simples e estanque entre a luta econômica e a luta política. A atuação dos trabalhadores organizados no período é melhor compreendida ao notarmos que a fração mais próxima ao sindicalismo cutista caminhou, ao longo do período em análise, de uma consciência próxima à construção de uma solidariedade de interesses entre os membros da classe e o nível econômico corporativo, enquanto o sindicalismo de resultados nunca objetivou ir além de seus interesses corporativos mais imediatos.

No ponto áureo da participação sindical na formulação da política industrial, isto é, nas câmaras setoriais essas correntes não deixaram de ter um comportamento dúbio. O sindicalismo de resultados opôs-se, no princípio, às câmaras, enquanto grande parte dos sindicatos cutistas aderiu e foi peça-chave nas articulações das negociações. Curiosamente, o sindicalismo de resultados, ganhava certa força simbólica com os acordos firmados, uma vez que sua premissa, de que capital e trabalho deveriam apontar

no mesmo sentido, ou seja, no sentido do fortalecimento do capitalismo para que todos pudessem extrair o máximo de seus frutos, mostrava-se mais concreta perante a realidade. O sindicalismo ligado à CUT, por sua vez, ganhava mais em termos materiais, pois seus sindicatos, com destaque para os Metalúrgicos do ABC, foram artífices de importantes acordos. Porém, esta conquista se dava nas bases em que foi construído o sindicalismo de resultados, ou seja, o novo sindicalismo vencia, mas dentro do modelo do sindicalismo de resultados.

Dessa forma, os trabalhadores organizados demonstravam que não tinham condições de liderar um novo modelo de desenvolvimento, mas deixavam claro também que não aceitariam a imposição de um novo pacto hegemônico que não considerasse seus interesses econômico-corporativos. Os trabalhadores haviam perdido seu poder de mobilização massiva, mas não haviam deixado de ser um ator social relevante no momento de construção de um novo arranjo sócio-político hegemônico.

Considerações Finais

Uma dissertação de mestrado termina deixando uma permanente sensação de trabalho inacabado. Além disso, diante da complexidade e da natureza do objeto analisado neste estudo seria demasiado pretensioso querer tecer alguma conclusão mais definitiva a seu respeito. Assim, buscaremos a seguir esboçar apenas algumas considerações relevantes a fim de amarrar o que foi apresentado anteriormente.

O objetivo primordial deste trabalho foi estudar o comportamento dos principais sujeitos sociais envolvidos na formulação e articulação da política industrial e de comércio exterior do governo Collor. Esta política tinha como cerne o processo de abertura comercial, mas trazia também uma série de medidas que buscavam estimular a competitividade das empresas brasileiras e, mais importante ainda, apresentava diversos canais e fóruns para o debate e a negociação das medidas econômicas envolvidas. Diante da própria natureza do objeto em questão, limitamos nossa análise à atuação de empresários do meio industrial e trabalhadores organizados nos mais diversos sindicatos e centrais sindicais.

Após uma apresentação da política em si e de seus mecanismos de acomodação e compensação, abordamos o debate ideológico em torno do modelo de desenvolvimento econômico que deveria ser adotado no Brasil, segundo autores das principais correntes presentes no cenário brasileiro. A relação entre essas ideias e os sujeitos sociais que lhe dão suporte foi sendo desvendada com o decorrer do trabalho.

Assim, os capítulos 3 e 4 dedicaram-se, respectivamente, a analisar empresários industriais e trabalhadores organizados dentro de seus limites e possibilidades de ação. Cumpre ressaltar que, a hipótese que permeou todo o desenvolvimento deste trabalho esteve centrada na ruptura do antigo arranjo desenvolvimentista e, consequentemente em uma crise de hegemonia que permaneceu ao logo de todo o período analisado.

Assim, o entendimento do período Collor e do processo de abertura comercial que aqui foi apresentado deve se dar não apenas em termos de seus resultados imediatos e mais tangíveis. Mas deve ter como pano de fundo permanente, as possibilidades abertas e encerradas em termos de consciência e ação para os principais sujeitos sociais envolvidos. A compreensão das relações entre as classes e delas com o Estado só ganha

sentido se for posta em articulação permanente com as estruturas que justamente delimitam essas possibilidades.

Dessa forma, o empresariado industrial saía do processo de abertura comercial, por um lado, enfraquecido por sua nítida incapacidade de formulação de um projeto com condições de estabelecer sua hegemonia perante as demais classes e grupos sociais. O consenso geral do período apontava para o esgotamento do antigo modelo nacional-desenvolvimentista e a necessidade de formular-se uma nova estratégia de desenvolvimento. Contudo, os industriais não foram capazes de apresentar um modelo que lhes garantisse a liderança neste processo e que galvanizasse o apoio de grupos subalternos.

Por outro lado, os empresários brasileiros foram capazes de rearticular alguns consensos presentes na sociedade brasileira e de ressignificar uma filosofia espontânea construída nos anos anteriores: a tese do patrimonialismo do Estado brasileiro. Esta tese que, a princípio, atacava também setores do empresariado, foi reinterpretada por diversos atores sociais e passou a definir o Estado como vilão fundamental e os empresários como vítimas. Além disso, os industriais foram capazes, no período em questão, de demonstrar sua força material ao assegurar, ao menos em alguns setores mais organizados, ganhos e compensações às políticas de abertura e desregulamentação que estava em curso.

Desse modo, o balanço final do período Collor, no que concerne à situação de classe do empresariado, aponta para o estabelecimento de limites dentro dos quais o empresariado aceitaria se submeter a um novo arranjo político-social hegemônico, isto é, com garantias de ganhos setoriais. Mas, mais importante ainda para os caminhos que poderiam ser tomados na construção deste novo arranjo estava esta a reconstrução da figura do empresário como vítima de uma ação excessiva do Estado e modelo de comportamento a ser seguido.

Por sua vez, no que tange aos trabalhadores sindicalizados, outra contradição também é evidente, pois ao mesmo tempo em que eles se mostravam fortes politicamente ao se colocaram como atores necessariamente envolvidos no processo de negociação da política industrial, davam claros sinais de que sua capacidade de mobilização estava arrefecida.

O sindicalismo ligado à CUT e com raízes nas grandes mobilizações da década de 1980 não tinha mais as mesmas condições materiais e simbólicas de arregimentar grandes massas em torno de greves gerais e com conteúdo político mais evidente. A recessão econômica e o desemprego, para a qual contribuiu em certa medida o processo de abertura comercial, a instabilidade política e o fortalecimento simbólico do sindicalismo de resultados limitaram as possibilidades de consciência e ação dos sindicatos ao campo meramente econômico-corporativo.

Dessa forma, a incorporação dos sindicatos em um novo pacto hegemônico passava a ser possível desde que fossem inseridas neste novo arranjo suas demandas em termos setoriais. O período Collor afasta, pelo menos por um bom período, qualquer possibilidade de construção de um pacto hegemônico sob liderança dos trabalhadores organizados.

Assim, o sentido mais geral do processo que analisamos está relacionado ao estabelecimento de condições mínimas dentro das quais empresários industriais e trabalhadores organizados aceitariam submeter-se a um novo modelo de desenvolvimento econômico.

A riqueza de um período como este em que são reacomodadas e rearticuladas as preferências e prioridades está justamente em sua dinamicidade e na dificuldade de encontramos respostas únicas e definitivas. Diante do escopo estabelecido por este trabalho tivemos que nos limitar às possibilidades abertas pelo processo em questão, a ação dos sujeitos a partir daí, suas escolhas definições dentro deste novo contexto formado não cabe neste trabalho.

Bibliografia

Alves, G. (2000). Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política , 15*.

Amadeo, E. (10 de junho de 1993). Entre hereges e crstãos novos. *Folha de S. Paulo* , pp. 1-3.

Anderson, P. (1999). Câmaras setoriais: histórico e acordos firmados - 1991/95. *IPEA - Texto para Discussão n° 667* .

Antunes, R. (1991). *O novo sindicalismo.* São Paulo: Editora Brasil Urgente.

Arbix, G. (1995). *Uma Aposta no Futuro. os três primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística e a emergência do meso-corporatismo no Brasil.* Tese de Doutorado, Faculdade de filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, São Paulo.

Bacha, E. L. (agosto de 1989). Um modelo de três hiatos. *Pesquisa e Planejamento econômico , 19* (n° 2), pp. 213-232.

Batista, M. A. (1993). Política industrial e desestruturação produtiva. In: B. e. Appy, *Crise brasileira, anos oitenta e governo Collor.* São Paulo: Departamento de Estudos Sócio-Económicos e Políticos da CUT : Instituto Cajamar.

Bianchi, A. (2001). *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional de Bases Empresariais.* São Paulo: Xamã.

Bianchi, A. (2004). *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.* Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Departamento de Ciência Política, Campinas.

BNDES. (1988). *Plano Estratégico - 1988/90.* Rio de Janeiro: Departamento de Projetos de Comunicação - Área de Relações Institucionais.

BNDES. (1991). *Plano Estratégico 1991/1994.* Rio de Janeiro: Departamento de Projetos de Comunicação - Área de Relações Institucionais.

Boito Jr., A. (1996). Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista* (n° 3).

Bonelli, R., Franco, G. B., & Fritsch, W. (1992). Macroeconomic instability and trade liberalization in Brazil: lessons from de 1980s to the 1990s. *Texto para Discussão n° 278.* Rio de Janeiro: Departamento de Economia PUC-RJ.

Bourdieu, P. (1989). *Espaço social e gênese das classes. O poder simbólico.* Lisboa, Rio de Janeiro: DIFEL, Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2002). O costureiro e sua grife. In: *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.* São Paulo: Editora Zouk.

Bourdieu, P. (2007a). *A distinção: crítica social do julgamento.* (D. K. Teixeira, Trad.) São Paulo; Porto Alegre: Edusp; ZOUK.

Bourdieu, P. (2007b). *Meditações Pascalianas* (2ª edição ed.). (S. Miceli, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brandão, G. M. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro.* São Paulo: Adelardo e Rothschield.

Brasil. (1991). Lei n° 8.178, de 1 de março de 1991. Brasília.

Brasil/MEFP. (1990). Ministério da Economia Fazenda e Planejamento . *Portaria n°365, de 26 de junho de 1990 - Diretrizes Gerais Para a Política Industial e de Comércio Exterior* . Brasília.

Brasil/MEFP. (1990). Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. *Portaria n° 367, de 26 de junho de 1990* . Brasília.

Brasil/MEFP. (1991). Ministério da Economia Fazenda e Planejamento. *Anexo à Portaria n° 123, de 27 de fevereiro de 1991. Programa de Competitividade Industrial* . Brasília.

Bresser-Pereira, L. C., & Diniz, E. (julho de 2009). Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudo Cebrap* (84).

Buci-Glucksmann, C. (1980). *Gramsci e o Estado.* (A. Peralva, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Camargo, J. M., & Ramos, C. A. (1988). *A revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho.* Rio de Janeiro: Editora Campus.

Cardoso, A. M. (1995). *Nas teias da modernidade: pragmatismo sindical e democratizacao no brasil.* Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, São Paulo.

Cardoso, F. H. (1997). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cardoso, F. H., & Falleto, E. (1979). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (Quinta Edição ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Carneiro, R. (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.* São Paulo: UNESP, IE - Unicamp.

Castro, A. B., & Souza, F. P. (1985). *A economia brasileira em marcha forçada.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cezar, T. A. (1994). *A crise do estado no discurso dos candidatos a presidência da República do Brasil em 1989.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciência Política, Porto Alegre, RS.

Collor de Mello, F. (15 de março de 1990a). Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Brasília.

Collor de Mello, F. (24 de agosto de 1990b). Entrevista concedida ao jornal canadense "The Globe and Mail".

Collor de Mello, F. (24 de setembro de 1990c). Discurso pronunciado na solenidade de recebimento do "Gold Insigne Award". Nova York, EUA.

Comin, A. (1994). A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil. In: A. A. Comin, & C. A. Oliveira, *O Mundo do trabalho crise e mudança no final do século.* São Paulo: Scritta.

Comin, A. (1994). A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil. In: A. A. Comin, & C. A. Oliveira, *O Mundo do trabalho crise e mudança no final do século.* São Paulo: Scritta.

Comin, A. (1995). *Estrutura sindical corporativa : um obstaculo a consolidacao das centrais sindicais no brasil.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, São Paulo.

Comin, A. (1995). *Estrutura sindical corporativa : um obstaculo a consolidacao das centrais sindicais no brasil.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, São Paulo.

Costa, K. F. (2010). *Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira.* Texto apresentado para qualificação do doutorado, Universidade de Campinas, Departamento de Ciência Política.

Coutinho, L. (1991). A fragilidade da proposta neoliberal em face do anacronismo da estrutura empresarial brasileira. In: J. P. Velloso, *Fórum Nacional: Brasil em mudança.* Rio de Janeiro: Nobel.

Coutinho, L., & Ferraz, J. C. (1994). *Estudo da competitividade da indústria brasileira.* Campinas: Papirus.

Cruz, S. C. (1992). *Política empresarial em tempos de crise. Aapontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil nos anos 90.* Campinas: IFCH-UNICAMP.

Cruz, S. C. (1995). Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Cruz, S. C. (1997). *Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil dos anos 80.* Rio de janeiro; Campinas, SP: Relume Dumará; Editora da UNICAMP.

Diniz, E. (16 a 18 de setembro de 2004). Empresário, democracia e desenvolvimento: tendências e desafios no limiar do novo milênio. *Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro* . Coimbra.

Diniz, E. (1993a). *Articulação dos atores na implementação da política industrial: a experiência das câmaras setoriais - retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo?* Campinas: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.

Diniz, E. (1993a). *Articulação dos atores na implementação da política industrial: a experiência das câmaras setoriais - retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo?* Campinas: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.

Diniz, E. (1993b). Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (n° 23).

Diniz, E. (outubro de 1992). Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais , ano 7* (número 20).

Diniz, E., & Boschi, R. (1993). Brasil: um novo empresariado: Balanço de tendências recentes. In: E. D. (org.), *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90.* Florianópolis: Edufsc.

Dreifuss, R. (1989). *O jogo da direita na Nova República.* Petrópolis: Vozes.

Erber, F. S. (1991). A política industrial e de comércio exterior: uma avaliação. *Perspectivas da economia brasileira: 1992* .

Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil. (1982). *Revista do PMDB , Ano II* (n° 4).

Figueiredo, N. L. (1992). A imagem do empresariado. In: B. Lamounier, *Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje.* São Paulo: Editora Sumaré; Instituto Roberto Simonsen.

Fiori, J. L. (janeiro-março de 1992). Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política , 12* (n°1).

Fiori, J. L. (outubro de 1990). Transição terminada: crise superada? *Novos Estudos CEBRAP* (n° 28).

Fonseca, F. (2005). *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.* São Paulo: Hucitec.

Franco, G. (20 de maio de 1993). A volta do modelo concentrador. *Folha de S. Paulo* , pp. 2-2.

Franco, G. B. (1990). Liberalização: cuidados a tomar.

Fritsch, W., & Franco, G. (1988). Investimento direto: teoria e evidência. *Textos para discussão, n°185.* Rio de Janeiro: Departamento de economia PUC-RJ.

Fritsch, W., & Franco, G. (1990a). Estratégia industrial e investimento direto estrangeiro. In: J. P. Velloso, *Fórum Nacional: as perspectivas do Brasil e o novo governo.* Rio de Janeiro: Nobel.

Fritsch, W., & Franco, G. (1990b). Política industrial, competitividade e industrialização: aspectos da experiência brasileira recente. *Planejamento e Políticas Públicas* (n. 3), pp. 75-100.

Fritsch, W., & Franco, G. (1991). Trade policy issues in Brazil in the 1990s. *Texto para Discussão n° 268.* Rio de Janeiro: Departamento de Economia PUC-RJ.

Fritsch, W., & Franco, G. (abril-junho de 1989). O investimento direto estrangeiro em uma nova estratégia industrial. *Revista de Economia Política , 9* (n° 2).

Gramsci, A. (2000). *Cadernos do cárcere. Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política.* (Vol. 3). (L. S. Carlos Nelson Coutinho, Ed., & C. N. Coutinho, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2008). *Americanismo e fordismo.* São Paulo: Hedra.

Gros, D. B. (2002). *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República.* Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Gros, D. B. (2004). Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) , Vol. 19* (n° 54).

Gruppi, L. (1978). *O Conceito de hegemonia em Gramsci.* Rio de Janeiro: Editora Graal.

Guimarães, E. P. (1993). *Estímulo competitivo e política tarifária.* Campinas: Estudo da competitividade da indústria brasileira.

Hauguenauer, L. (1990). Modernidade na indústria. In: M. d. Tavares, *Aquarela do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. (1999). IEDI 10 anos: 1989-1999.

IEDI - Instituto de Estudos para o desenvolvimento Industrial. (1992b). Mudar para Competir – finanças industrializantes para a estabilização e o desenvolvimento.

IEDI - Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial. (1990). *Mudar para Competir.* São Paulo.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. (julho de 2001). IEDI 12 anos. São Paulo.

IEDI - Intituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. (junho de 1992a). Mudar para Competir – Modernização Competitiva, Democracia e Justiça Social.

Katz, C. J. (1992). Marx on the Peasantry: class in itself ou class in struggle? *The Review of Politics , 51* (N° 1), pp. 50-71.

Kingstone, P. (1999). *Crafting coalitions for reform: business preferences, political institutions, and neoliberal reform in Brazil.* University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

Lears, T. J. (Jun. de 1985). The Concept of Cultural Hegemony: Problems and Possibilities. *The American Historical Review , V. 90* (n° 3).

Lopes Neto, S., & Giannotti, V. (1993). *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta.

Lopes Neto, S., & Giannotti, V. (1993). *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta.

Lukács, G. (2003). Consciência de classe. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.* São Paulo: Martins Fontes.

Magalhães, J. P. (1990). O Brasil precisa de grandes empresas nacionais exportadoras. In: J. P. (coord.), *Fórum Nacional: as perspectivas do Brasil e o novo governo.* Rio de Janeiro: Nobel.

Mancuso, W. P. (2006). O empresariado como ator político: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *V workshop empresa, empresários e sociedade.* Porto Alegere.

MEPF. Ministério da Economia Fazenda e Planejamento. (1991). *Programa de Competitividade Industrial.*

Mourão, J. (1994). A integração competitiva e o planejamento estratégico no sistema BNDES. *Revista do BNDES , V. 1* (N. 1).

Nassif, L. (2007). *Os cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa.* Rio de Janeiro: Ediouro.

Noronha, E. (1994). Greves e estrutura sindical no Brasil. In: A. A. Comin, & C. A. Oliveira, *O Mundo do trabalho crise e mudança no final do século.* São Paulo: Scritta.

Noronha, E. (1994). Greves e estrutura sindical no Brasil. In: A. A. Comin, & C. A. Oliveira, *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século.* São Paulo: Scritta.

Noronha, E. (2009). Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova* (76).

Oliveira, F. d. (1993). Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos Estudos CEBRAP , n° 36.*

Oliveira, G. (1993). *Condicionantes e diretrizes de política para a abertura comercial brasileira.* IPEA.

Ollman, B. (Mar. de 1968). Marx's uses of "class". *The American Journal of Sociology , 73* (N°5), pp. 573-580.

Padilha, M. L. (2002). *Empresários e a crise do modelo brasileiro de desenvolvimento.* São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de Sociologia FFLCH/USP.

Payne, L. (1994). *Brazilian industrialists and democratic change.* Baltimore and London: The John Hopkins University Press.

Portelli, H. (1977). *Gramsci e o bloco histórico.* São Paulo: Paz e Terra.

Ricupero, B., & Nunes, G. F. (2005). Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. *Perspectivas* (28).

Rodrigues, I. J. (1993). Persperctivas do sindicalismo no Brasil: o caso da CUT. In: E. Diniz, J. S. Lopes, & R. J. Prandi, *O Brasil no rastro da crise.* São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs/Hucitex/Ipea.

Rodrigues, I. J. (1997). *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT.* São Paulo: Scritta.

Rodrigues, I. J. (1997). *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT.* São Paulo: Scritta.

Rodrigues, L. M. (1990). *CUT: os militantes e a idelogia.* São Paulo: Paz e Terra.

Rodrigues, L. M. (1991). Tendências Políticas na fomração das centrais sindicais. In: A. Boito Junior, *O sindicalismo brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rodrigues, L. M., & Cardoso, A. M. (1993). *Força Sindical: uma análise sócio-política.* São Paulo: Paz e Terra.

Rodrigues, L. M., & Cardoso, A. M. (1993). *Força Sindical: uma análise sócio-política.* São Paulo: Paz e Terra.

Rua, M. d., & Aguiar, A. T. (1995). A política industrial no Brasi, 1985-1992: políticos, burocratas e interesses organizados no processo de policy-making. *Planejamento e Políticas Públicas , N° 12*.

Sallum Jr., B. (1996). Labirintos: dos generais à nova república. São Paulo: Hucitec.

Sallum Jr., B. (agosto de 2005). Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova* (n° 65).

Sallum Jr., B., & Kugelmas, E. (1991). O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados , 5* (13).

SALLUM Jr., Brasílio João; GRAEFF, Eduardo Piragibe (orgs.). (2004) POLI: Eventos da política nacional, 1987-1995 (Banco de dados). São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política. In: Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em várias datas.

Schneider, B. R. (Oct. - Dec. de 1995). La burguesía desarticulada de Brasil. *Revista Mexicana de Sociología , 57* (No. 4).

Tavares de Almeida, M. H. (1996). *Crise economica e interesses organizados : o sindicalismo no Brasil dos anos 80.* São Paulo: EDUSP.

Thompson, E. P. (2001). Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: o. A. Silva (Ed.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Thopmson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Valente, M. A. (2002a). *Empresários nacionais, política e desenvolvimento no Brasil dos anos 1990: um estudo sobre o IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.* Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Departamento de Ciência Política, Campinas.

Valente, M. A. (2002b). Empresários nacionais, desenvolvimento e política no Brasil: o IEDI e as reformas liberais dos anos 90. *Textos de Economia , 8* (n° 1).

Weber, M. (2004). A distribuição do poder dentro da comunidade política. Classes, estamentos, partidos. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (R. Barbosa, & K. E. Barbosa, Trads., Vol. 2). Brasília; São Paulo: UNB; Imprensa Oficial.

Williamson, J. (1990a). What Washington means by policy reform. In: J. Williamson, *Latin American adjustment: how much has happened.* Washington, D.C.: Institute for International Economics.

Williamson, J. (1990b). *The progress of policy reform in Latin America.* Washington, D.C.: Institute for International Economics.